



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/2012



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília, março de 2012

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	9
CONTEÚDO GERAL.....	9
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	10
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	12
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	12
2.1.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	12
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	18
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	64
2.3.1 .EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	67
2.3.2EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	74
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	74
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	74
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	74
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	75
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	78
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	78
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	82
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	82
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	83
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	83
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83
4.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	83
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	84
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	84
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	84
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	84
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	85
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	85
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	86
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	86
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	86
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	87
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	87
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA ...	88
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	89
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	89
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	91
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	92
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão ..	98
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	104
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	106
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	106
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	106
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	106
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	106

6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	107
6.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	108
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	109
7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	109
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	109
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	109
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	109
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	110
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	110
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	112
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	112
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	117
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	117
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	125
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	125
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	126
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	126
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	131
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	131
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	131
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	137
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	138
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	142
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	142
	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –	143
	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	143
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	144
17.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	144
18.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	144
	PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –	145
	CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	145
26.	PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	146
26.1	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	146

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	192
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	74
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	74
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	75
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	75
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	76
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	78
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	78
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	80
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	81
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	82
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	82
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	83
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	84
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	84
Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ ...	85
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	85
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	86
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	86
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	87
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	87
Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	89
Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados	91
Quadro A.5.11 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados.....	91
Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	92
Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	98
Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	106
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	106
Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos De Repasse.	107
Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	107
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	109
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	110
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	112
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	117
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	120

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	120
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	125
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	126
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	131
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	131
Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	137
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	138
Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	142
Quadro C.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACADEBIO	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
AGU	Advocacia Geral da União
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BMU	Ministério de Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CANIE	Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CECAT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CEIVAP	Comitê Integrador das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul
CEMAVE	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres
CENAP	Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Mamíferos Carnívoros
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPAM	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica
CEPTA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais
CIB	Comissão Internacional da Baleia
CICCIA	Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CMA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Socio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONATUS	Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade
CPB	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros
CR	Coordenação Regional
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIMAN	Diretoria de Conservação e Manejo de Unidades de Conservação
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DISAT	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades em Conservação
DIUSP	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
EE	Estação Ecológica
ENCEA	Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de

	Conservação
ESEC	Estação Ecológica
FCP	Fundação Cultural Palmares
FDDD	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
FLONA	Floresta Nacional
FUCAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPJBRJ	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
ISO	Organização Internacional para Padronização
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
OB	Ordem Bancária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAN	Plano de Ação Nacional
PARNA	Parque Nacional
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PN	Parque Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Plano Operativo Anual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PREPS	Sistema de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROBIO	Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAN	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REB	Relação de Extrativistas Beneficiários
REBIO	Reserva Biológica
REMAB	Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Brasil
REMANE	Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Nordeste
REMANOR	Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Norte
REMASE	Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Sudeste
REMASUL	Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Sul
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos e Processos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICAFI	Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento
SIMRPPN	Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISLIC	Sistema de Licenciamento Ambiental Federal
SISLIV	Sistema Linha Verde de Ouvidoria
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAMAR	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas
TCFA	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
USFS	Serviço Florestal dos Estados Unidos

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010
CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		
Denominação abreviada: ICMBio		
Código SIORG: 91842	Código LOA: 44207	Código SIAFI: 44207
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação do Meio Ambiente; Administração Federal, Estadual, Municipal		Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(061) 3341-9247	(061) 3341-9260
Endereço eletrônico: presidencia@icmbio.gov.br		
Página da Internet: www.icmbio.gov.br		
Endereço Postal: EQSW 103/104, bloco “C”, 2º andar - Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70.670-350, Sudoeste, Brasília - DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 – D.O.U. de 29/08/2007		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 – D.O.U. de 27/04/2007, Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011 – D.O.U. de 11/07/2011		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual do Operador do SISBIO O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) é um sistema interativo e simplificado de atendimento à distância e de informação, que permite ao pesquisador solicitar, por meio da Internet, autorização para coleta de material biológico ou para realização de pesquisa em unidade de conservação (UC) ou cavernas, e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) conceder essas autorizações. O Manual do Operador do SISBIO, disponibilizado em maio de 2011, tem como objetivo esclarecer e padronizar os procedimentos para análise das solicitações de autorização para atividades com finalidade científica ou didática no âmbito do ensino superior e licença permanente para coleta de material zoológico feitas pelo Sisbio. Este Manual descreve os procedimentos de operação do sistema, pelos seus operadores, bem como esclarece dúvidas mais frequentes. As informações contidas neste Manual devem ser complementadas com aquelas disponíveis no Manual do Usuário, que trata do preenchimento de solicitação pelo pesquisador.		
Revista científica Biodiversidade Brasileira Dentro do programa de divulgação das informações científicas, a revista eletrônica Biodiversidade Brasileira publicou dois números em 2011: “Avaliação do Estado de Conservação das Tartarugas Marinhas” e “Manejo do Fogo em Áreas Protegidas”, ambas disponíveis no portal do ICMBio (https://www2.icmbio.gov.br/revistaelectronica/index.php/BioBR/issue/archive). O primeiro número registra todo o processo de avaliação das tartarugas marinhas no Brasil, ao passo que o segundo, apresenta 18 artigos selecionados sobre o tema manejo do fogo.		
Anais do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio – “Pesquisa para Manejo” Em 2011, 116 resumos de pesquisas realizadas por analistas e bolsistas de Iniciação Científica do ICMBio foram recebidos para publicação nos Anais do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica. Os Anais encontram-se disponibilizados no portal ICMBio, no endereço http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa .		
Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais O objetivo dessa cartilha é demonstrar, na prática, todos os passos da aplicação da Instrução Normativa ICMBio nº		

2/2009, que trata da indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis em UCs federais, desde a abertura do processo de indenização até a transferência das áreas pelo ICMBio. A cartilha está disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
443032	ICMBIO
443033	ICMBIO - SEDE
443034	ICMBIO - CABEDELO
443035	ICMBIO - ATIBAIA
443036	ICMBIO - TERESÓPOLIS
443037	ICMBIO - PARNA ITATIAIA
443038	ICMBIO - GOIANIA
443039	ICMBIO - CEPERG
443040	ICMBIO - PIRASSUNUNGA
443041	ICMBIO - CEPENE
443042	ICMBIO - CEPESUL
443043	ICMBIO - AREMBEPE
443048	ICMBIO - FOZ DO IGUAÇU
443050	ICMBIO - CEMAVE
443051	ICMBIO - CMA
443052	ICMBIO - IPERO
443053	ICMBIO - CEPNOR
443055	ICMBIO - RIO DE JANEIRO
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
44207	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
443032	44207
443033	44207
443034	44207
443035	44207
443036	44207
443037	44207
443038	44207
443039	44207
443040	44207
443041	44207
443042	44207
443043	44207
443048	44207
443050	44207
443051	44207
443052	44207
443053	44207
443055	44207

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de:

I – Executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela União;

III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas.

Para responder pelos muitos e complexos desafios de suas atribuições, o Instituto conta atualmente com cerca de 2.000 servidores distribuídos em todo o território nacional. Estão sob a responsabilidade do Instituto a gestão de 310 unidades de conservação federais, que representam aproximadamente 75,5 milhões de hectares, o equivalente a aproximadamente 9,8% do território nacional. O Instituto compõe-se ainda de 9 unidades avançadas de administração e finanças, 11 coordenações regionais e 11 centros de pesquisa e conservação.

As unidades avançadas de administração e finanças (UAAF) são unidades executoras orçamentárias, subordinadas à DIPLAN, que atendem de forma descentralizada às unidades de conservação, aos centros de pesquisa e às coordenações regionais do Instituto. Com atribuições definidas pela Portaria ICMBio nº 138, de 30 de março de 2010, as UAAs são identificadas de acordo com a localidade onde se encontram. São elas:

- UAAF Cabedelo/PB;
- UAAF Areembepe/BA;
- UAAF Teresópolis/RJ;
- UAAF Foz do Iguaçu/PR;
- UAAF Rio de Janeiro/RJ;
- UAAF Goiânia/GO;
- UAAF Atibaia/SP;
- UAAF Manaus/AM;
- UAAF Pirassununga/SP.

As coordenações regionais (CR) são instâncias intermediárias, subordinadas ao Presidente, que possuem as seguintes competências:

I - executar atividades administrativas e técnico-finalísticas em sua área geográfica de abrangência;

II - articular, integrar e coordenar as ações desenvolvidas nas unidades de conservação federais e, quando autorizadas pela Direção, nas demais unidades descentralizadas; e

III - apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes;

Identificadas por números e pela localidade onde se encontram, são elas:

- CR 1 – Porto Velho/RO;
- CR 2 – Manaus/AM;
- CR 3 – Santarém/PA;
- CR 4 – Belém/PA;
- CR 5 – Parnaíba/PI;
- CR 6 – Cabedelo/PB;
- CR 7 – Porto Seguro/BA;
- CR 8 – Rio de Janeiro/RJ;
- CR 9 – Florianópolis/SC;
- CR 10 – Chapada dos Guimarães/MT;
- CR 11 – Lagoa Santa/MG.

Os centros nacionais de pesquisa e conservação são unidades descentralizadas, subordinadas à DIBIO, às quais compete produzir, por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sócio-biodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais, bem como executar as ações de manejo para conservação e recuperação das espécies constantes das listas oficiais nacionais de espécies ameaçadas, para conservação do patrimônio espeleológico e para o uso dos recursos naturais nas unidades de conservação federais de uso sustentável. São eles:

- CMA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos, sediado em Itamaracá/PE;
- CPB – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros, sediado em João Pessoa/PB;
- CEMAVE – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres, sediado em Cabedelo/PB;
- CEPAM – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica, sediado em Manaus/AM;
- RAN – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios, sediado em Goiânia/GO;
- CENAP – Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Mamíferos Carnívoros, sediado em Atibaia/SP;
- CEPTA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais, sediado em Pirassununga/SP;
- TAMAR – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas, sediado em

Salvador/BA;

- CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Socio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, sediado em São Luís/MA;
- CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas, sediado em Brasília/DF; e
- CECAT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga, sediado em Brasília/DF.

Além das instalações de suas sedes, os centros de pesquisa realizam suas ações também por intermédio de 38 bases avançadas espalhadas pelo País.

Para cumprir sua missão, o Instituto Chico Mendes realizou em 2008, com o apoio de empresa especializada, a primeira fase de seu planejamento estratégico com o objetivo de elaborar proposta de estrutura organizacional básica, modelo de governança e modelo institucional de parcerias para a gestão de unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, os quais vêm sendo seguidos e aperfeiçoados desde então. Nessa modelagem, o ICMBio desenvolve suas atividades segundo processos de trabalho, que geram produtos (bens ou serviços) entregues aos beneficiários, e que se agrupam em macroprocessos.

Em 2010 o Instituto deu prosseguimento a esse planejamento estratégico. Os trabalhos dessa segunda fase se iniciaram pela revisão do Mapa Estratégico elaborado em 2008 para fazer frente à nova realidade vivida pelo ICMBio. Com base nos objetivos estratégicos contidos no Mapa, foi desenvolvido um conjunto de 223 indicadores gerenciais a serem monitorados pelas diversas instâncias do Instituto, dos quais 39 constituem indicadores estratégicos a serem monitorados pelo Presidente do Instituto.

No ano de 2011, continuou-se com o processo de planejamento estratégico por meio da definição de metas para esse conjunto de indicadores, o desdobramento dessas metas para as unidades descentralizadas do Instituto e o subsequente monitoramento dos resultados institucionais por meio desses indicadores.

Com o uso dessas ferramentas de gestão estratégica para subsidiar a gestão estratégica do ICMBio, almeja-se administrar com mais organicidade e eficiência a sede e as diversas unidades descentralizadas distribuídas pelo Brasil.

ORGANOGRAMA

Anexo I, fl. 191.

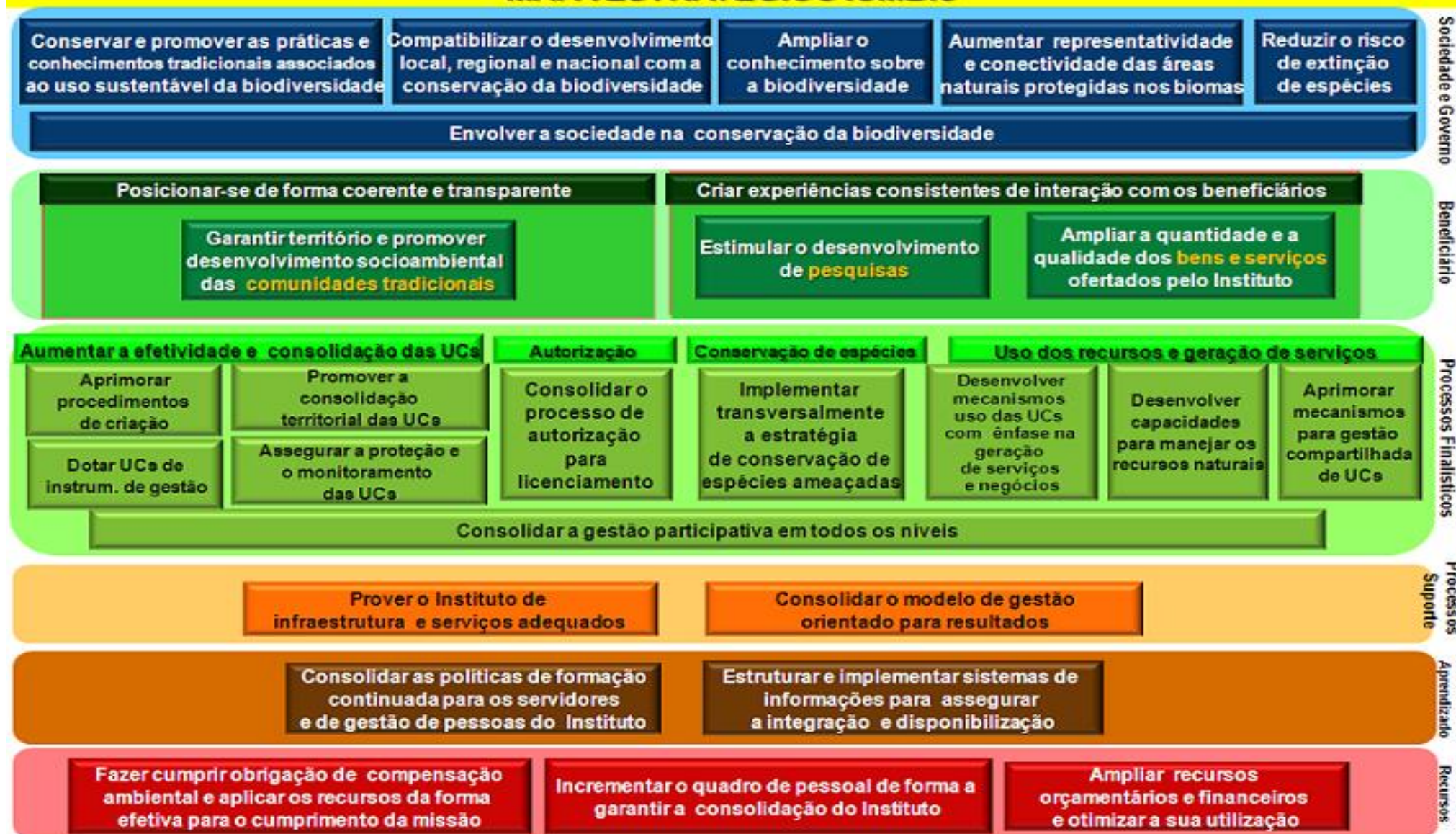
2.1.2. Objetivos Estratégicos

O mapa estratégico é uma ferramenta para desdobramento e comunicação da estratégia que permite a compreensão das relações de causalidade que a hipótese estratégica da organização propõe. Resultado de um processo de discussão e reflexão, o Mapa Estratégico do ICMBio exhibe os objetivos estratégicos e constitui a base do planejamento estratégico do Instituto.

Foram 26 os objetivos escolhidos pelo ICMBio para constarem de seu Mapa Estratégico:

1. Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade;
2. Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
3. Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade;
4. Aumentar representatividade e conectividade das áreas naturais protegidas nos biomas;
5. Reduzir o risco de extinção de espécies;
6. Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade;
7. Garantir território e promover desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais;
8. Estimular o desenvolvimento de pesquisas;
9. Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto;
10. Aprimorar procedimentos de criação;
11. Promover a consolidação territorial das UCs;
12. Consolidar o processo de autorização para licenciamento;
13. Dotar as UCs de instrumentos de gestão;
14. Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
15. Implementar transversalmente as ações de conservação das espécies ameaçadas;
16. Desenvolver mecanismos uso das UCs com ênfase na geração de serviços e negócios;
17. Desenvolver capacidades para manejar os recursos naturais;
18. Aprimorar mecanismos para gestão compartilhada de UCs;
19. Consolidar a gestão participativa em todos os níveis;
20. Prover o Instituto de infraestrutura e serviços adequados;
21. Consolidar o modelo de gestão orientado para resultados;
22. Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
23. Estruturar e implementar sistemas de informações para assegurar a integração e disponibilização;
24. Fazer cumprir obrigação de compensação ambiental e aplicar os recursos da forma efetiva para o cumprimento da missão;
25. Incrementar o quadro de pessoal de forma a garantir a consolidação do Instituto;
26. Ampliar recursos orçamentários e financeiros e otimizar a sua utilização.

MAPA ESTRATÉGICO ICMBio



Seguindo a divisão dos processos de trabalho por macroprocessos, pode-se listar os objetivos estratégicos do ICMBio vinculados a cada macroprocesso. Uma descrição sintética dos macroprocessos é apresentada abaixo.

- **Macroprocesso Gestão Socioambiental:**

Promove a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa no contexto regional, estadual e nacional, baseada na participação social, no diálogo interinstitucional e no desenvolvimento e institucionalização de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade.

- **Macroprocesso Populações Tradicionais:**

Apoiar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais nas Unidades de Conservação - UC federais, de acordo com as premissas de cada categoria de UC, focando em estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais, na implementação das políticas públicas universais e específicas, no subsídio à formulação dessas políticas, resultando no fortalecimento do sistema de gestão das UC e na autonomia dessas populações.

- **Macroprocesso Uso Público e Negócios:**

Qualifica, normatiza, estrutura e promove as atividades de visitação, uso público e recreação, além de viabilizar negócios que gerem receitas para o sistema de unidades de conservação federais.

- **Macroprocesso Consolidação Territorial:**

Compreende a regularização da situação fundiária e a consolidação dos limites das unidades de conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços protegidos.

- **Macroprocesso Criação, Planejamento e Avaliação de UCs:**

Desenvolve e implementa ferramentas e ações voltadas à criação e gestão de unidades de conservação federais.

- **Macroprocesso Proteção:**

Desenvolver mecanismos e implementar ações de modo a assegurar a proteção ambiental das unidades de conservação federais

- **Macroprocesso Manejo para Conservação:**

Desenvolve ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies.

- **Macroprocesso Pesquisa e Monitoramento:**

Fomentar e gerar conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas, e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação.

- **Macroprocesso Autorização para Licenciamento:**

Estabelecer e condicionar o controle do poder público às atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente.

- **Macroprocesso Gestão de Pessoas:**

Desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para resultados.

- **Macroprocesso Administração e Tecnologia da Informação:**

Fazer a gestão de recursos logísticos e tecnológicos de modo integrado e estratégico, otimizando assim o uso dos recursos.

- **Macroprocesso Finanças e Arrecadação:**

Promove a operacionalização dos recursos do Orçamento Geral da União, tanto as fontes de receita quanto os recursos de despesa.

- **Macroprocesso Gestão de Compensação Ambiental:**

Promove a gestão dos recursos de compensação ambiental, uma fonte externa ao Tesouro, prevista na Lei nº 9.985/2000, originária de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto e que deve ser aplicada na implementação e manutenção de unidades de conservação.

- **Macroprocesso Planejamento Operacional e Orçamento:**

Promove a modernização administrativa, propondo ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Resumo das Principais Decisões, Sucessos e Resultados Positivos:

MACROPROCESSO GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A Gestão Socioambiental caracteriza-se como uma área de interface entre diferentes ações e atividades do ICMBio para criação, implementação e gestão das unidades de conservação e dos centros de pesquisa.

Gestão participativa

O objetivo principal da gestão participativa é fomentar as instâncias de intervenção da sociedade civil na tomada de decisão pública no que diz respeito à missão institucional do ICMBio.

Conselhos de unidades de conservação

Os conselhos das unidades de conservação são um importante instrumento de gestão e participação da sociedade no estabelecimento de diretrizes e na administração das UCs. Sua implementação é prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Os conselhos das UCs podem ser consultivos ou deliberativos, dependendo da categoria da unidade. Os conselhos de Resex e RDS são deliberativos, ao passo que os conselhos das demais categorias de UC são consultivos. Em 2011 foi realizado e divulgado o Diagnóstico dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais, bem como concluído o 1º Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa para servidores da área ambiental.

Das 310 UCs federais, 220 possuem seus conselhos formados. Em 2011, foram criados 28 conselhos de UC, número recorde estabelecido de criação no período de um ano.

TABELA: CRIAÇÃO DE CONSELHOS EM 2011 POR CATEGORIA DE UC

CATEGORIA DE MANEJO	Nº DE CONSELHOS CRIADOS
Área de Proteção Ambiental	1
Estação Ecológica	4
Floresta Nacional	5
Monumento Natural	1
Parque Nacional	5
Refúgio de Vida Silvestre	2
Reserva Biológica	2
Reserva Extrativista	8
TOTAL	28

Educação Ambiental

O ICMBio tem como objetivo implementar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC nas UCs federais e nas ações dos centros nacionais de pesquisa e conservação, através de processo educativos que promovam o protagonismo social na gestão ambiental pública.

O Instituto trabalha com foco no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam: os espaços democráticos de participação; as capacidades de intervenção cidadã qualificadas nos processos de gestão dos bens ambientais públicos; a participação na gestão das UCs dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade; e os instrumentos de gestão e conservação de espécies (ex. conselhos, planos de manejo, planos de ação de espécies ameaçadas, etc.).

Em 2011, foram monitoradas e apoiadas 68 ações de educação ambiental (tabela abaixo) em 60 UCs e 3 ações em centros nacionais de pesquisa e conservação. Participaram 6.640 pessoas, dentre os eventos de capacitação e ações educativas, sendo 1.210 capacitações diretas dos atores sociais que se relacionam com as UC (conselheiros, comunitários, indígenas, quilombola, jovens, etc).

TABELA COM AS AÇÕES EDUCATIVAS QUE FORAM MONITORADAS E APOIADAS PELO ICMBIO

REALIZAÇÕES	UC DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UC DE USO SUSTENTÁVEL	CENTROS DE PESQUISA	TOTAL
Ações de educação ambiental	5	6	-	11
Capacitação de conselho	9	6	-	15
Capacitação temas ambientais	4	6	1	11
Capacitação - eventos com temas ambientais	2	2	-	4
Projetos de educação ambiental	8	17	2	27
Total	28	37	3	68

Foi apoiada a implementação de programas do Governo Federal, dentre os quais a Operação Arco Verde (municípios com altos índices de desmatamento na Amazônia Legal), Operação Cidadania Xingu (municípios a área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte) e Programa Mais Ambiente (apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais).

Realizou-se o Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, com a participação de 28 servidores do ICMBio e 15 lideranças de reservas extrativistas.

Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação – Encea

Em conjunto com o MMA, foi finalizado e publicado o documento Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação – Encea, um instrumento orientador que visa promover o alinhamento das ações de educação ambiental e comunicação para gestão das UCs. A Estratégia fomenta a difusão e compreensão do conceito de unidade de conservação para além do território de manutenção de recursos naturais, considerando como um espaço de relações socioambientais onde os diferentes interesses e conflitos da sociedade se manifestam, emergindo as assimetrias dos diferentes atores sociais, sendo assim uma unidade educadora na promoção da educação crítica e emancipatória.

Gestão de conflitos territoriais

No ano de 2011 o ICMBio continuou o estabelecimento de diretrizes para lidar com questões relativas a conflitos com territoriais de povos e comunidades tradicionais que perpassam um conjunto de UCs. Por meio da identificação dos conflitos territoriais existentes, estão sendo implementadas estratégias de gestão com o intuito de solucioná-los.

Sobreposição de UCs e territórios quilombolas

Foi realizado o acompanhamento das demandas de destinação de territórios a comunidades quilombolas relacionados a UCs federais:

MACROPROCESSO POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Produção e Uso Sustentável

Como resultados esperados dos esforços despendidos pelo ICMBio para o apoio a iniciativas produtivas pelas populações tradicionais residentes em unidades de conservação federais de uso sustentável, têm-se, primordialmente, a promoção de alternativas de geração de renda associadas a um modelo conservacionista de uso dos recursos naturais. Aliado a isso, incentiva-se o resgate de aspectos e práticas culturais das populações tradicionais, assim como a diminuição do êxodo rural e a inclusão de novas frentes de trabalho, viabilizando novas oportunidades, face à necessidade das populações beneficiárias de UC de uso sustentável buscarem melhores condições de vida para suas famílias.

Capacitação externa

Foram realizadas atividades de capacitação de comunitários nos seguintes temas:

- Manejo de açaiuais nativos;
- Manejo comunitário de pirarucu com a certificação de comunitários manejadores, contagem de população, despesca e transporte;
- Manejo florestal madeireiro sustentável comunitário;
- Manejo e utilização de produtos agroextrativistas;
- Meliponicultura;
- Mapeamento e inventário do potencial de produção de semente do jatobá;
- Artesanato de cestarias com fibras e cipós provenientes do extrativismo sustentável;
- Organização da produção de óleo de babaçu e creme bacuri para indústria cosmética;
- Produção e comercialização de caranguejo;

- Ordenamento de recursos pesqueiro;
- Definição de parâmetros para o manejo de caça na Resex Rio Xingu (efeito da densidade populacional humana na caça de subsistência nessa resex);
- Aproveitamento de madeira caída, através da confecção de peças artesanais trabalhadas pelas comunidades;

Foram também realizados eventos de intercâmbio de experiências com comunitários das UC de uso sustentável nos seguintes temas:

- Manejo florestal madeireiro sustentável comunitário com beneficiários da Flona Tapajós, Flona Purus e Resex Rio Ituxi;
- Manejo de pirarucu com comunitários da Resex Rio Jutai e Resex Médio Juruá;
- Manejo de açaí com comunitários da Resex do Rio Cajari;
- Manejo de jacaré na Resex Médio Juruá;
- Produção de óleo de castanha-do-Brasil na Resex Rio Cajari;
- Produção de borracha natural FDL com beneficiários da Resex Chico Mendes; e
- Produção de ostras e berbigão com comunitários da Resex Pirajubaé e Resex Mandira.

Implementação de redes de produção e arranjos produtivos.

Como estratégia para promoção do acesso a mercados institucionais de produtos agroextrativistas por parte das populações tradicionais em UC de uso sustentável, deu-se continuidade ao nivelamento de informações, articulação com instituições governamentais e não governamentais e capacitações de servidores sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Foi formado um núcleo com 40 servidores do ICMBio, pontos focais regionais e locais, que atuam como articuladores e promotores para o acesso das instituições e comunidades das populações tradicionais a essas políticas.

Dando continuidade ao projeto piloto para produção de óleo de babaçu na Resex Ciriaco, Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins e Resex Chapada Limpa, foram adquiridas, disponibilizadas e instaladas extratoras de óleo de babaçu que possibilitaram o beneficiamento da produção com qualidade que atende ao mercado internacional, bem como foram articuladas parcerias com a iniciativa privada, governos municipais locais e instituições não governamentais para infraestrutura e ordenamento da produção, e comercialização com base em critérios de mercado justo.

Em continuidade à implementação da infraestrutura necessária para o futuro abate e beneficiamento de carne e couro de jacaré proveniente de manejo sustentável na Resex Lago do Cuniã, foram adquiridos e disponibilizados equipamentos de abate e acondicionamento adequado da produção.

Em ação articulada pela Resex do Rio Cajari, foi apoiada, com a aquisição de equipamentos e utensílios, a instalação de cozinha comunitária para produção de biscoitos e derivados da castanha-do-Brasil na Comunidade de Água Branca do Cajari.

Para melhoria das condições de logística e escoamento da produção de castanha-do-Brasil da Resex do Rio Ituxi foi apoiada construção de 1 secador de castanha e 1 galpão para armazenagem, os quais contaram com a mão de obra em regime de mutirão dos comunitários daquela unidade.

Foi articulado pelos gestores da Resex Marinha de Cururupu um projeto de energia alternativa com a instalação de uma fábrica de gelo, que beneficiará a atividade pesqueira local.

Para rastreamento da produção de caranguejo e massa de caranguejo consumida em Salinas/PA, foi apoiada a realização de estudo para implementação de uma rede de produção a partir das Resex Marinhas do Salgado Paraense e proposição de alternativas para o ordenamento, gestão e valorização da produção de caranguejo da Resex Chocoaré Mato Grosso.

Quanto à promoção do manejo florestal madeireiro sustentável comunitário em Resex, Flona e RDS, podem ser destacadas as seguintes ações:

- A realização do plano de negócios, do inventário amostral da área a ser manejada, bem como a elaboração do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário da Resex Rio Ituxi, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB;
- A aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário da Resex Chico Mendes, atendendo a Instrução Normativa nº 16, de 04/08/2011.
- Articulação com instituições não governamentais locais, Governo Municipal e SFB para a elaboração de 3 planos de manejo florestal sustentável em comunidades da Resex Verde para Sempre.

Políticas e Comunidades Tradicionais

Em 2011, a agenda de promoção de suporte e apoio à implementação de políticas e serviços públicos em benefício das famílias e comunidades tradicionais que habitam e fazem uso das unidades de conservação, além de contar com as atividades de oferta de apoio técnico aos sujeitos sociais nas UC e apoio financeiro para desenvolvimento das atividades relativas ao acesso a energia elétrica, telefonia, crédito rural, inclusão digital, saneamento básico e educação de qualidade, orientou-se por trabalhar na melhoria das condições para a implementação do conjunto das políticas. Desse modo, foi trabalhada a produção e institucionalização de um cadastro das famílias das unidades de conservação e, no caso específico das categorias Resex e RDS, avançou-se na concretização da segurança jurídica de suas famílias por meio da celebração de novos contratos de concessão de direito real de uso.

Este foi o primeiro ano de existência do “Programa Bolsa Verde”, e o Instituto atuou fortemente para viabilizar a sua implementação junto às famílias extrativistas das UC federais.

Celebração dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU

Como continuidade de uma ação de governo presente no Plano de Ação Prioritário 2009-2010, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, o ICMBio firmou em 2011 as outorgas coletivas e gratuitas dos territórios de uso tradicional das comunidades extrativistas de 5 Resex e 1 RDS, conforme estabelecido no SNUC e no Decreto nº 4.340/2002, por meio da celebração de contratos de concessão de direito real de uso (CCDRU) com as entidades representativas dessas comunidades. Foram concedidos 1.737.290,55 ha beneficiando diretamente 11.800 famílias extrativistas, chegando, assim, a um total de 29 UC com CCDRU firmados, totalizando 4.531.787,05 ha de área concedida e cerca de 33.950 famílias beneficiadas.

Unidade de Conservação	UF	Área da UC (ha)	Área concedida (ha)	Nº de famílias
RDS Itatupã-Baquiá	PA	64.735	64.035	187
Resex Caeté Taperaçu	PA	42.068	42.068	2.000
Resex Gurupá Melgaço	PA	145.298	145.298	463
Resex Riozinho do Anfrísio	PA	736.341	601.125	57
Resex Tapajós Arapiuns	PA	647.611	690.070	1.100
Resex Terra Grande Pracuúba	PA	194.695	194.695	8.000
TOTAL		1.830.747	1.737.291	11.807

Programa de Apoio à Conservação do Meio Ambiente – Bolsa Verde

Instituído pela Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, e convertido na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – “Bolsa Verde” é parte do Plano Brasil Sem Miséria e é destinado especificamente a povos e comunidades tradicionais. Trata-se de uma política de desenvolvimento socioambiental que reconhece o papel desses grupos sociais na conservação da natureza e na promoção de serviços ambientais e que destaca a contribuição das áreas protegidas e suas famílias extrativistas no desenvolvimento local. O Ministério do Meio Ambiente é o órgão responsável pela sua execução e a Caixa Econômica Federal é o agente de operacionalização. Os objetivos do Programa são: incentivar a manutenção e o uso sustentável dos ecossistemas; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional. Por meio do “Bolsa Verde”, as famílias tradicionais nas UC que se encontram em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal abaixo de R\$ 70,00), recebem trimestralmente o benefício de R\$ 300,00. Nesta fase de início da implementação do Programa foi priorizada a Região Amazônica. Em conjunto com o MMA, o MDS e o MDA realizaram uma oficina de orientação aos gestores do ICMBio de 72 UC das categorias Resex, Flona e RDS para a execução do Programa, especialmente para tratar das atividades relacionadas aos esclarecimentos e à adesão das famílias. O Programa promoveu a catalisação, onde não existia, de parcerias entre os órgãos públicos de assistência social e as UC daquelas categorias. O ano de 2011 terminou com 6.253 famílias incluídas no Bolsa Verde, relacionadas a 33 UC, conforme quadro abaixo:

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	UF	Total de famílias beneficiadas
Flona Macaúã	AC	4
Flona Jacundá	RO	3
Flona Mapiá-Inauini	AM	8
Flona Purus	AM	66
Resex Alto Juruá	AC	242
Resex Arapixi	AM	21
Resex Chico Mendes	AC	192
Resex Barreiro das Antas	RO	1
Resex Cazumbá-Iracema	AC	83
Resex Lago do Cuniã	RO	20
Resex Rio Cautário	RO	3
Resex Rio Ouro Preto	RO	5
Resex Auati-Parana	AM	52
Resex Baixo Juruá	AM	50
Resex Lago do Capanã Grande	AM	55
Resex Médio Juruá	AM	33
Resex Rio Jutai	AM	50
Flona Saraca-Taquera	PA	39
Resex Tapajós-Arapiuns	PA	814
Resex Verde para Sempre	PA	145
Resex Terra Grande e Pracuúba	PA	178
Resex Cururupu	MA	167
Resex Arai-Peroba	PA	317
Resex Caeté-Taperaçu	PA	1.877
Resex Chocoaré-Mato Grosso	PA	136
Resex Gurupá-Melgaço	PA	137
Resex Mãe Grande de Curuçá	PA	674
Resex Soure	PA	408
Resex São João da Ponta	PA	23
Resex Tracuateua	PA	79

Resex Quilombo do Flexal	MA	74
Resex Chapada Limpa	MA	35
Resex Canavieiras	BA	262
TOTAL		6.253

Cadastro de Famílias em Unidades de Conservação

O cadastramento das famílias presentes nas UC federais é um instrumento essencial para gestão das UC, utilizado para identificação dos sujeitos sociais que moram e/ou ocupam essas unidades, quantificando e destacando algumas de suas especificidades. Por meio do cadastro dessas famílias é possível identificar os diferentes tipos de ocupação e dinâmicas migratórias, populacionais e modos de uso dessas áreas, assim como conhecer características específicas dos povos e comunidades tradicionais. O cadastro é o instrumento para identificação e monitoramento dos beneficiários das Resex, Flona e RDS, e base para articulação institucional na implementação das políticas públicas.

a) Sistema de Informação das Famílias em Unidades de Conservação Federais

Em 2011 foi intensificado o trabalho de formulação de um sistema digital de informações sobre as famílias das unidades de conservação, em plataforma web, para atender às necessidades de gerenciamento das informações sobre as famílias de beneficiários, moradores, usuários e ocupantes das UCs. Esse sistema está sendo construído em 3 etapas. A primeira etapa compreende os módulos de coleta de dados básicos de unidades familiares de forma on-line, banco de dados para armazenamento das informações, gestão das informações do banco de dados possibilitando a geração de relatórios e emissão de documentos pelo sistema, desenvolvimento de formulários para aplicação offline adaptados a desktops e laptops, com posterior transferência das informações coletadas para a base de dados do sistema. A segunda compreenderá a coleta das informações offline via palm-tops, com posterior transferência de dados para o sistema on-line. E a terceira etapa contemplará os módulos onde serão coletados dados para o acompanhamento socioeconômico e cultural das famílias tradicionais das Unidades de Conservação, e informações importantes cuja fonte são bases de dados de outros órgãos públicos. A previsão é que no primeiro semestre de 2012 os primeiros módulos do sistema estejam em funcionamento.

b) Formulário de cadastramento de famílias e regulamentação de procedimentos

O cadastramento de pessoas e famílias em UC foi uma atividade executada de forma própria por cada UC federal, sem padrão institucional de formulário, metodologia e interligação de banco de dados. Neste sentido, o ICMBio, desde o final de 2010 e ao longo de todo ano de 2011, reuniu parceiros e gestores de UC para estabelecer parâmetros de cadastramento nas unidades. Esta ação culminou na edição da Portaria ICMBio nº 104, de 12 de dezembro de 2011, que instituiu o modelo de formulário para identificação, registro e cadastramento das famílias que moram, ocupam e utilizam as UC sob a gestão do Instituto Chico Mendes. Durante sua elaboração, UC das categorias Resex, Flona, Parna e Esec utilizaram o formulário de modo experimental, possibilitando o seu aprimoramento até a versão institucionalizada. Nesse mesmo processo o formulário do ICMBio foi utilizado em conjunto com o Incra em duas Resex marinhas da Bahia para obtenção das informações necessárias ao uso do Incra para inclusão das famílias extrativistas no Programa Nacional de Reforma Agrária, caminhando na consolidação dos esforços do ICMBio e Incra de otimização dos recursos públicos no que toca a fase inicial de implementação desse Programa nas UC de uso sustentável.

c) Ações de cadastramento nas UC

Neste ano, 24 UC se movimentaram intensamente para realizar o cadastramento e recadastramento de suas famílias utilizando esse formulário. Dessas 24 UC que desenvolveram as ações de

cadastro, 13 concluíram a aplicação dos cadastros e 11 UC realizaram essa atividade parcialmente, prevendo seu término em 2012.

As unidades que finalizaram, em 2011, o cadastramento das famílias ou atualizaram o cadastro já existente utilizando o formulário oficial do ICMBio foram:

- Resex Médio Juruá
- Resex Tapajós Arapiuns
- Resex Soure
- Resex Mata Grande
- Resex Arioca Pruanã
- Resex Quilombo do Frexal
- Resex Corumbau
- Resex Rio Ouro Preto
- Resex Cassurubá
- Resex Chocoaré Mato Grosso
- Flona Crepori
- Flona Jamari
- Resex Lago do Cuniã

As unidades que fizeram parcialmente o cadastramento das famílias em 2011, com previsão de término em 2012, foram:

- Flona Mapiá Inaini
- Flona Purus
- Resex Baixo Juruá
- Resex Extremo Norte do Tocantins
- Resex Gurupá Melgaço
- Resex Caeté Taperaçu
- Resex Gurupi Piriá
- Resex Mãe Grande do Curuçá
- Resex Mapuá
- Resex Cururupu
- Resex Cajari

Implantação dos Créditos da Política Nacional de Reforma Agrária

Ademais as ações executadas pelo ICMBio nas UC, junto ao Incra, na implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em especial dos créditos de fomento e instalação, e a atuação cotidiana do Instituto na orientação e suporte a esse trabalho, em 2011, diante da necessidade de melhor preparar os gestores e equipes do ICMBio que atuam em Resex, RDS e Flonas para atuarem de forma proativa na intermediação, orientação dos comunitários e suas lideranças na aplicação de políticas de crédito para as atividades extrativistas e de infraestrutura, foi

iniciada a organização e promoção de cursos específicos sobre esses assuntos em parceria com o MDA e o Incra. O primeiro curso foi ministrado por professores do ICMBio, MDA, Incra e Banco do Brasil e tratou de crédito rural, do Pronaf e da PNRA em UC de uso sustentável, contando com a participação de 22 UC das categorias Resex e Flona.

Luz para Todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, destina-se a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não dispõe desse serviço. As tratativas do ICMBio com a Direção Nacional do Programa "Luz para Todos" reforçaram a inclusão das famílias das Resex na lista de prioridades, conforme estabelecido pelo Art. 1º do Decreto nº 7.520, de 08/07/2011 "(...) serão atendidos pelo Programa "LUZ PARA TODOS" projetos de eletrificação em: I - assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas (...)". Os pedidos incluídos nas prioridades deverão ser atendidos com maior rapidez. Em 2011, em conjunto com o Programa "Luz para Todos", foi feito levantamento da demanda das famílias das UC por energia elétrica e do grau de solicitação de atendimento dessa demanda junto ao Programa "Luz para Todos", a fim de orientar a sua implementação nesta fase. E foram apoiadas as tratativas diretas das UC e suas organizações comunitárias nas instâncias estaduais do Programa "Luz para Todos".

Instalação de Telefonia Fixa

Do mesmo modo, as tratativas do ICMBio com o Anatel resultaram no reforço do atendimento às famílias extrativistas das UC federais com telefonia pública. O novo Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU III, instituído pelo Decreto nº 7.512, de 30/06/2011, priorizou o atendimento com telefonia pública para populações tradicionais e extrativistas fixadas nas UC de uso sustentável geridas pelo ICMBio. As novas ações deverão ser implementadas a partir de 2012.

MACROPROCESSO USO PÚBLICO E NEGÓCIOS

Ordenamento da visitação

Diversas unidades de conservação, antes consideradas fechadas, mas que já possuíam plano de manejo, passaram a receber visitantes de maneira regular ou agendada, como o Parna do Pantanal Matogrossense e o Parna das Emas. Outras unidades que ainda não contam com planos de manejo, mas que sofrem pressão da visitação, avançaram no processo de ordenamento com objetivo de proteger os recursos naturais da unidade, como o Parna de Anavilhanas e o Parna de São Joaquim.

Foram realizadas diversas oficinas para definir estratégias para ordenamento da visitação em unidades de conservação de diversas categorias e estágios de implementação. Novos estágios de ordenamento e controle da visitação foram estabelecidos para possibilitar uma análise mais detalhada da situação das unidades. Os estágios incluem a existência ou não de um instrumento formal de ordenamento da visitação, como plano de manejo, plano de ação emergencial ou portaria específica; o controle e registro de acesso de visitantes; e a cobrança de ingressos. A princípio o trabalho foi desenvolvido nos Parques Nacionais, devendo ser estendido para outras categorias em 2012. De acordo com os estágios definidos, 48 Parques Nacionais possuem um instrumento que ordena a visitação e possibilita acesso ao público, sendo que 25 recebem e registram os visitantes.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	Nº DE UCS
Parques Nacionais	
Com ordenamento, registros e cobrança	13
Com ordenamento, registro e sem cobrança	12
Com ordenamento, sem registro e sem cobrança	23
Sem ordenamento, registro e cobrança	17
Fechado oficialmente à visitação	2
TOTAL	67
Florestas Nacionais	
Com registro de dados	12
Sem registro de dados	53
TOTAL	65

O ordenamento e a promoção do turismo de base comunitária também receberam maior atenção neste ano de 2011. Em novembro foi promovido seminário em São Luis (MA) com representantes de UCs de todo o País e comunitários para discutir diretrizes e estratégias.

Estruturação da visitação

Em 2011, o Projeto Parques da Copa, desenvolvido em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, foi aprovado na Câmara de Sustentabilidade da Copa do Mundo, sendo reconhecido como um programa oficial da Copa de 2014. Foram definidos os critérios para que as UCs possam fazer parte do Programa e definidas as 27 unidades contempladas: Parnas de Anavilhanas, Jaú, Lençóis Maranhenses, Ubajara, Jericoacoara, Serra da Capivara, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada Diamantina, Marinho de Abrolhos, Caparaó, Serra do Cipó, Restinga de Jurubatiba, Serra dos Órgãos, Tijuca, Itatiaia, Serra da Bocaina, Iguaçu, Aparados da Serra e Serra Geral, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Pantanal e Chapada dos Guimarães; além das Resex do Rio Unini e Arraial do Cabo e das APAs da Costa dos Corais e do Delta do Parnaíba. A estrutura mínima para inclusão no projeto foi definida (portais, centros de visitantes, exposição, sinalização bilíngue e no mínimo dois atrativos com acessibilidade) e todas as UCs foram avaliadas para definição dos investimentos e serviços necessários após oficinas e reuniões técnicas com os gestores das unidades. Foram preparados termos de referência para contratação de projeto unificado de sinalização e contratação de projetos arquitetônicos e de exposições, que estão em fase de licitação.

As estruturas de apoio à visitação foram modernizadas ou tiveram melhorias nas UCs que contaram com recursos de compensação ambiental, como os Parnas de Ubajara e Sete Cidades, Restinga de Jurubatiba, Serra das Confusões e da Amazônia. Foram contratados e elaborados projetos arquitetônicos para construção de centros de visitantes, banheiros e pontes nos Parnas de Lençóis Maranhenses e Serra do Cipó e elaborado o projeto de revitalização da Trilha das Cataratas, principal atrativo do Parna do Iguaçu. Ainda em 2011 foram viabilizados convênios com Secretarias Estaduais para aplicação de recursos do MTur nos Parnas de Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, tanto para elaboração de projetos que ainda estão pendentes, como para a construção de pontes, centros de visitantes, trilhas, sinalizações, exposições e outros.

O Projeto Turismo no Entorno dos Parques, realizado em parceria com MTur, Sebrae e Abeta, visa à estruturação para a visitação além dos limites dos parques nacionais, investindo na integração da gestão dos parques com a cadeia produtiva do turismo, incentivando o setor para oferecer melhores condições nos meios de hospedagem, alimentação e transporte, entre outros. Na primeira fase do

projeto foram contemplados os Parnas da Serra dos Órgãos, Marinho de Fernando de Noronha, Anavilhanas, Aparados da Serra e Chapada dos Veadeiros. O ICMBio está articulando acordo de cooperação com o Sebrae para expansão do projeto para mais 10 UCs no próximo ano e ainda para estudos de mercado que permitam avaliar o tamanho e a destinação melhor das estruturas de visitação a serem construídas nas unidades de conservação.

Serviços de Apoio à Visitação

Em 2011, a estratégia de delegação de serviços de apoio à visitação foi revista, buscando maior efetividade na formalização e qualificação dos serviços prestados por operadores privados nas UCs federais. A delegação por meio de concessões foi mantida para UCs com grande visitação e foram ampliados os esforços de formalização de pequenos operadores turísticos por meio de permissões e autorizações. Foram publicados dois novos editais de concessão, incluindo a concessão do complexo Paineiras-Corcovado, no Parna da Tijuca, com abertura de propostas no início de 2012 e que envolve a delegação de serviços de transporte interno, cobrança de ingressos, estacionamento, serviços de alimentação, lojas de conveniência e centro de visitantes no maior atrativo turístico do País. A pousada e restaurante do Parna da Serra dos Órgãos teve a licitação realizada, mas não se apresentaram interessados. Entre as modalidades mais simplificadas de delegação de serviços com projetos básicos desenvolvidos em 2011 destacam-se a permissões de uso para operação de transporte interno do Parna da Serra do Cipó, a permissão de uso para operação de abrigo de montanha e área de camping no Parna de Itatiaia e a autorização para visitação embarcada e mergulho no Parna Marinho dos Abrolhos. A antiga concessão de um hotel no Parna de Sete Cidades foi prorrogada por meio de um termo de autorização.

Diversas unidades iniciaram processos de normatização das atividades de condução de visitantes a pé, de carro ou barco, como os Parnas da Restinga de Jurubatiba, de São Joaquim, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada dos Guimarães, Aparados da Serra e Serra da Canastra e a APA de Guapimirim, entre outros.

Nas unidades que já dispunham de normas estabelecidas, como os Parnas da Serra dos Órgãos e Lençóis Maranhenses e a APA Costa dos Corais, foram autorizados novos condutores de visitante e veículos em 2011. No total foram regularizados 752 pequenos operadores turísticos que atuam nas UCs federais.

NÚMERO DE OPERADORES PRIVADOS FORMALIZADOS NAS UCs FEDERAIS

MODALIDADE	2009	2010	2011
Autorizações	7	17	752
Permissões	3	3	3
Concessões	7	9	9
Arrendamentos	2	2	2
TOTAL	19	31	766

Capacitação, Planejamento e Monitoramento de Impactos da Visitação

Em 2011 foi publicado o documento Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. O roteiro orienta a definição de números balizadores para a visitação, considerando a capacidade de suporte de cada atrativo, e enfatiza a importância do monitoramento dos impactos para um manejo adequado. A metodologia vem sendo utilizada e disseminada em oficinas e cursos de capacitação para aprimorar a gestão do uso público nas UCs.

O planejamento das atividades de uso público e o monitoramento de impactos são fundamentais para viabilizar a abertura de novas UCs à visitação e a diversificação das atividades de uso público. Ampliar o número de visitantes e oferecer novas experiências em ambiente natural são importantes para sensibilizar a sociedade para a importância da conservação.

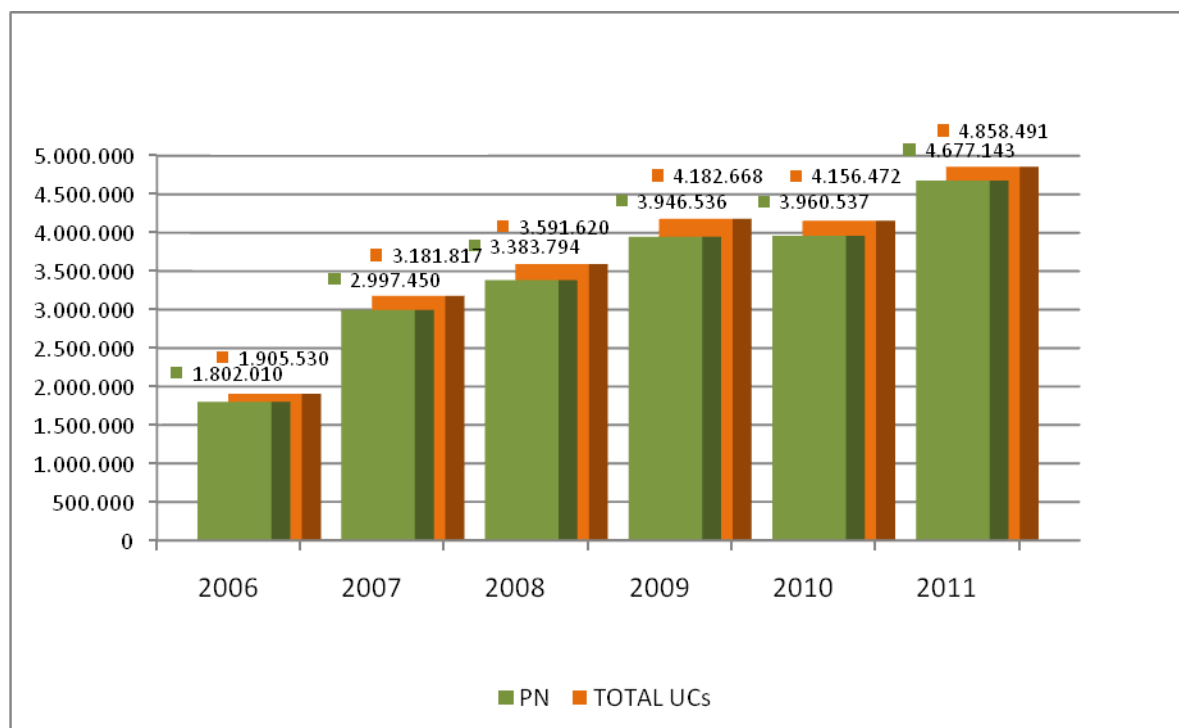
Para preparar as equipes das UCs, foram realizados dois cursos para equipes de diversas categorias de UCs, inclusive de uso sustentável. O Curso de Manejo de Trilhas e Monitoramento de Impactos da Visitação foi realizado em setembro, no Parna do Itatiaia, com apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS). Em novembro foi realizado no Parna da Serra dos Órgãos o Curso de Planejamento de Uso Público. Além dos cursos, foram realizadas duas oficinas com gestores e participação em congressos, como o Encontro Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA Summit e o II Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade - CONATUS, reforçando também a integração com a cadeia produtiva do turismo e os meios acadêmico e conservacionista. Nos cursos e oficinas foram elaboradas 40 propostas de trabalho para implementar trilhas, monitorar impactos ou avançar no ordenamento da visitação. A implementação destas atividades contará com tutoria de consultores contratados pelo USFS e da equipe do ICMBio.

Ainda com apoio do USFS, quatro servidores participaram de eventos internacionais, com envio de dois analistas ambientais para o Curso de Campo em Manejo de Áreas Protegidas, no Colorado (EUA), e dois para o Seminário Internacional sobre Áreas Protegidas, em Montana (EUA).

Crescimento da visitação

Os esforços para consolidação da visitação resultaram em crescimento de 17% da visitação nas UCs federais, totalizando 4.858.491 visitantes em 2011. Este número representa uma aceleração da já forte tendência de crescimento dos últimos anos.

Nº DE VISITANTES REGISTRADOS NAS UCs FEDERAIS



Parcerias e financiamento de unidades de conservação

Neste ano foi assinado o Acordo de Cooperação entre o ICMBio, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento de estudos sobre o potencial de parcerias público-privadas como instrumento de gestão em UCs, visando à operação

por privados de serviços de apoio ao uso público, à pesquisa, à proteção e ao funcionamento de 7 UCs federais.

Entendimentos iniciados paralelamente com o BNDES e o Sebrae devem resultar em editais para realização de estudos de mercado e de viabilidade econômica para operação de serviços de apoio à visitação e sobre a importância econômica das UCs nos contextos locais.

A parceria com o Grupo EBX para estruturação e manutenção do Parna Lençóis Maranhenses e do Parna Marinho de Fernando de Noronha teve sua operacionalização otimizada com a inclusão do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como executor dos recursos de doação. Os novos planos de trabalho preveem melhorias na estrutura e nos serviços das unidades.

Em 2011 foi renovado o Acordo de Cooperação para a Gestão Compartilhada do Parque Nacional da Tijuca com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e a Secretaria do Patrimônio da União. O plano de trabalho prevê investimentos significativos e novos projetos para aprimorar a gestão e melhorar as condições de visitação do Parque.

Foram assinadas também novas parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica para apoio às APAs Costa dos Corais e Cairuçu e está em negociação apoio ao MN do Arquipélago das Ilhas Cagarras, que se somam à Rebio Atol das Rocas, à APA Guapimirim e à Esec Guanabara. A APA Costa dos Corais também está firmando uma parceria com a Unesco, Conservação Internacional e associação de operadores turísticos locais para criação de um fundo para manutenção daquela UC a partir de pagamentos para manutenção da paisagem.

Negócios Florestais

O desenvolvimento de estratégias e modelos que viabilizem a venda de madeira das florestas plantadas com espécies exóticas nas UCs foi o principal foco na área de negócios florestais.

Em 2011 foram preparados editais para venda de Pinus e Eucalyptus nas Flonas de Chapecó, Capão Bonito, São Francisco de Paula e Canela. O valor total estimado para os primeiros lotes em andamento é de cerca de R\$ 8 milhões.

A comercialização da madeira das florestas plantadas depende da definição de novas estratégias de manejo para as flonas, visando associar o manejo a estratégias de conservação. Em 2011 foram iniciadas as discussões sobre alternativas de manejo para as áreas após a extração da madeira, tais como regeneração natural; geração de conhecimento sobre manejo de madeira de espécies nativas; utilização consorciada de espécies exóticas e nativas e sistemas agroflorestais, entre outros; identificação de matrizes e produção de mudas.

O Parna da Lagoa do Peixe e a Rebio União também tiveram projetos básicos preparados visando a erradicação de espécies exóticas plantadas antes da criação das UC, com geração de receitas para o ICMBio.

MACROPROCESSO CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

A criação da unidade de conservação não caracteriza transferência de domínio das terras para o patrimônio público. A regularização fundiária cuida da identificação e transferência do domínio ou da posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada UC ao Instituto. Dentre as ações, destacam-se a desapropriação de imóveis rurais, indenização de posses e obtenção da gestão das terras públicas federais e estaduais inseridas nas UCs federais.

A consolidação de limites das UCs compreende a delimitação espacial, demarcação e sinalização do perímetro das unidades, atividades que vêm sendo fortemente impulsionadas uma vez que sua materialização física contribui significativamente para a redução da ocorrência de ocupação e uso indevido dessas áreas protegidas.

Principais atividades desenvolvidas

Obtenção de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) das terras públicas federais sob domínio da união ou do INCRA

A obtenção da CDRU dessas áreas possibilita ao ICMBio realizar a outorga coletiva e gratuita do território às populações tradicionais beneficiárias das UCs de uso sustentável, garantindo seu acesso pleno às políticas públicas.

Este mesmo instrumento possibilita ao ICMBio realizar as concessões onerosas para exploração de serviços bens e serviços localizados em UCs federais.

Em 2011, o MMA já recebeu da Secretaria de Patrimônio da União termo de entrega e realizou a CDRU ao ICMBio de 8 unidades, compreendendo uma área de 1,7 milhão de hectares, conforme abaixo detalhado.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM CDRU DA SPU PARA O ICMBio

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	UF	ÁREA (ha)
Resex Terra Grande de Pracuúba	PA	194.695,18
Resex Tapajós Arapiuns	PA	690.070,05
Resex Gurupá Melgaço	PA	145.297,54
Resex Caeté Taperaçu	PA	42.346,08
Resex Riozinho do Anfrísio	AM	601.124,00
RDS Itatupã -Baquiá	PA	64.035,00
Parna da Tijuca	RJ	*
Esec de Tamoios	RJ	**
TOTAL		1.737.567,85

* - Área do Parque Lage

** - 7 ilhas

Desapropriação de imóveis ou indenização de posse

Foram retomados processos de indenização de imóveis em UC federais, totalizando a desapropriação administrativa de mais de 104.000 ha de terras.

Foram instruídos processos visando ao ajuizamento de ações de desapropriação de cerca de 20.000 ha em imóveis localizados nas seguintes UCs:

- Parna da Chapada Diamantina (BA) - 10 imóveis;
- Parna do Caparaó (MG/ES)- 1 imóvel;
- Parque Nacional de Itatiaia (RJ/MG/SP) - 6 imóveis;
- Parnas de Serra Geral e de Aparados da Serra (RS/SC) - 10 imóveis;
- Resex de Ciriaco (MA) - 5 imóveis.

Foi realizada a instrução de processos de indenização, em fase de conclusão, abrangendo uma área aproximada de 190.000 ha nas seguintes UCs:

- Parna da Serra das Confusões (PI) - 180.000 ha;
- Parna da Serra dos Órgãos (RJ) – 2 ha (1 pousada);
- Parna da Serra da Bocaina (RJ/SP) – 100 ha;
- Parna Cavernas do Peruaçu (MG) - 1.000 ha;

- Parna da Serra do Itajaí (SC) - 6.000 ha;
- Parna de Itatiaia (RJ/MG/SP) - 1.700 ha.

Recebimento de imóveis em doação por conversão de multa

- Foram incorporados ao patrimônio do ICMBio em 2011 imóveis em 10 UCs federais, totalizando uma área de 104.005,80 ha.

Ações de regularização fundiária por desoneração de reserva legal

Em 2011 foram recebidos em doação 6 imóveis no Parna Serra da Canastra e 4 imóveis no Parna de Ilha Grande. Além disso, foram estabelecidos termos de reciprocidade com os Estados de Rondônia e Paraná visando à desoneração de reserva legal nestes estados.

Vistoria de avaliação e instrução processual

Foram realizadas vistorias de avaliação e instrução processual de imóveis a serem desapropriados nas seguintes UCs federais:

- Parna da Restinga de Jurubatiba
- Parna da Serra de Aparados da Serra
- Parna de Serra Geral
- Parna de Lagoa do Peixe
- Parna da Serra da Canastra
- Parna da Serra de Itabaiana
- Parna da Chapada Diamantina
- Parna do Caparaó
- Parna Grande Sertão Veredas
- Parna das Araucárias
- Parna de Campos Gerais
- Parna da Serra de Itajaí
- Parna de Cavernas do Peruaçu
- Parna de Itatiaia
- Parna de São Joaquim
- Parna de Sempre Vivas
- Parna Serra da Bocaina
- Parna do Catimbau
- Esec da Mata Preta
- Esec do Mico Preto
- Esec Serra Geral do Tocantins
- Esec de Cuniã
- Rebio de Mata Escura

- Rebio de Pedra Talhada
- Resex do Ciriaco
- Resex Verde para Sempre
- Resex Ouro Preto
- Resex de Canavieiras
- Rebio do Jaru

Publicações

Em 2011 foi publicada a Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais. O objetivo dessa cartilha é demonstrar, na prática, todos os passos da aplicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2/2009, que trata da indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis em UCs federais, desde a abertura do processo de indenização até a transferência das áreas pelo ICMBio. A cartilha está disponível no portal do ICMBio na internet:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

MACROPROCESSO CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UCs

Criação de Unidades de Conservação

A incorporação de novos analistas ambientais em 2011 permitiu melhorar a organização das informações relativas ao conjunto de mais de 300 demandas ou processos de criação, ampliação, recategorização e/ou revisão de limites apresentadas ao ICMBio, além de estabelecer níveis de prioridades para cada uma delas. Nesta ótica, atualmente o conjunto de demandas obedecem a tal ordem de grandeza e podem preliminarmente ser assim consideradas:

- Nível de prioridade Alto – 46 processos de criação de UCs em andamento com previsão de conclusão em curto ou médio prazos.
- Nível de prioridade Médio – 85 processos de criação de UCs em andamento com previsão de conclusão em médio ou longo prazos.
- Nível de prioridade Baixo – 126 processos de criação de UCs sem andamento ou realização de estudos. Dificilmente terão andamento concreto no curto ou médio prazos, especialmente se considerarmos o grande número de demandas nos níveis anteriores. Deverão ser fruto de nova análise quanto à prioridade e/ou pertinência.
- Indicação de arquivamento ou efetivamente arquivados – 82 processos. Em sua maioria são propostas antigas, que nunca chegaram a ter estudos ou trabalhos em campo realizados, mas que a análise preliminar indica a falta de pertinência para a criação de UC, ao menos na esfera federal.

No ano de 2011, excetuando RPPNs, nenhuma unidade de conservação foi criada, ampliada ou teve revisão de limites. A Medida Provisória nº 542/2011, que previa a revisão de limites dos Parnas da Amazônia, dos Campos Amazônicos e do Mapinguari, chegou a ser publicada no Diário Oficial da União em 15/08/2011, mas por não ter sido votada pelo Congresso Nacional, perdeu validade. No entanto, foram trabalhadas várias etapas deste processo.

Consultas Pública

Em 2011 foram realizadas sete consultas públicas para a criação de UCs, a saber:

1. Criação da Resex Litoral Sul de Sergipe (SE)
2. Criação da Resex Areião/Vale do Guará (MG)
3. Criação do Parna da Furna Feia (RN)
4. Criação do Parna Marinho Arquipélago dos Alcatrazes (SP)
5. Criação do RVS de Arembepe (BA)
6. Criação do RVS de Praia do Forte (BA)
7. Ampliação da Flona Araripe-Apodi (CE)

Processos em fase final

A conclusão das atividades inerentes à criação, ampliação e revisão de limites de UCs resultou na instrução final de 11 processos com vistas ao encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada no ICMBio e ao Presidente do Instituto, a saber:

- Propostas de criação da Esec Alto Maués (AM), Parna Furna Feia (RN), Parna Campo dos Padres (SC), Rebio Bom Jesus (PR), Parna Arquipélago dos Alcatrazes, RVS Peixe Boi Marinho (CE/PI) e Flona Araripe Apodi (CE);
- Propostas de redefinição de limites do Parna Amazônia (AM/PA), Flonas Itaituba 1 e 2 (PA), Parna dos Campos Amazônicos (AM/RO), Parna Mapinguari
- Proposta de ampliação da Esec Cuniã (RO)

Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Quanto às RPPNs, no ano de 2011 foram criadas 23 RPPNs, totalizando 11.189,07 ha, conforme tabela abaixo:

NOME DA RPPN	UF	ÁREA (HA)
RPPN do Caju	SE	763,37
RPPN Veredas do Pratudinho	BA	2.236,80
RPPN Araucárias Gigantes	SC	55,73
RPPN Reserva Canto dos Pássaros	BA	233,74
RPPN Olho de Fogo Redondo	BA	103,73
RPPN Curió	BA	13,39
RPPN Kahena	MG	5,70
RPPN Mico Leão Dourado	RJ	22,17
RPPN Morro Grande	RJ	192,34
RPPN Fazenda Serra do Ribeirão	MG	48,54
RPPN Rio da Barra	BA	144,06
RPPN Grande Floresta das Araucárias	SC	4.018,77
RPPN Reserva da Pousada Graciosa	PR	17,33
RPPN Portal das Nascentes II	SC	3,64
RPPN Reserva da Cultura Permanente	CE	7,62
RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia	SE	10,75
RPPN Nascentes do Rio Tocantins	GO	270,09
RPPN Bico do Javaés	TO	2.760,72

RPPN Belo Monte	CE	15,70
RPPN Pau Terra	GO	6,33
RPPN Alto da Mantiqueira	MG	20,10
RPPN Almirante Renato de Miranda Monteiro	CE	219,93
RPPN Nova Aurora	RO	18,52
TOTAL		11.189,07

Em 2011 foi elaborado e publicado o Roteiro para Criação de RPPN Federal².

² Disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

Esse roteiro fornece orientações básicas para criação de RPPN, bem como para a utilização do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN), Módulo Criação.

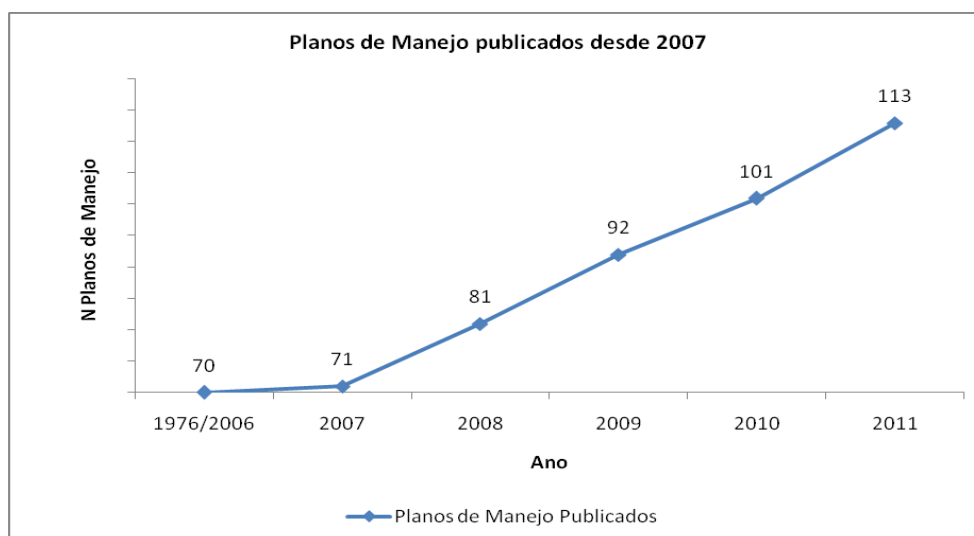
Elaboração e Revisão de Plano de Manejo:

O plano de manejo é reconhecido em âmbito nacional e internacional como a principal ferramenta para a gestão das unidades de conservação. É por meio deste instrumento que o órgão gestor, com base nas informações consolidadas sobre a UC e seu entorno e na análise estratégica dos ambientes internos e externos da unidade, propõe uma estratégia para a gestão da unidade e manejo sustentável dos recursos naturais. O plano de manejo é o documento que consolida os objetivos específicos de manejo da unidade, bem como o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso do território protegido.

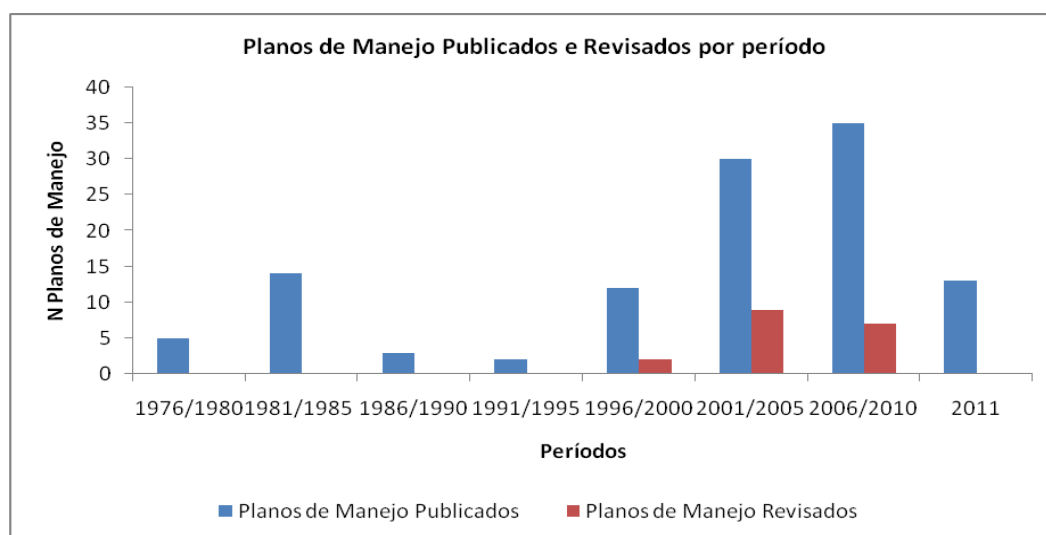
SITUAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

CATEGORIA DE UC	STATUS DOS PLANOS DE MANEJO	
	COM PM	PM EM ELABORAÇÃO
Parque Nacional	43	8
Estação Ecológica	9	5
Reserva Biológica	21	4
Refugio de Vida Silvestre	0	0
Monumento Natural	0	0
UC de proteção integral	73	17
Área de Preservação Ambiental	11	8
Área de Relevante Interesse Ecológico	1	2
Floresta Nacional	21	18
Reserva Extrativista	7	24
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0	0
UC de uso sustentável	40	52
TOTAL GERAL	113	69
Porcentagem (N=310)	36,5%	22,3%

Desde a criação do ICMBio, em 28/08/2007, foram publicados 43 planos de manejo de UCs federais sob gestão do Instituto. Considerando que em 2006 havia 286 UCs criadas, os 70 planos de manejo elaborados até dezembro de 2006 correspondiam a aproximadamente 15% das unidades de conservação. Em cinco anos houve o acréscimo de 24 UCs criadas e o acréscimo de 43 planos de manejo.



A figura abaixo demonstra graficamente a série histórica da elaboração/publicação dos planos de manejo, no período de 1976 a 2011, e mostra que no período após a criação do ICMBio o número de planos de manejo elaborados é significativamente maior do que a média de anos anteriores.



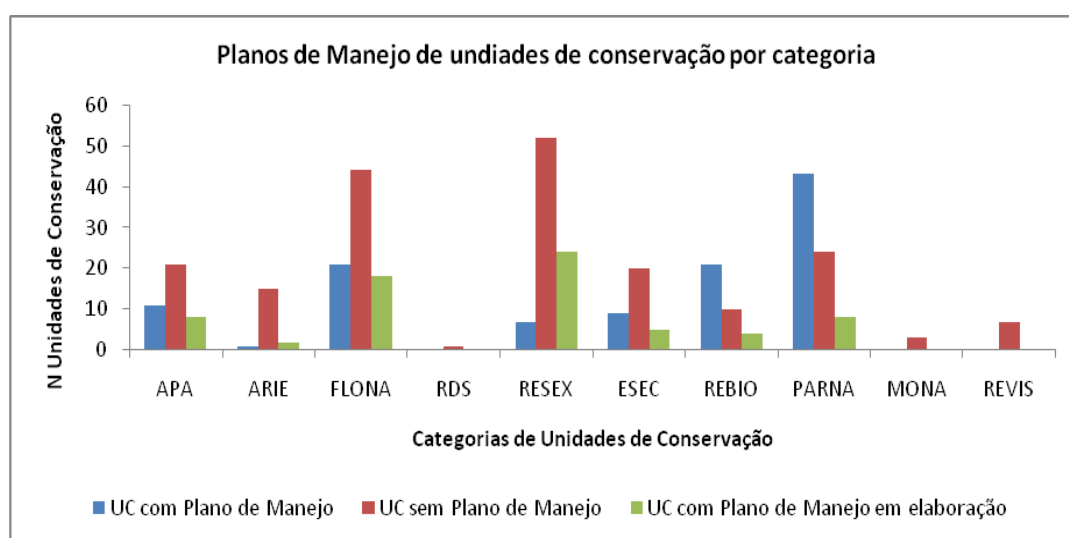
Em 2011 foram publicados 12 planos de manejo das seguintes unidades de conservação:

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PORTARIA QUE APROVA O PLANO DE MANEJO
Flona do Jacundá	Portaria nº 40, de 16/06/2011
Flona de Pacotuba	Portaria nº 72, de 02/09/2011
Flona do Jamanxim	Portaria nº 14, de 24/02/2011
Flona do Trairão	Portaria nº 10, de 02/02/2011
Parna do Cabo Orange	Portaria nº 6, de 17/01/2011
Parna do Juruena	Portaria nº 44, de 30/06/2011
Parna dos Campos Amazônicos	Portaria nº 39, de 16/2/2011
Rebio de Serra Negra	Portaria nº 80, de 06/10/2011
Resex do Mandira	Portaria nº 13, de 25/02/2011
Resex do Iriri	Portaria nº 9, de 02/02/2011
Resex Riozinho do Anfrísio	Portaria nº 41, de 29/06/2011

Ainda em 2011, foram analisados e aprovados 6 planos de manejo de RPPN:

RPPN	PORTARIA QUE APROVA O PLANO DE MANEJO
RPPN Emílio Einsfeld Filho	Portaria nº 51, de 05/07/2011
RPPN Corredeiras do Rio Itajaí	Portaria nº 93, de 18/11/2011
RPPN Fazenda São Benedito	Portaria nº 7, de 17/01/2011
RPPN Serra do Tombador	Portaria nº 101, de 6/12/2011
RPPN Chácara Edith	Portaria nº 79, de 6/10/2011
RPPN Fazenda São Benedito	Portaria nº 7, de 17/01/2011

Em relação às categorias das unidades de conservação, na figura abaixo observamos que, embora o maior número de UC de proteção integral apresente o maior número de planos de manejo elaborados, o ICMBio tem empreendido maior esforço na elaboração dos planos de manejo das UC de uso sustentável, especialmente Flonas e Resex.



Além dos resultados obtidos no incremento dos planos de manejo das unidades de conservação, o ICMBio reiniciou em 2011 a discussão da revisão da proposta metodológica para a elaboração de planos de manejo na perspectiva de tornar os processos de elaboração desses planos mais ágeis e mais focados nos desafios de gestão das UCs.

Mosaicos e Corredores Ecológicos

Em 2011 o ICMBio apoiou o processo de reconhecimento de 2 mosaicos de unidades de conservação: o Mosaico Carioca (Portaria MMA nº 245, de 11/07/2011) e o Mosaico da Amazônia Meridional (Portaria MMA nº 332, de 25/08/2011). Foram apoiadas as oficinas de formação e posse do Conselho do Mosaico da Amazônia Meridional e as oficinas de planejamento dos Mosaicos Extremo Sul da Bahia e Baixo Rio Negro, além de apoiar tecnicamente a implementação da gestão dos 13 mosaicos formalmente reconhecidos pelo MMA.

Foram reunidas informações relevantes (contato, dimensão, área) e foi organizada toda a documentação relativa aos mosaicos federais reconhecidos pelo MMA (portarias, regimentos internos, planejamentos estratégicos e mapas). Estes documentos estão atualmente disponíveis no portal do ICMBio na internet:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos/moscaicos-reconhecidos-oficialmente>.

Execução de Projetos - Corredores Ecológicos

Em 2011 o ICMBio trabalhou em 4 projetos de cooperação técnica/financeira internacional voltados para implementar os seguintes corredores ecológicos:

CORREDOR ECOLÓGICO	PROJETO / TERMO DE COOPERAÇÃO
Corredor Ecológico da Região do Jalapão	Cooperação Técnica entre ICMBio e Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA
Corredor Central da Mata Atlântica (BA)	Termo de Cooperação nº 2/2011 entre ICMBio e MMA
Corredor Central da Mata Atlântica (ES)	Termo de Cooperação nº 4/2010 entre ICMBio e MMA
Corredor Central da Amazônia (AM)	Termo de Cooperação nº 6/2011 entre ICMBio e MMA

Um dos produtos da Cooperação Técnica ICMBio/JICA no Corredor Ecológico da Região do Jalapão foi a publicação do Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão, disponível no portal do ICMBio na internet:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

MACROPROCESSO PROTEÇÃO

Quadro de pessoal atuando na proteção ambiental

Em 2011, foram designados 61 novos agentes de fiscalização ambiental, totalizando um quadro de 935 fiscais no Instituto. Considerando a saída de vários servidores da atividade de fiscalização, por motivos diversos (aposentadoria, redistribuição, exoneração etc.), houve um grande esforço institucional para promover o aumento de 5% no número de agentes em relação ao ano anterior.

De forma sintética, destacam-se os seguintes dados referentes ao pessoal que atua na proteção das unidades de conservação federais:

- Distribuição de uniformes e formulários controlados a todos os agentes de fiscalização;
- 935 agentes de fiscalização - aumento de 5% em relação a 2010;
- 22 servidores qualificados nas coordenações regionais para o assessoramento e realização dos julgamentos dos processos de autos de infração,
- 1.631 brigadistas - aumento de 37 brigadistas em relação a 2010;
- 102 instrutores, sendo 67 instrutores de brigada e 35 instrutores de fiscalização ambiental e/ou armamento e tiro.

Logística operacional

No ano de 2011, houve continuidade no processo de emissão de carteiras de fiscalização e portes de arma para os fiscais, após aferição de capacidade psicológica e técnica. Esse procedimento garantiu a identificação funcional dos agentes de fiscalização em operações e o acesso ao uso de armamento.

Houve continuidade também no processo de aquisição e distribuição de material controlado e equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto, incluindo armamento, munição, coletes balísticos e tecnologias não letais. Diante da responsabilidade institucional de garantir a proteção individual de seus servidores, tal procedimento apresenta como resultado a manutenção da padronização e o incremento da estrutura de segurança nas ações de fiscalização, destacando-se os seguintes dados:

- Distribuição de uniformes e formulários controlados a todos os agentes de fiscalização;
- 414 fiscais portando armamento institucional – deve ser considerado que em 2011 houve recolhimento de várias armas de fogo de servidores excluídos da atividade de fiscalização, permitindo o acautelamento a novos agentes;
- 727 fiscais com colete balístico acautelado - aumento de 63% em relação a 2010.

Na área de prevenção e combate a incêndios florestais, a estruturação das unidades de conservação federais com brigadas ocorreu, sobretudo, por meio da aquisição e distribuição de veículos e materiais diversos, tais como uniforme, ração operacional, barracas modulares, equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios.

Planos de proteção

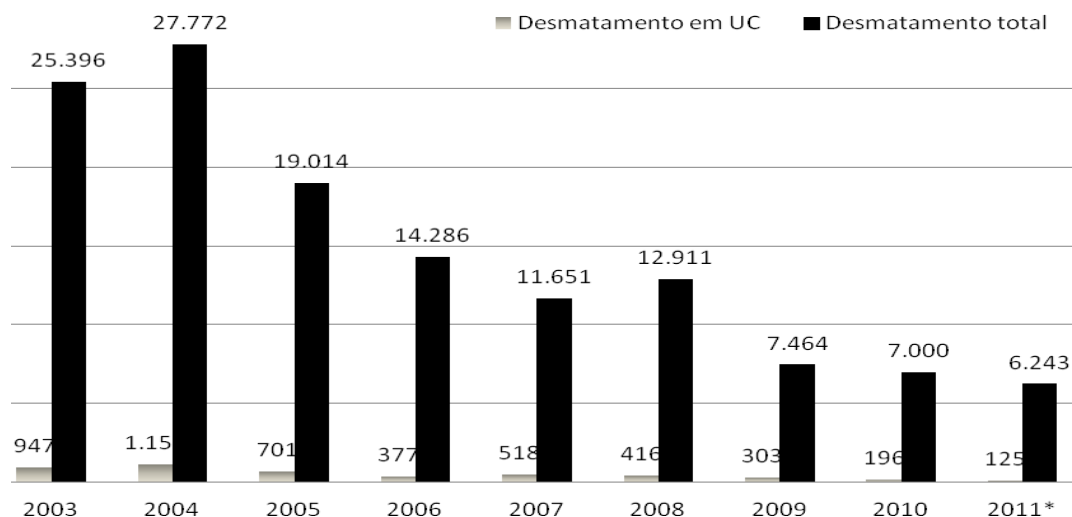
Foram elaborados/revisados em 2011 planos de proteção de 37 UCs federais e realizadas reuniões técnicas para iniciar o processo de elaboração dos planos que serão concluídos em 2012. Essas ações, de caráter continuado, têm como objetivo diagnosticar os principais riscos e ameaças às UCs federais, identificando as prioridades de atuação com foco na proteção ambiental.

Monitoramento ambiental

A estruturação da Sala de Monitoramento e Informações Ambientais permitiu o monitoramento diário dos focos de calor nas UCs federais, a produção de aglomerados com os focos citados, a elaboração de mapas com os focos de calor durante as épocas críticas, o cálculo de área atingida por incêndios em UCs federais, a elaboração de alertas de desmatamento nas UCs federais com base no PRODES (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) e no Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real), bem como o apoio em geoprocessamento às ações de fiscalização e combate a incêndios florestais.

Quanto ao monitoramento da cobertura florestal amazônica, de acordo com os dados do PRODES, pode-se afirmar que a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira, especialmente nas UCs, tem diminuído ao longo dos últimos 4 anos. Em 2007, o percentual da área desmatada em UCs federais correspondia a 4,45% do total do bioma. Em 2011, esse percentual representou somente 2,0% da área total desmatada na Amazônia.

Os dados preliminares do PRODES 2010/2011 indicam que a área total da Amazônia desmatada no período foi de 6.243 km², sendo 125 km² desmatados dentro das áreas protegidas, menor taxa registrada desde 2003. Ressalta-se que em várias situações este dado representa desmatamento autorizado, como a abertura de áreas para roças de populações tradicionais inseridas em UCs de uso sustentável, mineração em áreas permitidas, etc.

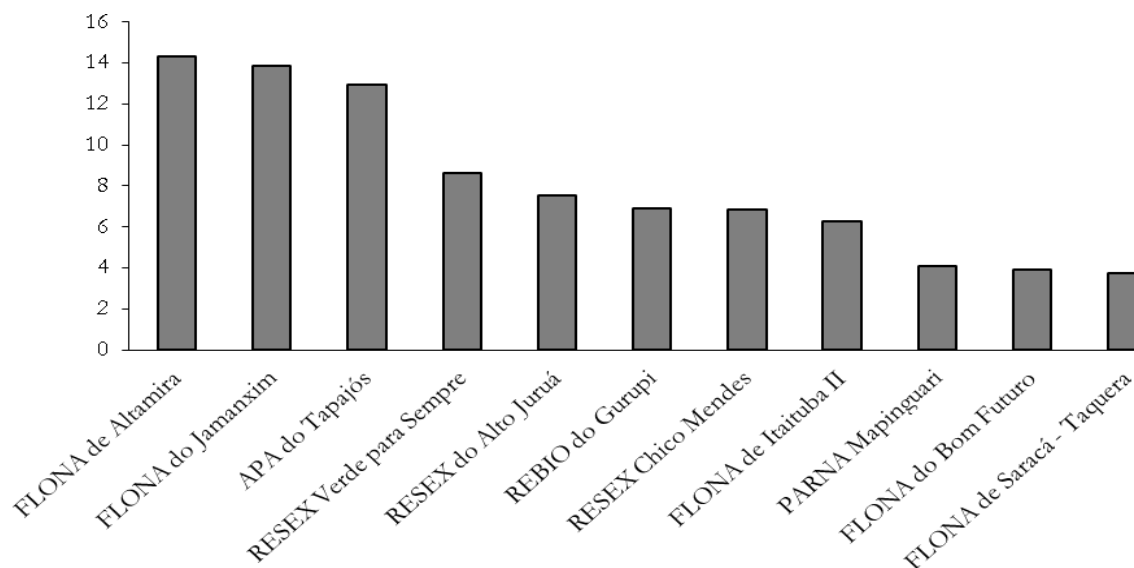


Quando comparado com o levantamento anterior, correspondente aos dados PRODES 2009 / 2010, verifica-se que houve uma queda de 36,38% no total de área desmatada nas UCs federais.

Foi observado, ainda, que 77% das áreas desmatadas se concentraram em 13 das 48 unidades com registro de desmatamento, quais sejam: Flona Altamira, Flona Jamanxin, APA Tapajós, Resex Verde para Sempre, Resex Alto Juruá, Rebio Gurupi, Resex Chico Mendes, Flona Itaituba II, Parna Mapinguari, Flona Bom Futuro, Flona Saracá-Taquera, Rebio Nascentes Serra do Cachimbo, Flona Iquiri, Resex Alto Tarauacá, Parna Serra do Divisor, Resex Renascer, Parna Rio Novo e Esec Terra do Meio.

Nas unidades na área de influência da BR 163 foi concentrado 45% do total do desmatamento.

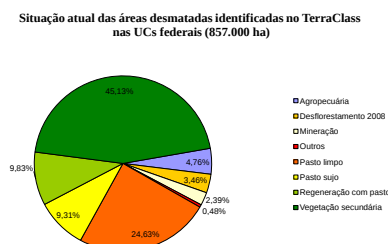
A seguir, o gráfico com a área desmatada nas UCs federais (km²).



Cabe ressaltar que os dados do PRODES 2010/2011 referentes ao período de julho de 2010 a agosto de 2011, são preliminares, devendo sofrer reanálise mais apurada por parte do INPE, passível de alterações de valores. A comparação futura com os dados reavaliados pelo INPE poderá alterar os índices ora apresentados.

Outro dado importante, obtido com base na utilização da ferramenta TERRACCLASS, consiste na conclusão de que 55% das áreas desmatadas até 2008 encontram-se atualmente em regeneração,

sendo 45,13% na forma de vegetação secundária e regeneração com pasto. Este dado demonstra que as ações de fiscalização ocorridas impediram a reimplantação de novas práticas de uso intensivo em grande parte da área desmatada, permitindo a recuperação dessas áreas.



Fiscalização ambiental

Foram realizadas, no ano de 2011, 373 operações de fiscalização em 157 UCs localizadas em todas as regiões do país, envolvendo 3.170 profissionais, entre servidores e parceiros, sendo que 52% do pessoal envolvido é do quadro do ICMBio, 31% das polícias militares estaduais, 9% das brigadas de combate aos incêndios, 4% do Ibama, e o restante distribuído entre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro, Força Nacional de Segurança Pública, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, e ainda agentes municipais.

Essas operações tiveram o objetivo de combater os crimes e infrações ambientais relacionados, principalmente, com: i) desmatamento, e extração ilegal de madeira e de outros subprodutos florestais; ii) caça e coleta de animais silvestres; iii) pesca ilegal, irregular e não reportada/defeso; iv) garimpo e extração mineral; v) plantações irregulares de transgênico; vi) ocupações irregulares (invasões). Outros impactos que causam danos às áreas protegidas também foram objetos das ações de fiscalização, a saber: irregularidades no uso público (turismo/visitação); criação de animais domésticos, piscicultura, carcinocultura); biopirataria; agricultura de pequeno porte; acesso às UCs; queimadas; áreas embargadas; uso irregular de agrotóxico; linhas de transmissão de energia, entre outros.

Em relação aos anos de 2009 e 2010, houve um aumento na quantidade de operações e no número de UCs que realizaram as ações de fiscalização. Em 2010, ocorreram 242 operações em 125 UCs federais; em 2011, foram realizadas 373 operações em 157 UCs federais. Cabe destacar que a concentração dos esforços no combate ao desmatamento ocorreu no bioma Amazônia. Das 157 UCs que realizaram operações de fiscalização, 98 estão localizadas na Amazônia Legal.

Essa priorização também pautou a atuação da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA, criada em maio de 2009 por meio de uma portaria interministerial (Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça), agregando as instituições responsáveis pelas ações de

comando e controle na área ambiental, como o ICMBio, Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Agência Brasileira de Inteligência, Exército Brasileiro, Funai, entre outros.

Nesse contexto, destacam-se as ações de proteção das UCs na área de influência da rodovia BR 163, incluindo a Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. No ano de 2011, o ICMBio realizou uma série de operações com o objetivo de combater a exploração ilegal de madeira nessas áreas protegidas. Essas ações se concentraram no Parna Jamanxim, Flona Trairão, Resex Riozinho do Anfrísio, Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo, Parna da Amazônia, Parna Serra do Pardo e Esec Terra do Meio. Nessas operações, cerca de 7 mil m³ de madeira em tora e serrada forma apreendidas, além de maquinários e equipamentos utilizados para extração da madeira (tratores, caminhões, caminhonetes, motocicletas, serrarias, etc.). Uma das principais dificuldades que tem sido encontrada é a logística para retirada das máquinas, equipamentos e da madeira apreendida na floresta.

Ainda na Amazônia, o ICMBio manteve operações de fiscalização permanentes na Rebio Gurupi (MA), Flona Bom Futuro (RO), Rebio Abufari (AM), Rebio Jarú (RO), em função das bases operacionais existentes nessas unidades.

No que se refere à fiscalização no mar, o Programa de Rastreamento das Embarcações por Satélite (Preps), que identifica a atuação dos barcos maiores que 15 metros ao longo do mar territorial, possibilitou apontar as UCs que sofrem mais pressão da frota industrial, especialmente à pesca de cerco e arrasto de fundo. Essas unidades estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul (Parna Lagoa do Peixe), Santa Catarina (Rebio Arvoredo e APA Baleia Franca), São Paulo (Esec Tupiniquins), Rio de Janeiro (Resex Arraial do Cabo, Monumento Natural das Cagaras, Esec Tamoios), Pará e Amapá (Parna Cabo Orange).

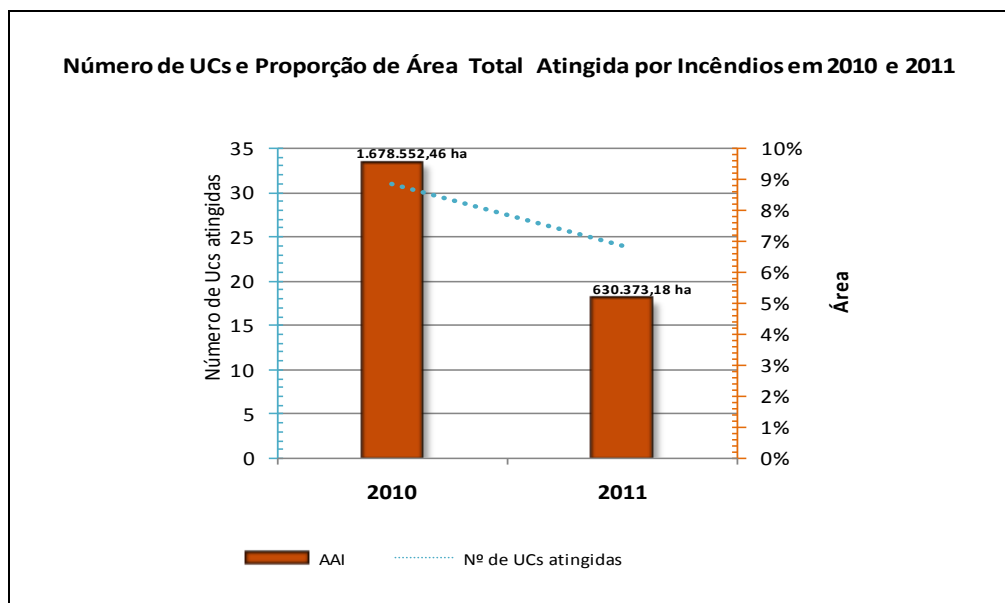
Atenção especial também foi dada à APA Planalto Central (DF) em função da decisão judicial referente à Ação Civil Pública nº 2008.34.00.025634-3, de autoria do Ministério Público Federal, onde figuram como réus ICMBio, Ibama, Cia. Imobiliária de Brasília – Terracap, e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2008, a 20ª Vara da Justiça Federal/DF proferiu decisão liminar que impediu a realização de quaisquer obras ou intervenções na área, visando inibir qualquer iniciativa de continuidade de ocupação especulativa e impedir o avanço de danos ambientais. Neste sentido, as operações de fiscalização do ICMBio na área geraram 78 notificações; 136 autos de infração foram lavrados; 74 lotes embargados; 17 obras construídas nas áreas de preservação permanente tiveram indicada a demolição; 200 panfletos informativos foram entregues nas áreas vistoriadas.

Prevenção e combate a incêndios florestais

O ano de 2011, diferentemente de 2010, caracterizou-se por um período seco mais curto e úmido, o que refletiu na redução do número de focos de calor e da área atingida por incêndios nas UCs federais, quando comparado ao ano anterior.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da área atingida por incêndios foi a redução do acúmulo de biomassa provocado pelos incêndios ocorridos em 2010.

Além disso, foi preponderante o aumento na eficiência das ações de prevenção e combate a incêndios florestais do ICMBio como: estruturação das bases operativas e de protocolos de ajuda mútua, aumento do efetivo de brigadistas contratados, aquisição de equipamentos de combate e transporte, redistribuição do efetivo contratado entre as UCs, etc.

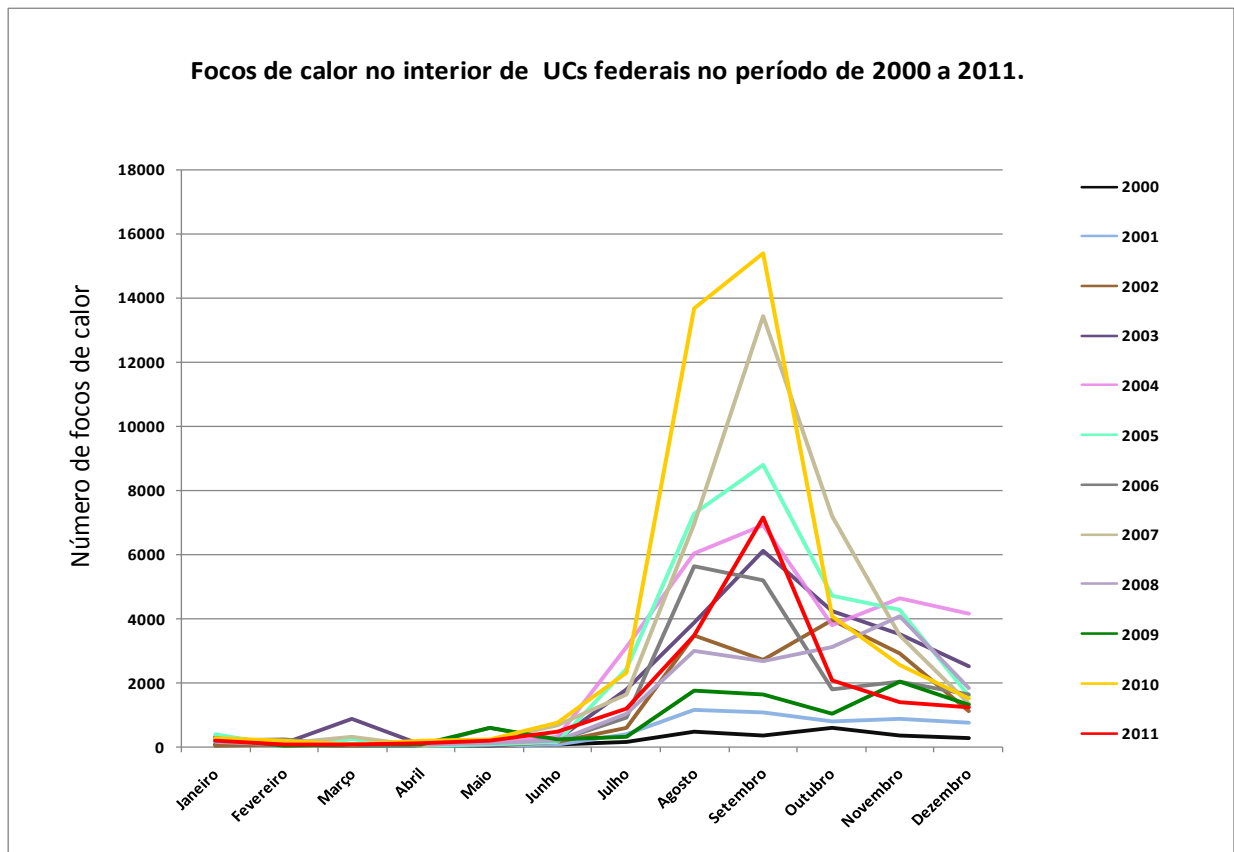


No intento de minimizar os efeitos dos incêndios, foram realizadas as seguintes ações:

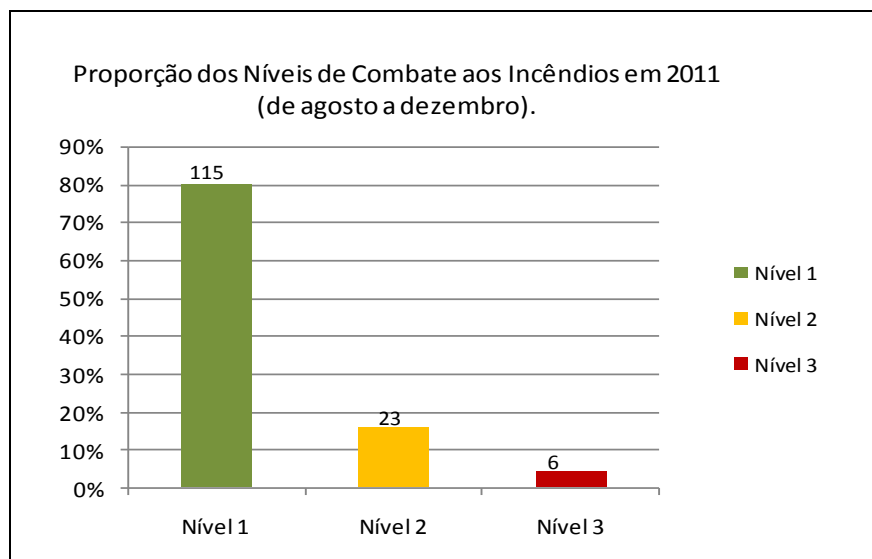
- Ações de prevenção – Em 2011 foram construídos 1.879 km de aceiros, 395 km (21%) a mais que em 2010, em 37 UCs federais;
- Capacitação e contratação de brigadistas - foram capacitados aproximadamente 3.000 brigadistas em 102 cursos. Deste total, foram contratados 1.631 brigadistas em 98 unidades. Vale ressaltar que algumas UCs federais buscaram capacitações alternativas, inclusive para geração de renda, em educação ambiental, condutores de visitantes e parabolânicos para brigadistas e ex-brigadistas. Iniciaram-se também discussões para a busca de alternativas ao uso do fogo nas UCs do Estado do Acre com vistas a atender a ação civil pública que visa o fogo zero naquele estado.
- Contratação de aeronaves para apoio às ações de monitoramento de combate a incêndios florestais - foram acionados 6 aviões-tanque (airtractor), 1 helicóptero e 2 aviões de monitoramento;
- Implementação de brigadas voluntárias - No biênio 2010/2011, as UCs federais que desenvolveram atividades com brigadas voluntárias são: Parna da Serra do Cipó, Parna Serra da Canastra, Parna de Itatiaia, Parna de Serra dos Órgãos, Parna Chapada Diamantina, Parna do Caparaó, Parna de Brasília, Esec de Iquê e Esec Serra Geral do Tocantins;
- Aquisição e distribuição de equipamentos - foram adquiridos equipamentos de proteção individual tanto para os brigadistas contratados quanto para os brigadistas voluntários inscritos no programa de voluntariado. Outros equipamentos adquiridos referem-se a combate, tais como mangueiras, bombas costais, abafadores, tanques flexíveis de 11.000 litros, equipamentos de apoio a combate aéreo, jipes e caminhões para transporte de brigadistas, motobombas e torres fixas de observação;
- Estruturação de duas bases operativas de prevenção e combate a incêndios florestais, uma no Parna do Descobrimento e uma na Esec Serra Geral do Tocantins, que se somaram às criadas em 2010 apoiando as ações de todo o sistema de prevenção e combate a incêndios florestais do ICMBio;
- Elaboração e aprovação de projeto para estruturação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais na base operativa da Esec Serra Geral do Tocantins, juntamente com o MMA, Ibama e Inpe, no âmbito da cooperação bilateral Brasil/Alemanha;

- Elaboração de relatórios técnicos de identificação de causa e origem de incêndios florestais - foram realizadas vistorias/perícias na Esec Serra Geral do Tocantins, na RVS Veredas do Oeste Baiano, na APA Morro da Pedreira, no Parna Serra do Cipó e no Jardim Botânico de Brasília. Além disso, dois incendiários foram vistos em flagrante no Parna Nascentes do Rio Parnaíba. Vários mecanismos de ignição foram encontrados, indicando fogo criminoso, nas unidades: Parna dos Campos Amazônico, Parna Chapada dos Guimarães, Parna de Itatiaia, Parna Grande Sertão Veredas. Em diversas UCs foram avistados incendiários, mas não foi possível sua identificação, como na Flona de Brasília e no Parna de Itatiaia.

Conforme o gráfico a seguir, percebe-se que a quantidade de focos de calor no interior das UCs federais apresenta números próximos à média – diferentemente do ocorrido em 2010, 2007 e 2005.



Considerando o monitoramento através de focos de calor, em 2011 foram identificadas 144 UCs federais com incidência de focos. Nesses casos, 115 unidades conseguiram controlar os incêndios por meio de esforços locais e evitaram que área ainda maior fosse atingida, 23 necessitaram de apoio das bases operativas, e apenas 6 necessitaram de apoio nacional (gráfico a seguir).



Cabe destacar que a estrutura organizada pelo ICMBio para as ações de prevenção e combate a incêndios, auxiliada pelas questões climáticas, possibilitou, além da melhor eficiência nas ações de prevenção e combate no interior das unidades, apoiar instituições parceiras, destacando-se: Funai, UCs estaduais do Estado de Minas Gerais, RPPNs e o Jardim Botânico de Brasília.

MACROPROCESSO MANEJO PARA CONSERVAÇÃO

Resumo dos resultados institucionais relacionados

O Brasil é responsável pela gestão do maior patrimônio de biodiversidade do mundo. São mais de 120 mil espécies de animais que ocorrem no território nacional: são mais de 100 mil espécies de invertebrados e aproximadamente 8.200 espécies de vertebrados (713 mamíferos, 1.833 aves, 732 répteis, 877 anfíbios, 2.800 peixes continentais e 1.300 peixes marinhos), das quais 627, atualmente, estão listadas como ameaçadas de extinção.

Evitar o aumento do número de espécies ameaçadas de extinção e preservar as já ameaçadas é uma obrigação do poder público e da sociedade.

O ICMBio atua para a melhoria do estado de conservação das espécies brasileiras, utilizando três ferramentas integradas:

- Avaliação do estado de conservação das espécies;
- Identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade; e
- Definição e implementação de Planos de Ações Nacionais.

Este trabalho é executado pelo ICMBio por meio de seus centros nacionais de pesquisa e conservação e conta com o apoio do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - Probio II.

A avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira identifica o grau de risco de extinção das espécies, segundo os critérios e categorias União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, as principais ameaças e as áreas importantes para a manutenção das espécies. Dessa forma subsidia a revisão da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e o estabelecimento de ações necessárias à proteção da fauna brasileira.

Em 2011, foram realizadas 13 oficinas para avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira, que contaram com a participação de 221 especialistas e resultaram na avaliação de 1.668 espécies (veja quadro abaixo), o que totaliza 2.302 espécies avaliadas, ou seja, 23% da meta estabelecida para 2014.

GRUPO TAXONÔMICO	OFICINAS	TÁXONS AVALIADOS
Aves	2	398
Lepidóptera	1	82
Anelídeos	1	3
Mamíferos aquáticos	1	54
Elasmobrânquios	1	91
Anfíbios	2	539
Crocilianos	1	6
Peixes marinhos	2	187
Peixes continentais	1	280
Carnívoros	1	28
TOTAL	13	1.668

Em 2011 foi publicado o primeiro número da revista eletrônica Biodiversidade Brasileira com o resultado da avaliação das tartarugas marinhas .

O trabalho de identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade visa a ordenar a informação para compatibilizar o desenvolvimento dos investimentos nacionais com a proteção da fauna brasileira e que deverão ser utilizados para o planejamento setorial e para subsidiar o licenciamento ambiental.

Em 2011 foi publicado o Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação Federais , que organizou as informações para identificar o percentual de espécies ameaçadas protegidas nas UCs federais. O trabalho concluiu que 50% das espécies ameaçadas de extinção têm registro de ocorrência nas UCs federais.

Os Planos de Ação Nacionais (PAN) são documentos oficiais do governo brasileiro que orientam as ações prioritárias para inibir as ameaças que põem em risco populações de espécies da fauna. As ações abrangem interferência em políticas públicas, desenvolvimento de conhecimento específico, sensibilização de comunidades e controle da ação humana.

Essas ações são pactuadas com atores locais ou que tenham algum tipo de interferência sobre o estado de conservação da espécie, presentes à oficina de elaboração do PAN, visando reverter o grau de ameaça no qual a espécie se encontra. As ações são realizadas pelo ICMBio e os parceiros identificados no plano. A monitoria da implementação das ações é coordenada e promovida pelo Instituto anualmente.

No que tange à meta do Instituto de ter até 2014 todas as espécies da fauna ameaçada de extinção contempladas em planos de ação, em 2011, foram realizada 29 oficinas, com a participação 732 pessoas e o envolvimento de 263 instituições, o que resultou na elaboração dos seguintes PAN:

- Sauim-de-coleira;
- Passeriformes dos Campos Sulinos e Espinilho;
- Aves da Caatinga;
- Primatas do Nordeste;
- Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Fauna da Região do Baixo e Médio Xingu;
- Ecossistema Mogi, Pardo e Grande;
- Répteis e Anfíbios Ameaçados da Região Sul do Brasil;
- Répteis e Anfíbios Ameaçados de Extinção na Serra do Espinhaço;

- Onça-parda,
- Ararinha-azul; e
- Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco.

Estes 11 planos abordam 65 novas espécies da fauna, totalizando 206 espécies da fauna ameaçada de extinção com PAN, o que significa 33% da meta para 2014. Para a flora, foi produzido o PAN para Conservação de Sempre Vivas.

Foram lançadas em 2011 as seguintes publicações relacionadas aos Planos de Ação Nacionais:

Sumários Executivos de Planos de Ação Nacionais:

- PAN Albatrozes e Petréis
- PAN Muriqui (português e inglês)
- PAN Sirênios
- PAN Lepidópteros
- PAN Grandes Cetáceos e Pinípedes
- PAN Pequenos Cetáceos
- PAN Soldadinho do Araripe
- PAN Onça-pintada
- PAN Papagaios da Mata Atlântica
- PAN Herpetofauna Insular
- PAN Cervídeos
- PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central (português e inglês)
- PAN Tartarugas Marinhas (português e inglês)
- PAN Ariranha
- PAN Lobo Guará
- PAN Toninha
- PAN Primatas do Nordeste
- PAN Sauim-de-coleira (português e inglês)
- PAN Cactáceas
- PAN Sempre Vivas
- PAN Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Livros de Planos de Ação Nacionais:

- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Muriquis
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sirênios
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Lepidópteros
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Grandes Cetáceos e Pinípedes
- Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho do Araripe

- Plano de Ação Nacional para a Conservação das espécies aquáticas ameaçadas de extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul
- Plano de Ação Nacional para a Conservação do Ouriço-preto
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Cetáceos
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios da Mata Atlântica
- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção
- Plano de Ação Nacional para a Conservação das Cactáceas
- Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas

Além disso, foram desenvolvidos pelos centros de pesquisa e conservação do ICMBio 37 projetos para implementação dos Planos de Ação Nacionais existentes, com os seguintes destaques:

PAN Tartarugas Marinhas

O PAN Tartarugas Marinhas tem como objetivo o aprimoramento de ações de conservação e pesquisa direcionadas à recuperação e sobrevivência das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, em níveis saudáveis capazes de exercerem seus papéis ecológicos

Em 2011 foram monitorados 1.100 km de praias no continente e ilhas oceânicas, foram protegidos cerca de 22.100 ninhos, que garantiram a liberação ao mar de 1.200.000 filhotes. O monitoramento destas áreas registrou 5.100 animais encalhados mortos, entre as fases de vida juvenil e adulta. Encalharam também 643 tartarugas vivas, sendo que destas, 203 indivíduos foram reabilitados e devolvidos ao mar.

Estudos de captura e recaptura intencionais, visando o levantamento de dados demográficos, aconteceram em Vitória, Praia do Forte (BA) e Fernando de Noronha (PE), tendo sido amostrados 1.110 animais. O Plano de Interação Tartaruga Marinha e Pesca monitorou 14 cruzeiros, onde registrou-se a captura incidental (by catch) de 390 indivíduos de tartarugas marinhas.

Estes resultados apontam para uma continuidade na tendência de crescimento no número de ninhos das espécies *Caretta caretta*, *Lepidochelys olivacea* e *Eretmochelys imbricata*, além da continuidade na estabilidade do número de ninhos de *Chelonia mydas* nas ilhas oceânicas. Mesmo com o número reduzido de ninhos da espécie *Dermochelys coriacea* registrado, esta também continua apresentando uma discreta tendência de crescimento. O aumento de encalhes de indivíduos sub adultos e adultos de *Caretta caretta*, inclusive de fêmeas marcadas em áreas de reprodução, apontam para uma área crítica para a conservação desta espécie no Rio Grande do Sul. Estas tendências de aumento e estabilidade no número de ninhos das tartarugas marinhas são dependentes das ações de conservação desenvolvidas há mais de 30 anos.

PAN Grandes Cetáceos

O PAN Grandes Cetáceos tem como objetivo geral reduzir o impacto antrópico e ampliar o conhecimento sobre grandes cetáceos e pinípedes no Brasil, nos próximos dez anos.

Em 2011, ICMBio participou em mais de 40 ações deste Plano, com destaque para: a participação do Brasil no Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia - CIB e participação em fórum da CIB para estabelecimento de um plano de ação internacional para conservação das baleias francas (*Eubalaena australis*) em países da América do Sul que compartilham a mesma população do Brasil; estudos sobre a biologia da conservação de baleias francas austrais (*Eubalaena australis*) em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Projeto Cetáceos do Talude Continental do Sudeste-Sul do Brasil (sobretudo com o cachalote - *Physeter macrocephalus*); investigação sobre movimentos, rotas migratórias, áreas de alimentação e impacto de fontes sonoras de origem antrópica para baleias

jubarte (*Megaptera novaeangliae*) em Fernando de Noronha; censo aéreo de pinípedes no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos (RS).

PAN de Pequenos Cetáceos

O PAN Pequenos Cetáceos tem como objetivo reduzir o impacto antrópico e ampliar o conhecimento sobre pequenos cetáceos no Brasil nos próximos cinco anos.

Foram executadas mais de 36 ações previstas no PAN de Pequenos Cetáceos com destaque para a implantação da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB), a consolidação das Redes regionais de encalhe (REMASUL, REMASE, REMANE, REMANOR); participação na CIB; investigação dos parâmetros de história de vida, estimativa de abundância, padrões de distribuição de populações residentes e avaliação e monitoramento do impacto do turismo sobre *Stenella longirostris* em Fernando de Noronha; avaliação e monitoramento do impacto da pesca as espécies costeiras, definição dos parâmetros populacionais com ênfase em *Sotalia guianensis* e *Tursiops truncatus*, em Santa Catarina; avaliação de lesões de pele em *Tursiops truncatus* em Santa Catarina; filogeografia de *Sotalia guianensis* e *Steno bredanensis* no Atlântico Sul-Occidental; avaliação dos principais impactos antrópicos nas populações residentes de Boto-Vermelho (*Inia geoffrensis*) na Bacia do Rio Negro, e elaborou proposta de normatização do turismo com botos na Amazônia.

PAN da Toninha

O PAN da Toninha tem como objetivo evitar o declínio populacional da *Pontoporia blainvillei* na sua área de ocorrência no Brasil.

Em 2011 foram executadas mais de 20 ações previstas no PAN da Toninha, entre elas a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Encalhe; implantação da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Sudeste (REMASE); a normatização da proposta de mapeamento das áreas de restrição/exclusão de atividades/empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental em áreas de ocorrência da toninha (Instrução Normativa Conjunta ICMBio-Ibama no 2/2011); realização de levantamentos aéreos para determinar e refinar a estimativa de abundância de toninhas; avaliação do impacto da pesca em cetáceos de Santa Catarina e atividades de sensibilização e divulgação da toninha.

PAN Sirênios

O PAN Sirênios tem como objetivo aumentar o conhecimento do status de conservação do peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*), combater a retirada de espécimes da natureza e melhorar o status de conservação do peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), nos próximos cinco anos.

Em 2011 foram executadas mais de 50 ações previstas no PAN, com destaque para: a realização de capacitação de equipe para aprimoramento do diagnóstico da causa da morte do peixe-boi marinho; a estruturação e o fortalecimento da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB); criação da Rede de Encalhes da Região Norte (REMANOR); publicação de Instrução Normativa com áreas de restrição temporárias e permanentes para atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos em áreas de ocorrência do peixe-boi marinho (Instrução Normativa Conjunta ICMBio-Ibama no 2/2011); estudos sobre as aspectos biológicos da espécie (variabilidade genética, fluxo gênico e hibridização, ecologia alimentar e dinâmica populacional); investigação dos fatores que influenciam os encalhes da espécie; expansão do monitoramento sistemático de encalhes no litoral nordeste; investigação dos impactos do turismo de observação de peixes-bois e da atividade petrolífera; aprimoramento do sistema de marcação individual e de telemetria, realização de soltura de animais reabilitados e monitoramento dos peixes-bois reintroduzidos.

Para o peixe-boi-amazônico destaca-se a criação e implementação de protocolo de resgate e elaboração de projetos para a reintrodução da espécie e a realização do Projeto Peixe-Boi-

Amazônico: Pesquisa e Conservação no Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro mapeou áreas de ocorrência da espécie, identificou plantas da dieta, desenvolveu um protocolo preliminar para estimativa populacional, e realizou diferentes atividades de sensibilização ambiental.

PAN Herpetofauna insular ameaçada de extinção

O PAN - Herpetofauna Insular tem como objetivo estabelecer medidas para a proteção e recuperação do ambiente e das espécies de répteis e anfíbios ameaçados de extinção em ilhas marinhas localizadas no litoral do Estado de São Paulo. As ações estão focadas em 4 linhas temáticas: políticas públicas, educação ambiental, pesquisas científicas e conflitos. tem como espécies-alvo 3 serpentes (jararaca-ilhoa - *Bothrops insularis*, jararaca-de-Alcatrazes - *Bothrops alcatrazes* e dormideira-da-ilha-da-Queimada-Grande - *Dipsas albifrons* cavalheiroi) e uma perereca (perereca-de-Alcatrazes - *Scinax alcatraz*).

Em 2011, foram realizadas duas expedição de campo que levantaram informações sobre as espécies alvo do PAN (3 indivíduos de *Bothrops alcatraz*, 34 de *Bothrops insularis*, 1 de *Dipsas albifrons* e vários de *Scinax alcatraz*), capacitadas 46 pessoas para difusão de ações de educação ambiental para sensibilização da comunidade local quanto a importância da conservação das espécies e elaborados materiais de divulgação.

PAN para a conservação de albatrozes e petréis

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Albatrozes e Petréis têm como objetivo geral assegurar a viabilidade das colônias reprodutivas de Procellariiformes em território brasileiro, reduzir a captura incidental de aves pela pesca com espinhel por níveis mínimos, iguais ou inferiores a 0,001 ave/1000 anzóis.

Desde a publicação do Plano, vários avanços foram alcançados em prol da conservação de albatrozes e petréis. Em 2011 foi realizada monitoria deste PAN, publicado o sumário executivo e foram desenvolvidas diversas ações pelos parceiros, em especial pelo Projeto Albatroz, coordenador do Plano. Cabe destacar a publicação da Instrução Normativa Interministerial nº 4/2011, que trata da captura incidental de aves marinhas pelo espinhel pelágico (notadamente pescarias de meca e atum), os testes com métodos de redução da captura incidental das aves e os estudos com as aves nas ilhas oceânicas.

PAN Arara-azul-de-Lear

O Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-azul-de-lear tem com objetivo assegurar permanentemente a manutenção das populações de *Anodorhynchus leari* em sua área de ocorrência original, garantindo a integridade de seu habitat e a sua proteção na natureza, além do manejo das aves em cativeiro como uma única população, visando um crescimento populacional viável.

Em 2011 foi realizada reunião para revisão do Plano de Ação. Importantes conquistas foram alcançadas a partir das ações de conservação e da implementação deste plano publicado em 2006: 69% das ações foram realizadas contribuindo para o aumento da sua população na natureza, contribuindo entre outros resultados, para a melhoria da categoria de risco de extinção, passando de criticamente em perigo (CR) para em perigo (EN).

Nesta segunda edição do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-azul-de-lear foram incorporadas, de forma inovadora, ações de conservação e manejo sustentável do principal item alimentar da arara-azul-de-lear: cocos da palmeira licuri (*Syagrus coronata*).

PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central

O PAN tem como objetivo incrementar a viabilidade de 23 táxons de mamíferos ameaçados de extinção da mata atlântica central (por exemplo: *Leontopithecus rosalia* e *Leontopithecus caissara*), com a reversão do declínio populacional e ampliação da extensão, conectividade e qualidade de seus habitats em áreas estratégicas dentro de cinco anos.

Entre os principais avanços, pode-se destacar as ações voltadas ao controle de espécies invasoras, especialmente as de primatas. O projeto Manejo Experimental para o Controle de Primatas Invasores testou e desenvolveu métodos de esterilização para os táxons que geram maior impacto: *Callithrix* e *Cebus*. Além disso, por meio desse projeto e juntamente com instituições parceiras, foi realizado o planejamento da ação para remoção da população alóctone de micos-leões-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) de Niterói (RJ), que apresenta potencial invasor sobre outro primata ameaçado de extinção, o nativo mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*).

PAN Muriquis

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Muriquis (*Brachyteles hypoxanthus* e *Brachyteles arachnoides*) tem como objetivo aumentar o conhecimento e a proteção das populações de muriquis para reduzir genuinamente (sensu IUCN), em um nível, sua categoria de ameaça de extinção, até 2020.

Neste ano foi concluído o primeiro estudo sobre diversidade genética das populações do miqui-do-sul (*Brachyteles arachnoides*). Em conjunto com os parceiros, foram estabelecidos os protocolos para implementação das metas de quantificação e monitoramento das populações remanescentes das espécies.

PAN Lobo-Guará

O Plano de Ação Nacional para a Conservação do Lobo-Guará tem o objetivo de reduzir a categoria de ameaça em toda área de distribuição através da minimização dos problemas à sua conservação.

Em 2011 foram realizadas pesquisas alinhadas ao referido plano de ação a fim de se ter maior efetividade na conservação da espécie. O Projeto Avaliação do Uso de Paisagens Antropizadas por Canídeos Silvestres Ameaçados - Lobo-Guará capturou um novo casal de lobos na região da Serra da Canastra, que desde então vem sendo monitorados com os demais 9 animais acompanhados desde 2007. As informações apontam para um uso de maior frequência de ambientes preservados do cerrado, mesmo nas áreas de alta utilização pelo ser humano, através de utilização de áreas de mosaicos de campos nativos com pouca utilização de plantios de café, milho e cana-de-açúcar e quase nula em áreas de pastagem. Foi detectada também uma grande divisão de territórios entre machos e fêmeas, com maior sobreposição na área de borda do Parna da Serra da Canastra do que no entorno (próximo a 10 km em linha reta da divisa da UC). Isso indica uma maior ocupação de áreas por animais ocorrentes em UCs e seu entorno imediato e tolerância entre eles na ocupação destas, devido a uma maior disponibilidade de recursos paisagísticos e alimentares.

PAN Onça Pintada

O PAN Onça-Pintada visa reverter o declínio populacional em cada bioma e reduzir sua categoria de ameaça

No ano de 2011, foi desenvolvido o Projeto Ecologia e Conservação da Onça-pintada *Panthera onca* e da Onça-parda *Puma concolor* no Brasil, cujas atividades incluíram estimativas de densidade populacional, avaliações da disponibilidade de sua dieta, avaliações de sua ecologia espacial e relações destas às ocorrências de conflitos com a população humana e ainda avaliações dos aspectos socioculturais da perseguição às onças-pintadas em comunidades. As ações foram implementadas em áreas da (a) Mata Atlântica (Parna do Iguaçu, Parques Estaduais de Carlos Botelho, Intervalos e Petar), (b) do Cerrado (Parna Grande Sertão Veredas e município de Bataguassu), (c) da Caatinga

(região do Boqueirão da Onça) e (d) do Pantanal (Parna do Pantanal Matogrossense e Esec Taiamã/MT e Refúgio Ecológico Caiman/MS).

PAN Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

O PAN Paraíba do Sul tem como objetivo recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas de extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que compreende os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, totalizando 55.300 km² de extensão. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul é uma das bacias mais importantes e impactadas do país, contém nove espécies ameaçadas de extinção, sendo: cinco espécies de peixes, um quelônio e três espécies de crustáceos.

Até o momento, como principais resultados atingidos, temos os estudos genéticos desenvolvidos com o Surubim do Paraíba, o inventário da ictiofauna no Alto Paraíba do Sul, o monitoramento do cágado-de-hogei (*Mesoclemmys hogei*) e a aprovação pelo CEIVAP (Comitê Integrador das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul) de uma proposta para a construção de uma rede de monitoramento biológico dos ecossistemas aquáticos em trechos da bacia.

MACROPROCESSO PESQUISA E MONITORAMENTO

Ações e seus resultados:

1. Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio

O Sisbio permite aos pesquisadores a solicitação à distância de autorizações para a realização de pesquisas e a coleta de material biológico em todo o território nacional, sobretudo aquelas com espécies ameaçadas, em unidades de conservação federais ou cavernas. O sistema permite ao ICMBio gerir a informação resultante das pesquisas por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto e que agregam sugestões de manejo e conservação para as unidades de conservação e espécies ameaçadas. Graças a seu formato automatizado, interativo e simplificado, o Sisbio melhorou significativamente o atendimento e a prestação de serviços junto aos pesquisadores e a interação entre estes e os gestores.

O Sisbio opera de forma descentralizada, dando celeridade à tramitação das solicitações de autorização. Ao longo de 2011, foram concedidos, por meio do Sisbio, 2.501 documentos, incluindo 2.323 autorizações e 178 licenças permanentes, o que representa um aumento de 51% no número de documentos concedidos em relação a 2010 (Figura 1). Dentre estas, 58% foram concedidas para realização de pesquisas em UCs federais, abrangendo 99% delas, e 6% tendo como foco espécies ameaçadas de extinção.

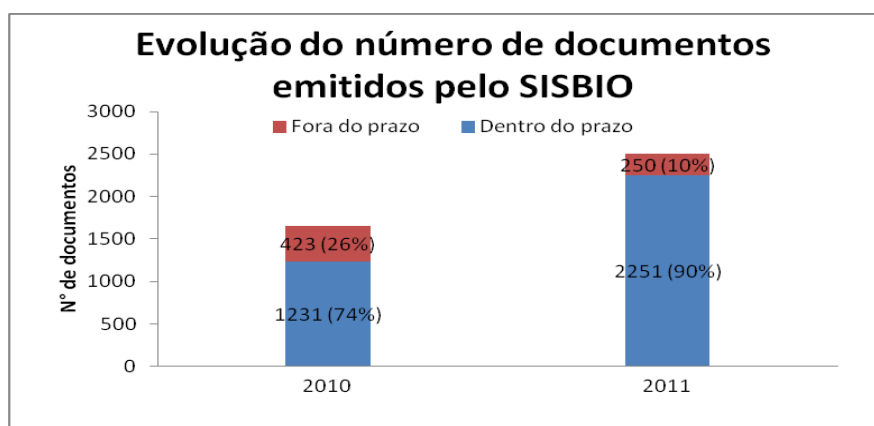


Figura: O gráfico mostra a evolução do número de documentos concedidos dentro (azul) e fora do prazo (vermelho) entre 2010 e 2011

Mesmo com o significativo aumento da demanda por autorizações e licenças de pesquisa, entre 2010 e 2011, houve um incremento de 74% para 90% das solicitações concedidas dentro do prazo de 45 dias úteis estipulado na instrução normativa que regulamenta essas atividades. Portanto, superamos a meta de 80% das autorizações emitidas antes do término do prazo, estabelecida para nossas unidades para 2011, bem como conquistamos um marco de eficiência e comprometimento do Instituto na prestação de um relevante serviço à comunidade científica brasileira e para com a geração de conhecimento sobre nossa biodiversidade.

As unidades mais pesquisadas em 2011 estão apresentadas na figura a seguir.

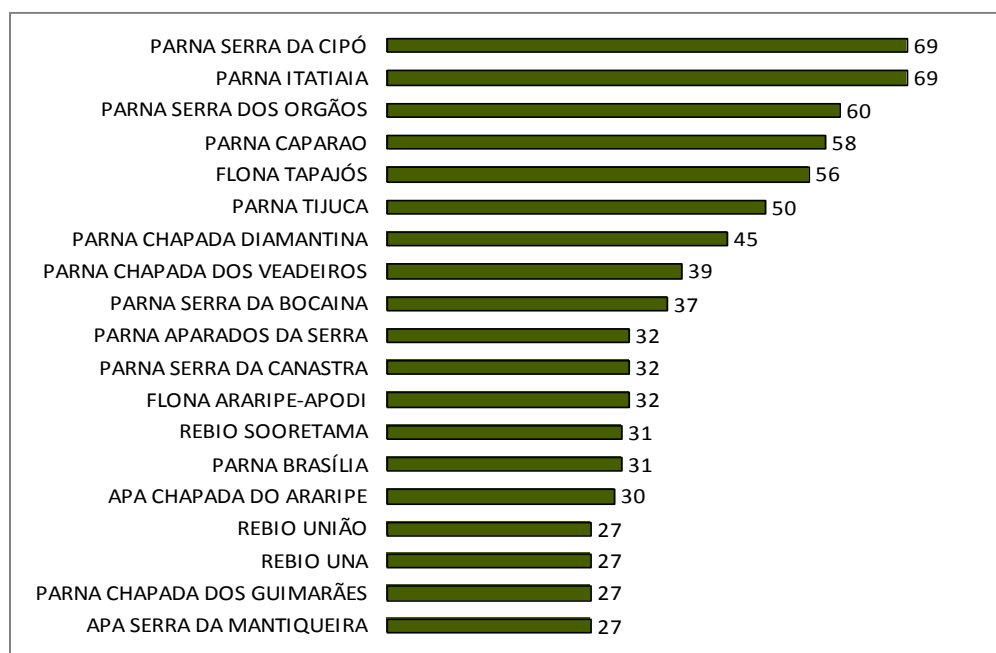


Figura: Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 19 UCs mais pesquisadas (não foram contabilizadas as renovações de autorizações anteriormente emitidas).

Atualmente, há 24.246 pesquisadores cadastrados no sistema, sendo 22.689 brasileiros, 882 estrangeiros e 675 sem nacionalidade informada.

Entre os avanços relacionados ao Sisbio em 2011, vale destacar a disponibilização do Módulo Relatório. Este módulo permite ao pesquisador informar ao ICMBio os resultados e produtos da sua pesquisa. As informações fornecidas são armazenadas em um banco de dados, facilitando a busca e permitindo a melhor utilização para planejamento e manejo de espécies, ecossistemas e unidades de conservação.

Até o momento, foram submetidos 1.309 relatórios de um universo de aproximadamente 6.500 relatórios esperados. Espera-se um considerável aumento nesse número até o final de fevereiro, quando será finalizado o prazo para entrega dos relatórios relativos às autorizações concedidas desde 2007.

A análise dos dados encaminhados permitiu identificar que em 19% dos projetos autorizados os estudos não foram realizados.

Os dados gerados pela pesquisa são de propriedade intelectual do pesquisador que, ao preencher o relatório, opta por disponibilizar seus dados em, no máximo, cinco anos (Figura 3).

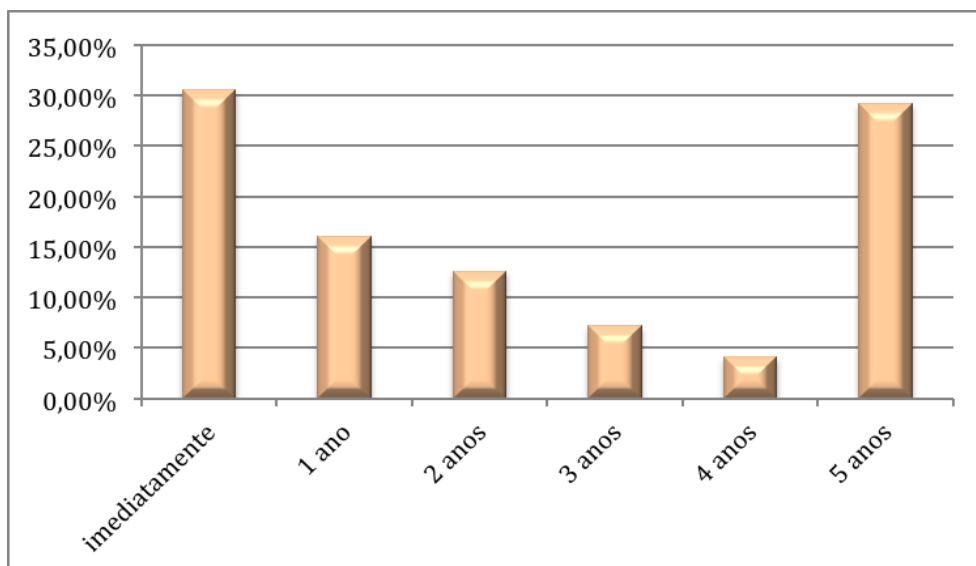


Figura: O gráfico apresenta as classes de tempo oferecidas para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores

Os relatórios ainda permitem conhecer o quantitativo dos registros de ocorrência de táxons dentro e fora de UCs (6.910 e 24.347, respectivamente), o quantitativo dos registros de ocorrência por grupo taxonômico (Figura 4) e o demonstrativo das publicações originadas das pesquisas realizadas (Figura 5).

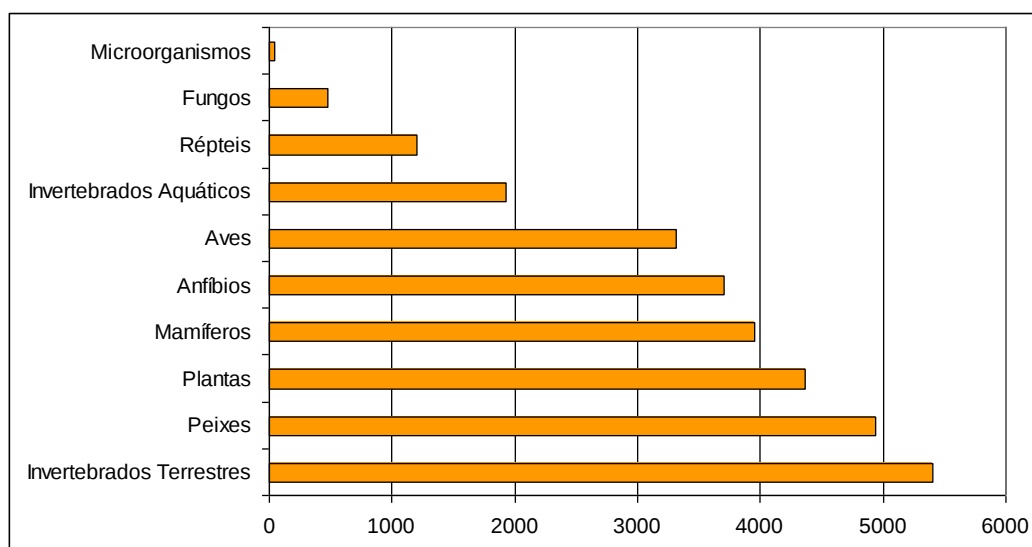


Figura: O gráfico apresenta o número de ocorrências por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos por meio do Sisbio

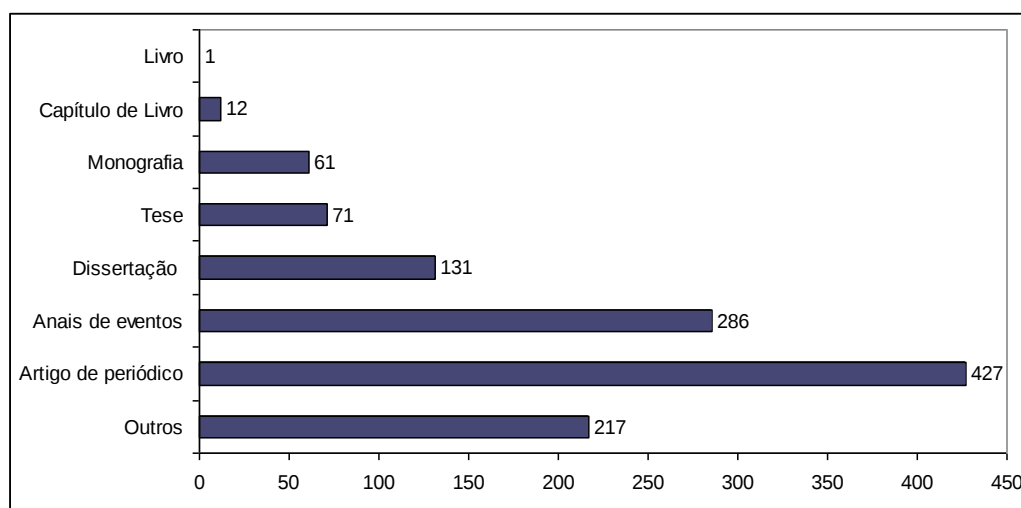


Figura: O gráfico apresenta o número de publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio

A integração dos dados gerados pelos pesquisadores é um importante mecanismo de disponibilização do acesso à informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.

2. Gestão da informação/disseminação do conhecimento

2.1. Revista científica Biodiversidade Brasileira

Dentro do programa de divulgação das informações científicas, a revista eletrônica Biodiversidade Brasileira publicou dois números em 2011: “Avaliação do Estado de Conservação das Tartarugas Marinhas” e “Manejo do Fogo em Áreas Protegidas”. O primeiro número registra todo o processo de avaliação das tartarugas marinhas no Brasil, ao passo que o segundo apresenta 18 artigos selecionados sobre o tema-título.



Figura: Capa da Revista Biodiversidade Brasileira, nº 2, “Manejo do Fogo em Áreas Protegidas”.

3. Monitoramento de biomas

Monitoramentos permitem avaliar as respostas de populações ou ecossistemas de interesse especial às práticas de manejo e conservação, assim como aos impactos de fatores externos como perda de habitat, alterações da paisagem, mudanças climáticas, entre outros. Além disso, programas de monitoramento podem dar suporte a processos de tomada de decisão, formulação de políticas públicas e ações de manejo com base em informação consistente sobre as populações, ecossistemas e suas tendências.

Neste contexto, o ICMBio, com intuito de estabelecer um programa voltado à avaliação da efetividade de nossas UCs, realizou as seguintes atividades em 2011:

3.1 Relações entre Biodiversidade e Clima

Em 2011 foi iniciado, com apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ, o Projeto Monitoramento da Biodiversidade com Relevância para o Clima. Seu objetivo é implementar um sistema de monitoramento em unidades de conservação dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, que produza informações para subsidiar a tomada de decisão sobre gestão de UCs, conservação da biodiversidade e clima, além de fortalecer as iniciativas de monitoramento da biodiversidade na agenda ambiental e política do Brasil.

Ao final de 2011, foram iniciados alguns estudos sobre modelagens nesses três biomas para averiguação de quais UCs estariam mais susceptíveis aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, foram iniciados outros estudos com o objetivo de padronizar a medição de estoques de carbono em nossas unidades de conservação.

3.2. Bioma Marinho e Costeiro

O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação Federais, que utiliza metodologia adaptada do protocolo global Reef Check, permite o acompanhamento da saúde dos ecossistemas recifais nas UCs participantes, assim como gera alertas sobre o branqueamento de corais (um possível efeito da mudança climática global) e pressões de turismo ou pesca.

Em 2011, foi consolidada a atuação do grupo de analistas do ICMBio que executam esse Programa durante as expedições em três das cinco UCs previstas (Parna Marinho de Fernando de Noronha, APA Costa dos Corais e Rebio Atol das Rocas).

3.3. Bioma Caatinga

Foi concluída a minuta do programa de monitoramento da biodiversidade em UCs federais da Caatinga. A proposta consiste na avaliação de grupos obrigatórios (cactos, répteis da ordem Squamata – lagartos e serpentes – e mamíferos de médio e grande porte) além de 2 optativos (abelhas melíponas e aves endêmicas) inicialmente em três UCs federais: Parna Serra da Capivara (PI), Esec Raso da Catarina (BA) e Flona Contendas do Sincorá (BA).

Em dezembro de 2011, o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (PROBIO II), por meio da Fundação Flora, viabilizou a contratação de bolsistas para sede, centros nacionais de pesquisa e conservação e UCs.

3.4. Bioma Amazônico

Dada a escassez de recursos no âmbito do Programa ARPA, em 2011 não foram implementadas as atividades delineadas para o subcomponente do monitoramento da biodiversidade (plantas lenhosas, vertebrados terrestres e peixes de riacho) em unidades estratégicas.

Assim, em 2011, iniciou-se uma discussão de adaptação desses protocolos para que atendam também aos objetivos do Projeto de Monitoramento da Biodiversidade com Relevância para o Clima, no âmbito da Amazônia.

3.5. Bioma Cerrado

Foi contratado um consultor para auxílio na elaboração do programa de monitoramento da biodiversidade em UCs federais do Cerrado. Até o final de 2011, foram avaliadas as principais iniciativas de monitoramento de biodiversidade no Cerrado e demais ecossistemas savânicos e desenvolvido um diagnóstico das UCs com maior aporte de pesquisas.

4. Ciclo de planejamento das atividades de pesquisa e monitoramento - Chamada Interna de Projetos:

Desde 2009 estabeleceu-se o ciclo anual de realização de projetos de pesquisa coordenados por analistas ambientais, que envolve lançamento de edital interno com temas elegíveis, etapa de avaliação dos projetos, acompanhamento da execução, avaliação e divulgação dos resultados.

4.1. Projetos aprovados em 2010, para execução em 2011

De 91 projetos aprovados para execução em 2011, foram apoiados somente projetos de continuidade (26 projetos), situação que perdurou até setembro, quando novos projetos passaram a ser apoiados. Ainda assim, houve projetos que não apresentaram execução devido à falta de tempo hábil para mobilizar a equipe e os recursos dado o envolvimento em outras atividades. Assim, ao longo de 2011, foram executados com sucesso 39 projetos, dos quais 6 foram viabilizados com recursos do projeto BRA/08/023 “Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental”.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS EM 2011

TIPO DE PROJETO		NÚMERO DE PROJETOS COM EXPECTATIVA DE APOIO	NÚMERO DE PROJETOS EXECUTADOS
Eventos científicos		8	5
Custo inferior a R\$ 15.000,00		13	5
Custo superior a R\$ 15.000,00	Pesquisa	26	15
	Monitoramento	10	8
Apoio do Projeto BRA/08/023		6	6
TOTAL		63	39

5. Parcerias estabelecidas pela sede do Instituto para o financiamento de pesquisa

- Renovação do Termo de Cooperação com a CAPES – para acesso às bases de periódicos;
- Em 2011, foi lançado o Edital CNPq/ICMBio nº 13. Cerca de R\$ 3,4 milhões, oriundos de recursos de compensação ambiental do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, serão aplicados em 17 projetos de pesquisa, de 10 instituições, em 9 unidades de conservação do bioma Caatinga. Cada uma delas foi contemplada com pelo menos 2 projetos.
 - Uma parceria estabelecida com o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – IPJBRJ resultou no lançamento do Programa de Mestrado Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação.

6. Capacitação

6.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa PIBIC/ICMBio-CNPq começou em 2008, um ano após a criação do Instituto. Em 2011, foram apresentados 30 projetos, dos quais 28 foram aprovados e estão em condução, sendo 18 bolsistas e 10 voluntários.

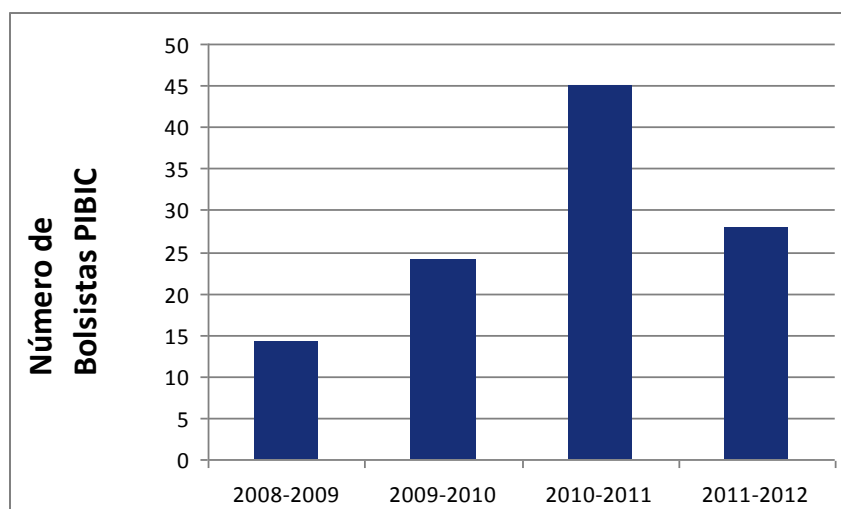


Figura 7: Evolução no número de bolsistas PIBIC de 2008 a 2012

6.2. III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio – “Pesquisa para Manejo”

Neste ano, 113 pessoas participaram do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio – “Pesquisa para Manejo”, realizado entre 16 e 18 de agosto de 2011, no auditório do ICMBio, em Brasília. Foram apresentadas sete palestras e três mesas redondas, nas quais se valorizou a apresentação da experiência dos servidores atuando em temas correlatos. A comissão organizadora recebeu 116 resumos para avaliação, sendo 30 dos bolsistas do PIBIC. Os anais do seminário encontram-se disponibilizados no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa>.

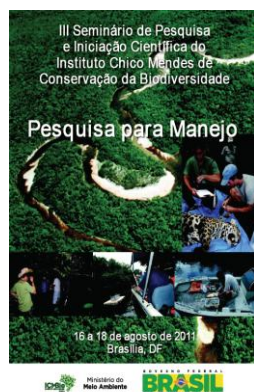


Figura 8: Cartaz do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio.

MACROPROCESSO AUTORIZAÇÃO PARA LICENCIAMENTO

No exercício de 2011, o Instituto Chico Mendes emitiu 279 autorizações para o licenciamento ambiental, contemplando a sede e suas coordenações regionais.

MACROPROCESSO GESTÃO DE PESSOAS

Capacitação

Inaugurada em 8 de setembro de 2009, a ACADEBio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade é um espaço destinado à promoção da conservação da biodiversidade por meio da

construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Sua implantação ocorreu em continuidade com a ação estratégica da direção do ICMBio no sentido de propiciar ao quadro de servidores formação e capacitação continuada de acordo com as diretrizes institucionais, numa estrutura própria e adequada.

Suas instalações, localizadas no interior da Floresta Nacional de Ipanema, compõem-se de dois prédios, que totalizam cerca de 10.000 m² e abrigam as atividades principais dos treinamentos, capacitação e hospedagem.

Em 2011 foram realizados 60 eventos na ACADEBio, do qual participaram cerca de 2 mil pessoas.

Ano	Nº de eventos	Participantes	Intrutores, apoio, etc.	Total
2009	3	311	41	352
2010	36	1370	273	1643
2011	60	1606	397	2003
Total	99	3287	711	3998

Projeto Político Pedagógico

Em outubro de 2011 foi iniciada, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do ICMBio. O PPP consiste no documento que explicita as bases teóricas e filosóficas e operacionais que guiarão as ações de educação continuada do ICMBio Instituto.

Plano Anual de Capacitação - 2011

O Plano Anual de Capacitação 2011, instituído pela Portaria nº 1, de 07/01/2011, é fruto de uma ampla consulta junto aos diversos órgãos e unidades do ICMBio para a definição dos critérios de priorização das ações de capacitação, tendo o Comitê Gestor de Capacitação como espaço deliberativo.

Em 2011 foram realizados 44 cursos contemplados dentro de 11 ciclos e 3 eixos de formação que, somados aos processos individuais de capacitação, geraram 4.519 vagas para capacitações e 3.944 capacitados, dos quais 837 servidores, 3.107 brigadistas, superando o exercício de 2010. Além disso, foram capacitados 43 novos estagiários da sede do Instituto.

Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS

O SIASS foi criado com finalidade de ser o responsável por desenvolver ações de perícia em saúde, promoção à saúde, vigilância dos ambientes de trabalho, registro dos acidentes de trabalho, nexos das doenças profissionais, readaptação funcional e apoio assistencial aos casos de agravos instalados.

Em 2011 foram firmados acordos de cooperação técnica no SIASS em 11 unidades da federação: BA, CE, DF, MT, PB, PR, RJ, RN, RO, AL e ES.

Gradativamente o ICMBio vai conseguindo aderir ao SIASS nas unidades da federação, suprimindo a necessidade de realização de perícias e juntas médicas, bem como de avaliações ambientais.

Educação a Distância (EaD)

Em 2011 o ICMBio estabeleceu parcerias para incrementar a Educação a Distância e ampliar as possibilidades de formação do quadro de servidores. Foram estabelecidas parcerias com:

- Tribunal de Contas da União – TCU: por meio do Instituto Cerzerdelo Correa: foram realizadas 74 capacitações à distância entre agosto e novembro de 2011, em turmas exclusivas para o ICMBio. Os cursos ofertados foram: Licitação e Contratos Administrativos, Planejamento e Orçamento Público e Prestações de Contas e Convênios; e
- Agência Nacional de Águas – ANA: foi firmada parceria com esta autarquia para o desenvolvimento de novos cursos a distância em 2012.

Rede de Desenvolvimento de Pessoas

O ICMBio faz parte da Rede de Desenvolvimento de Pessoas do Sistema de Pessoal Civil, criada pela Portaria SRH/MP nº 1.547, de 08/06/2011. O Comitê Gestor da Política de Desenvolvimento de Pessoal, instância vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, selecionou 30 órgãos/entidades da Administração Pública Federal que atendiam aos critérios definidos pela portaria para compor a rede. Um prêmio ao trabalho desenvolvido pelo ICMBio.

MACROPROCESSO FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Arrecadação

No exercício de 2011, os recursos com as receitas realizadas totalizaram R\$ 50.871.443,72, superando em 38,20% o resultado de 2010.

TABELA: ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (R\$)

MÊS	2008	2009	2010	2011
Janeiro	-	1.692.088,13	4.452.493,26	4.807.863,60
Fevereiro	1.204.983,13	1.824.138,65	3.957.696,38	3.536.468,01
Março	957.767,90	1.766.773,27	4.418.175,06	5.452.293,62
Abril	869.286,97	1.583.623,95	2.696.408,65	2.988.600,05
Mai	3.033.537,06	1.421.982,49	1.874.015,03	7.014.887,37
Junho	1.541.958,39	1.578.179,42	2.234.359,49	2.723.891,86
Julho	783.738,36	1.888.241,75	2.994.204,70	3.715.780,32
Agosto	3.035.729,92	1.932.726,25	2.943.250,07	6.098.055,25
Setembro	2.248.709,80	3.214.541,95	2.751.659,64	2.934.053,80
Outubro	2.292.688,43	4.292.508,39	2.632.627,51	3.126.067,59
Novembro	1.470.474,14	11.367.868,83	2.798.137,21	3.439.695,09
Dezembro	1.654.832,01	2.369.997,76	3.055.425,56	5.033.787,16
TOTAL	19.093.706,11	34.932.670,84	36.808.452,56	50.871.443,72

As principais receitas realizadas no exercício de 2011 foram Arrendamentos, Licenciamento/Autorizações e Serviços/Visitação - Ingressos, que representam quase a totalidade da arrecadação do período.

TABELA: COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS RECEITAS (R\$)

RECEITA	2010	2011	INCREMENTO
Arrendamentos	10.272.898,15	11.370.212,13	10,68%
Licenciamento/Autorizações ¹	5.788.924,51	13.755.484,20	137,62%
Serviços/Visitação-Ingressos ²	19.833.989,00	25.521.286,69	28,67%

1 O grande índice de variação financeira da receita Licenciamento/Autorizações , se comparado ao exercício anterior, justifica-se pelo recolhimento excepcional decorrente de autorizações para supressão de vegetação realizada pela mineradora Mineração Rio do Norte S/A, no valor de R\$ 6.510.035,33.

2 Destaca-se o reflexo positivo da receita de Serviços de Visitação e Ingressos decorrente do aumento de visitantes.

MACROPROCESSO GESTÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A compensação ambiental foi instituída pela Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc, e visa à aplicação dos recursos em unidades de conservação de domínio das três esferas de governo nas seguintes ações:

1. Regularização Fundiária;
2. Plano de Manejo;
3. Bens e serviços necessários à gestão;
4. Pesquisa; e
5. Criação de unidades de conservação.

RECURSOS EM CONTAS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONSOLIDADOS EM 31/12/2011

AÇÃO	TOTAL (R\$)
Implementação	64.888.106,51
Criação	1.916.943,25
Projetos e Pesquisa	6.667.500,00
Plano de Manejo	8.661.232,49
Regularização Fundiária	74.746.775,36
Sem destinação	5.882.656,24
TOTAL	162.763.213,85
Rentabilidade	23.867.399,62
Recursos provisionados	17.854.090,88

RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EXECUTADOS NO TRIÊNIO 2009-2011

EXECUÇÃO DE RECURSOS EM CONTAS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL/CAIXA (R\$)				
AÇÃO	2009	2010	2011	TOTAL
IMPLEMENTAÇÃO	159.067,44	4.015.264,33	8.838.485,83	13.012.817,60
PLANO DE MANEJO	-	-	58.842,70	58.842,70
PESQUISA	-	-	3.667.500,00	3.667.500,00
REG. FUNDIÁRIA	-	1.710.446,41	3.789.711,81	5.500.158,22
TOTAL GERAL	159.067,44	5.725.710,74	16.354.540,34	22.239.318,52

MACROPROCESSO PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

Planejamento Institucional

O ano de 2011 foi marcado pela publicação do Decreto nº 7.515, de 08/07/2011, que alterou a estrutura regimental do ICMBio. A publicação desse decreto aproximou a estrutura do Instituto à forma de trabalho estabelecida por sua modelagem organizacional em 2008. Com a publicação, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do regimento interno do ICMBio, cuja publicação está prevista para 2012.

Planejamento Estratégico

Dando continuidade à construção dos resultados estratégicos e à criação de indicadores e metas institucionais, realizadas em 2010, em 2011 procedeu-se ao desdobramento desse conjunto de indicadores e metas para as unidades de conservação, coordenações regionais e centros de pesquisa e conservação.

De forma a coordenar o processo de monitoramento de resultados, foi instituída em dezembro a Central de Resultados do ICMBio, que possui, entre outras competências, a de coordenar a consolidação da prática de gestão estratégica no ICMBio e mobilizar continuamente as unidades organizacionais do Instituto no processo de monitoramento de resultado.

No final de 2011 foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE, sistema web que auxiliará na implementação da gestão estratégica do Instituto por meio do monitoramento de resultados das diversas unidades organizacionais do Instituto em tempo real, bem como da negociação e desdobramento dos indicadores e metas para as unidades descentralizadas.

Plano Plurianual 2012-2015

Em 2011 foi realizada, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a revisão de todas as ações que compõem o PPA 2012-2015, bem como suas respectivas metas.

Orçamento

O nível de execução orçamentária foi prejudicado pelo baixo limite de empenho disponibilizado para o Instituto em decorrência dos contingenciamentos sofridos no orçamento do exercício de 2011. Nos primeiros meses do ano, o contingenciamento chegou a quase 40% sobre o valor total da lei orçamentária, o que levou o ICMBio a priorizar demandas contratuais básicas para o funcionamento de suas unidades.

A tabela abaixo traz um demonstrativo geral do orçamento recebido, limite e valor executado em 2011.

TABELA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO BIÊNIO 2010-2011 (R\$)

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTO	LIMITE RECEBIDO	EXECUTADO	% EXE/LIM
EXERCÍCIO 2011				
Corrente	206.562.081	198.627.937	198.589.435	99,98
Capital	129.813.695	59.210.295	59.208.082	100,00
Total 2010	336.375.776	257.838.232	257.797.517	99,98
EXERCÍCIO 2010				
Corrente	197.613.237	156.364.248	155.692.266	99,57
Capital	173.033.779	64.232.495	64.201.400	99,95
Total 2011	370.647.016	220.596.743	219.893.666	99,68

MACROPROCESSO SUPORTE CORPORATIVO

INTERLOCUÇÃO E CONTROLE SOCIAL (OUVIDORIA)

No exercício de 2011, continuou-se o relacionamento com a Coordenação de Ouvidoria do Ibama, que encaminhou ao ICMBio as manifestações afetas às unidades de conservação e centros de pesquisa recebidas por meio do sistema informatizado denominado Sistema Linha Verde – SISLIV daquela autarquia.

Além da ouvidoria do Ibama, o ICMBio recebeu também manifestações de outros entes da Administração Pública, tais como, Ministério do Meio Ambiente, Ouvidoria Geral da União, Polícia Federal, Ministérios Públicos, Presidência da República, entre outros.

Foram recebidas neste ICMBio, em 2011, um total de 273 manifestações, sendo que 232 (85 %) foram da alçada desse Instituto. As demais tratavam de manifestações pertinentes a unidades de conservação e/ou órgãos/entidades de esferas municipais ou estaduais.

Dessa forma, no quadro abaixo constam as manifestações encaminhadas em 2011, afetas ao ICMBio:

Tipo de manifestação	Quantidade	Percentual
Denúncias	51	22%
Esclarecimentos	35	15%
Informações	37	16%
Solicitações	28	12%
Reclamações	78	34%
Elogios	3	1%
TOTAL	232	100%

Dessas manifestações foram atendidas 125 manifestações (54%) por meio de respostas aos demandantes.

Com a publicação do Decreto nº 7.515/2011, a Ouvidoria do ICMBio deixou de existir na estrutura do Instituto, dando lugar à Auditoria Interna.

AUDITORIA INTERNA

Até a edição do Decreto nº 7.515/2011, que instituiu a Auditoria Interna deste Instituto, as atividades de auditoria eram acompanhadas pela Ouvidoria.

No ano de 2011 foram recebidas diligências oriundas do TCU, CGU e MPU, conforme demonstrado no quadro abaixo, que, atualmente, são acompanhadas pela Auditoria Interna:

ÓRGÃO DEMANDANTE	QUANTIDADE	%
TCU	11	52
CGU	9	43
MPU	1	5
TOTAL	21	100

Foram atendidas 14 diligências, correspondendo a 67% das demandas.

ÓRGÃO	QUANTIDADE	%
TCU	7	50
CGU	6	43
MPU	1	7
TOTAL	14	100

Consoante estabelecido nas Instruções Normativas CGU nº 7/2006 e nº 1/2007, foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2012.

O PAINT pretende abranger áreas de significativa importância da instituição, visando mensurar e avaliar o grau de confiabilidade do sistema de controle interno, instituído nas diversas unidades do Instituto.

O objetivo dos trabalhos da Auditoria Interna é o de assessorar a administração no desempenho eficiente na boa e regular aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e patrimoniais, fornecendo-lhes análises, avaliações, recomendações e comentários sobre atividades auditadas, proporcionando, desta forma, uma visão geral sobre diversos aspectos do Instituto.

2.2.2. Fundamento das principais decisões e óbices à administração:

O ano de 2011 foi marcado pela publicação do Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, que aprovou a nova estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções gratificadas do ICMBio. A publicação desse decreto trouxe a estrutura do Instituto para mais próximo da forma de trabalho adotada, embora ela ainda esteja distante da estrutura almejada, pois persistem a insuficiência de cargos e alguns conflitos de competência com o Ibama. Tão logo foi publicado o decreto, foram iniciados os trabalhos de redação do regimento interno, que se encontra em fase avançada de elaboração.

Embora para o exercício de 2011 tenha sido possível a alteração/inclusão de ações do PPA 2008-2011, as ações do ICMBio ainda são falhas em espelhar a realidade do Instituto. Como consequência, as ações das áreas finalísticas ainda não caracterizam adequadamente as atividades desenvolvidas pelo ICMBio. Essa inadequação prejudica a adequada execução das ações atualmente atribuídas a este Instituto.

As características logísticas do Instituto Chico Mendes são complexas e bastante peculiares. Possuindo grande capilaridade, é um dos órgãos federais com maior presença permanente em municípios, tendo interface direta com mais de 1.000 municípios brasileiros, sendo em grande parte municípios pequenos, remotos, com baixo IDH, de difícil acesso e/ou em áreas de fronteira. Por exemplo, dos 10 municípios com menor IDH do País, o Instituto Chico Mendes está presente em 4 deles, desenvolvendo ações não só vinculadas à proteção do meio ambiente, mas também aproximando a população das políticas públicas de desenvolvimento social, justiça, saúde e educação, sendo em grande parte destes municípios o único órgão público federal presente.

As demandas de suprimento de meios existentes vão dos serviços e materiais básicos ao funcionamento de qualquer repartição pública, tais como fornecimento de água tratada, energia elétrica, serviços de telefonia, serviços de limpeza e vigilância, material de expediente, entre outros, até a contratação de serviços de maior complexidade, tais como o de comunicação satelital, aeronaves para operações de fiscalização e combate a incêndios, aquisição de equipamentos específicos como armamento, veículos especialmente adaptados às condições dos terrenos a que serão expostos, maquinários de laboratório de última geração utilizados em pesquisas genéticas, entre outros.

Atualmente o principal desafio do ICMBio é, frente às dificuldades orçamentárias, continuar a estruturação de suas unidades descentralizadas e garantir o fornecimento de serviços básicos. Os maiores déficits atualmente dizem respeito ao fornecimento de serviços de apoio administrativo e de limpeza, seguidos por vigilância, telefonia fixa e internet para as unidades descentralizadas.

Há de se mencionar que contratações que para muitos órgãos são consideradas de baixa complexidade, no caso do Instituto Chico Mendes, tornam-se complexas e muitas vezes são inviabilizadas.

Como exemplo, pode-se citar a aquisição de combustível. Seriam necessários mais de mil contratos para atender a todas as necessidades existentes nas unidades descentralizadas. As primeiras tentativas de licitações se mostraram inviabilizadas em razão da falta de interesse dos postos revendedores locais em fornecer ao Governo Federal ou da falta da documentação necessária para habilitação. Neste caso, o Instituto firmou contrato, em nível nacional, com empresa administradora de serviços de abastecimento e manutenção para sua frota de mais mil veículos. Ainda assim, o órgão sofre problemas em algumas unidades que possuem sede em municípios nos quais os postos de abastecimento só aceitam pagamento em espécie.

Dando continuidade à estratégia de firmar contratos nacionais visando ao ganho de escala e à maior agilidade no suprimento de meios para as atividades finalísticas do Instituto, em 2011 foi implementado Contrato Nacional de Gerenciamento de Meios. Este contrato que visa ao fornecimento de material de expediente, informática e básico de campo “just in time” para as unidades descentralizadas, reduzindo estoques desses materiais e os custos decorrentes, garantindo às unidades descentralizadas o fornecimento de material de expediente em tempo hábil, independente da localização geográfica.

Para atender às peculiaridades de contratos locais, alguns contratos são estabelecidos com as UAAFs. O ano de 2011 marcou a instalação da UAAF Manaus/AM, que atenderá a cerca de sessenta unidades de conservação na Região Norte, onde estão concentradas as maiores unidades de conservação do País. Antes da instalação dessa UAAF, o atendimento a essas unidades era realizado pela sede do Instituto, sobrecarregando a capacidade administrativa nela existente e inviabilizando o papel de planejamento de gestão administrativa nacional de longo prazo.

O ICMBio percorreu o ano de 2011 engendrando esforços no desenvolvimento de sistemas informatizados integrados que garantirão a modernização de processos no Instituto. São eles: CANIE (cadastro de cavernas), Alerta (incêndios), Sistema de voluntariado, Sabiá (projetos da DIBIO), SISCORC (contratos e orçamento), SCT (consolidação territorial), SISFamílias (populações tradicionais), SISMídia (controle e disponibilização de vídeo, som e imagens), Sistema de autorização para licenciamento, Sistema de arrecadação, SICA (controle de acesso), SGP (gestão de pessoas), Sistema de educação corporativa, SGCA (compensação ambiental), SOFIA (autos de infração), Sistema de espécies (espécies ameaçadas), SISBIO (nova versão) e SGDOC (documentação).

Além das dificuldades derivadas da dispersão geográfica, o Instituto Chico Mendes possui quantitativo de servidores na área administrativa que beira a calamidade, haja vista nunca ter sido realizado concurso público para os cargos de Analista Administrativo e Técnico Administrativo, seja agora ou à época em que a gestão da conservação da biodiversidade cabia ao Ibama, autarquia criada em 1989. Diante da deficiência de pessoal da área administrativa do Ibama, e considerando que grande parte deste pessoal se concentrava na sede ou nas superintendências daquela autarquia, poucos servidores dessa área foram redistribuídos para o ICMBio. Tentando sanar esse déficit de pessoal, vem sendo solicitado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a criação de cargos e a autorização para realização de concurso público.

A despeito da insuficiência de quadros, o Instituto vem seguindo com sua política de capacitação. Em 2011 foram realizados, dentro do Plano Anual de Capacitação do Instituto, 44 cursos

contemplados dentro de 11 ciclos e 3 eixos de formação que, somados aos processos individuais de capacitação, geraram 4.519 vagas para capacitações e 3.944 capacitados, dos quais 837 servidores, 3.107 brigadistas. Além disso, foram capacitados 43 novos estagiários da sede do Instituto.

Em 2011, o Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – ACADEBio, inaugurado em 2009, seguiu sendo o espaço de formação e capacitação em conservação da biodiversidade. Localizada no interior da Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó/SP, a ACADEBio aproveita as instalações do antigo Centro de Treinamento em Engenharia Agrícola, desativado em 1990, e o espaço daquela unidade de conservação para a realização de aulas práticas. O aproveitamento daquela estrutura se justifica por vários motivos, dentre os quais: o resgate do patrimônio público, a economia dos custos de capacitações futuras, a internalização dos investimentos na própria instituição e, principalmente, a possibilidade de gerar no corpo funcional o sentimento de pertencimento e de identidade, uma vez que a ACADEBio está instalada no interior de uma unidade de conservação.

Apesar de em muitas unidades do ICMBio a utilização do suprimento de fundos somente ser viabilizada na modalidade saque, o Cartão de Pagamento do Governo Federal ainda é um mecanismo imprescindível e extremamente eficaz na gestão das unidades de conservação. Ocorre que estas aquisições, apesar dos motivos já expostos sobre as peculiaridades do funcionamento do Instituto e da demonstração pela opção do uso da modalidade em razão dos princípios emanados pela Constituição Federal da eficiência e da economicidade, vêm sendo constantemente questionadas pela Controladoria Geral da União, já que o ICMBio não está incluído no Regime Especial de Execução previsto no Decreto nº 93.872/86.

Diante desse contexto, e devido à transversalidade das atividades desenvolvidas pelo ICMBio, demonstraremos a seguir os resultados das diversas ações que, em alguns casos, podem não traduzir perfeitamente a consistência do resultado obtido.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica por não existirem programas sob a responsabilidade deste Instituto.

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro A.2.2 Anexo I fl. 192

ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES

Programa 0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Ação 8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental

Com a reestruturação organizacional do ICMBio, a ação 8286 ficou vinculada a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e por meio dela foram realizadas, no ano de 2011, atividades envolvendo a gestão participativa de Unidades de Conservação, Educação Ambiental e Capacitação e Gestão de Conflitos Territoriais.

No desenho atual das ações do PPA, tanto o nome da ação como seu escopo, bem como a meta física, ainda não espelham o conjunto das ações realizadas pelo ICMBio, que foram mais abrangentes e que extrapolaram a meta física. Considerando a estrutura e desenho institucional atuais do Instituto Chico Mendes, fez-se necessário uma nova revisão das ações do PPA para proporcionar uma melhor operacionalização entre o planejamento e a execução das metas previstas.

No geral, pode-se afirmar que a meta física da ação foi cumprida, mas ainda há necessidade de adequá-la para a nova realidade institucional do ICMBio, o que já foi revisado para o PPA de 2012, porém ainda carece de alguns ajustes.

Além disso, com a ampliação da abrangência da ação, a dotação orçamentária tornou-se insuficiente para o atendimento de todas as demandas e necessidades do Macroprocesso Gestão Socioambiental, sendo necessária a ampliação da mesma.

A maior parte das atividades do Macroprocesso não é contemplada via compensação ambiental e recursos de fontes externas contemplam apenas parte do conjunto de UCs Federais e parte das atividades, o que torna a dotação orçamentária e financeira desta ação essencial para a execução das atividades e para o cumprimento das metas institucionais.

Principais Realizações em 2011:

- Formação e implementação de 28 novos Conselhos de Unidades de Conservação Federais;
- Renovação e alteração de composição de 15 conselhos de Unidades de Conservação Federais;
- Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias de 205 conselhos de UCs federais;
- Apoio a programas de capacitação de conselheiros de 18 Unidades de Conservação;
- 256 atividades de Educação Ambiental e ações de planejamento e para mobilização e sensibilização para formação de Conselhos de 35 Unidades de Conservação;
- Capacitação de Gestores do ICMBio em Gestão Participativa - 35 servidores;
- Apoio na construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras

Indígenas e na implementação do GEF Indígena (PNGATI);

- Apoio na implementação do Projeto GEF Indígena;
- Aprofundamento da proposta de Instrução Normativa para Termos de Compromisso de UCs de Proteção Integral;
- Celebração de Termos de Compromisso com três associações de extrativistas de castanha e com moradores de duas UCs de proteção integral
- Apoio às Unidades de Conservação na gestão de conflitos de sobreposição territorial com terras indígenas, territórios quilombolas e territórios de comunidades tradicionais, intermediando e subsidiando a proposição de acordos;
- Acompanhamento dos processos na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF/AGU) sobre questões de conflitos de sobreposição territorial;
- Celebração de dois termos de conciliação no âmbito da CCAF/AGU
- Construção, em conjunto com a DEA/MMA, da ENCEA - Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação;
- Publicação do resultado final da ENCEA
- Acompanhamento e monitoramento das ações do ICMBio na Operação Arco Verde.

Programa 0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - FLORESCER

Ação 6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas

A ação 6074 apresenta como principal resultado o treinamento, contratação e estruturação de brigadas em 98 UCs federais no ano de 2011. Neste sentido, a área efetivamente controlada em relação à atividade de prevenção e combate a incêndios florestais corresponde à área total das Unidades de Conservação Federais com brigada contratada pelo ICMBio. Desta forma, o resultado expresso pelo percentual de execução física constante no SIGPLAN deve ser desconsiderado, uma vez que a meta física foi equivocadamente definida. A meta física da ação deveria ser "não-cumulativa", ao contrário, apresenta-se cumulativa mensalmente, além de subestimada. Para que o resultado da ação reflita de forma adequada a atividade desempenhada, foi proposta a alteração de "área controlada" para "Unidade de Conservação protegida", sendo estabelecida a meta de 98 UCs protegidas em 2012.

Ação 6307 - Fiscalização de Atividades de Desmatamento

A ação priorizou a execução de operações de fiscalização com foco no combate ao desmatamento em Unidades de Conservação Federais. Contudo, foram realizadas outras ações fiscalizatórias voltadas ao combate à caça, pesca irregular e atividades poluidoras no intuito de garantir a proteção ambiental das UCs federais. Neste sentido, a meta prevista inicialmente para ações de combate ao desmatamento foi extrapolada. Para sanar essa discrepância, em 2012 a ação de fiscalização do ICMBio foi contemplada em dois programas, sendo estabelecida a meta de 100 ações de fiscalização integradas de combate ao desmatamento (Programa Florestas) e 50 ações de fiscalização em Unidades de Conservação federais (Programa Biodiversidade).

Cabe destacar em 2011 as operações integradas de combate ao desmatamento realizadas nas seguintes Unidades de Conservação federais:

- Acre: Parna Serra do Divisor, Resex Chico Mendes, Resex Rozinho da Liberdade;
- Amapá: Flona Amapá, Resex do Rio Cajari;

- Amazonas: Flona Humaitá, Flona Tefé, Parna Anavilhanas, Parna Campos Amazonicos, Parna Jau, UCs da BR 319;
- Maranhão: Rebio do Gurupi;
- Mato grosso: Parna Juruena;
- Pará: ESEC Terra do Meio, Flona Jamanxim, Flona do Tapajós, Flona Trairão, Rebio Serra do Cachimbo, Resex Renascer, Resex Verde para Sempre, UCs da BR 163;
- Roraima: Parna Viruá;
- Rondônia: Parna Amazônia, Parna Mapinguari, Rebio Jaru.

Cabe ainda ressaltar a contribuição das parcerias estabelecidas com agentes externos na execução das ações fiscalizatórias, incluindo a participação do Ibama, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Forças Armadas, dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Programa 0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Ação 2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias

Os objetivos estratégicos desta ação estão voltados para implementação de estratégias de conservação de espécies e reduzir o risco de extinção de espécies, como produtos dessa ação que é o número de espécies da fauna ameaçada de extinção com planos de ação elaborados até 2010 foram 141 espécies, no exercício de 2011 foram 65 espécies, totalizando 206 de um total de 627 espécies ameaçadas, que representa em percentuais 33% das espécies da Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção aprovada no ano de 2003.

Apesar de não termos atingido a meta de 100 espécies, os resultados obtidos no ano podem ser considerados exitosos uma vez que foram realizadas 29 oficinas, com a participação 732 pessoas e o envolvimento de 263 instituições parceiras; o que resultou na elaboração de 11 planos de ações. Foram capacitados servidores para Aplicação de Critérios e Categorias UICN, Oficina de Plano de Ação e Monitoria de Planos de Ação.

Na Avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira que identifica o grau de risco de extinção das espécies, segundo os critérios e categorias União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, as principais ameaças e as áreas importantes para a manutenção das espécies. Dessa forma subsidia a revisão da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e o estabelecimento de ações necessárias à proteção da fauna brasileira.

Foram realizadas 13 oficinas para avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira, que contaram com a participação de 221 especialistas e resultaram na avaliação de 1.668 espécies o que totaliza 2.302 espécies avaliadas, ou seja, 23% da meta estabelecida para 2014 de 10 mil espécies com estado de conservação avaliados.

Foi publicado o primeiro número da revista eletrônica Biodiversidade Brasileira com o resultado da avaliação das Tartarugas Marinhas.

O trabalho de identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade que visa ordenar a informação para compatibilizar o desenvolvimento dos investimentos nacionais com a proteção da fauna brasileira e que deverão ser utilizados para o planejamento setorial e para subsidiar o licenciamento ambiental, foi publicado o Atlas da Fauna Ameaçada de Extinção nas Unidades de Conservação Federais que organizou as informações para identificar o percentual de espécies ameaçadas protegidas nas UCs federais. O trabalho concluiu que 50% das espécies ameaçadas de extinção têm registro de ocorrência nas UCs federais.

Este trabalho conta com apoio de recursos do BIRD (PROBIO II)

Ação 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

O ICMBio tem entre suas atribuições institucionais, definidas por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União e fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Dessa forma, para o atingimento dos objetivos estratégicos institucionais “ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade”; “estimular o desenvolvimento de pesquisas”; “aumentar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo instituto”; “desenvolver capacidade para manejar os recursos naturais”; “conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade”; e “assegurar a proteção e o monitoramento de UCs”, o macroprocesso Pesquisa e Monitoramento tem atuado por meio do lançamento de editais internos de fomento a projetos com recursos da Ação 2B07.

No edital lançado em 2010 para execução em 2011, recebemos a demanda de 197 projetos, dos quais 91 foram aprovados e apenas 25 apoiados, devido aos cortes orçamentários impostos no ano. Os projetos financiados foram executados tanto por UCs quanto pelos centros de pesquisa e conservação do ICMBio. Essa é uma importante ação e ferramenta para consecução das atribuições e objetivos institucionais, até mesmo para fixação de servidores em áreas remotas, como a Amazônia, e utilização do conhecimento gerado para melhoria da gestão das unidades de conservação e estratégias de conservação da biodiversidade.

Esta ação compõe a contrapartida de uma doação do GEF, por meio do Banco Mundial (BIRD), para agregar recursos do projeto PROBIO II, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, bem como a contrapartida de um projeto de cooperação internacional firmado junto ao Ministério de Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Ao longo do ano de 2011, o acesso a essas fontes externas propiciou a superação das metas estabelecidas, entretanto, a restrição aos recursos oferecidos pelo governo brasileiro compromete as atividades previstas nesses projetos.

Programa 0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Foram capacitados 3.944 pessoas, no exercício de 2011. Essa meta prepara os servidores para desempenharem suas atribuições de forma eficaz, proporcionando servidores mais capacitados ao Instituto. Houve superação da meta estabelecida tendo em vista que no ano de 2011 houve o incremento dos números de capacitados.

Ação 7P81 - Construção do Edifício-Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Por se tratar de emenda parlamentar e tendo em vista que não houve liberação de limite específico por parte da Casa Civil/PR, não houve execução.

Programa 0750 - Apoio Administrativo

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Com essa ação obtivemos 585 servidores que concluíram o processo com a emissão do atestado ocupacional emitido pelo médico do trabalho. A ação apresentou problema na sua execução para atingir a totalidade dos servidores deste Instituto em virtude de ser facultativo e da localização de diversas Unidades Organizacionais, pois estão situadas em lugares remotos, de difícil acesso e longes dos grandes centros, onde em sua grande parte não há laboratórios ou clínicas médicas para

realização dos exames.

Ação 2004 - Assistência Médica Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Obtivemos a média de 1.298 pessoas beneficiadas mensalmente, por essa razão proporcionamos aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental sob a forma de contrato ou convênio.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Obtivemos a média de 569 crianças atendidas. Essa ação possibilitou aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, atendendo assim o art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Obtivemos a média de 415 servidores beneficiados. Essa ação tem como objetivo de custear parte das despesas de locomoção dos servidores de sua residência para o trabalho e vice-versa. Essa ação foi atendida com a disponibilização de recursos orçamentários em virtude de redistribuições, contratação de brigadas e solicitações de servidores.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Obtivemos a média de 2.579 servidores beneficiados no ano de 2011. Essa meta possibilitou o pagamento em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio- alimentação aos servidores e brigadistas, de acordo com a Lei nº 9.527/97

Programa 1145 - Comunidades Tradicionais

Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

Celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU com 06 Unidades de Conservação, assinaturas de Termos de Adesão com 08 Organizações envolvidas na implementação do Programa de Apoio a Conservação Ambiental - Bolsa Verde, 10 organizações com projetos produtivos apoiados como manejo de pirarucu, manejo de fauna, manejo florestal comunitário, capacitação em feitura de artesanato através da utilização de partes da vegetação nativa e capacitação em manejo de açaí. 01 Associação apoiada através de atividade de fortalecimento organizacional e uma associação apoiada no que tange a implementação de infra-estrutura de abastecimento de água potável em ilha marinha.

A não possibilidade de utilização da porção integral do recurso financeiro previsto na LOA inviabilizou o atingimento da meta de 40 organizações apoiadas. Priorizou-se ações de (i) caráter estruturante; (ii) de atendimento de demanda presidencial, (iii) demonstrativos, ou de (iv) manutenção de atividades em curso. Como as estruturantes e as que atendem às diretrizes da Presidência da república ressalta-se os CCDRU e os Termos de Adesão firmados do Bolsa Verde. O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU é o último procedimento formal para regularizar o direito do uso do recurso natural presente nos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais. Como resultado imediato, regularizam-se os créditos e investimentos financeiros às ações produtivas das comunidades. O Programa Bolsa Verde foi primeiramente instituído pela Medida Provisória no 535/2011 e posteriormente pela Lei no 12.512/2011 e Decreto no 7.644/2011. As ações de projetos produtivos foram focadas em atividades que tornam-se exemplares para demais territórios manejados pelos Povos e Comunidades Tradicionais, como manejo de fauna, manejo de açaí e manejo madeireiro comunitário, após publicação de IN ICMBio no 16/2011, construída por esta Coordenação Geral de Populações Tradicionais – CGPT/DISAT/ICMBio, antiga Coordenação Geral de Florestas – CGFLO/DIUSP/ICMBio. O manejo de pirarucu é atividade que segue procedimentos estabelecido por Portaria com cotas de pesca estabelecida. Estas atividades devem manter execução constante de forma a valorizar a o manejo de recurso natural por meio de

regras técnicas construídas entre poder público e comunidades, e possibilitar geração de renda aos povos e comunidades tradicionais advinda de utilização sustentável do meio ambiente natural.

Programa 1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Ação 13MY - Estruturação de Serviços Ambientais e Visitação em Áreas Protegidas

A ação apresenta como meta a estruturação de 25 unidades de conservação para a visitação. Este é um processo continuado, que depende de uma série de atividades, devendo ter o resultado atingido ao fim do período proposto no PPA.

A principal ação voltada para a estruturação das UC é o Projeto Parques da Copa que prevê investimentos em 27 unidades de conservação federais: Parques Nacionais de Anavilhanas, Jaú, Lençóis Maranhenses, Ubajara, Jericoacoara, Serra da Capivara, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada Diamantina, Marinho de Abrolhos, Caparaó, Serra do Cipó, Restinga de Jurubatiba, Serra dos Órgãos, Tijuca, Itatiaia, Serra da Bocaina, Iguaçu, Aparados da Serra e Serra Geral, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Pantanal e Chapada dos Guimarães; além das Reservas Extrativistas do Rio Unini e Arraial do Cabo e das APAs da Costa dos Corais e do Delta do Parnaíba.

O investimento em estruturas físicas para uso público nas UC do Projeto Parques da Copa ficou significativamente comprometido pelo contingenciamento dos recursos previstos para o Projeto em emenda parlamentar proposta pela Comissão de Meio Ambiente.

Em 2011, as estruturas de apoio à visitação foram modernizadas ou tiveram melhorias nas unidades de conservação que contaram com recursos de compensação ambiental, como os Parques Nacionais de Ubajara e Sete Cidades, Restinga de Jurubatiba, Serra das Confusões, Amazônia. Foram contratados e elaborados projetos arquitetônicos para construção de Centros de Visitantes, banheiros e pontes nos Parques Nacionais de Lençóis Maranhenses e Serra do Cipó e elaborado o projeto de revitalização da Trilha das Cataratas, principal atrativo do Parque Nacional do Iguaçu.

Outras ações que contribuem para a estruturação da visitação estão relacionadas ao ordenamento destas atividades e à operação de serviços turísticos nas unidades de conservação. Diversas unidades antes consideradas fechadas, mas que já possuíam plano de manejo, agora recebem visitantes de maneira regular ou agendada, como os Parques Nacionais do Pantanal Matogrossense e Emas. Outras unidades que ainda não contam com planos de manejo, mas sofrem pressão da visitação, avançaram no processo de ordenamento com objetivo de proteger os recursos naturais da unidade, como os Parques Nacionais de Anavilhanas e de São Joaquim. Ao final de 2011 26 Parques já recebem e registram os visitantes.

Em 2011 foi dada sequência ao esforço de promoção e formalização de serviços de apoio à visitação nas UC por operadores privados, por meio de concessões, permissões e autorizações. A operação turística também contribuiu decisivamente para a estruturação das UC para visitação. No total foram regularizados 752 pequenos operadores turísticos que atuam nas unidades de conservação federais em 2011.

Ação 6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais

A disponibilidade de recursos de inversões financeiras na PO 2012 foi de apenas R\$ 2.000.000,00, deste montante foram empenhados 97,48%, viabilizando o pagamento de apenas 5 imóveis que totalizaram 391 ha de terras, enquanto que a indenização dos imóveis foi quase que totalmente custeado com recursos oriundos de compensação ambiental.

Os recursos de despesas correntes executados foram utilizados para viabilizar a vistoria e instrução de processos de desapropriação e de compensação de reserva legal, possibilitando o cumprimento das metas físicas e a obtenção dos seguintes resultados:

- Recebimento em doação por compensação de reserva legal – 9 imóveis compreendendo

1.576,52 ha.

- Recebimento em doação para cumprimento de termo de ajustamento de conduta com a empresa Fiat do Brasil – 7 imóveis que totalizam 1.931,34 ha.
- Desapropriação de imóvel com recursos de compensação ambiental – 15 imóveis compreendendo uma área de 1.701,38 ha.

A dotação orçamentária para esta ação não é suficiente para atender minimamente à demanda, uma vez as informações oficiais disponíveis, apontam que das 251 Unidades cujo domínio tem que ser obrigatoriamente público, cerca de 33,9 milhões de hectares estão localizados em terras públicas federais ou bens da União, cerca de 13,8 milhões de hectares são terras estaduais e que cerca de 16,8 milhões de hectares são presumivelmente de domínio privado, as quais representam o universo de atuação institucional nas desapropriações, estimativas extremamente superficiais apontam que a demanda de recursos para superar este passivo seria de pelo menos 17 bilhões de reais.

Soma-se a estas dificuldades a falta de capacidade operacional da instituição para dar conta desta demanda. Para atender a demanda relativa a desapropriações e demarcação será necessário:

- Ampliar a capacidade operacional com o aumento do número de servidores com habilitações profissionais adequadas mediante concurso público;
- Estruturar a Coordenação Geral de Consolidação Territorial, a qual conta apenas com uma Coordenação para tratar de toda a diversidade de demandas que envolvem a área, quando seriam necessárias 3 Coordenações (DAS-101.3) e 3 Assistentes (DAS 101.1)
 - ✓ Coordenação de obtenção de imóveis privados;
 - ✓ Coordenação de incorporação em terras públicas; e,
 - ✓ Coordenação de consolidação de limites das UCs
- Contratar pelo menos 150 servidores temporários;
- Estabelecer parceria com o INCRA para atender as demandas imediatas de avaliação de imóveis nas Unidades que possuem recursos de compensação ambiental disponível.
- Contratação de pessoal permanente.

Ação 8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas

No ano de 2011, foram encaminhados – MMA 4 (quatro) processos de criação 7 (sete) processos de revisão de limites de unidades de conservação; foram aprovados 13 (treze) Planos de Manejos de UCs federais e foram criadas 23 (vinte e três) Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN

A Execução Física das ações realizadas pela Ação de Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas foi maior do que a meta prevista. Isto se deve principalmente ao grande número de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Este processo de criação busca acompanhar e atender demanda iniciada pela sociedade civil, de modo que a estimativa prevista, estabelecida com base em valores do ano anterior, foi ultrapassada em atendimento às demandas da sociedade. Das 47 metas realizadas 23 estão relacionadas a criação de RPPN. Este fator também pode estar relacionado à publicação do Roteiro para criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN que aumentou a divulgação e proporcionou um maior esclarecimento e agilidade ao procedimento.

Portanto, o cumprimento das metas físicas foi maior do que o esperado.

O entanto, a meta física desta ação aparece superestimada (168,000 unidades) isto se deve provavelmente ao preenchimento automático e proporcional do campo em função do aumento de recursos. Com este valor elevado da LOA+cr a porcentagem da execução ficou baixa (27,98%).

Esta é uma ação de grande relevância dentre aquelas sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes, pois envolve o desenvolvimento de projetos como estudos para propostas de criação de unidades de conservação e para elaboração de planos de manejo que orientam a gestão das unidades, estratégias amplamente reconhecidas para a efetividade da conservação da biodiversidade.

Programa 1346 - Qualidade Ambiental

Ação 6925 - Licenciamento Ambiental Federal

O objetivo estratégico da ação é estabelecer e condicionar o controle do poder público às atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente

Cabe ao ICMBio conceder autorização ao empreendimento que afetar unidade de conservação federal ou sua zona de amortecimento visando subsidiar o licenciamento ambiental, conforme estabelecido na Lei nº 9.985, de 18/06/2000..

O produto da ação não está coerente com a competência regimental e legal delegada ao ICMBio, uma vez que não há concessão de licenças ambientais e sim de autorizações ao processo de licenciamento, quando a atividade envolver impactos sobre unidades de conservação federais. A competência para licenciar é do órgão competente do SISNAMA.

Para tanto, foi necessário prever no SIGPLAN a emissão de 60 autorizações/licenças para o exercício de 2011. Porém, com o expressivo aumento da demanda, este ICMBio emitiu 279 autorizações para o licenciamento ambiental, contemplando a sede e suas coordenações regionais.

O impacto na execução da física da ação está na falta de pessoal nas unidades de conservação para emissão de pareceres técnicos, com os conhecimentos específicos, bem como a falta de capacitação sistemática dentro dos procedimentos para implementar esta ação, e ainda, no descompasso da tramitação documental dentro do instituto.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	44207	443032

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

VALORES EM R\$

1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		GRUPOS DE DESPESAS CORRENTES					
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	188.488.775	208.470.078	-	-	180.373.158	198.340.605
	PLOA	188.488.775	208.470.078	-	-	180.373.158	198.340.605
	LOA	188.488.775	208.470.078	-	-	181.673.158	205.534.686
	Suplementares	40.890.000	35.440.000	-	-	39.178.484	21.339.145

CRÉDITOS	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos cancelados		-1.871,00	-	-	-	-720.948	-2.170.000
	Outras operações		-	-	-	-	-	-
Total			229.376.904	243.910.078	-	-	220.130.694	224.703.831

Fonte: SIAFI Gerencial, Portal SOF.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

VALORES EM R\$

1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos De Despesas Correntes								
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2010		2011		2010		2011		2010		2011	
LOA	Dotação Proposta pela UO		27.205.001	10.417.471	316.990	368.600	-	-			
	PLOA		27.205.001	10.417.471	316.990	368.600	-	-			
	LOA		25.312.831	26.441.654	316.990	3.740.641	-	-			
CRÉDITOS	Suplementares		-	3.548.855	723.128	2.000.000	-	-			
	Especiais	Abertos	-	-	150.000.00	-	-	-			
		Reabertos	-	-	-	100.000.000	-	-			
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-			
		Reabertos	-	-	-	-	-	-			
	Créditos Cancelados		-	-2.000.000	-2.682	-16.097	-	-			
Outras Operações			-	-	-	-	-	-			
Total			25.312.831	27.990.509	151.037.43	105.724.544	-	-			

Fonte: SIAFI Gerencial, Portal SOF.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

VALORES EM R\$

1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação Proposta pela UO		368.861.933	406.810.683	27.521.991	10.786.071	-	-
	PLOA		368.861.933	406.810.683	27.521.991	10.786.071	-	-
	LOA		370.161.933	414.004.764	25.629.821	30.182.295	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		80.068.484	56.779.145	723.128	5.548.855	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	150.000.000	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	100.000.000	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-722.819	-2.170.000	-2.682	-2.016.097	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			449.507.598	468.613.909	176.350.267	133.715.053	-	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL, PORTAL SOF.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA
1,00

VALORES EM R\$

Natureza da Movimentação do Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	193034 - IBAMA	18122050822720001	-	-	728.746
		193034 - IBAMA	18122075020000001	-	-	40.544
		193034 - IBAMA	18122133222720001	-	-	89.381
		193034 - IBAMA	18541050829340001	-	-	308.464
	Recebidos	193034 - IBAMA	18122075020000001	-	-	2.719.656
		193034 - IBAMA	18125051160370001	-	-	1.688.330
		193034 - IBAMA	18541010429330001	-	-	500.000
		193034 - IBAMA	1854201042C980001	-	-	400.000
		193034 - IBAMA	1854201042C990001	-	-	19.500
		193034 - IBAMA	18542050682940001	-	-	1.400.000
		193034 - IBAMA	18542050682960001	-	-	100.000
		193034 - IBAMA	18542050829750001	-	-	500.000
		193034 - IBAMA	18542134629790001			557.480
		193034 - IBAMA	18542134669250001	-	-	1.106.433
		440001 - MMA	18126051110FL0053	-	-	2.500.000
		440078 - MMA	185431305101P0001	-	-	114.900
Movimentação Externa	Concedidos	110511 - CENSIPAM	18122050822720001	-	-	7.433
		110511 - CENSIPAM	18122051122720001	-	-	27.925
		110511 - CENSIPAM	18122075020000001	-	-	69.510
		110511 - CENSIPAM	18122133222720001	-	-	127.774
		154004 - FUCAPES	1854105082B070001	-	-	16.462
		154049 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	18128051145720001	-	-	500
		090032 - TRF 1ªR	18122133222720001	-	-	9.628
	Recebidos	200401 - FDDD	14422069760670001	-	-	17.691
		201002 - MPOG	04128105426550001	-	-	3.680
		490002 - MDA	21127133489910020	-	-	12.500
Natureza da Movimentação do Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	DESPESAS DE CAPITAL		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6-amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	440068 - PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS/KFW	185411332101V0001	1.354.070	-	-
		440078 - MMA	185431305101P0001	79.013	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	090032 - TRF 1ªR	28846090100050001	-	352.503	-
	Recebidos	200401 - FDDD	14422069760670001	32.737	-	

Análise crítica

Análise crítica das concessões e recebimento de créditos por movimentação interna e externa:

O exercício de 2011 o Instituto Chico Mendes movimentou o montante de R\$ 14.884.859,91, relativos aos créditos recebidos e concedidos, sendo o total de R\$ 13.105.989,46 dos destaques recebidos e o total R\$ 1.778.870,45 dos destaques concedidos.

Os créditos foram recebidos e concedidos em períodos alternados durante o exercício 2011 para atender diversas demandas internas e externas, conforme detalhamento abaixo:

DESTAQUES CONCEDIDOS

1. Ibama – Trata-se do Acordo de Cooperação Ibama/ICMBIO nº 12/2009 que possibilita a movimentação dos créditos entre os órgãos, com a finalidade de custear as despesas de contratos firmados para prestação de serviços de manutenção das Unidades de Conservação e Centros de Pesquisas. O referido acordo manter as diversas Unidades de Conservações e Centros com os serviços prioritário como vigilância, limpeza e apoio administrativo. O total do crédito concedido em 2011 ao Ibama é de R\$ 1.167.134,88 (custeio);
2. CENSIPAM – Trata-se dos Termos de Cessão de Uso nº 01 e 02/2010 que possibilitam a transferência ao ICMBio de parte de imóveis localizados na Amazônia para instalação e funcionamento de escritórios, objetivando a operacionalização das ações deste Instituto naquela região. No ano de 2011 o ICMBio descentralizou ao CENSIPAM, montante de R\$ 232.642,92 (custeio) para custear as despesas de manutenção da área ocupada;
3. TRF 1ª R - Transferências efetuadas pela SOF para pagamento de precatórios. O total concedido em 2011 foi de R\$ 362.130,52;
4. FUCAPES – Crédito concedido no valor R\$ 16.461,93 para atender demanda prevista no Acordo de Cooperação nº 01/2011 celebrado entre ICMBio e CAPES;
5. FEDERAL DE SÃO CARLOS – Crédito valor R\$ 500,20 (custeio) para pagamento de horas aula do “curso aves como bioindicadores para monitoramento de UC”.

DESTAQUES RECEBIDOS

1. Ibama - Trata-se do Acordo de Cooperação Ibama/ICMBIO nº 12/2009 que possibilita a movimentação dos créditos entre os órgãos, com a finalidade de custear as despesas de contratos firmados para prestação de serviços de manutenção das Unidades de Conservação e Centros de Pesquisas. O referido acordo manter as diversas Unidades de Conservações e Centros com os serviços prioritário como vigilância, limpeza e apoio administrativo. O total do crédito recebido em 2011 é de R\$ 8.991.398,65 (custeio);
2. MMA - R\$ 2.693.913,16 para atender demandas diversas:
 - a. Valor R\$ 2.500.000,00 (custeio) - para atender atividades relativas ao cadastro ambiental rural, cadastro nacional de unidades de conservação e ao monitoramento e controle de emissão de gases de efeito estufa, conforme Portaria nº 325, de 19/11/2011.
 - b. Valor R\$ 114.900,00 (custeio) e valor R\$ 79.013,16 (investimento) – para atender a 4ª parcela do projeto “Conservação da Onça Pintada no sub-medio São Francisco”;
3. FDDD – (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – Ministério da Justiça) – Valor total recebido R\$ 50.427,31 – para atender projeto “Vigilância total na Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional de Brasília” – sendo R\$ 17.690,64 (custeio) e 32.736,67 (investimento);
4. MPOG – Total R\$ 3.680,00 (custeio) – para pagamento a servidores pela instrutoria em cursos de capacitação;
5. MDA – Valor R\$ 12.500,00 (custeio) – para atender despesas conforme Acordo de Cooperação ICMBio/MDA;

6. PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS (KFW) – R\$ 1.354.070,34 (investimento) - para atender demandas do Termo de Cooperação nº 04/2011 entre o MMA e o ICMBio.

Todos os créditos recebidos contribuíram para continuidade dos trabalhos de ampliação e reestruturação das Unidades de Conservação e Centros de Pesquisas no exercício de 2011. O objetivo do ICMBio é deixar todas as Unidades e Centros com as condições físicas adequadas, apoio administrativo, vigilância e limpeza, a fim de alcançar sempre as metas definidas de proteção e conservação do meio ambiente.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

**QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

VALORES EM R\$ 1,00

Modalidade De Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	90.359.725	112.041.228	90.359.693	112.041.228
Convite	125.280	109.377	125.280	109.377
Tomada de Preços	110.583	37.074	110.583	37.074
Concorrência	206.507	464.469	206.507	464.469
Pregão	89.917.355	111.430.309	89.917.323	111.430.309
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	27.229.716	35.188.907	27.219.767	35.188.907
Dispensa	23.335.505	30.767.835	23.331.953	30.767.835
Inexigibilidade	3.894.211	4.421.073	3.887.814	4.421.073
Regime de Execução Especial	1.311.685	800.163	1.311.685	800.163
Suprimentos de Fundos	1.311.685	800.163	1.311.685	800.163
Pagamento de Pessoal	248.722.964	266.642.342	245.185.565	266.642.342
Pagamento em Folha	240.672.422	261.495.636	237.135.023	261.495.636
Diárias	8.050.542	5.146.706	8.050.542	5.146.706
Outros	55.713.633	57.510.836	55.713.619	57.510.836

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE
DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

**VALORES EM R\$
1,00**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processado		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 - Despesas de Pessoal	226.180.866	241.950.826	226.180.866	241.950.826	-	-	222.643.916	241.950.826
01 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	2.704.122	5.824.448	2.704.122	5.824.448	-	-	2.704.122	5.824.448

03 Pensoes	631.492	1.136.242	631.492	1.136.242	-	-	631.492	1.136.242
04 Contratatacao por Tempo Determinado	5.287.463	1.059.543	5.287.463	1.059.543	-	-	5.287.463	1.059.543
08 Outros Beneficios Assistenciais	65.802	56.900	65.802	56.900	-	-	65.802	56.900
11 Vencimentos p Vantagens Fixas - Pessoal Civil	177.222.073	190.508.242	177.222.073	190.508.242	-	-	177.212.729	190.508.242
13 Obrigacoes Patronais	38.090.294	41.074.251	38.090.294	41.074.251	-	-	34.562.688	41.074.251
16 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	486.366	596.209	486.366	596.209	-	-	486.366	596.209
91 Sentencas Judiciais	1.063.553	829.759	1.063.553	829.759	-	-	1.063.553	829.759
92 Despesas de Exercicios Anteriores	298.457	45.689	298.457	45.689	-	-	298.457	45.689
96 Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	331.244	819.543	331.244	819.543	-	-	331.244	819.543
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	170.458.387	210.166.749	142.641.757	178.993.157	27.816.631	31.173.592	142.631.314	178.993.157
04 Contratatacao por Tempo Determinado	1.158.482	5.927.365	1.158.482	5.927.365	-	-	1.158.482	5.927.365
08 Outros Beneficios Assistenciais	572.692	606.421	572.692	606.421	-	-	572.692	606.421
14 Diarias - Pessoal Civil	5.778.931	5.146.706	5.775.722	5.146.706	3.209	-	5.775.722	5.146.706
30 Material de Consumo	4.981.484	6.051.502	2.639.396	3.396.676	2.342.088	2.654.826	2.639.396	3.396.676
32 Material, Bem ou Servico p/ Distrib. Gratuita	744	-	744	-	-	-	744	-
33 Passagens e Despesas com Locomocao	16.522.497	5.160.542	15.365.756	5.059.634	1.156.741	100.908	15.365.724	5.059.634
35 Servicos de Consultoria	952.355	1.690.439	72.578	1.014.656	879.777	675.783	72.578	1.014.656
36 Outros Servicos de Terceiros Pessoa Fisica	4.208.067	4.016.592	3.639.638	3.979.884	568.429	36.708	3.639.555	3.979.884
37 Locacao de Mao-de-Obra	40.132.707	51.224.006	35.909.239	45.224.810	4.223.468	5.999.196	35.909.239	45.224.810
39 Outros Servicos de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	80.580.637	110.188.157	62.133.718	88.968.364	18.446.919	21.219.793	62.123.769	88.968.364
46 Auxilio-Alimentacao	9.989.408	9.882.259	9.989.408	9.882.259	-	-	9.989.408	9.882.259
47 Obrigacoes Tributarias e Contributivas	507.679	651.116	496.599	630.379	11.080	20.736	496.599	630.379
49 Auxilio-Transporte	653.496	607.862	653.496	607.862	-	-	653.496	607.862

91	Sentencas Judiciais	-	23.707	-	23.707	-	-	-	23.707
92	Despesas de Exercicios Anteriores	1.261.705	3.918.008	1.169.210	3.740.132	92.495	177.876	1.169.210	3.740.132
93	Indenizacoes e Restituicoes	3.157.504	5.072.067	3.065.078	4.784.302	92.426	287.765	3.064.699	4.784.302

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA VALORES EM R\$ DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processado		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	13.520.280	8.233.538	3.517.490	1.889.594	10.002.789	6.343.944	3.517.490	1.889.594
39 Outros Servicos de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	45.375	378.442	-	358.887	45.375	19.555	-	358.887
51 Obras e Instalacoes - Op.Int.Orc.	159.468	145.150	109.225	68.400	50.243	76.750	109.225	68.400
52 Equip.e Material Permanente - Op.Intra-Orc.	13.103.815	7.607.247	3.196.643	1.359.607	9.907.172	6.247.640	3.196.643	1.359.607
92 Despesas de Exercicios Anteriores	211.622	102.700	211.622	102.700	-	-	211.622	102.700
5 - Inversões Financeiras	50.997.609	51.327.046	50.997.609	49.349.900	-	1.977.146	50.997.609	49.349.900
61 Aquisicao de Imoveis	50.681.121	50.974.543	50.681.121	48.997.397	-	1.977.146	50.681.121	48.997.397
91 Sentencas Judiciais	316.488	352.502	316.488	352.502	-	-	316.488	352.502
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

Exercício 2010 - O total da Lei nº 12.214 + créditos foi de R\$ 386.785.421,00, sendo o valor de R\$ 150.000.000,00 de Crédito Especial autorizado em 29/12/2010 (Lei nº 12.360), para atender a ação 18 541 1332 6381 0058 – Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais na Região Nordeste. Do valor liberado de Crédito Especial, apenas o valor de R\$ 50.000.000,00 teve o limite autorizado para execução em 2010. Para atender a diferença de R\$ 100.000.000,00 o crédito foi reaberto em janeiro/2011.

O contingenciamento no ano de 2010 chegou a 21% em relação a LOA+Crédito Suplementar, tornando muito difícil a continuidade dos trabalhos de reestruturação das Unidades de Conservação e Centros. Diversos contratos de serviços essenciais deixaram de ser realizados por falta de orçamento.

É importante dizer que a ação 18 541 0511 7P81 0001 – Construção do Edifício Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no valor de R\$ 4.000.000,00, foi contida pela SOF. Fato negativo para a execução do Orçamento do ICMBio.

Exercício 2011 - O total da Lei Orçamentária Anual nº 12.381+créditos concedidos no decorrer do exercício somaram o montante de R\$ 348.846.381,00, sendo o valor de R\$ 100.000.000,00 de Crédito Especial reaberto em 28/01/2011(DOU s/n edição extra), para atender a ação 18 541 1332 6381 0058 – Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais na Região Nordeste. Do valor liberado de Crédito Especial, apenas o valor de R\$ 48.997.397,23 teve o limite autorizado para execução em 2011.

O limite autorizado para execução foi de apenas R\$ 270.308.837,00, contabilizando um contingenciamento de 11% do valor da LOA+Crédito Suplementar. O contingenciamento orçamentário sempre dificulta as ações previstas para o exercício vigente. Diversas contratações que atenderiam demandas essenciais de limpeza, vigilância e apoio administrativo das Unidades de Conservação e Centros de Pesquisas foram adiadas ou canceladas. O ICMBio manteve firme os trabalhos de reestruturação de suas Unidades, buscando atender dentro do possível as necessidades básicas. Importante ressaltar que a execução orçamentária 2011 foi de 99,65% do montante autorizado.

Cabe ressaltar como fato negativo para a execução orçamentária de 2011 a alteração da classificação contábil da despesa com contratos temporários ocorrida em junho/2011. Até maio/2011 a referida despesa estava sendo executada como “despesa de pessoal”, não onerando o orçamento de custeio deste órgão. Porém, a partir de junho/2011 a despesa passou a ser executada como custeio, onerando o orçamento em R\$ 8.735.610,15 (jun a dez/2011). O ocorrido gerou reflexos negativos que afetaram diretamente o planejamento das metas previstas para o exercício de 2011.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS VALORES EM R\$
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO 1,00

Modalidade de Contratação	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	8.365.330	10.919.345	8.365.330	10.919.345
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	8.365.330	10.919.345	8.365.330	10.919.345
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	144.373	-	144.373	-
Dispensa	144.373	-	144.373	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimentos de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	74.734	3.680	74.734	3.680
Pagamento em Folha	-	3.680	-	3.680
Diárias	74.734	-	74.734	-
Outros	4.844.380	-	4.844.380	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO VALORES EM R\$ 1,00

Grupos De Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processado		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 - Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	22.969.542	11.567.577	9.203.902	10.890.289	13.765.640	677.289	9.203.902	10.890.289
14 Diarias - Pessoal Civil	249.800	-	69.990	-	179.811	-	69.990	-
30 Material de Consumo	39.052	17.691	34.713	17.691	4.339	-	34.713	17.691
33 Passagens e Despesas com Locomocao	1.202.375	-	-	-	1.202.375	-	-	-
35 Servicos de Consultoria	7.218.448	114.900	12.730	-	7.205.718	114.900	12.730	-
36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	120.718	16.180	93.624	3.680	27.094	12.500	93.624	3.680
37 Locacao de Mao-de-Obra	1.056.091	614.659	551.493	539.363	504.598	75.296	551.493	539.363
39 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica	12.994.558	10.804.148	8.352.853	10.329.555	4.641.705	474.593	8.352.853	10.329.555
47 Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	17.466	-	17.466	-	-	-	17.466	-
92 Despesas de Exercicios Anteriores	71.034	-	71.034	-	-	-	71.034	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO VALORES EM R\$ 1,00

Grupos De Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processado		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	5.908.000	1.465.820	-	32.737	5.908.000	1.433.084	-	32.737
39 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica	-	1.957	-	1.957	-	-	-	1.957
51 Obras e Instalacoes - Op.Int.Orc.	3.128.000	750.000	-	-	3.128.000	750.000	-	-
52 Equip.e Material Permanente - Op.Intra-Orc.	2.780.000	713.864	-	30.780	2.780.000	683.084	-	30.780
5 - Inversões Financeiras	4.224.914	-	4.224.914	-	-	-	4.224.914	-
61 Aquisicao de Imoveis	4.224.914	-	4.224.914	-	-	-	4.224.914	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

Análise crítica

Ressalta-se que esta parte da análise já se faz incluída na análise feita anteriormente, tendo em vista que optamos por não desmembrar as análises em créditos específicos e se ter uma visão crítica do orçamento em um fluxo contínuo.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	-	-	-	-
2010	3.544.171	15.302	3.528.869	-
2009	290.431	5.645	284.786	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	41.579.070	-	-	-
2010	57.460.172	16.345.726	42.412.743	6.653.931
2009	34.197.533	4.191.622	25.820.749	7.952.228
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

A Administração tem envidado esforços no sentido de reduzir o montante de recursos inscritos em restos a pagar a fim de evitar o comprometimento da programação financeira dos exercícios seguintes. Nesse sentido, o montante de recursos inscrito em restos a pagar no exercício de 2011 foi aproximadamente 32% inferior ao montante inscrito no exercício de 2010, considerando os valores inscritos em restos a pagar processado e não processado.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.040	1.962	51	44
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	não há	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.040	1.962	51	44
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.040	1.911	24	35
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	22	17	6
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	6	5	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	23	5	3
2. Servidores com Contratos Temporários	1.631	1.309	1.624	1.650
3. Total de Servidores (1+2)	3671	3.271	1.675	1.694

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	39
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	21
1.2. Exercício de Função de Confiança	02
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	16
1.3.1. Tribunal Regional Eleitoral - Lei nº 6.999 de 08.06.1982	1
1.3.2. Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente - Lei nº 11.248 de	1
1.3.3. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Lei nº 11.356 de 19.10.2006	2
1.3.4. Advocacia-geral da União - Lei Complementar nº 73 de 10.02.1993	5
1.3.5. Presidência da República – Lei nº 9.007 de 17.03.1995	7
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	15
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	11
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	154
3.1. De ofício, no interesse da Administração	56
3.2. A pedido, a critério da Administração	49
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	12
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	5
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	32
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	4
4.1. Doença em pessoa da família	3

4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	1
6.1 Licença Incentivada sem Remuneração (Medida Provisória nº 2.174-28/2001 e Portaria Normativa nº 07/1999-SRH/MP)	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	219

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE (via extrator de dados) e planilha de controle de remoções

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	355	326	53	22
1.1. Cargos Natureza Especial	-	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	326	53	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	261	35	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	13	9	2
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	20	5	1
1.2.4. Sem vínculo	-	32	4	2
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
2. Funções gratificadas	157	142	20	9
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	140	20	9
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	2	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	512	468	73	31

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	551	584	533	633	131
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	202	459	492	627	131
1.3. Servidores com Contratos Temporários	349	125	41	6	0
2. Provimento de cargo em comissão	32	55	35	43	5

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	7	11	9	3
2.3. Funções gratificadas	30	48	24	34	2
3. Totais (1+2)	583	639	568	676	136

Fonte: SIAPE

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	103	217	340	453	1317	0	2	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	40	87	175	304	1303	0	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	63	130	165	149	14	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	2	4	23	140	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	13	17	0	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	2	3	10	123	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	103	219	344	476	1457	0	3	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	91	45
1.1 Voluntária	85	45
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	6	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	13	4
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	9	3
2.3 Invalidez Permanente	4	1
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	104	49

Fonte: SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	5	2
1.1. Integral	1	-
1.2. Proporcional	4	2
2. Em Atividade	17	5
3. Total (1+2)	22	7

Fonte: SIAPE

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	276	346	361	381	696.745,21
1.1 Área Fim	187	234	244	258	472.184,23
1.2 Área Meio	89	112	117	123	224.560,98
2. Nível Médio	166	209	228	225	293.331,56
2.1 Área Fim	112	141	154	152	198.790,80
2.2 Área Meio	54	68	74	73	94.540,76
3. Total (1+2)	442	555	589	606	990.076,77

Fonte: SIAPE

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

ANTERIORES											
Tipologias/ Exercícios		Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	75.349.358	0	10.323.848	3.992.365	8.796.532	4.401.996	47.172.531	0	849.077	150.885.707
	2010	74.277.675	0	10.895.483	3.797.972	5.436.500	2.078.465	40.813.840	209.810	893.720	138.403.465
	2009	65.750.099	0	8.949.865	3.210.621	3.199.348	897.833	29.239.930	0	602.920	111.850.616
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	6.309.060	0	513.351	24.658	754.265	0	0	0	0	7.601.334
	2010	5.881.949	0	354.362	34.683	467.571	0	0	0	0	6.738.565
	2009	4.803.657	0	361.039	65.797	282.374	0	0	0	0	5.512.867
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	1.780.450	62.001	238.771	45.357	121.282	80.018	1.086.775	0	10.183	3.424.837
	2010	1.112.344	0	170.228	46.812	3.784	19.239	489.130	4.936	21.025	1.867.497
	2009	594.671	0	89.976	21.485	4.713	0	226.125	0	14.184	951.154
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	14.871.478	6.708.326	2.796.572	935.129	1.670.841	574.507	9.979.607	0	100.369	37.636.829
	2010	14.103.356	7.645.601	2.171.669	645.697	869.245	400.969	7.749.464	41.389	176.301	33.803.690
	2009	13.487.200	7.186.084	1.802.350	539.068	441.270	170.475	5.551.887	0	118.936	29.297.269
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	7.016.791	669.445	1.095.352	406.340	527.805	285.282	4.762.020	0	95.160	14.858.195
	2010	5.641.342	596.577	834.074	258.279	346.736	157.858	3.099.786	19.522	83.159	11.037.333
	2009	5.057.700	348.679	686.312	215.627	175.250	68.190	2.220.755	0	56.100	8.828.613

Fonte: Siape, Siafi e Data Warehouse

*Com referência aos Contratos Temporários, apesar de não se enquadrarem para fins de percepção de Vencimento previsto no art. 40 da Lei 8.112/90, por não estarem investidos em cargo público, efetivamos o levantamento da pecúnia paga pela prestação de serviços dos mesmos junto a este Instituto, em conformidade com o apresentado no item 2 da Nota constante no presente *caput*;

* Para levantamento dos custos relativos aos Servidores Cedidos e Licenciados, Ocupantes do Grupo Direção e Assessoramento Superior e Ocupantes de Funções Gratificadas, foram apurados os gastos dos servidores que se enquadravam nas respectivas situações em 31/12/2011.

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Analista Ambiental/ Técnico Administrativo/ Auxiliar Administrativo	455	455	455	0	
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
A criação do ICMBio por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, sem a respectiva criação de cargos e autorização de concurso público para a área administrativa, ocasionou a necessidade de contratação de serviços de apoio administrativos de forma a garantir a consecução da missão institucional. Ressalta-se que o quadro de servidores na área administrativa do ICMBio é muito deficitário, visto que nunca foi realizado concurso para analistas administrativos, técnicos administrativos e auxiliares administrativos, desde à época em que a gestão da conservação da biodiversidade cabia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, criado em 1989, e considerando que grande parte desse pessoal se concentrava na sede do Ibama ou nas suas superintendências, poucos servidores foram redistribuídos para o novo órgão. A situação é agravada pela grande quantidade de processos de vacâncias, exonerações em virtude de aprovação em concurso público em outros órgãos e aposentadorias, que em curto prazo representam redução de cerca de 50% dos Analistas Administrativos e 30% dos Técnicos Administrativos. Ressaltamos, que as tratativas referentes às necessidades de pessoal na área administrativa para suprir as demandas das unidades de conservação federais e centros especializados de conservação da biodiversidade brasileira antecederam a própria criação deste Instituto, conforme cronologia documental em que apresentamos na tabela que segue. O ICMBio têm dado continuidade quanto as gestões junto ao Ministério do Meio Ambiente-MMA e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP no sentido que seja realizada a proposição de criação de cargos e autorização de concurso público para resolução do caso em tela, mas até o presente momento, não foi possibilitada solução. As características de funcionamento do ICMBio são complexas e bastante peculiares, a Autarquia é responsável pela gestão de 310 Unidades de Conservação, que correspondem em termos territoriais à responsabilidade de gerir cerca de 10% do território nacional, além de 11 Centros de Pesquisas de Conservação da Biodiversidade Brasileira. Possuindo grande capilaridade, é um dos órgãos federais com maior presença permanente em municípios, tendo interface de atuação direta em mais de mil municípios brasileiros, sendo em grande parte pequenos, remotos, com baixo IDH, de difícil acesso e/ou em áreas de fronteiras. Reforçamos que a estrutura do ICMBio ainda é composta por Bases de Pesquisas, Coordenações Regionais, Unidades Avançadas de Administração e Finanças, Academia de Formação dos servidores e a Sede, compondo um conjunto de 385 unidades organizacionais. Considerando a falta de servidores na área administrativa, esta função vem sendo desempenhada principalmente por meio dos postos de trabalho terceirizados, portanto o ICMBio não pode abrir desta força de trabalho sem que haja sua substituição por servidores públicos, sob pena de afetar diretamente os objetivos institucionais e descontinuar os serviços prestados à sociedade causando danos irreparáveis à biodiversidade brasileira, visto que pela falta de suporte administrativo restarão prejudicadas atividades de fiscalização, combate a incêndios e monitoramento das espécies brasileiras ameaçadas de extinção, dentre outras. A suspensão da contratação dos terceirizados antes de autorização de concurso para o ICMBio forçará o fechamento da visitação de unidades de conservação como o Parque Nacional da Tijuca e Parque Nacional do Iguaçu, impedindo acesso de milhares de turistas ao principais cartões postais do país. E ainda imputando ao ICMBio responsabilidades civis e administrativas sobre os contratos de concessão firmados. Ademais, este Instituto está incluído sob os efeitos do Acórdão nº 1520/2006 – TCU/Plenário, que previa substituição de terceirizados até 31/12/2010, sobre o qual após exposição de motivos realizados pelo ICMBio junto ao TCU foi proferido Despacho suspendendo os efeitos do mesmo até que haja deliberação do assunto no âmbito do TC-016.954/2009-5.					

CRONOLOGIA DE DOCUMENTOS ENCAMINHADOS SOBRE PEDIDO CONCURSO NA ÁREA ADMINISTRATIVA DO ICMBio				
Nº	Data	Documento	Teor do Documento	
1	20 de julho de 2005	<i>Ofício nº 0271/05/CGREH-IBAMA</i>	Encaminha levantamento da existência de 1197 terceirizados administrativos em resposta a solicitação da SRH/MP	SRH/MP
3	23 de março de 2007	<i>Ofício nº 197/07-GP-IBAMA</i>	Solicita manifestação do MPOG junto ao M. Público do Trabalho - MPT de que o assunto de substituição dos terceirizados é foco de deliberação e tratativas no âmbito do MPOG	SRH/MP
4	17 de abril de 2007	<i>Ofício nº 316/07/GP-IBAMA</i>	Solicitação de participação do MPOG nas discussões do MPT sobre a terceirização sobre a autarquia	SRH/MP
5	30 de outubro de 2009	<i>Ofício nº 841/2009 GP/ICMBio</i>	Solicitação de realização de concurso público, para a criação de 1.499 (um mil quatrocentos e noventa e nove) cargos de nível médio e 400 (quatrocentos) cargos de nível fundamental	MMA
6	23 de Novembro de 2009	<i>Aviso Ministerial nº 251/GM/MMA</i>	Solicitação de realização de concurso público, para a criação de 1.499 (um mil quatrocentos e noventa e nove) cargos de nível médio e 400 (quatrocentos) cargos de nível fundamental	MPOG
7	27 de agosto de 2010	<i>Ofício nº 1541/GAB/SEGES-MP</i>	MPOG respondeu o pleito, informando não considerar o pedido de quadro de necessidades de pessoal administrativo, para suprir minimamente as 385 (trezentos e oitenta e cinco) unidades administrativas desta Autarquia, distribuídas por todo o país, solicitando a este Instituto o preenchimento de planilha eletrônica dos terceirizados que prestam serviço	MMA
8	24 de novembro de 2010	<i>Ofício nº 1227/2010 GP/ICMBio</i>	Encaminha lista completa de terceirizados conforme requerido pelo MPOGe reporta que quantitativo é insuficiente para atender necessidades do ICMBio	MMA
9	25 de novembro de 2010	<i>Ofício nº 1239/2010 GP/ICMBio</i>	Reporta a grave situação do ICMBio sobre a perspectiva dos efeitos do Acórdão 1.520/2006	MMA
10	25 de novembro de 2010	<i>Ofício nº 1238/2010 GP/ICMBio</i>	Reporta a grave situação do ICMBio sobre a perspectiva dos efeitos do Acórdão 1.520/2006	TCU
11	26 de novembro de 2010	<i>Ofício nº 240/2010 SECEX/MMA</i>	Encaminhamento ao MPOG das informações de terceirizados do ICMBio	MPOG
12	02 de dezembro de 2010	<i>Ofício nº 1277/2010 GP/ICMBio</i>	Solicita autorização de concursos para contratação de temporária de emergência	MMA
13	13 de dezembro de 2010	<i>Despacho do TCU no TC 032.393/2010-5</i>	Suspende efeitos do Acórdão 1.520/2006	Despacho no TC 032.393/2010-5
13-A	08 de dezembro de 2010	<i>Ofício nº 246/2010 SECEX/MMA</i>	Encaminha ao MPOG solicitação de autorização de concursos para contratação de temporária de emergência	MPOG
14	23 de dezembro de 2010	<i>Ofício nº 42086/2010/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR</i>	Solicitação de apresentação da situação dos terceirizados no âmbito do MMA e as providências adotadas para regularização do assunto	MMA
15	27 de dezembro de 2010	<i>Ofício nº 306/2010 – DIPLAN/ICMBio</i>	Em resposta ao requerido pelo MMA para compor documento para a CGU, realizamos apresentação da situação dos terceirizados no âmbito do ICMBio e as providências adotadas para regularização do assunto	MMA

16	29 de dezembro de 2010	Ofício nº 337/2009/SPOA/SECEX/MMA	Resposta do MMA sobre a situação de terceirizados do MMA e vinculadas quanto ao requerido pela CGU	CGU
17	22 de março de 2011	Ofício nº 231/SEGES-MP	Encaminha a Nota Informativa nº 168 DMI/SEGES-MP que se refere a análise sobre a substituição de mão-de-obra terceirizada, em específico, analisando o solicitado no Ofício nº 240/2010 SECEX/MMA	ICMBio e MMA
18	22 de março de 2011	Ofício nº 232/SEGES-MP	Encaminha a Nota Informativa nº 168 DMI/SEGES-MP que se refere a análise sobre a substituição de mão-de-obra terceirizada, em específico, analisando o solicitado no Ofício nº 240/2010 SECEX/MMA	MMA
19	06 de abril de 2011	Ofício nº 75/2011/SECEX/MMA	Encaminha para conhecimento e resposta ao Ofício nº 232/SEGES-MP	ICMBio
20	04 de maio de 2011	Ofício nº 395/2011 – GP/ICMBio	Resposta do ICMBio quanto ao Ofício nº 231/SEGES-MP, discordando embasadamente de diversas pontuações realizadas pela SEGES e sugerindo soluções e solicitando encaminhamentos.	MPOG
21	11 de maio de 2011	Ofício nº 455/2011 – GP/ICMBio	Resposta ao Ofício nº 75/2011/SECEX/MMA informando encaminhamento do Ofício nº 395/2011 – GP/ICMBio	MMA
22	18 de novembro de 2011	Ofício nº 1102/2011 – GP/ICMBio	Apresenta a situação da força de trabalho do ICMBio e necessidades	MMA

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e SGDOC

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	0	0

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
-	0	-	0

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ SEDE													
UG/Gestão: 443033							CNPJ: 08.829.974/0002-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	42/2010	03.022.531/0001-73	01/07/09	01/07/11	2	2					E
2009	L	O	64/2009	08.594.305/0001-80	04/09/09	04/09/11			25	25			E
2009	L	O	71/2009	09.134.888/0001-20	19/10/09	19/10/12			4	4			P
2009	L	O	72/2009	10.927.661/0001-10	01/12/09	01/12/12			2	2			P
2009	L	O	73/2009	09.134.888/0001-20	14/12/09	14/12/12	2			2			P
2009	L	O	77/2009	09.409.620/0001-53	15/12/09	15/12/12	4			4			P
2009	L	O	88/2009	03.790.751/0001-47	30/11/09	30/11/12	12			18			P
2010	L	O	26/2010	02.282.245/0001-84	02/06/10	02/06/12	6			6			P
2010	L	O	29/2010	05.938.992/0001-16	01/07/10	01/07/12	9	6		3			P
2010	L	O	34/2010	09.134.888/0001-20	12/06/10	12/06/12	12			12			P
2010	L	O	43/2010	10.405.110/0001-97	01/07/10	01/07/12	2	2					P
2010	L	O	75/2010	09.134.888/0001-20	09/07/10	09/07/12	3			3			P
2010	L	O	140/2010	10.927.661/0001-70	01/12/10	01/12/12	4			2			P
2010	L	O	151/2010	02.282.245/0001-84	01/12/10	01/12/12	5			5			P
2008	V	O	0007/2008	07.592.759/0001-50	29/05/08	29/05/11	17	8		9			E
2008	V	O	008/2008	07.592.759/0001-50	02/06/08	02/06/11	4	3		1			E
2008	V	O	009/2008	07.592.759/0001-50	20/06/08	20/06/11	4	4					E
2008	V	O	010/2008	07.592.759/0001-50	19/06/08	19/06/11	4	1		3			E
2008	V	O	011/2008	07.592.759/0001-50	20/06/08	20/06/11	4	2		2			E
2008	V	O	012/2008	00.332.087/0001-02	13/06/08	13/06/12	13	13					P
2008	V	O	43/2008	04.673.864/0001-25	10/10/08	10/10/11	7			7			E
2009	V	O	15/2009	02.576.238/0004-38	11/03/09	11/03/12	23			23			P
2009	V	O	16/2009	02.576.238/0004-38	10/03/09	10/03/12	8			8			P
2009	V	O	17/2009	02.576.238/0004-38	01/04/09	01/04/12	11			11			P
2009	V	O	19/2009	06.133.467/0001-96	01/05/09	01/05/11	29	29					E
2009	V	O	20/2009	84.013.234/0001-63	20/06/09	20/09/11	16			16			P
2009	V	O	27/2009	04.718.633/0001-90	01/05/09	01/05/12	12			12			P
2009	V	O	28/2009	04.718.633/0001-90	01/05/09	01/05/12	8			8			P
2009	V	O	29/2009	04.718.633/0001-90	01/05/09	01/05/12	8			8			P
2009	V	O	30/2009	08.531.731/0001-75	01/05/09	01/05/11	8			8			E
2009	V	O	31/2009	08.531.731/0001-75	01/05/09	01/05/11	8			8			E
2009	V	O	32/2009	08.531.731/0001-75	01/05/09	01/05/11	8			8			E
2009	V	O	33/2009	08.531.731/0001-75	01/05/09	01/05/11	8			8			E
2009	V	O	34/2009	02.576.238/0004-38	16/04/09	16/04/12	1			1			P
2009	V	O	35/2009	02.576.238/0004-38	18/05/09	18/05/12	4			4			P
2009	V	O	36/2009	74.718.633/0001-90	01/05/09	01/05/12	17			17			P
2009	V	O	38/2009	02.576.238/0004-38	20/04/09	20/04/12	4			4			P
2009	V	O	81/2009	03.602.646/0001-37	24/11/09	24/11/12	25			25			P

2010	V	O	16/2010	10.570.899/0001-31	24/05/10	24/05/12	16			16			P
2010	V	O	92/2010	03.257.467/0001-00	02/08/10	02/08/12	50			50			P
2010	V	O	100/2010	09.406.386/0001-80	14/09/10	14/09/12	12	12					P
2010	V	O	101/2010	84.013.234/0001-63	01/10/10	01/10/11	8	8					E
2010	V	O	106/2010	07.134.775/0001-28	01/10/10	01/10/12	12	12					P
2010	V	O	107/2010	07.945.678/0003-58	01/10/10	01/10/12	28	28					P
2010	V	O	108/2010	10.570.899/0001-31	01/10/10	01/10/12	12	12					P
2010	V	O	129/2010	07.145.039/0001-46	27/09/10	02/08/11	18	18					E
2010	V	O	142/2010	12.498.861/0001-20	06/11/10	06/11/11	19			19			E
2010	V	O	154/2010	01.771.692/0001-34	07/11/10	07/11/11	4			4			E
2011	L	O	110/2011	10.629.540/0001-92	05/09/11	05/09/12			30	30			A
2011	V	E	37/2011	01.019.747/0001-54	01/03/11	01/09/11			4	4			E
2011	V	O	007/2011	03.257.467/0001-00	26/01/11	26/01/12	8	8					E
2011	L	O	056/2011	10.262.265/0001-11	01/04/11	01/04/12	9	9					A
2011	V	O	074/2011	67.668.194/0001-79	01/05/11	01/05/12	24	24					A
2011	V	O	128/2011	10.662.792/0001-13	01/11/11	01/11/12			18	18			A
2011	V	O	081/2011	67.668.194/0001-79	01/05/11	01/05/12	4	4					A
2011	V	O	073/2011	07.930.100/0001-66	02/05/11	02/05/12	34	32					A
2011	V	O	132/2011	01.863.518/0001-11	01/01/12	01/01/13			10	10	6	6	A
2011	L	O	131/2011	07.548.828/0001-28	01/12/11	01/12/12			2	2			A
2011	V	O	113/2011	84.013.234/0001-63	21/09/11	21/09/12	5	5	11	11			A
2011	L	O	111/2011	10.927.661/0001-10	01/08/11	01/08/12	4	4	1	1			A
2011	V	O	104/2011	02.764.609/0001-62	01/08/11	01/08/12	6	6	2	2			A

Unidade Contratante													
Nome: UAAF ATIBAIA-SP													
UG/Gestão: 443035							CNPJ: 08.829.974/0015-90						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	05/2010	06.133.467/0001-96	01/06/2011	31/05/2012			8	8			A
2009	V	O	60/2009	37.162.435/0001-42	15/04/2011	14/04/2012			32	32			A
2008	V	O	18/2008	92.653.666/0001-67	13/06/2011	12/06/2012			8	8			A
2010	L	O	07/2010	10.492.285/0001-89	01/10/2010	30/09/2011	6	6					E
2011	L	O	01/2011	09.405.866/0001-57	01/10/2011	30/09/2012	3	3					A
2010	L	O	128/2010	09.134.888/0001-20	01/12/2011	30/11/2012	3	3					A
2009	V	O	05/2009	37.162.435/0001-42	17/02/2012	16/02/2013			8	8			A
2010	L	O	47/2010	00.482.840/0001-38	15/10/2010	14/10/2011	4	4					E
2010	L	O	09/2010	04.894.089/0001-38	13/12/2010	12/12/2011	17	17					E
2011	L	O	02/2011	05.405.098/0001-80	19/12/2011	18/12/2012	21	21					A
2010	V	O	01/2010	07.447.107/0001-12	18/01/2011	17/01/2012			18	18			E
2010	L	O	156/2010	10.565.981/0001-78	22/11/2011	21/11/2012	40	40					A
2011	V	O	55/2011	10.364.152/0002-08	01/04//2011	31/03/2012			12	12			A
2011	V	O	76/2011	10.364.152/0002-08	01/04//2011	31/03/2012			4	4			A

Nome: UAAF GOIANIA-GO													
UG/Gestão: 443144					CNPJ: 08.829.974/0015-90								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	0004/2011	04.829.840/0001-12	31/03/2011	30/03/2012	3	3					P
2011	L	O	0003/2011	04.795.101/0001-57	03/03/2011	02/03/2012	1	1					P
2009	L	O	0010/2009	03.790.751/0001-47	01/09/2009	31/08/2012	2	2					P
2009	V	O	0011/2009	03.677.044/0006-53	02/09/2009	01/09/2012	4	4					P
2009	V	O	0012/2009	36.916.104/0001-98	02/09/2009	01/09/2012	9	9					P
2009	L	O	0013/2009	03.790.751/0001-47	01/10/2009	30/09/2011	1	1					E
2009	L	O	0014/2009	08.816.921/0001-39	01/10/2009	30/09/2011	1	1					E
2009	L	O	0015/2009	04.829.840/0001-12	01/10/2009	30/09/2012	4	4					P
2009	V	O	0021/2009	01.863.518/0001-12	01/06/2009	31/05/2012	16	16					P
2009	V	O	0023/2009	08.609.047/0001-69	03/06/2009	02/06/2012	4	4					P
2009	L	O	0040/2009	09.328.844/0001-30	15/05/2009	14/05/2012	4	4					P

Nome: UAAF/PIRASSUNUNGA-SP													
UG/Gestão: 443040							CNPJ: 08.829.974/0004-37						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	0002/2011	10.565.981/0001-78	10/01/2011	09/01/2012	20	20					A
2010	V	O	0001/2010	03.805.877/0001-48	05/01/2011	04/01/2012			14	14			P
2010	L	O	0003/2010	09.328.844/0001-30	12/02/2011	11/02/2012	6	6					P
2010	L	O	0004/2010	00.482.840/0001-38	05/03/2011	04/03/2012	27	27	1	1			P
2008	V	O	0028/2008	38.019.733/0001-40	10/10/2011	09/10/2012			40	40			P
2009	V	O	0006/2009	03.601.036/0001-19	16/10/2011	15/10/2012			14	14			P
2006	L	O	0002/2006	54.038.583/0001-79	01/12/2010	08/01/2011	22	22					E

Nome: UAAF-RIO DE JANEIRO-RJ													
UG/Gestão: 443055					CNPJ: 08.829.974/0025-61								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	0005/2007	03.372.304/0001-78	01/06/2007	31/05/2012	60	60					A
2009	V	O	0037/2009	03.000.766/0001-92	13/07/2009	13/07/2012	22	22					A
2010	L	O	0002/2010	10.565.981/0001-78	06/06/2010	06/06/2012	12	12					A
2011	L	O	0001/2011	10.413.205/0001-52	03/01/2011	03/01/2013	25	25					A

Nome: UAAF TERESÓPOLIS-RJ													
UG/Gestão: 443036							CNPJ: 08.829.974/0006-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	08/2005	66.700.295/0001-17	23/11/2010	24/11/2011			12	12			E
2011	V	O	13/2011	00.332.087/0001-02	11/11/2011	11/11/2012			80	20			A
2011	V	O	14/2011	03.007.660/0001-92	11/11/2011	11/11/2012			20				A
2011	V	O	15/2011	02.841.990/0002-05	11/11/2011	11/11/2012			12				A
2008	V	O	45/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			45	44		1	P
2008	V	O	46/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			8	8			P
2008	V	O	47/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			8	8			P
2008	V	O	48/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			8	8			P
2008	V	O	49/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			8	8			P
2008	V	O	50/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			4	4			P
2008	V	O	51/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			4	4			P
2008	V	O	52/2008	73.295.198/0001-51	01/12/2011	01/12/2012			4	4			P
2008	V	O	04/2009	73.295.198/0001-51	04/08/2011	04/08/2012			2	2			P
2008	V	O	12/2008	00.332.087/0001-02	13/06/2011	13/06/2012			16	16			P
2009	L	O	21/2009	68.565.530/0001-10	01/05/2010	30/04/2011	12	12					P
2009	L	O	22/2009	68.565.530/0001-10	01/05/2010	30/04/2011	2	2					P
2008	L	O	17/2008	02.182.621/0001-69	31/12/2010	30/12/2011	1	1					P
2008	L	O	33/2008	34.454.201/0001-20	31/12/2010	30/12/2011	2	2					P
2008	L	O	37/2008	34.454.201/0001-20	31/12/2010	30/12/2011	2	2					P
2008	L	O	39/2008	34.454.201/0001-20	31/12/2010	30/12/2011	1	1					P
2008	L	O	41/2008	34.454.201/0001-20	31/12/2010	30/12/2011	1	1					P
2009	L	O	43/2009	00.482.840/0001-38	10/07/2010	09/07/2011	5	5					P
2010	L	O	02/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	5	5					P
2010	L	O	03/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	2	2					P
2010	L	O	04/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	1	1					P
2010	L	O	05/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	6	6					P
2010	L	O	06/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	1	1					P
2010	L	O	07/2010	10.565.981/0001-78	25/05/2010	24/05/2011	4	4					P
2010	L	O	08/2010	10.565.981/0001-78	31/12/2010	30/12/2011	7	7					P
2011	L	O	16/2011	12.272.927/0001-60	25/11/2011	25/11/2012	38	2					A
2011	L	O	17/2011	12.272.927/0001-60	25/11/2011	25/11/2012	8						A
2011	L	O	18/2011	04.542.731/0001-20	25/11/2011	25/11/2012	2						A
2011	L	O	19/2011	07.725.533/0001-80	25/11/2011	25/11/2012	2						A
2011	L	O	20/2011	13.185.303/0001-78	25/11/2011	25/11/2012	7	2					A
2011	L	O	58/2011	12.272.927/0001-60	25/11/2011	25/11/2012	6						A

Nome: UAAF FOZ DO IGUAÇU - SC													
UG/Gestão: 443048					CNPJ: 08.829.974/0012-47								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	0009/2011	04.970.088/0001-25	16/11/2011	15/11/2012	25	25					A
2011	L	O	0010/2011	04.970.088/0001-25	16/11/2011	15/11/2012	8	8					A
2010	L	O	0011/2010	79.283.065/0003-03	16/11/2011	15/11/2012	8	8					P
2010	L	O	0024/2010	10.565.981/0001-78	10/06/2011	09/05/2012	2	2					P
2010	L	O	0012/2010	10.565.981/0001-78	03/11/2011	02/11/2012	6	6					P
2009	L	O	0009/2009	01.048.117/0001-08	01/10/2011	30/09/2012	1	1					P
2009	V	O	0001/2009	09.039.434/0001-70	06/03/2012	05/03/2013	25	25					P
2010	V	O	0006/2010	08.511.803/0001-95	01/11/2011	31/10/2012	8	8					P
2008	V	O	0050/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	2	2					P
2008	V	O	0048/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	4	4					P
2008	V	O	0049/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	8	8					P
2008	V	O	0047/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	4	4					P
2008	V	O	0038/2008	92.653.666/0002-48	15/09/2008	14/06/2012	4	4					P
2009	V	O	0002/2009	82.949.652/0001-31	01/04/2011	31/03/2012	16	16					P
2009	V	O	0024/2009	82.949.652/0001-31	01/04/2011	31/03/2012	4	4					P
2010	V	O	0005/2010	82.949.652/0001-31	01/11/2011	31/10/2012	24	24					P
2010	V	O	0007/2010	00.332.087/0003-66	16/11/2011	15/11/2012	4	4					P
2009	V	O	0003/2009	03.495.870/0001-77	01/04/2011	31/03/2012	4	4					P

Nome: UAAF AREMBEPE-BA													
UG/Gestão: 443043						CNPJ: 08.829.974/0016-70							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	0013/2007	33833880/0001-36	11/06/2007	10/06/2011	6	7					E
2008	L	O	0020/2008	05276664/0001-00	31/12/2008	30/12/2011	3	3					E
2008	L	O	0022/2008	05276664/0001-00	31/12/2008	30/12/2011	3	3					E
2008	L	O	0025/2008	05276664/0001-00	31/12/2008	30/12/2011	3	3					E
2008	L	O	0026/2008	05276664/0001-00	31/12/2008	30/12/2011	3	3					E
2008	L	O	0035/2008	05276664/0001-00	31/12/2008	30/12/2011	3	3					E
2010	L	O	0001/2010	16.364.275/0001-44	04/01/2010	03/01/2013	9	10					P
2010	L	O	0006/2010	13.871.959/0001-44	07/12/2010	06/03/2012	16	9					E
2011	L	O	0002/2011	16.364.275/0001-44	21/07/2011	20/07/2012	7	7					A
2011	L	O	0005/2011	13.871.959/0001-44	08/08/2011	07/08/2012	1	1					A
2007	V	O	0002/2007	05.958.597/0001-03	14/02/2007	30/11/2011			8	10			E
2007	V	O	0015/2007	31276470/0001-06	20/11/2007	19/11/2012			64	58			A
2008	V	O	0042/2008	03.394.369/0001-14	19/09/2008	18/09/2012			4	4			P
2009	V	O	0003/2009	16.207.888/0001-78	01/10/2009	30/09/2012			8	2			P
2009	V	O	0004/2009	04.629.488/0001-71	01/08/2009	29/07/2012			8	4			P
2009	V	O	0005/2009	06.133.467/0001-96	01/08/2009	29/07/2012			8	4			P

2009	V	O	0006/2009	72.088.016/0001-09	27/09/2009	26/09/2012			4	4			P
2009	V	O	0008/2009	00.855.634/0001-26	29/08/2009	28/10/2011			24	24			E
2010	V	O	0020/2010	03613941/0001-99	28/04/2010	27/04/2011			12	12			E
2011	V	O	0003/2011	08.068.307/0001-36	01/08/2011	01/08/2012			12	14			A
2011	V	O	0009/2011	07.275.436/0001-32	11/10/2011	10/10/2012			8	8			A
2011	V	O	0010/2011	05.248.988/0001-26	01/11/2011	30/10/2012			24	30			P

Nome: UAAF CABEDELLO -PB													
UG/Gestão: 443034							CNPJ: 08.829.974/0003-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	0008/2011	07.767.949/0001-60	03/01/2011	02/01/2013	7	7					P
2009	V	O	0022/2009	16.207.888/0001-78	01/06/2009	31/05/2012			18	18			P
2011	L	O	0029/2011	24.270.795/0001-16	08/12/2011	07/12/2012	5	5					A
2006	L	O	0009/2006	70.314.745/0001-00	04/01/2007	03/01/2012	2	2					E
2010	V	O	0030/2010	10.446.347/0001-16	02/09/2010	01/09/2012			4	4			P
2008	V	O	0013/2008	02.322.136/0001-43	01/09/2008	31/08/2012			8	8			P
2010	L	O	0003/2010	07.659.454/0001-18	30/04/2010	29/04/2012	2	2					P
2009	L	O	0002/2009	09.323.163/0001-80	06/03/2009	05/03/2013	4	4					P
2008	L	O	0009/2008	05.529.153/0001-44	10/10/2008	09/10/2012	18	18					P
2011	V	O	0002/2011	02.322.136/0001-43	02/01/2011	01/01/2013	4	4					P
2008	V	O	0014/2008	02.322.136/0001-43	01/09/2008	31/08/2012			6	6			P
2009	V	O	0009/2009	72.088.016/0001-09	02/02/2009	01/09/2012			4	4			P
2009	L	O	0013/2009	24.270.795/0001-16	05/11/2009	04/11/2012			4	4			P
2009	V	O	0011/2009	72.088.016/0001-09	01/11/2009	31/10/2012			16	16			P
2010	L	O	0018/2010	07.597.878/0001-03	01/06/2010	31/05/2012			5	5			P
2010	V	O	0001/2010	03.983.016/0001-50	01/02/2010	31/01/2013			29	29			P
2008	V	O	0015/2008	02.322.136/0001-43	01/09/2008	31/08/2012			12	12			P
2010	V	O	0153/2010	01.771.692/0001-34	07/11/2010	06/11/2012			8	8			P
2011	L	O	0015/2011	06.865.312/0001-44	20/04/2011	19/04/2012	6	6					A
2011	V	O	0003/2011	01.771.692/0001-34	02/01/2011	01/01/2013	4	4	5	5			P
2008	L	O	0009/2008	05.529.153/0001-44	10/10/2008	09/10/2012	20	20					P
2010	V	O	0141/2010	12.498.861/0001-20	06/11/2010	05/11/2012			8	8			P
2011	V	O	0001/2011	04.081.185/0001-31	01/02/2011	01/02/2013			12	12			P
2010	L	O	0025/2010	07.442.731/0001-36	01/06/2010	31/05/2012	7	7					P
2010	V	O	0031/2010	10.748.912/0001-08	16/10/2010	15/10/2012			4	4			P
2011	V	O	0030/2011	03.943.091/0003-59	14/12/2011	13/12/2012			6	6			A
2010	L	O	0025/2010	10.830.905/0001-42	02/09/2010	01/09/2012	7	7					P
2010	V	O	0035/2010	08.578.865/0001-41	30/11/2010	29/11/2012			4	4			P
2010	V	O	0043/2010	05.522.602/0001-22	02/12/2012	01/12/2012	55	55					P
2008	V	O	0041/2008	01.668.768/0001-09	16/09/2008	15/09/2012	8	8					P
2011	V	O	0007/2011	08.578.865/0001-41	02/01/2011	01/01/2013			4	4			P
2010	V	O	0036/2010	05.958.597/0001-03	08/10/2010	08/10/2012			8	8			P
2009	V	O	0010/2009	05.658.597/0001-03	11/09/2009	07/10/2012	5	5					P
2009	V	O	0014/2009	00.160.911/0003-48	01/04/2009	30/03/2012			4	4			P
2007	L	O	0014/2007	00.080.287/0001-07	11/06/2007	10/06/2011	1	1					E
2011	V	O	0006/2011	08.068.307/0001-36	02/01/2011	01/01/2013			10	10			P
2009	V	O	0013/2009	08.165.946/0001-10	01/10/2009	31/09/2012	8	8					P
2009	L	O	0018/2009	70.244.082/0001-03	27/10/2009	26/12/2011	4	4					E

2010	V	O	0026/2010	08.068.307/0001-36	01/07/2010	31/06/2012			6	6			P
2011	L	O	0013/2011	10.926.785/0001-81	14/03/2011	13/03/2013	2	2					P
2010	V	O	0038/2010	04.008.185/0001-31	01/12/2010	31/11/2012			4	4			P
2011	V	O	0011/2011	09.625.853/0001-93	17/08/2010	16/08/2012	2	2					P
2009	L	O	0075/2009	05.902.023/0001-05	10/12/2009	09/12/2012	1	1					P
2010	V	O	0002/2010	04.673.864/0001-25	01/02/2010	31/01/2013			14	14			P
2011	V	O	0004/2011	05.121.169/0001-13	01/02/2011	31/01/2013			4	4			P
2011	V	O	0005/2011	00.865.761/0001-06	01/02/2011	31/01/2012			4	4			E

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ SEDE													
UG/Gestão: 443033					CNPJ: 08.829.974/0002-75								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	14	E	054/2011	03.790.751/0001-47	23/03/2011	05/10/2012	4	4					P
2009	6	O	88/2009	03.790.751/0001-47	30/11/2009	30/11/2012			18	18			P
2010	13	O	001/2010	05.933.861/0001-46	01/03/2010	09/07/2012			244	221			P
2010	14	O	102/2010	06.172.825/0001-70	05/10/2010	05/10/2011			4	4			E
2010	14	O	118/2010	11.619/685/0001-75	25/10/2010	25/10/2011			5				E
2010	14	O	119/2010	04.774.128/0001-63	25/10/2010	25/10/2012			7	3			P
2010	14	O	120/2010	03.790.751/0001-47	25/10/2010	25/10/2011			10				E
2010	14	O	121/2010	08.573.956/0001-94	25/10/2010	25/10/2012			5	5			P
2010	14	O	122/2010	04.558.234/0001-00	25/10/2010	25/10/2011			2	2			E
2010	14	O	123/2010	07.691.986/0001-32	25/10/2010	25/10/2011			2				E
2010	14	O	143/2010	06.855.175/0001-67	22/11/2010	22/11/2011			17	12			A

Unidade Contratante													
Nome: UAAF ATIBAIA - SP													
UG/Gestão: 443035						CNPJ: 08.829.974/0015-90							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	14	O	01/2009	03.927.256/0001-37	01/06/2011	31/05/2012			3	3			A
2009	4	O	01/2009	03.927.256/0001-37	01/06/2011	31/05/2012	1	1					A
2009	14	O	61/2009	79.283.065/0001-41	01/09/2011	31/12/2011			14	14			E
2009	11	O	61/2009	79.283.065/0001-41	01/09/2011	31/12/2011	7	7					E
2009	4	O	61/2009	79.283.065/0001-41	01/09/2011	31/12/2011	4	4					E
2010	7	O	150/2010	09.134.888/0001-20	22/11/2010	21/11/2011	8	8	8	8			A
2010	11	O	143/2010	06.855.175/0001-67	22/11/2010	21/11/2011	13	13					A
2010	14	O	03/2010	60.227.204/0001-91	02/01/2012	30/04/2012			3	3			P
2010	4	O	03/2010	60.227.204/0001-91	02/01/2012	30/04/2012	2	2					P
2010	4	O	03/2010	60.227.204/0001-91	02/01/2012	30/04/2012			2	2			P
2010	11	O	03/2010	60.227.204/0001-91	02/01/2012	30/04/2012	4	4					P
2010	6	O	01/2010	07.200.004/0001-62	15/10/2011	14/10/2012	1	1	1	1			A
2010	11	O	01/2010	07.200.004/0001-62	15/10/2011	14/10/2012	7	7					A
2010	14	O	01/2010	07.200.004/0001-62	15/10/2011	14/10/2012			4	4			A
2010	7	O	01/2010	07.200.004/0001-62	15/10/2011	14/10/2012			2	2			A

Nome: UAAF GOIANIA - GO													
UG/Gestão: 443144					CNPJ: 08.829.974/0015-90								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	13	O	0008/2009	047436974/0001-41	12/08/2009	11/08/2011			10	10			E
2011	13	O	0009/2011	08744513/0001-19	12/08/2011	24/05/2012			10	10			P

Nome: UAAF/PIRASSUNUNGA-SP															
UG/Gestão: 443040					CNPJ: 08.829.974/0004-37										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados								Sit.
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2009	5	O	0002/2009	03.927.256/0001-37	04/05/2011	31/12/2011			1	1			E		

2009	9	O	0002/2009	03.927.256/0001-37	04/05/2011	31/12/2011			2	2			E
2009	11	O	0002/2009	03.927.256/0001-37	04/05/2011	31/12/2011	7	7					E
2009	14	O	0002/2009	03.927.256/0001-37	04/05/2011	31/12/2011			6	6			E
2009	4	O	0002/2009	03.927.256/0001-37	04/05/2011	31/12/2011	2	2					E
2010	14	O	0002/2010	00.117.283/0001-56	21/01/2011	30/11/2011			10	10	2	2	E
2010	10	O	0005/2010	24.930.315/0001-02	12/04/2011	11/04/2012	5	5					P
2010	7	O	0002/2010	00.332.833/0008-26	21/07/2011	15/01/2012			8	8			P
2010	14	O	0002/2010	00.332.833/0008-26	21/07/2011	15/01/2012			5	5			P
2011	14	O	0011/2011	12.978.443/0001-30	01/12/2011	30/11/2012			10	10	2	2	A
2011	14	O	0055/2011	11.519.759/0001-00	12/12/2011	11/12/2012			6	0	2	0	A

Nome: UAAF-RIO DE JANEIRO-RJ													
UG/Gestão: 443055						CNPJ: 08.829.974/0025-61							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012			1	1			A
2008	4	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012	2	2					A
2008	6	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012	1	1					A
2008	7	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012			6	6			A
2008	11	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012	2	2					A
2008	14	O	0001/2008	05.933.861/0001-46	07/04/2008	07/04/2012			13	13			A
2008	14	O	0053/2008	68.565.530/0001-10	31/12/2008	30/12/2012			17	17			A
2010	5	O	0001/2010	03.851.817/0001-61	16/03/2010	30/10/2012			3	3			A
2010	4	O	0001/2010	03.851.817/0001-61	16/03/2010	30/10/2012	3	3					A
2010	7	O	0001/2010	03.851.817/0001-61	16/03/2010	30/10/2012			5	5			A
2010	11	O	0001/2010	03.851.817/0001-61	16/03/2010	30/10/2012	14	14					A
2010	13	O	0001/2010	03.851.817/0001-61	16/03/2010	30/10/2012			18	18			A

Nome: UAAF-TERESÓPOLIS-RJ													
UG/Gestão: 443036					CNPJ: 08.829.974/0006-07								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	05/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	2		20	7		7	E
2009	1	O	06/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	1		2	1		1	E
2009	1	O	07/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	1		2	1			E
2009	1	O	08/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	1		2	2			E
2009	1	O	09/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	2		2			1	E
2009	1	O	10/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	1		2	1			E

2009	1	O	25/2009	04.743.697/0001-47	01/05/2010	30/04/2011	1		2	1			E
2009	1	O	11/2009	02.182.621/0001-69	01/05/2010	30/04/2011	1						E
2010	1	O	15/2010	03.851.817/0001-61	28/12/2010	27/12/2011	1	1	1	1			E
2010	1	O	16/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	3	3	1	1			P
2010	1	O	17/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	2						P
2010	1	O	18/2010	01.827.258/0001-29	28/12/2010	27/12/2011	1						E
2010	1	O	19/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	1		1				E
2010	1	O	20/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	21/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	22/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	23/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	24/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	25/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	26/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	1		1				E
2010	1	O	27/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	2	1					E
2010	1	O	28/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	29/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	30/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	31/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	1						E
2010	1	O	32/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	33/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	34/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	1						P
2010	1	O	35/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2011	28/12/2012	2		1				P
2010	1	O	36/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	1	1					E
2010	1	O	37/2010	08.744.513/0001-19	28/12/2010	27/12/2011	2						E
2010	1	O	18/2010	01.827.258/0001-29	28/12/2010	27/12/2011	1						E
2010	7	O	11/2010	10.757.529/0001-08	22/12/2010	21/12/2011			4	2	1	3	E
2011	1	O	01/2011	11.395.635/0001-51	04/05/2011	03/05/2012			1			1	E
2011	1	O	02/2011	09.611.589/0001-39	04/05/2011	03/05/2012			6	2		4	E
2011	1	O	03/2011	08.744.513/0001-19	04/05/2011	03/05/2011			21	17		3	P
2011	1	O	04/2011	08.237.639/0001-05	04/05/2011	03/05/2011			9	4			E
2011	1	O	05/2011	08.744.513/0001-19	04/05/2011	03/05/2011			16	3			E
2011	1	O	06/2011	08.237.639/0001-05	04/05/2011	03/05/2011			3	1			E
2011	1	O	07/2011	07.548.828/0001-28	04/05/2011	03/05/2011			1				E
2011	1	O	08/2011	08.744.513/0001-19	04/05/2011	03/05/2011			3				E
2011	1	O	10/2011	08.744.513/0001-19	04/05/2011	03/05/2011			1	1			E
2011	1	O	11/2011	10.917.822/0001-95	04/05/2011	03/05/2011			2	1		1	E
2011	1	O	36/2011	13.185.303/0001-78	29/11/2011	29/11/2012			98	41	6	2	P
2011	7	O	53/2011	11.519.759/0001-00	12/12/2011	12/12/2012					9	5	P
2011	1	O	42/2011	03.851.817/0001-61	29/11/2011	29/11/2012			56	8	3	1	P

Nome: UAAF IGUAÇU-SC													
UG/Gestão: 443048						CNPJ: 08.829.974/0012-47							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	0009/2011	04.970.088/0001-25	16/11/2011	15/11/2012	25	25					A
2011	1	O	0010/2011	04.970.088/0001-25	16/11/2011	15/11/2012	8	8					A
2010	1	O	0011/2010	79.283.065/0003-03	16/11/2011	15/11/2012	8	8					P
2010	1	O	0024/2010	10.565.981/0001-78	10/06/2011	09/05/2012	2	2					P
2010	1	O	0012/2010	10.565.981/0001-78	03/11/2011	02/11/2012	6	6					P
2009	1	O	0009/2009	01.048.117/0001-08	01/10/2011	30/09/2012	1	1					P
2009	3	O	0001/2009	09.039.434/0001-70	06/03/2012	05/03/2013	25	25					P
2010	3	O	0006/2010	08.511.803/0001-95	01/11/2011	31/10/2012	8	8					P
2008	3	O	0050/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	2	2					P
2008	3	O	0048/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	4	4					P
2008	3	O	0049/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	8	8					P
2008	3	O	0047/2008	08.282.615/0001-60	16/09/2011	15/09/2012	4	4					P
2008	3	O	0038/2008	92.653.666/0002-48	15/09/2008	14/06/2012	4	4					P
2009	3	O	0002/2009	82.949.652/0001-31	01/04/2011	31/03/2012	16	16					P
2009	3	O	0024/2009	82.949.652/0001-31	01/04/2011	31/03/2012	4	4					P
2010	3	O	0005/2010	82.949.652/0001-31	01/11/2011	31/10/2012	24	24					P
2010	3	O	0007/2010	00.332.087/0003-66	16/11/2011	15/11/2012	4	4					P
2009	3	O	0003/2009	03.495.870/0001-77	01/04/2011	31/03/2012	4	4					P
2008	7	O	0002/2008	73.767.790/0001-09	06/03/2012	05/03/2013			7	7			P
2008	4	O	0002/2008	73.767.790/0001-09	05/06/2011	04/06/2012	4	4					P
2010	4	O	0008/2010	79.283.065/0003-03	01/11/2011	31/10/2012	2	2					P
2010	4	O	0009/2010	79.283.065/0003-03	01/11/2011	31/10/2012	1	1					P
2008	14	O	0002/2008	73.767.790/0001-09	05/06/2011	04/06/2012				33	33		P
2010	14	O	0008/2010	79.283.065/0003-03	01/11/2011	31/10/2012				9	9		P

Nome: UAAF AREMBEPE-BA													
UG/Gestão: 443043						CNPJ: 08.829.974/0016-70							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	14	O	0001/2009	00572440/0001-13	25/03/2009	30/11/2011			84	86			E
2010	14	O	0002/2010	13.871.959/0001-44	10/05/2010	09/05/2012		6					P
2011	14	O	0008/2011	16.364.275/0001-44	01/10/2011	31/03/2012	32	32					A
2011	14	O	0011/2011	08.744.513/0001-19	01/12/2011	30/11/2012	50	21		25			A

2011	14	O	0012/2011	16.364.275/0001-44	01/12/2011	30/11/2012			10	10			A
------	----	---	-----------	--------------------	------------	------------	--	--	----	----	--	--	---

Nome: UAAF CABEDELO-PB													
UG/Gestão: 443034						CNPJ: 08.829.974/0003-56							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	0020/2011	04.605.778/0001-85	01/06/2010	31/05/2012			15	15			P
2010	14	O	0017/2010	07.597.878/0001-03	31/05/2010	30/05/2012			2	2			P
2010	14	O	0019/2010	07.855.231/0001-26	01/06/2010	31/05/2012			1	1			P
2009	14	O	0010/2009	05.529.153/0001-44	02/01/2009	01/01/2013	10	10					P
2009	14	O	0008/2009	04.427.309/0001-13	12/08/2009	11/08/2012			6	6			P
2010	14	O	0022/2010	07.597.878/0001-03	10/06/2010	09/06/2012			2	2			P
2010	14	O	0021/2010	06.234.467/0001-82	10/06/2010	09/06/2012			2	2			P
2009	14	O	0028/2009	06.234.467/0001/82	02/09/2010	31/08/2012	2	2					P
2010	14	O	0001/2010	00.323.090/0001-51	02/01/2009	01/01/2013	6	6					P
2009	14	O	0062/2009	09.328.844/0001-30	08/02/2009	07/02/2013	4	4					P
2009	14	O	0024/2009	05.529.153/0001-44	01/01/2008	31/12/2012	12	12					P
2007	14	O	0042/2007	09.171.533/0001-00	25/11/2010	24/11/2012	2	2	18	18			P
2010	14	O	0003/2010	07.396.965/0001-94	05/01/2009	04/01/2012			7	7			E

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

O ICMBio está passando por um processo de planejamento estratégico e, como parte desse processo, está sendo definido um conjunto de indicadores gerenciais vinculados aos objetivos estratégicos do Instituto.

O macroprocesso Gestão de Pessoas está diretamente ligado a 4 (quatro) desses objetivos estratégicos, a saber:

- Aprimorar e modernizar a administração de pessoal;
- Contribuir para o fortalecimento da cultura organizacional;
- Melhorar a qualidade de vida dos servidores;
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto.

Para estes objetivos estão sendo estabelecidos indicadores gerenciais. Detalhamos os indicadores de dois desses objetivos:

OBJETIVO: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO / FÓRMULA	ORIGEM DOS DADOS	PERIODICIDADE
% de Servidores que solicitam movimentação (remoção, cessão, redistribuição, licença incentivada e não remunerada)	$(\text{N}^\circ \text{ de Servidores que solicitaram movimentação} / \text{N}^\circ \text{ Total de servidores}) * 100$	Cadastro	Trimestral
Índice de Absenteísmo	$(\text{Somatório das Horas de Afastamento} / \text{Somatório das Horas Trabalhadas})$	Cadastro	Mensal
Nº de Serviços e Programas de Melhoria da Qualidade de Vida disponibilizados aos servidores	Somatório do número de serviços e programas ofertados	Qualidade de Vida	Semestral

OBJETIVO: CONSOLIDAR AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS SERVIDORES E DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO

INDICADOR	MÉTODO DE CÁLCULO / FÓRMULA	ORIGEM DOS DADOS	PERIODICIDADE
% de Implementação do Plano Anual de Capacitação	$(\text{N}^\circ \text{ de Eventos Previstos no PAC} / \text{N}^\circ \text{ de Eventos Realizados}) * 100$	Gestão da Educação	Quadrimestral
% de Utilização da capacidade da ACADEBio	$(\text{N}^\circ \text{ de dias utilizados para Capacitação do ICMBio} / \text{N}^\circ \text{ de dias disponíveis}) * 100$	ACADEBio	Mensal
Nº de Cursos de Pós-Graduação desenvolvidos de forma customizada para o ICMBio	Somatório	Gestão da Educação	Anual
% de Ampliação da Oferta dos Cursos à Distância	$(\text{Número de cursos ofertados em 2009} * \% \text{ do ano de referência} + \text{Número de cursos ofertados em 2009})$	Núcleo de Educação a Distância	Semestral

% do Mapeamento de Competências Implementado	(Etapas do Projeto Realizadas / Etapas do Projeto Previstas)*100	Gestão da Carreira e Competências	Anual
Nº de servidores com pelo menos uma Capacitação	Nº de servidores que participam pelo menos de uma capacitação/Nº total de servidores	Gestão da Educação	Anual
Nº de aprendizes capacitados	Nº de pessoas que participam de eventos de capacitação	Gestão da Educação	Anual
% de servidores instrutores	(Nº de Servidores Instrutores/ Total de Servidores)*100	Gestão da Educação	Semestral

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
CNPJ: 08.829.974/0001-94					UG/GESTÃO: 443033/44207				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	726885/2009	291141210001-46	315.000	15.000	-	-	31/12/09	22/04/11	-
1	726992/2009	020293470001-92	105.000	5.000	-	-	20/12/09	20/04/10	-
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 -Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SICONV e respectivos processos físicos

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE					
CNPJ:	08.829.974/0001-94					
UG/GESTÃO:	443033/44207					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio			2			
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais			2			

Fonte: SICONV

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Não se aplica.

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

**VALORES EM
R\$ 1,00**

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	200.00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte:					

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

**VALORES
EM R\$ 1,00**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2009	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada			

		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		
Fonte:				

6.3 ANÁLISE CRÍTICA

Nos exercícios de 2009 a 2011 foram celebrados 02 (dois) convênios demandados por emendas parlamentares registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV sob os n°s 726992/2009 e 726885/2009.

O Convênio n° 726992/2009 foi pactuado com o Instituto Ilha do Caju Eco Desenvolvimento e Pesquisa – ICEP com vigência de 20/12/2009 a 30/06/2010. A soma dos recursos financeiros prevista para a execução do Plano de Trabalho totalizava R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a cargo do ICMBio e R\$ 5.000,00 (cinco ml reais) a título de contrapartida. Em decorrência de pendências não resolvidas no SICONV os recursos não foram repassados, em cumprimento do art.3° da Portaria Interministerial MP/CGU n° 127, de 29 de maio de 2008, e alterações posteriores.

O Convênio n° 726885/2009 encontra-se cancelado. Foi assinado com a Prefeitura de Miracema/RJ em 31/12/2009 com vigência prorrogada até 22/04/2011. A soma dos recursos financeiros prevista para a execução do Plano de Trabalho totalizava R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a cargo do ICMBio e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de contrapartida. Os recursos não foram repassados, haja vista o conveniente encontrar-se com pendências no Cadastro Único de Convênio – CAUC e não tê-las solucionadas ao tempo de sua vigência já com devida prorrogação.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 - DECLARAÇÃO SIASG Anexo I folha 194

QUADRO A.7.1 - DECLARAÇÃO SICONV Anexo I folha 195

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	490	-	-
	Entregaram a DBR	452	-	-
	Não cumpriram a obrigação	38	-	-

Fonte: Planilha de Controle de Entrega da Declaração de Bens e Rendas

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Os servidores atenderam parcialmente com o envio da cópia de declaração de bens e rendas ou formulário de autorização de acesso à declaração, sendo regra neste Instituto a entrega no momento da Posse ou Início do exercício da Função Gratificada ou do Cargo Comissionado. Foi encaminhado documento a Auditoria deste Instituto, que também exerce atividade de corregedoria, constando nome daqueles que não atenderam as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, para análise e providências que o caso requer.

É competência da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN deste Instituto gerenciar a recepção das DBR, arquivando-as na pasta funcional dos servidores.

Informamos ainda, que o gerenciamento é feito manualmente mediante planilha, pois não há sistema informatizado.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.						X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X	
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.						X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X Impressoras
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X Sim
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?	X				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

(a) QUANTO AOS ITENS 1, 2, 3, 6,7,9,10 E 11 DO QUADRO:

Item 1: A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. **(Avaliação dada: 5)**

- O ICMBio incorporou critérios de sustentabilidade em 100% dos editais de 2011 para contratação de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, sob demanda e de forma contínua, conforme os Editais de Pregão Eletrônico abaixo, publicados no sítio web do ICMBio (<http://www.icmbio.gov.br/servicos/licitacoes/sede>):

✓ N° 15/2011, Processo N° 02070.000653/2011-51

✓ N° 40/2011, Processo N° 02070.003233/2011-27

Os Editais destacaram as boas práticas ambientais como obrigação e responsabilidade a serem cumpridas pela contratada (item 13 do Termo de Referência e Cláusula 3ª e 4ª – Das Obrigações, da minuta de contrato), as quais atendem não somente a Instrução Normativa nº 1, de 19/jan/2010, como também os princípios da A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública, da qual o ICMBio faz parte desde 01/jun/2009: uso racional da água e de energia elétrica; separação de materiais recicláveis e não-recicláveis, em conformidade com os procedimentos da coleta seletiva solidária implantada no ICMBio em 2009, conforme extrato do Termo de Compromisso; redução de produção de resíduos sólidos; uso de equipamentos de limpeza que observe os princípios do Selo Ruído, instituído pelo CONAMA; treinamento de seus empregados para aderir às boas práticas ambientais.

Outro edital incorporou princípios de gestão ambiental em 2011; o de N° 41/2011, Processo N° 02070.002677/2010-64. (item 14 do Termo de Referência e Cláusula 9ª da minuta de contrato), para contratação de serviços técnicos profissionais de engenharia e/ou arquitetura e projetos executivos complementares, com detalhamento em escalas adequadas para futura execução de obra de reformas em imóveis do ICMBio, em todo território nacional.

Segundo o Edital, os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo ICMBio. A adesão da Autarquia à A3P constitui a principal prova dessa adoção.

Item 2: Em uma análise das aquisições do último ano, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável (**Avaliação dada: 5**)

A inserção de obrigações e responsabilidades ambientais nos editais de licitação leva à indução de uma cultura ambientalmente mais saudável, que tende a demandar produtos com menos matérias-primas naturais e com maiores possibilidades de reciclagem, após conclusão do seu ciclo de vida. Contudo, o mercado ainda tem limitações quanto à disponibilidade desses produtos. Assim, tão importante quanto atender essa condição é comprar ou consumir menos, optando por produtos com alta durabilidade, ergonômicos, passíveis de manutenção, que tenham qualidade comprovada por laboratórios acreditados pelo Inmetro e/ou organismos internacionais, que sejam fabricados por empresas certificadas em gestão de qualidade e que tenham um processo produtivo sustentável, e que, em função desses atributos, levarão muito mais tempo para se tornarem passivo ambiental. A grande maioria dos móveis do ICMBio (assentos e estações de trabalho e móveis acessórios) são de um fabricante que atendem essas premissas. Além disso, cerca de 10% da demanda de papéis A4, 40% dos envelopes, 50% das caixas arquivos e 20% dos blocos de rascunhos provém de reciclagem ou que dispensam o processo químico do branqueamento.

Item 3: a aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produto de limpeza biodegradáveis) (**Avaliação dada: 5**)

✓ *Os Editais Nº 15/2011, Processo Nº 02070.000653/2011-51, e Nº 40/2011, Processo Nº 02070.003233/2011-27, cumprem integralmente essas condições no item 13 - Obrigações e Responsabilidades Específicas - Boas Práticas Ambientais do Termo de Referência que integra o Edital (endereço: <http://www.icmbio.gov.br/servicos/licitacoes/sede/2011>).*

Item 6: No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado). (**Avaliação dada: 5**)

- cerca de 10% da demanda de papéis A4, 40% dos envelopes, 50% das caixas arquivos e 20% dos blocos de rascunhos provém de reciclagem ou que dispensam o processo químico do branqueamento (IMPRESSORA)

Item 7: No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizem combustíveis alternativos (**Avaliação dada: 5**)

O ICMBio somente adquire veículos bicom bustíveis. Entretanto, em 2011 não foi licitado nenhum veículo.

Item 9: Para aquisição de bens/produtos é levado em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. (**Avaliação dada: 5**)

- Os editais do ICMBio para aquisição de bens e produtos especificam que os mesmos devem ser de boa qualidade, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor. Também pode exigir o selo Procel para eletrodomésticos. (Termos de Referência dos Editais nº 09/2011, Processo nº 02070.004710/2010-91; nº 29/2011, Processo nº 02070.002387/2011-00; nº 30/2011, Processo nº 02070.002539/2011-66; nº 36/2011, Processo nº 02070.003395/2011-65.; nº 37/2011, Processo nº 02070.003670/2011-41., entre os diversos outros que tratam de Adesão de registro de preço)

Item 10: Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. **(Avaliação dada: 5)**

- Houve três editais de construção licitada pela sede durante 2011: Tomada de Preço 04/2010, Processo nº 02070.003097/2009-51.
02070.002858/2010-51.
02070.000926/2011-58.

Item 11: Na unidade ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. **(Avaliação dada: 5)**

- A Coleta Seletiva Solidária foi instituída em 2009 no ICMBio, tendo sido assinado Termo de Compromisso com a Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental – Coopativa, publicado no D.O.U em 23/12/2009. Vem sendo implementada com sucesso e conta com a adesão dos seus servidores e do pessoal da conservação, que utilizam coletores de papel para papel reciclável e outro para papel utilizável. Paralelamente, foi desenvolvido um evento para sensibilização dos servidores, assim como reuniões com os empregados da limpeza para prepará-los para a função de coleta e separação inicial dos materiais recicláveis. Além disso, foram publicadas diversas peças de publicidade no ICMBio em Foco, nosso jornal institucional, além de encaminhado e-mails para os servidores da sede administrativa com dicas de como ter uma atitude institucional ambientalmente saudável.

(b) QUANTO AOS ITENS 4, 5, 8, 12 E 13 DO QUADRO A.10.1:

Item 4: Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex.: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. **(Avaliação dada: 1)**

- Processos certificadores são voluntários e geralmente muito dispendiosos, ficando restritos, em geral, às grandes empresas – o que, na maior parte das vezes concorre para restringir a concorrência do certame. Além disso, o fato de uma empresa não ter algum tipo de certificação voluntária não significa que ela não tenha um compromisso com a sustentabilidade ambiental. De fato, hoje em dia é difícil encontrar uma empresa que não tenha um projeto institucional de gestão ambiental – até porque, para funcionar, ela necessita de licença ambiental, a qual somente é fornecida se as prerrogativas ambientais estiverem atendidas. **(Avaliação dada: 1)**

Item 5: No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas) **(Avaliação dada: 1)**

- Foram adquiridos eletrodomésticos com selo Procel, que garantem uma excelente eficiência energética, tornando-os mais econômicos que aqueles que não possuem o selo.

Item 8: Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de utilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). **(Avaliação dada: 1)**

- Produtos de recarga podem abreviar a vida útil dos equipamentos ou fazê-lo funcionar mal. Enquanto não houver uma normatização desse tipo de produto, não haverá certeza da qualidade do material que se está adquirindo.

Item 12: Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando diminuir o consumo de água e energia elétrica. **(Avaliação dada: 1)**

- O ICMBio aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, que prega a instituição de todos os preceitos da de uma administração pública ambientalmente saudável no seu dia-a-dia administrativo. Para sua implementação foi criada uma comissão por meio da Portaria nº 727/2009 (em cópia anexa). Essa comissão tem atuado de forma a promover uma comunhão entre a Agenda e a Coleta Coletiva Solidária, em virtude da íntima relação entre ambas. A principal atuação dessa comissão tem sido realizar reuniões e eventos internos para estimular os servidores a zelar pelo consumo consciente na sua rotina institucional. Conforme já tratado acima, também tem sido publicadas periodicamente diversas peças de publicidade no ICMBio em Foco, nosso jornal institucional, e encaminhado e-mails de sensibilização das boas práticas aos servidores. **(Avaliação dada: 1)**

Item 13: Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanha de conscientização da necessidade de necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. **(Avaliação dada: 1)**

A missão do Instituto Chico Mendes é proteger o patrimônio natural brasileiro e promover a conservação da biodiversidade. Isso se dá por meio da gestão de Unidades de Conservação Federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico, conforme disposto na Lei 11.516/2007.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
B R A S I L	UF: AC - Acre	22	22
	0105 – Brasília	3	3
	0107 – Cruzeiro do Sul	3	3
	0113 – Feijó	1	1
	0139 – Rio Branco	1	1
	0145 – Sena Madureira	4	4
	0147 – Tarauaca	3	3
	0149 – Xapuri	2	2
	0151 – Plácido de Castro	2	2
	0155 – Manoel Urbano	1	1
	0157 – Assis Brasil	2	2
	UF: AL - Alagoas	9	9
	2709 – Barra de Santo Antônio	1	1
	2785 – Maceió	1	1
	2793 - Marechal Deodoro	1	1
	2829 – Passo de Camaragibe	1	1
	2835 – Piaçabuçu	1	1
	2837 – Pilar	1	1
	2857 – Santa Luzia do Norte	1	1
	2873 – São Miguel dos Milagres	1	1
	2883 – Traipu	1	1
	UF: AM – Amazonas	6	8
	0201 – Novo Airão	2	2
	0251 – Lábrea	1	3
	0255 – Manaus	2	2
	0279 – Trapauá	1	1
	UF: AP - Amapá	7	8
	0601 – Amapa	6	6
	0605 – Macapa	1	2
	UF: BA - Bahia	27	27
	3437 – Caravelas	1	1
	3573 – Ilhéus	1	1
	3597 – Itabuna	4	4
	3647 – Itubera	1	1
	3651 – Jacobina	1	1
	3661 – Jequié	1	1
	3669 – Juazeiro	2	2
	3807 – Porto Seguro	4	4
	3811 - Prado	1	1
	3849 – Salvador	3	3
	3949 - Una	8	8
	UF: CE - Ceará	6	6
	1307 - Aiuaba	1	1

1385 - Crato	1	1
1559 - Sobral	1	1
1573 - Ubajara	2	2
1583 - Viçosa do Ceará	1	1
UF: ES – Espírito Santo	14	14
5631 - Conceição da Barra	2	2
5663 - Linhares	7	7
5681 - Pinheiros	1	1
5691 - Santa Teresa	3	3
5697 - São Mateus	1	1
UF: GO - Goiás	6	6
9211 - Alto Paraíso de Goiás	2	2
9449 - Mambai	1	1
9459 - Mineiros	1	1
9601 - São Miguel do Araguaia	1	1
9609 - Silvânia	1	1
UF: MA - Maranhão	7	7
0709 - Alto Parnaíba	1	1
0733 - Barreirinhas	1	1
0759 - Cedral	1	1
0803 - Imperatriz	1	1
0809 - João Lisboa	1	1
0955 - Bom Jardim	1	1
0961 - Açailândia	1	1
UF: MS – Mato Grosso do Sul	1	1
9043-Bonito	1	1
UF: MT – Mato Grosso	11	11
9027 – Aripuana	1	1
9033 - Barra do Bugres	3	3
9047 – Cáceres	3	3
9059 – Chapada dos Guimarães	1	1
9129 – Poconé	2	2
9831 – Juína	1	1
UF: PA – Pará	8	8
0515 - Portel	1	1
0483 - Marabá	3	3
0471 - Itaituba	1	1
0505 - Oriximiná	2	2
0535 - Santarém	1	1
UF: PE – Pernambuco	4	4
2413 - Floresta	1	1
2477 - Limoeiro	1	1
2537 - Rio Formoso	1	1
2575 - São Vicente Ferrer	1	1
UF: PI – Piauí	5	5
0288 - Cajueiro da Praia	1	1
1007 - Altos	1	1
1165 – Piracuruca	1	1
1177 - Ribeiro Gonçalves	1	1
1211 - São Raimundo Nonato	1	1
UF: PR – Paraná	4	4
7913 – Teixeira Soares	1	1
7481 – Campo Largo	1	1

7585 - Guaraqueçaba	1	1
7767 - Piraí do Sul	1	1
UF: RJ – Rio de Janeiro	8	8
5801 – Angra dos Reis	1	1
5839 - Itaguaí	1	1
5849 – Magé	1	1
5911 - Silva Jardim	1	1
5915 - Teresópolis	1	1
6001 - Rio de Janeiro	2	2
6003 - Itatiaia	1	1
UF: RS – Rio Grande do Sul	8	8
8571 – Cambará do Sul	1	1
8585 – Canela	1	1
8751 – Mostardas	1	1
8785 – Passo Fundo	1	1
8815 – Rio Grande	1	1
8867 – São Francisco de Paula	1	1
8933 – Torres	1	1
8953 – Vacaria	1	1
UF: SC – Santa Catarina	9	9
8057 – Caçador	1	1
8081 – Chapecó	2	2
8135 – Ibirama	1	1
8359 – Três Barras	1	1
8371 - Urubici	1	1
8105 - Florianópolis	2	2
8389 - Bom Jardim da Serra	1	1
UF: SP – São Paulo	16	16
6181 - Atibaia	1	1
6299 - Cananéia	2	2
6305 - Capão Bonito	1	1
6507 - Iguape	1	1
6645 - Lorena	1	1
6853 - Peruíbe	1	1
7115 – São Sebastião	4	4
7145 - Sorocaba	1	1
7209 - Ubatuba	3	3
6543 - Itanhaem	1	1
UF:TO – Tocantins	1	1
9323 - Cristalândia	1	1
UF: AP - Amapá	12	12
0601 – Amapa	7	7
0605 – Macapa	4	4
0409 – Almerim	1	1
UF: RR- Roraima	11	11
0301 - Boa Vista	1	1
0303 - Caracarái	7	7
0034 – Paracaima	1	1
0305 – Alto Alegre	1	1
0315 – São Luiz	1	1
UF: SE - Sergipe	4	4
3105 – Aracaju	1	1
3133 – Cristianópolis	1	1

	3195 – Nossa Senhora do Socorro	1	1
	3205 – Pirambu	1	1
Subtotal Brasil		191	194
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		191	194

Fonte: SPIUNet

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
B R A S I L	UF: ACRE	01	01
	0145 – Sena Madureira	01	01
	UF: AMAZONAS	01	01
	0235 – Humaitá	01	01
	UF: DISTRITO FEDERAL	01	01
	9701 - Brasília	01	01
	UF: MARANHÃO	01	01
	0921 – São Luiz	01	01
	UF: MINAS GERAIS	01	01
	0216 – Diamantina	01	01
	UF: PARÁ	01	01
	0427 – Pará	01	01
	UF: RONDONIA	01	01
	0021 – Costa Marques	01	01
	UF: RORAIMA	01	01
	0301 - Boa Vista	01	01
Subtotal Brasil		08	08
EXTERIO R	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		08	08

Fonte: SPIUNet

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ VALORES EM R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício 2011	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
193100	0201.00008.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	0	09/10/2001	4.100.000	18.133	299
193100	0201.00010.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	6.037.811	20/08/2009	6.037.811	0	0
193100	0251.00068.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	2.580.435	25/11/2010	2.580.435	0	0
193100	0251.00070.500-1	12- reg. Outros	8-sem valor	1.644.659	25/11/2010	1.644.659	0	0
193100	0251.00032.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	0	04/10/2001	200.000	851	39.082
193100	0255.00587.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	85.992	26/10/2001	85.992	0	0

193100	0255.00589.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	271.360	06/10/2004	271.360	0	0
193100	0279.00011.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	172.800	02/10/2001	172.800	0	0
193101	2709.00002.500-2	12- reg. Outros	4-regular	10.000	05/09/2000	30.285	0	0
193101	2793.00010.500-2	12- reg. Outros	4-regular	8.000	05/09/2000	25.000	0	0
193101	2785.00318.500-6	12- reg. Outros	4-regular	137.500	10/10/2000	200.000	0	0
193101	2829.00010.500-7	12- reg. Outros	4-regular	4.920	06/09/2000	10.000	0	0
193101	2835.00011.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	210.024	22/09/2000	210.024	0	0
193101	2837.00006.500-6	12- reg. Outros	4-regular	4.000	05/09/2000	20.127	0	0
193101	2857.00002.500-9	12- reg. Outros	4-regular	6.416	06/09/2000	17.096	0	0
193101	2873.00002.500-0	12- reg. Outros	4-regular	5.082	06/09/2000	16.237	0	0
193101	2883.00008.500-0	12- reg. Outros	4-regular	5.000	10/10/2000	15.000	0	0
193102	0601.00043.500-3	12- reg. Outros	4-regular	7.200.000	03/03/2001	7.297.274	0	0
193102	0601.00044.500-9	12- reg. Outros	4-regular	22.712.600	05/03/2001	22.817.666	0	0
193102	0601.00046.500-0	12- reg. Outros	4-regular	39.500.000	16/01/2001	39.622.062	0	0
193102	0601.00047.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	48.165.000	16/01/2001	49.165.902	0	0
193102	0601.00048.500-0	12- reg. Outros	4-regular	41.200.000	10/01/2001	41.229.130	0	0
193102	0601.00063.500-2	12- reg. Outros	4-regular	61.900.000	04/08/2000	61.903.520	0	0
193102	0605.00148.500-7	12- reg. Outros	4-regular	175.500	15/12/2009	175.5000,00	0	0
193102	0605.00161.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	5.600	18/12/2000	5.600	0	0
193103	3437.00025.500-0	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	56.926	0	0
193103	3573.00172.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	22.575	18/07/2005	22.575	0	0
193103	3597.00028.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	5.693	26/12/2000	5.693	0	0
193103	3597.00034.500-9	12- reg. Outros	4-regular	5.693	26/12/2000	5.693	0	0
193103	3597.00035.500-4	12- reg. Outros	4-regular	5.693	26/12/2000	5.693	0	0
193103	3597.00043.500-8	12- reg. Outros	4-regular	5.693	26/12/2000	5.693	0	0
193103	3647.00004.500-5	12- reg. Outros	3-bom	36.000	17/12/2009	151.608	0	0
193103	3651.00006.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	11.385	26/12/2000	11.385	0	0
193103	3661.00095.500-7	12- reg. Outros	3-bom	5.706	26/12/2000	5.706	0	0
193103	3669.00052.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	64.500	23/04/2010	64.500	0	0
193103	3807.00027.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	12.554	26/12/2000	12.554	0	0
193103	3807.00028.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	1.712	26/12/2000	1.712	0	0
193103	3807.00029.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	9.130	26/12/2000	9.130	0	0
193103	3807.00030.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	68.474	26/10/2000	68.474	0	0
193103	3811.00014.500-1	12- reg. Outros	8-sem valor	0	26/12/2000	913	0	0
193103	3849.00393.500-0	12- reg. Outros	6-ruim	86.230	26/12/2000	86.230	0	0
193103	3849.00555.500-0	12- reg. Outros	3-bom	39.972	22/09/2009	334.364	0	0
193103	3849.00448.500-9	12- reg. Outros	6-ruim	86.230	26/12/2000	86.230	0	0
193103	3949.00018.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	717.840	06/12/2001	717.840	0	0
193103	3949.00019.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	717.840	26/12/2000	717.840	0	0
193103	3949.00020.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	2.860.510	30/05/2005	2.860.510	0	0
193103	3949.00021.500-3	12- reg. Outros	8-sem valor	448.336	26/12/2000	448.336	0	0
193103	3949.00022.500-9	12- reg. Outros	8-sem valor	138.661	26/12/2000	138.661	0	0
193103	3949.00023.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	603.716	26/12/2000	603.716	0	0
193103	3949.00024.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	448.336	26/12/2000	448.336	0	0
193103	3949.00025.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	281.486.69	26/12/2000	281.486.69	0	0
193104	1307.00002.500-5	12- reg. Outros	3-bom	13.065.000	20/08/2001	13.326.434	0	0
193104	1385.00024.500-7	12- reg. Outros	3-bom	38.262.326	20/08/2001	38.458.162	0	0
193104	1559.00385.500-4	12- reg. Outros	3-bom	598.000	20/08/2001	744.879	0	0
193104	1573.00007.500-3	12- reg. Outros	3-bom	563.724	18/08/2001	597.941	0	0
193104	1573.00008.500-9	12- reg. Outros	3-bom	64.000	20/08/2001	395.442	0	0
193104	1583.00005.500-0	12- reg. Outros	1-novo	15.369	20/08/2001	130.776	0	0
193105	0105.00032.500-4	12- reg. Outros	6-ruim	10.000	02/06/2008	10.000	0	0
193105	0105.00033.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	0	26/12/2000	17.674	0	0

193105	0105.00036.500-6	12- reg. Outros	5-reparos importantes	7.200	02/06/2008	34.675	0	0
193105	0107.00062.500-4	12- reg. Outros	5-reparos importantes	4.800	15/07/2008	31.913	0	0
193105	0107.00063.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	12.500	03/05/2001	58.451	0	0
193105	0107.00064.500-5	12- reg. Outros	5-reparos importantes	7.212	03/05/2001	16.829	0	0
193105	0113.00023.500-6	12- reg. Outros	4-regular	18.018	26/05/2008	42.696	0	0
193105	0139.00203.500-8	12- reg. Outros	4-regular	7.180	31/12/2000	16.662	0	0
193105	0145.00029.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	4.348	01/10/1999	4.348	0	0
193105	0145.00032.500-3	12- reg. Outros	4-regular	17.550	26/12/2000	66.836	0	0
193105	0145.00033.500-9	12- reg. Outros	4-regular	8.000	26/12/2000	41.855	0	0
193105	0145.00034.500-4	12- reg. Outros	4-regular	5.434	26/12/2000	12.515	0	0
193105	0147.00021.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	3.411	26/12/2000	196.412	0	0
193105	0147.00023.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	2.756	30/07/2008	11.678	0	0
193105	0147.00023.500-6	12- reg. Outros	5-reparos importantes	9.440	24/07/2008	15.907	0	0
193105	0149.00013.500-2	12- reg. Outros	5-reparos importantes	3.500	03/05/2001	12.367	0	0
193105	0149.00014.500-8	12- reg. Outros	5-reparos importantes	2.160	22/07/2008	6.341	0	0
193105	0151.00033.500-3	12- reg. Outros	5-reparos importantes	16.940	16/05/2008	26.857	0	0
193105	0151.00034.500-9	12- reg. Outros	5-reparos importantes	2.625	03/05/2003	5.295	0	0
193105	0155.00004.500-8	12- reg. Outros	3-bom	3.000	30/05/2008	34.988	0	0
193105	0157.00016.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	5.040	09/07/2008	7.920	0	0
193105	0157.00017.500-5	12- reg. Outros	4-regular	8.540	09/07/2008	8.540	0	0
193107	5631.00006.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	1.805.760	20/11/2000	1.989.977	0	0
193107	5631.00007.500-6	12- reg. Outros	3-bom	3.396.756	20/11/2000	3.615.633	0	0
193107	5663.00022.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	2.033.600	04/12/2000	2.033.600	0	0
193107	5663.00023.500-1	12- reg. Outros	4-regular	2.880.000	20/11/2000	3.098.052	0	0
193107	5663.00024.500-7	12- reg. Outros	4-regular	1.645.925	20/11/2000	1.683.851	0	0
193107	5663.00025.500-2	12- reg. Outros	2-muito bom	62.920	04/12/2000	114.653	0	0
193107	5663.00026.500-8	12- reg. Outros	4-regular	3.109.284	24/11/2000	3.220.193	0	0
193107	5663.00041.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	19.335.048	09/12/2002	19.335.048	0	0
193107	5663.00046.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	67.500.000	19/05/2003	67.500.000	0	0
193107	5681.00002.500-5	12- reg. Outros	4-regular	1.674.400	08/06/2006	1.903.885	0	0
193107	5691.00143.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	50.000	21/11/2000	50.000	0	0
193107	5691.00144.500-5	12- reg. Outros	5-reparos importantes	2.762.235	04/05/2007	2.891.630	0	0
193107	5691.00145.500-0	12- reg. Outros	7-muito ruim (valor residual)	15.000	21/11/2000	15.747	0	0
193107	5697.00014.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	156.496	21/11/2000	156.496	0	0
193108	9211.00007.500-8	12- reg. Outros	3-bom	2.175.736	31/08/2005	3.139.773	0	0
193108	9211.00010.500-4	12- reg. outros	8-sem valor	4.500.000	31/08/2005	4.500.000	0	0
193108	9449.00001.500-5	12- reg. Outros	3-bom	17.000	03/10/2003	97.000	0	0
193108	9459.00004.500-9	12- reg. Outros	3-bom	900.235.204	22/02/2001	902.019.907	0	0
193108	9601.00012.500-3	12- reg. Outros	1-novo	15.000	31/08/2005	115.000	0	0
193108	9609.00006.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	1.500.000	30/08/2005	1.540.000	0	0
193110	0709.00002.500-1	12- reg. Outros	8-sem valor	12.200.000	27/06/2000	12.200.000	0	0
193110	0733.00005.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	15.500.000	25/05/2001	15.500.000	0	0
193110	0759.00004.500-9	12- reg. Outros	8-sem valor	1.908.400	27/06/2000	1.908.400	0	0
193110	0803.00053.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	2.115.000	27/06/2000	2.115.000	0	0
193110	0809.00002.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	2.090.000	27/06/2000	2.090.000	0	0
193110	0955.00008.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	34.165.000	27/06/2000	34.165.000	0	0
193110	0961.00022.500-1	12- reg. Outros	4-regular	1.500	27/06/2000	25.140	0	0
193112	9043.00016.500-2	12- reg. Outros	1-novo	6.878	31/10/2008	46.486	0	0
193113	9027.00023.500-9	12- reg. Outros	8-sem valor	1.000	11/05/2009	1.000	0	0
193113	9033.00023.500-3	12- reg. Outros	5-reparos importantes	5.740.000	03/08/2010	5.896.464	0	0
193113	9033.00027.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	12.395.000	11/05/2009	12.395.000	0	0
193113	9047.00142.500-0	12- reg. Outros	5-reparos importantes	4.297.500	03/08/2010	4.483.012	0	0
193113	9047.00157.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	8.211.000	03/08/2010	8.211.000	0	0

193113	9047.00159.500-3	12- reg. Outros	8-sem valor	65.625	11/05/2009	65.625	0	0
193113	9059.00008.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	13.052.000	22/07/2010	13.079.238	0	0
193113	9129.00011.500-6	12- reg. Outros	6-ruim	182.000	03/08/2010	257.610	0	0
193113	9129.00013.500-7	12- reg. Outros	4-regular	8.100	03/08/2010	189.925	0	0
193113	9831.00011.500-2	12- reg. Outros	5-reparos importantes	60.000	03/08/2010	317.252	0	0
193116	2413.00020.500-0	12- reg. Outros	4-regular	145.812	04/10/2001	486.040	0	0
193116	2477.00005.500-4	12- reg. Outros	4-regular	64.688	08/10/2001	122.664	0	0
193116	2537.00006.500-7	12- reg. Outros	5-reparos importantes	60.280.000	09/10/2001	61.031.919	0	0
193116	2575.00002.500-8	12- reg. Outros	5-reparos importantes	145.200	09/10/2001	1.692.097	0	0
193117	0288.00001.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	4.495	02/10/2004	4.495	0	0
193117	1007.00006.500-8	12- reg. Outros	6-ruim	51.000	04/12/2000	81.520	0	0
193117	1165.00006.500-1	12- reg. Outros	4-regular	625.000	04/12/2000	1.164.469	0	0
193117	1177.00002.500-3	12- reg. Outros	5-reparos importantes	13.500.000	04/12/2000	13.693.116	0	0
193117	1211.00011.500-6	12- reg. Outros	3-bom	12.900.000	04/12/2000	13.008.480	0	0
193118	7913.00009.500-9	12- reg. Outros	6-ruim	5.842.969	26/12/2000	6.629.094	0	0
193118	7481.00012.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	326.524	26/12/2000	326.524	0	0
193118	7585.00018.500-0	12- reg. Outros	4-regular	11.352	26/12/2000	86.389	0	0
193118	7767.00005.500-3	12- reg. Outros	6-ruim	634.234	24/09/2001	669.274	0	0
193119	5489.00012.500-9	12- reg. Outros	5-reparos importantes	0	26/12/2000	12.367	0	0
193119	5801.00292.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	240.000	26/12/2000	240.000	0	0
193119	5839.00117.500-2	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	12.367	0	0
193119	5911.00002.500-3	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	12.367	0	0
193119	5915.00023.500-0	12- reg. Outros	3-bom	0	26/12/2000	47.027	0	0
193119	6001.02157.500-3	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	3.710.110	0	0
193119	6001.02759.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	0	26/12/2000	4.179.634	0	0
193119	6003.00008.500-3	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	5.756.158	0	0
193122	0301.00113.500-4	12- reg. Outros	3-bom	0	17/10/2001	20.000	0	0
193122	0303.00020.500-5	12- reg. Outros	3-bom	11.250	21/07/2010	11.250	0	0
193122	0303.00025.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	4.500	11/10/2001	4.500	0	0
193122	0303.00026.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	0	11/10/2001	9.000	0	0
193122	0303.00036.500-2	12- reg. Outros	1-novo	963	22/12/2000	77.501	0	0
193122	0303.00039.500-9	12- reg. Outros	8-sem valor	1.363	01/03/2002	1.363	0	0
193122	0303.00027.500-3	12- reg. Outros	8-sem valor	733.096.000	18/12/2002	733.096.000	0	0
193122	0303.00024.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	2.350.120.000	22/06/2010	2.350.120.000	0	0
193122	0034.00013.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	23.200.000	09/11/2010	23.200.000	0	0
193122	0305.00006.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	0	11/10/2001	900.000	0	0
193122	0315.00016.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	0	11/10/2001	4.500	0	0
193124	8571.00002.500-8	12- reg. Outros	4-regular	19.203.591	06/11/2007	19.961.699	0	0
193124	8585.00011.500-7	12- reg. Outros	5-reparos importantes	1.757.800	07/12/2001	1.855.814	0	0
193124	8751.00011.500-5	12- reg. Outros	4-regular	34.400.000	30/11/2001	34.418.000	0	0
193124	8785.00034.500-5	12- reg. Outros	5-reparos importantes	5.440.700	07/12/2001	5.534.700	0	0
193124	8815.00101.500-4	12- reg. Outros	4-regular	33.815.090	01/12/2006	34.083.090	0	0
193124	8867.00003.500-4	12- reg. Outros	5-reparos importantes	2.249.282	07/12/2001	2.348.282	0	0
193124	8933.00017.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	1.000	07/12/2001	1.000	0	0
193124	8953.00021.500-9	12- reg. Outros	5-reparos importantes	408.940	04/12/2001	436.940	0	0
193125	8057.00011.500-0	12- reg. Outros	4-regular	0	01/01/2000	451.217	0	0
193125	8081.00022.500-2	12- reg. Outros	4-regular	0	01/01/2000	796.319	0	0
193125	8135.00010.500-0	12- reg. Outros	4-regular	0	26/12/2000	408.033	0	0
193125	8359.00018.500-3	12- reg. Outros	3-bom	0	01/01/2000	4.539.751	0	0
193125	8371.00045.500-0	12- reg. Outros	3-bom	0	01/01/2000	54.331	0	0
193125	8081.00023.500-8	12- reg. Outros	4-regular	0	01/01/2000	156.988	0	0
193125	8105.00227.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	0	01/01/2000	129.817	0	0
193125	8389.00010.500-1	12- reg. Outros	8-sem valor	0	30/08/2007	88.740.000	0	0

193125	8105.00229.500-9	12- reg. Outros	4-regular	0	01/01/2000	790.796	0	0
193126	3105.00102.500-0	12- reg. Outros	4-regular	44.520	17/11/2000	92.374	0	0
193126	3133.00008.500-5	12- reg. Outros	4-regular	2.053	24/02/2010	25.409	0	0
193126	3195.00009.500-0	12- reg. Outros	4-regular	147.286	17/11/2000	179.372	0	0
193126	3205.00004.500-4	12- reg. Outros	4-regular	746.820	17/11/2000	855.046	0	0
193129	6181.00007.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	29.420	09/10/2008	29.420	0	0
193129	6299.00075.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	460.000	28/08/2007	460.000	0	0
193129	6299.00077.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	120.000	28/08/2007	120.000	0	0
193129	6305.00004.500-7	12- reg. Outros	5-reparos importantes	6.033.406	28/08/2007	6.926.542	0	0
193129	6543.00016.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	240.000	28/08/2007	240.000	0	0
193129	6645.00018.500-1	12- reg. Outros	6-ruim	4.502.707	10/12/2007	5.736.313	0	0
193129	6853.00009.500-6	12- reg. Outros	8-sem valor	45.000	28/08/2007	45.000	0	0
193129	7115.00038.500-2	12- reg. Outros	8-sem valor	6.000	28/08/2007	6.000	0	0
193129	7115.00040.500-3	12- reg. Outros	8-sem valor	80	28/08/2007	80	0	0
193129	7115.00043.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	180.000	28/08/2007	180.000	0	0
193129	7115.00045.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	80	28/08/2007	80	0	0
193129	7145.00157.500-1	12- reg. Outros	5-reparos importantes	10.877.853	01/07/2009	15.023.032	932.712	329.546
193129	7209.00011.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	200	28/08/2007	200	0	0
193129	7209.00013.500-8	12- reg. Outros	8-sem valor	300.000	28/08/2007	300.000	0	0
193129	7209.00015.500-9	12- reg. Outros	8-sem valor	70.000	28/08/2007	70.000	0	0
193183	9323.00004.500-1	12- reg. Outros	3-bom	1.000.000	26/12/2000	1.000.000	0	0
193356	0471.00232.500-9	12- reg. Outros	1-novo	5.023.066	16/01/2009	5.032.820	0	0
193356	0483.00179.500-5	12- reg. Outros	8-sem valor	10.300.000	05/03/2001	10.300.000	0	0
193356	0483.00180.500-0	12- reg. Outros	8-sem valor	3.801.600	05/03/2001	3.801.600	0	0
193356	0483.00186.500-3	12- reg. Outros	8-sem valor	19.000.000	26/01/2001	19.000.000	0	0
193356	0535.00098.500-1	12- reg. Outros	6-ruim	60.342.030	01/06/2005	60.361.570	0	0
193356	0515.00004.500-4	12- reg. Outros	8-sem valor	20.000.000	12/01/2001	20.000.000	0	0
193356	0505.00026.500-7	12- reg. Outros	8-sem valor	385.332.582	01/06/2005	385.332.582	0	0
193356	0505.00025.500-1	12- reg. Outros	8-sem valor	42.960.000	10/01/2001	42.960.000	0	0
Total				5.049.643.893		5.179.495.432	951.696	368.928

Fonte: SPIUNet

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 4 Terceirizados: 20				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	92%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO****QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR****VALORES EM R\$ 1,00**

Código da UG 1:		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ana Carolina Sena Barradas	001.137.401/23	2.593	150	2.443	2.593
Tadeu Rocha Pontes Filho	004.092.243/08	5.741	4.560	1.397	5.957
Jose Tiago Almeida dos Santos	005.491.755/71	2.000	300	1.695	1.995
Rafael Pereira Pinto	005.929.751/42	7.000	7.000		7.000
Camile Lugarini	006.237.809/09	4.000		2.876	2.876
Marcelo Lopes	006.754.801/67	1.900	178	725	903
Luiz Henrique Condrati	006.838.799/79	6.650	6.650		6.650
Paola Vieira Ribeiro	008.407.576/70	1.749		1.749	1.749
Sandro Flavio de Carvalho	009.628.981/39	2.400	2.400		2.400
Diego Mendes Lima	010.164.775/11	4.528	4.528		4.528
Rafael Suertegaray Rossato	010.562.420/94	1.200	1.100		1.100
Tainah Correa Seabra Guimaraes	010.861.131/01	2.000	1.700	300	2.000
Desiree Cristiane Barbosa da Silva	011.872.671/47	580	580		580
Ana Paula de Oliveira Mendes	012.152.367/51	2.143	1.166		1.166
Kelen Luciana Leite Ferreira	012.675.066/10	13.060	8.831	2.971	11.802
Fernando de Lima Favaro	014.727.509/18	4.958	4.958		4.958
Bruno Marchena Romao Tardio	015.955.535/33	1.200	1.200		1.200
Nelson Simermann	016.198.018/09	1.070		1.070	1.070
Mitzi Oliveira da Silva	016.360.719/29	1.080	1.080		1.080
Valdir Ribeiro da Cruz	018.075.102/63	286	166	120	286
Glauce Brasil	018.178.429/78	560		560	560
Deonir Geolvane Zimmermann	018.476.539/01	1.042	1.042		1.042
Paulo Roberto Fernandes de Medeiros	019.068.704/54	6.788		6.786	6.786
Marina Pinheiro Kluppel	022.919.644/61	6.000	1.600	4.368	5.968
Carlos Renato de Azevedo	023.035.279/02	6.800	1.800	5.000	6.800
Leandro Zago da Silva	023.582.219/10	2.412		2.412	2.412
Daniel Luis Zanella Kantek	027.559.449/19	2.360	360	2.000	2.360
Inara Auxiliadora Souza da Rocha	027.856.922/68	650	650		650
Luiz Benedito Rangel	028.147.548/23	950	950		950
Bruno Soares Lintomen	028.714.617/08	1.300	1.300		1.300
Paulo Roberto Correa de Sousa Junior	029.477.864/08	2.540	540	2.000	2.540
Carolina Carneiro da Fonseca	029.808.676/08	7.786	2.786	5.000	7.786
Jose Itamar Sales	030.301.483/00	4.227	1.620	2.457	4.077
Elildo Alves Ribeiro de Carvalho Juni	031.103.776/32	3.200	1.000	2.200	3.200
Wellison de Almeida Schumann	032.203.726/35	2.110	2.110		2.110
Jose Roberto de Jesus dos Reis	032.713.568/90	6.235	3.000	3.235	6.235
Valtency Negrao da Silva	036.005.498/63	4.200	4.200		4.200
Rosa Lia Gondim de Castro	036.158.608/61	3.500	2.850	650	3.500
Shanna Bittencourt	040.842.909/71	2.089		2.089	2.089
Wilson Almeida Lima	043.596.232/91	1.000	1.000		1.000
Cristiano Fernandes Ferreira	044.204.966/81	3.600		3.598	3.598
Beatriz de Aquino Ribeiro	044.282.986/84	27.202	16.309	10.809	27.118
Otavio Cezar Zacante Ramos	044.508.376/06	4.160	4.160		4.160

Fabio Moreira Correa	044.712.447/10	137		137	137
Sergio Fortes Machado	045.122.466/30	129		129	129
Marcelo Henrique de Carvalho	045.309.886/00	1.600	1.600		1.600
Tiago Leão Pereira	046.876.166/74	1.755	1.755		1.755
Ivaldo Marques da Silva	049.443.198/94	2.600	1.200	1.400	2.600
Patrícia Greco Campos	050.556.676/13	350	350		350
Paula Leão Ferreira	050.985.426/50	6.200	5.200	1.000	6.200
Lucia Guaraldo	051.992.118/62	9.010	7.590	1.137	8.727
Ângela Barbara Garda	052.360.099/28	665	665		665
Luiz Sergio Ferreira Martins	053.195.128/64	5.380	4.600	780	5.380
Alan Vieira Gonzaga	054.618.016/76	4.865	1.987	2.878	4.865
Ligia Mara Coser	054.725.167/06	5.000	480	4.520	5.000
Javan Tarsis Nunes Lopes	057.013.616/40	1.518	360	1.158	1.518
Fernando Pedro Marinho Repinaldo Filh	057.445.237/07	1.000	1.000		1.000
Leidiane Diniz Brusnello	058.319.169/01	4.000	2.000	2.000	4.000
Claudia Marcia Almeida Rios	061.271.106/45	720	720		720
Felipe Orlando Marron de Souza	061.563.122/34	3.800	800	3.000	3.800
Jose Ponciano dias Filho	062.606.082/68	26.740	16.590	7.075	23.665
Neiva Maria da Silva	067.358.439/91	235	235		235
Jose Celino Floriano Ribeiro	071.995.542/49	4.845	3.040	999	4.039
Carlos Rangel da Silva	072.320.399/72	3.500		3.500	3.500
Eremita Oliveira da Silva	077.444.392/87		918	96	1.014
Graziela Moraes Barros	078.053.097/79	5.900	500	5.400	5.900
Christina Kelly Albuquerque	083.372.728/13	1.750	1.750		1.750
Leandro Pereira Chagas	083.395.337/03	4.160	2.600	1.360	3.960
Rafaela Nascimento Vicentini	083.766.917/08	3.227	1.260	1.915	3.175
Jacqueline Martins Gomes	084.426.937/93	1.420	1.390		1.390
Antonio Magalhaes	085.424.222/87	1.000	1.000		1.000
Cecilia Cronemberger de Faria	087.000.567/74	697	216	481	697
Janina Azevedo dos Santos	087.624.727/39	1.997	1.590	407	1.997
Aroldo Correa da Fonseca	088.000.347/21	1.884	400	1.484	1.884
Patricia dos Passos Claro	088.830.368/83	1.990	1.990		1.990
Anselmo Goncalves da Silva	090.053.527/01	1.570	1.570		1.570
Francisco Jose Moraes Cruz	091.771.083/53	448	285	163	448
Gabriella Tiradentes Pizetta	092.896.937/11	435		435	435
Jose Wilmington Paes Landim Ribeiro	096.801.363/53	1.957	480	1.477	1.957
Diego de Lemos Abreu	099.123.317/45	560	560		560
Jose Sales de Sousa	100.880.592/00	7.043	4.683	2.360	7.043
Gaspar da Silva Alencar	105.729.613/91	4.850	3.860		3.860
Luis Carlos Andreatta	107.415.038/40	6.800	5.000	1.766	6.766
Maite Alves Guedes	108.233.487/17	2.750	2.631	2.150	4.781
Admilson Stephano	114.554.058/92	1.252	978		978
Michel Tadeu Rodrigues Nolasco de Ome	116.289.928/08	113	113		113
Edilson Esteves	117.528.878/08	2.928	1.178	1.750	2.928
Jodaias de Carvalho e Silva	119.438.071/91	5.918	3.000	2.918	5.918
Joao Batista Lemos	119.899.471/15	4.060	700	3.533	4.233
Jose Carneiro Bruzaca	120.324.681/15	6.000	4.560	1.440	6.000
Jair Joao Mattia	135.026.110/68	2.300	900	1.400	2.300
Ricardo Brochado Alves da Silva	137.674.758/80	992	260	732	992
Quiteria Cavalcante Pereira	140.704.993/34	5.090	4.590		4.590
Vinicius Garcia Mattei	143.403.548/48	1.070	210	860	1.070
Claudia Cavalcante Rocha Campos	151.201.248/36	1.991	730	1.261	1.991
Jose Eustaquio de Moura	151.365.311/34	5.400	1.066	3.927	4.993

Antonio Jose Mendes dos Reis	152.846.031/68	2.485	860	1.625	2.485
Jorge Lourenco Gomes	153.311.211/87	5.350		5.337	5.337
Jaimirton Luiz da Silva Vaz	159.240.502/97	540	540		540
Luciene Batista de Carvalho Santos	166.011.145/53	548	348	200	548
Maria Elizabeth Carvalho da Rocha	168.220.050/72	1.443	873	570	1.443
Raquel Mendes Miguel	171.627.438/97	2.340		2.340	2.340
Vicente Alves Moreira	171.790.333/91	2.800	1.600	1.200	2.800
Evandro Pereira da Silva	172.465.028/90	6.500	500	1.500	2.000
Christian Niel Berlinck	183.830.948/92	306	306		306
Erica Tieko Fujisaki	187.522.478/56	3.150	3.110		3.110
Valdivino de Paula	189.870.526/72	8.460	8.086		8.086
Washington Luiz Lopes	190.209.616/91	4.500	4.500		4.500
Veronica Maria Figueiredo Lima	194.764.263/49	4.900	3.100	1.778	4.878
Henri Dubois Collet	194.950.216/34	2.500	1.156	1.320	2.476
Antonio Galdino de Souza	199.632.702/04	8.550	2.450	6.100	8.550
Solange Aparecida Zanoni	200.269.941/00	8.300	4.300	4.000	8.300
Francisco Edemburgo Ribeiro de Almeida	208.994.322/04	787	787		787
Maria Lucia Carvalho	209.622.823/91	4.395	2.690	1.700	4.390
Gerson Antonio do Nascimento	210.869.079/49	2.886	1.515	1.036	2.551
Bento Carlos de Arruda Neto	214.174.688/40	4.160	2.720		2.720
Ricardo Sampaio	220.980.828/60	1.600	1.600		1.600
Uilson Paulo Campos	222.434.964/53	1.300		1.300	1.300
Manoel Euripedes da Silva	223.962.761/15	470	470		470
Luciana Gosi Pacca Berardi	224.382.598/84	6.930	324	6.368	6.692
Mauro Jose Martins Lelis	231.819.661/34	17.150	8.338		8.338
Elivan Arantes de Souza	234.673.474/87	2.380	1.380	930	2.310
Marleno Costa	236.438.705/15	500	500		500
Ari Jorge Honesto	239.744.191/87	5.730	197	1.421	1.618
Paulo Roberto Rossi	243.671.170/49	454	307	147	454
Magda Vania Galdino Barros	245.703.201/63	4.000	3.450	550	4.000
Deusdede Inocencio Ferreira	246.340.341/15	109	109		109
Sueli Gomes Pontes dos Santos	256.005.832/49	5.500	4.400	924	5.324
Marcio Luiz Barragana Fernandes	260.877.310/91	470	470		470
Carmen Vera Marques Barcellos	261.204.020/04	9.090	2.467	6.430	8.897
Antonio Martins da Silva	262.079.153/72	420		420	420
Apoena Calixto Figueiroa	268.740.448/93	2.589	980	1.609	2.589
Euvaldo Pereira da Silva	269.878.213/72	4.486	2.986	1.500	4.486
Ricardo Jerozolinski	271.046.468/33	4.000	1.430	1.200	2.630
Damasio Tiburtino Novaes Filho	279.430.624/34	5.876	1.260	4.616	5.876
Rafael Ferreira Costa	282.839.998/26	896		896	896
Dalva Junko Obase	283.776.958/47	4.265		4.265	4.265
Luciana Carvalho Crema	289.793.378/09	325	325		325
Jose Moacir Wolff	294.515.589/34	5.700		5.551	5.551
Sylvio Romerio Briglia Ferreira	296.362.132/91	720	720		720
Carlos Eduardo Guidorizzi de Carvalho	297.567.838/00	1.638		1.638	1.638
Jose Salivone Anacleto de Andrade	300.900.674/87	500	500		500
Fernando Augusto Tambellini Tizianel	301.199.868/09	1.012	260	752	1.012
Alexandre Gomes da Costa	309.543.978/43	11.500	1.114	7.877	8.991
Andre Luiz Martins Alamino	313.063.298/09	630	630		630
Ronaldo Freitas Oliveira	320.858.185/87	100		100	100
Francisco Humberto Sousa Bezerra	321.914.303/25	1.000	1.000		1.000
Thais Farias Rodrigues	322.194.638/42	1.660	1.660		1.660
Diogo Mitsuru Koga	327.215.518/09	9.520	6.470		6.470

Edilson Ribeiro da Rocha	330.539.445/53	7.000	4.800	2.200	7.000
Jose Vanderley Cambuim	330.992.001/15	5.240	5.240		5.240
Murilo Sergio Arantes	335.376.821/15	1.997	500	1.497	1.997
Rogério Santos Araujo	344.347.471/34	4.000	1.000	1.999	2.999
Rosângela Gonçalves de Moraes	352.126.241/34	1.767	300	1.467	1.767
Amauri de Sena Motta	356.491.510/91	4.500	1.000	3.500	4.500
Edenice Brandão Avila de Souza	366.569.680/15	3.788	3.584	208	3.792
Regis Pinto de Lima	368.477.470/72	2.000		2.000	2.000
Angela Maria Leite Calistro	387.221.002/53	1.460		1.460	1.460
Elanir Fernandes Bezerra	387.748.606/15	800	800		800
Lourdes Terezinha Tomazi	388.787.710/15	1.548		1.548	1.548
Francisco Barbosa de Melo	390.845.312/72	2.000	2.000		2.000
Adriana Nascimento Gomes	410.399.803/25	3.400		3.400	3.400
Iranildo da Silva Coutinho	415.843.172/72	5.000	2.000	3.000	5.000
Eliton de Almeida Lima	421.297.537/87	4.800	500	3.936	4.436
Luciana Magnabosco de Paula Moreira	429.552.540/53	2.510	150	2.360	2.510
Paulo César Reis Bastos	440.730.547/91	3.650	1.775	1.444	3.219
Francisco Damiano de Araújo	448.565.473/72	1.880	1.480	400	1.880
Eduardo Carlos Mignone Alves	450.425.007/15	4.500	1.300	3.200	4.500
Sergio Pedreira Pereira de Sa	455.220.301/00	336	336		336
Estevão José Marchesini Fonseca	462.337.336/34	7.623	3.000	3.952	6.952
Jose Maria Assis Poubel	497.098.016/00	3.040	3.040		3.040
Thalma Maria Grisi Veloso	503.887.384/72	2.349	150	2.199	2.349
Gerson Buss	507.418.880/68	1.066	1.065		1.065
Paulo Volnei Garcia	512.420.790/68	846		846	846
Alessandro Silva Marcal	513.528.772/87	4.000	4.000		4.000
Sheyla da Silva Leao	522.892.732/87	820	820		820
Marcos Eduardo Coutinho	541.126.486/34	2.407	450	1.957	2.407
Adão Luiz da Costa Gullich	548.478.340/20	2.400	2.200		2.200
Juliano Rodrigues de Oliveira	554.302.790/72	2.000		2.000	2.000
Ricardo Castelli Vieira	571.572.430/91	50	50		50
Keuris Kelly Souza da Silva	573.740.742/04	650		650	650
Flávio de Sousa Mascarenhas	594.881.152/20	5.320	5.320		5.320
Alberto Felipe Klotz	603.945.360/53	1.750	250	1.500	1.750
Eloisa Neves Mendonça	609.762.259/72	7.980	7.980		7.980
Cristiano Andrey Souza do Vale	614.105.432/34	2.500		2.500	2.500
Salette Ferreira da Costa	615.445.909/20	567	520		520
Claudia Simone da Luz Alves	616.269.962/53	1.400	1.400		1.400
Evane Alves Lisboa	617.054.543/72	6.750	3.741	2.979	6.719
Julio Jose Maria Junior	622.310.737/49	4.000		4.000	4.000
Gisele Braga Silvino	631.996.882/68	1.999		1.999	1.999
Jackeline Nobrega de Almeida	639.842.702/59	5.060	4.784		4.784
Juarez Tarcizio Scalfoni	652.686.957/20	3.499		3.499	3.499
Marcos da Silva Cunha	672.163.076/15	5.000	1.600	3.400	5.000
Guilherme Menezes Betiollo	679.996.970/87	2.100	2.100		2.100
Fernando Barbosa Pecanha Junior	683.672.952/34	1.500		1.500	1.500
Tatiane Rodrigues Lima	691.109.642/15	2.812	1.199	1.613	2.812
Marcelo Chassot Bresolin	697.804.989/15	1.742		1.742	1.742
Jose Ronaldo Sousa Almeida	697.916.867/34	4.152	4.152		4.152
Anderson de Carvalho Soares	699.907.606/59	10.000	7.594		7.594
Leony Wand Del Rey de Oliveira	708.014.287/34	2.304		1.941	1.941
Danilo do Carmo Vieira Correa	714.305.041/53	2.500	750	1.750	2.500
Zoraide Mendonça Soares	714.665.097/91	3.000	1.700	1.300	3.000

Nagila Maria Pereira Gomes	719.233.733/15	3.873	1.705	2.168	3.873
Maressa Girao do Amaral	725.279.782/15	2.810	1.931		1.931
Gustavo Nabrzecki	741.092.359/87	266	30	236	266
Rogério Jose Florenzano Junior	741.120.319/04	4.772	1.570	2.353	3.923
Iria de Oliveira Santos	746.754.432/49	1.470	1.470		1.470
Sergio de Siqueira Bertoche	765.485.117/00	755	55	700	755
Jose Otavio Cardoso Consoni	768.652.408/63	2.500	430	1.017	1.447
Ricardo Motta Pires	770.171.297/68	1.225	1.240		1.240
Renato Cezar de Miranda	773.870.401/25	6.700	3.700	1.834	5.534
Wilhan Rocha Candido Assuncao	776.051.362/34	3.960	2.360	1.600	3.960
Marcelo Bassols Raseira	788.559.930/20	580		580	580
Francisco Oneizete Araujo	793.254.323/15	7.275	5.359	3.070	8.429
Simone Albarado Rabelo	794.338.982/49	2.040	2.040		2.040
Licio Mota da Rocha	799.642.902/25	900	900		900
Simone Kassia de Moura Sousa	803.378.993/04	1.912		1.912	1.912
Leoncio Pedrosa Lima	806.444.571/04	4.020	720	1.939	2.659
Elda Raquel Vargas de Oliveira	806.522.800/30	4.000		3.195	3.195
Aleksander Cesar Krawctschuk	809.189.801/00	3.857	3.857		3.857
Paulo Adriano Dias	811.472.363/72	1.766		1.766	1.766
Julio Rosa da Silva	827.635.506/49	6.975	6.975		6.975
Darlison Fernandes Carvalho de Andrad	837.464.202/53	3.050		1.776	1.776
Aline Lopes de Oliveira	837.780.552/91	3.110		3.110	3.110
Walter Steenbock	864.456.009/30	850	850		850
Hugo Bonfim de Arruda Pinto	871.025.281/91	4.120	1.620	1.516	3.136
Darlan Alcantara de Padua	872.980.158/34	6.500	1.580	4.420	6.000
Fabio Andre Faraco	891.768.639/72	2.400	2.400		2.400
Remi Osvino Weirich	897.252.200/72	1.600	800	800	1.600
Winicius Siqueira Pinto	920.141.271/15	5.714	3.685	575	4.260
Maria Carolina de O Portes	921.522.449/15	4.500	2.236	2.001	4.237
Kleber Gomes de Oliveira	934.567.275/34	2.404		2.404	2.404
Rossana Evangelista Santana	939.608.916/87	2.000		2.000	2.000
Jose Wilton dos Santos Venancio	943.114.633/91	5.000	4.000	1.000	5.000
Cintia Maria Santos da Camara Brazao	953.418.701/15	1.260	1.049	160	1.209
Caio Cavalcanti Dutra Eichenberger	965.741.430/04	700	440	251	691
Aline Kellermann	970.951.920/49	1.609	1.609		1.609
Rodolpho Antunes Mafei	973.588.945/53	2.094	1.764	330	2.094
Joaquim Rocha dos Santos Neto	975.391.805/44	2.000	900	1.100	2.000
Cezar Neubert Goncalves	983.793.560/04	4.860	4.860		4.860
Juliana De Barros Alves	986.254.381/72	2.960		2.960	2.960
Total utilizado pela UG			424.514	334.455	758.969
Código da UG 2:	Limite de Utilização da UG:				
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			424.514	334.455	758.969

Fonte: SIAFI E SIAFI Gerencial

(*) A diferença no valor de R\$ 216,22 entre o valor autorizado e o gasto foi em decorrência de ter sido pago na fatura do suprido “Multas” e/ou “encargos” cobrados indevidamente pelo BANCO DO BRASIL S/A, tendo sido objeto de pedido de ressarcimento junto ao banco, entre outros, conforme informações constantes do Processo nº 02070.001445/2011-70.

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) **VALORES EM R\$ 1,00**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	196	424.514,23	156	334.454,56	758.968,79
2010					1.311.684,66
2009					1.428.381,51

Fonte: SIAFI E SIAFI Gerencial

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio					91842
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 010.936/2009-0	1097/2008	9.1.4.6; 9.1.6.1; 9.1.6.2	Plenário	Ofício n.º 215/2011/TCU/ SECEX/AM, de 18/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
9.1.4.6 – promova ação conjunta com o INCRA e a FUNAI, para solucionar os problemas de sobreposição das áreas de unidade de conservação com projetos de assentamento da reforma agrária e/ou com terras indígenas; 9.1.6.1 – elabore a política de recursos humanos do Instituto, considerando as especificidades regionais, bem como as pressões externas e a localização das unidades de conservação, especialmente aquelas situadas em locais ermos, com vistas a definir a lotação de servidores e os benefícios legais, de forma a estimular a permanência dos servidores em locais inóspitos; 9.1.6.2 – envide esforços com vistas a dotar todas as Unidades de Conservação de planos de manejo com vistas a que as unidades atinjam, efetivamente, os objetivos para as quais foram criadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e Unidades de Conservação – DISAT, (ex-DIUSP)					92697
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação – DIMAN, (ex-DIREP)					92707
Síntese da providência adotada:					
9.1.4.6 – DISAT: Conforme Informação Técnica n.º 03/2011-CGCO/CGREX/DIUSP/ICMBio, o Instituto tem realizado estratégias de atuação, mediante coordenação especializada para tratar de forma centralizada as demandas de sobreposição; participação em diversos fóruns interinstitucionais pertinentes à temática (PNGATI, GEF Indígena, Programa ARPA); contratação de consultorias especializadas; estabelecimento de Grupos de Trabalho interinstitucionais para discussão e encaminhamentos de casos específicos. 9.1.6.1 – DIPLAN: Conforme Memorando n.º 478/2011-CGGP/DIPLAN/ICMBio, o Instituto trabalha realizando política de gestão de pessoas para estimular a permanência dos servidores em lugares ermos. Informou que são desenvolvidas políticas					

de investimentos nos servidores, tais como a capacitação de 687 servidores no ano de 2010, dos quais 203 são oriundos da região norte. Ressaltou que está realizando gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de viabilizar a criação de gratificação ou outro meio de benefício aos servidores que desempenham suas atividades em locais ermos. E está realizando gestões junto aos Órgãos competentes, para que seja autorizada a realização de concurso público.

9.1.6.2 – DIMAN: Conforme Memorando n.º 134/2011-CPLAM/CGEPI/DIREP/ICMBio, o Instituto conduz, desde 2009, uma média de 70 planos de manejo em elaboração nas diferentes categorias de Unidades de Conservação Federais. Destes, 11 planos de manejo foram publicados em 2009, nove planos em 2010 e cinco já publicados no início de 2011, totalizando aproximadamente 34% das unidades de conservação com planos de manejo em implementação e, conforme planejamento estratégico do Instituto estamos trabalhando alcançar 45% das Unidades de Conservação com planos de manejo elaborados em 2011.

Síntese dos resultados obtidos

9.1.4.6 – constata-se que as providências estão em fase de conclusão

9.1.6.1 – constata-se que há estudos para o atendimento pleno da diligência promovida pelo TCU.

9.1.6.2 –o Instituto vem adotando providências de forma a adotar as UC's dos respectivos planos de manejo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	-	-	-	-	Ofício n.º 19/2011/SECEX-8-TCU, de 15/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
Solicitação de designação de servidores do ICMBio, como responsáveis para a remessa ao TCU do Relatório de Gestão do exercício de 2010.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Síntese da providência adotada:					
Conforme Ofício n.º 30/2011-GP/ICMBio, de 24/02/2011, foram designados dois servidores cadastrados no portal do TCU para envio do Relatório de Gestão de 2010 desta Jurisdicionada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conforme Ofício n.º 30/2011-GP/ICMBio, a solicitação foi atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 001.243/2011-0	-	-	-	Ofício n.º 282/2011-TCU/SECEX-PI, de 01/03/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
Solicita informações sobre o processo n.º 02070.005681/2010-84, que motivou o pagamento pela OB n.º 2010OB814719 de 31/12/2010, no valor de R\$ 50.000.000,00 em favor do governo do estado do Piauí- Serra das Confusões para fazer face a desapropriação de imóveis rurais.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Síntese da providência adotada:					
Conforme Ofício n.º 346/2011-GP/ICMBio, de 20/04/2011, o valor de R\$ 50.000.000,00, do montante supramencionado, foi creditado em 2010 e repassado ao Governo do Estado do Piauí, por meio da Nota de Crédito 2010NC013672 e Nota de Empenho 2010NE001682. Que se refere à parte do pagamento do imóvel Gleba Viana, de propriedade do governo do estado do Piauí, que foi avaliado em R\$ 98.250.868,94, mediante Laudo de Vistoria e Avaliação.					
Síntese dos resultados obtidos					

Por meio do Ofício n.º 346/2011-GP/ICMBio a solicitação foi atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 015.996/2003-1	1169/2011	9.4	-	Ofício Circular n.º 03/2011/CGFC/SPOA/SECEX/MM A, de 22/03/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
9.4 – Determina ao MMA que se abstenha de realizar despesa com dotação imprópria, consignada a programa de trabalho estranho à finalidade do gasto, devendo a Pasta zelar para que as ações a serem realizadas sejam o quanto possível planejadas com antecedência suficiente para a correspondente previsão em orçamento, de modo a evitar a prática de coletar recursos de vários programas para execução de ação não devidamente prevista.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Síntese da providência adotada:					
Tomou conhecimento, adotou as providências cabíveis e em seguida despachou o documento para o arquivo central					
Síntese dos resultados obtidos					
Foram adotadas as providências para que se evite a ocorrência de despesas desta natureza.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 033.310/2010-6	47/2006	9.1	Plenário	Ofício n.º 437/2011-TCU/SECEX-AM, de 31/03/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
A. Identificar e implementar canais de informações capazes de atender às necessidades das UC's recorrendo, inclusive, a oitiva das próprias Unidades nesse processo; B. Incrementar as ações voltadas ao acompanhamento das necessidades das UC's no sentido de que sejam identificadas as suas principais deficiências; C. Estabelecer uma política de treinamento e capacitação do quadro de pessoal de uma forma coerente e integrada com o funcionamento da Autarquia e com as necessidades dos servidores; D. Proceder a alocação de recursos financeiros as UC's sob sua jurisdição, dentro das possibilidades orçamentárias, com vistas a solução emergencial para suas principais carências, mormente a relacionada coma falta de infra-estrutura, realizando estudos no sentido de desenvolver formas alternativas de financiamento das Unidades de Conservação, a exemplo da exploração do turismo ambiental e de outras atividades compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais sob proteção; E. Implementar parcerias com órgãos/entidades públicas e/ou privadas com vistas ao desenvolvimento de projetos de interesses mútuos, visando a sustentabilidade das UC's; F. Providenciar a sinalização e delimitação das UC's; G. Adotar medidas a fim de implantar os Conselhos Consultivos nas UC's, conforme determina a Lei n.º 9985/2000; H. Incrementar e formalize parcerias com os demais órgãos e entidades, a fim de realizarem trabalhos conjuntos visando à melhoria da gestão das UC's; I. Adotar iniciativas voltadas à implantação, em número crescente, de projetos sustentáveis nas categorias de unidades de conservação com este tipo de uso; J. Implementar iniciativas voltadas a incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisas ligados à sustentabilidade e a proteção das UC's; e K. A par das medidas recomendadas acima, promover estudo no sentido de identificar as necessidades mínimas de recursos humanos e financeiros, necessários ao gerenciamento adequado das UC's administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no Amazonas, envidando esforços junto aos órgãos competentes da Administração Federal					

no sentido da obtenção desses recursos mínimos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e Unidades de Conservação – DISAT, (ex-DIUSP)	92697
Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação – DIMAN, (ex-DIREP)	92707
Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO	92727
Síntese da providência adotada:	
Conforme consta no Ofício n.º 504/2011-GB/ICMBio, de 23/05/2011, enviado a Secretaria de Controle Externo – AM.	
Síntese dos resultados obtidos	
A e B – De forma a facilitar e agilizar os fluxos, estão sendo desenvolvidos 17 sistemas informatizados que terão acesso via web, dentre eles citamos o Sistema de Gestão Documental – SGDOC, que avança para a sua próxima versão, que irá permitir que todos os documentos e processos que circulam internamente tramitem de forma eletrônica e que as assinaturas sejam realizadas por meio de instrumentos de segurança e certificação digital; C – Considerando que a capacitação dos servidores é uma das estratégias utilizadas pelo Instituto como meio de garantir maior efetividade e eficácia das ações do órgão, foi criada por este Instituto a Academia Nacional da Biodiversidade, em estrutura pré-existente, com significativa redução de despesas com logísticas de treinamentos, permitindo assim a ampliação do número de cursos oferecidos aos seus servidores. Toda política de desenvolvimento laboral no âmbito do ICMBio é gerida por um Comitê Gestor de Capacitação, que tem como função a análise e a deliberação acerca do plano anual de capacitação, a avaliação dos resultados, e o acompanhamento e alinhamento dos investimentos na capacitação e formação dos servidores. Para melhor especificar a atuação do Instituto quanto ao investimento em capacitação e condições de trabalho para os servidores públicos da autarquia, conforme informações detalhadas constantes do Memorando n.º 1128/2011-CGGP/DIPLAN/ICMBio, já encaminhado à SECEX/AM. D – Várias iniciativas estão sendo desenvolvidas no sentido de aliar o potencial turístico das unidades de conservação federal no estado do Amazonas com o desenvolvimento regional, de forma a viabilizar maiores investimentos na infraestrutura dessas unidades. E – No momento identificamos aproximadamente 40 parcerias estabelecidas com a sociedade civil organizada, entidades públicas e privadas. Essas parcerias, assim como outras que serão estabelecidas, são muito bem vindas e permitem que o desafio da gestão de 75 milhões de hectares, distribuídos em 310 unidades de conservação, seja possível de ser enfrentado. Há ainda, as parcerias com o setor privado. Nesse caso, há desde parcerias com grandes empresas, como empresas menores que atuam em âmbito local, apoiando as ações de conservação de espécies e na gestão de UC's. F – 15 UC's estão previstas para serem demarcadas e sinalizadas em 2011, com recursos do Governo da Noruega, via Programa das Nações Unidas para os Países em Desenvolvimento – PNUD. Além dessas, deverão ser atendidas demandas individuais, por meio de projetos específicos, compensação ambiental ou orçamento da união. G – Aproximadamente 191 UC's (cerca de 61%), das 310 UC's federais criadas, possuem seus conselhos formalmente criados por meio de portarias publicadas no Diário Oficial da União. Estamos finalizando um diagnóstico sobre os Conselhos das UC's, buscando entender como esses vêm funcionando; a situação dos processos de formação; e os motivos de algumas UC's ainda não terem iniciado o processo de formação. A partir do referido diagnóstico, teremos condições de enfrentarmos os desafios de formar todos os conselhos e implementá-los. H – Visando a implantação de parcerias com outras Instituições, este Instituto, descentralizou competência, por intermédio da Portaria n.º 84, de 04 de novembro de 2008, a seus representantes nas UC's para que esses procedam a instrução, celebração, rescisão, alteração e demais trâmites administrativos afetos aos instrumentos de mútua cooperação técnica de interesse da Instituição, com entidades da administração pública ou privada, que não envolvam transferências de recursos financeiros entre os partícipes, e que tenham por objeto a execução de projetos que visem melhorar a qualidade da gestão das Unidades de Conservação e auxiliar a otimização dos resultados dos Centros Especializados. I – O ICMBio vem adotando sistematicamente iniciativas voltadas à implementação de projetos sustentáveis em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Atualmente contamos com 30 projetos implantados em 16 UC's (9 Reservas Extrativistas e 7 Florestas Nacionais), conforme informações detalhadas constantes do Memorando n.º 18/2011/CGFLO/DIUSP/ICMBio, já encaminhado à SECEX/AM. J – (Projetos de Pesquisa ligados a Sustentabilidade): O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), instituído por este ICMBio, proporciona atendimento à distância e permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federal. O sistema permitirá ao ICMBio realizar a gestão da informação resultante das pesquisas realizadas visando a conservação da biodiversidade, por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados deste Instituto sobre a ocorrência e distribuição de espécies; (Iniciativas para Proteção das UC's): As ações de proteção desenvolvidas nas Unidades de Conservação Federal do estado do Amazonas, contam com 84 agentes de fiscalização com material individual necessários para as ações de fiscalização, sendo que 28 servidores passaram por cursos de formação ou reciclagem relacionados às atividades de fiscalização, no ano de 2010. O Estado possui 2 unidades de conservação com brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais e com material destinado ao atendimento de emergências ambientais.	

K – O ICMBio sofre constantemente com os contingenciamentos do Governo Federal, como exemplo citamos o ocorrido no ano de 2010, onde do montante de 220 milhões de reais previsto na LOA, somente 170 milhões de reais foram efetivamente liberados, tendo sido contingenciado cerca 50 milhões de reais. O Instituto convocou no ano de 2008/2009, por meio de concurso público, 225 novos Analistas Ambientais para atuarem nas unidades da Amazônia Legal, e atualmente tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei 05894/2009, que visa a criação de 1000 novas vagas de Analistas Ambientais para atenderem demandas do ICMBio e do Ibama. Informações detalhadas referentes às providências adotadas pelo ICMBio, constam no Ofício n.º 504/2011-GB/ICMBio, de 23/05/2011, já encaminhado à SECEX/AM.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 028.301/2010-2	-	-	-	Ofício n.º 317/2011-TCU/SECEX-8, de 07/04/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
Solicitação, no prazo de 15 dias, a partir da ciência do expediente, do encaminhamento àquela Secretaria cópia dos Processos n.º 02070.000714/2008-85 e 02070.001632/2009-39.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Síntese da providência adotada:					
Os processos solicitados foram encaminhados à 8.ª SECEX/TCU mediante o Ofício n.º 339/2011-GB/ICMBio, de 19/04/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 006.838/2011-1	-	-	-	Ofício n.º 386/2011-TCU/SECEX-8, de 02/05/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
Representação formulada pela empresa R. Gonçalves Comercial Ltda., a respeito de supostas irregularidades praticadas pelo ICMBio na condução de pregão eletrônico para registro de preços, com vistas a eventual contratação de empresa especializada na confecção e no fornecimento de Kits de uniforme para uso pela Brigada de Incêndios Florestais (PE-62/2010).					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN					92654
Síntese da providência adotada:					
Por meio do Ofício n.º 73/2011-DIPLAN/ICMBio, de 13/05/2011, enviado a 8ª SECEX, a DIPLAN/ICMBio foram apresentadas as razões de justificativa que levaram desclassificação da empresa reclamante.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando julgamento e Decisão do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 025.829/2010-6	2856/2011	9.5.2	Plenário	Ofício n.º 892/2011-TCU/SECEX-8ª, de 16/11/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
A Fundação Nacional do Índio – Funai, à Fundação Cultural Palmares – FCP, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, para ciência e adoção das medidas que considerarem cabíveis quanto à oportunidade de melhoria, ao regulamentarem suas participações como instituições intervenientes no processo de licenciamento ambiental.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO					92727
Síntese da providência adotada:					
Conforme despacho da DIBIO: 1) Entende não haverem medidas a serem adotadas no que se refere ao item 9.5.2. do Acórdão n.º 2856/2011-TCU – Plenário, uma vez que a participação do ICMBio como interveniente no processo de licenciamento ambiental foi regulamentada pela Resolução CONAMA n.º 428, de 17 de dezembro de 2010; 2) No que se refere aos procedimentos internos, cabe a revisão da Instrução Normativa ICMBio n.º 5, de 2 de setembro de 2009, que deverá considerar a Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Encontra-se em fase de conclusão e será encaminhada em 2012					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio					91842
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 028.459/2010-5	2516/2011	9.6 9.7	Plenário	Ofício n.º 818/2011-TCU/SECEX-8, 17/10/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio					91842
Descrição da Deliberação:					
Relatório de Levantamento de Auditoria de Natureza Operacional realizado no ICMBio, com o objetivo de diagnosticar as principais causas e vulnerabilidade que contribuem para elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação – DIMAN, (ex-DIREP)					92707
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Relativamente aos itens 9.6.1 e parte do 9.7 a Nota Técnica n.º 02/2012/CGPRO/ICMBio, de 09/01/2012, aduz que aproximadamente 71% das Unidades de Conservação Federais em áreas consideradas pelo ICMBio com risco de incêndios florestais apresentam Planos de Proteção, chamado pelo Acórdão de Plano de Manejo de Fogo. Apenas 29 % nunca sistematizaram as informações em um plano o que não quer dizer que não exista nenhum planejamento para as ações de prevenção e combate a incêndios florestais. Quanto aos itens 9.6.2 (promoção de programas de educação ambiental ...) e 9.6.3 (realização de campanhas de divulgação...) encontram-se em fase de conclusão e as informações serão encaminhadas em 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 028.002/2010-5	283/2011	9.5	Plenário	Ofício n.º 117/2011-TCU/SEMAG, 18/02/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Meio Ambiente - MMA					1927
Descrição da Deliberação:					
item 9.5 – alertar aos Órgãos setoriais de contabilidade, quanto à necessidade de contabilização de despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, para fins do cumprimento do § 1º do Art. 18 da Lei Complementar 101/2000 – LRF.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Mediante o Ofício Circular n.º 02/2011/CGFC/SPOA/SECEX/MMA o Acórdão foi encaminhado ao Instituto ICMBio para atendimento a recomendação constante do item 9.5.					1927
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Não há registro de atendimento por parte do Setor Responsável até o dia 31/12/2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	-	-	Ofício n.º 2176/2011/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 27/01/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Solicita informações concernentes às medidas adotadas em prol do atendimento da mediação n.º 00883.2010.05.000/7/PRT5, que se refere a suposto atraso no pagamento de salários dos empregados da empresa General Security Vigilância Ltda.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN			92654
Síntese da providência adotada:			
Conforme Ofício n.º 101/2011-GP/ICMBio, 04/02/2011, enviado à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura – CGU, foi dado conhecimento da inexistência de atraso de pagamento dos salários dos vigilantes patrimoniais da empresa General Security Vigilância Ltda.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não consta no âmbito do ICMBio registros de atraso de pagamentos dos salários de vigilantes objeto da diligência em pauta.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	-	-	Ofício n.º 3669/2011/CORIN-MMA/CGU-PR, de 11/02/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Alerta sobre a necessidade de comunicar todas as decisões sobre demissão aos Órgãos MPF/TCU, (dispositivo do Art. 15 da Lei n.º 8.492/92).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP			116423
Síntese da providência adotada:			
Informou a Auditoria do Instituto que efetuou o registro no SISAC/TCU.			
Síntese dos resultados obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	-	-	Ofício n.º 3863/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 14/02/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Considerando o Ofício n.º 18/2010-Ouvidoria/ICMBio, de 16/11/2010, o qual encaminhou informações a respeito do atendimento aos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão TCU 1025/2010 – Plenário, bem como a finalidade de instruir processo autuado na CGU, solicita posicionamento atualizado a respeito do atendimento dos referidos itens, bem como cópia do Termo de Compromisso, com os respectivos aditivos, firmado entre o ICMBio e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, em março de 2009, para cumprimento da compensação ambiental de que trata o citado Acórdão e comprovante de transferência do recursos para a conta de compensação ambiental junto à Caixa Econômica Federal.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO			92727
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN			92654
Síntese da providência adotada:			
Por meio do Ofício n.º 06/2011/Ouvidoria/ICMBio, de 24/02/2011, foram encaminhados à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura da CGU-PR, em complementação às informações prestadas no Ofício n.º 18/2010-Ouvidoria/ICMBio, de 16/11/2010, os seguintes documentos: Memorando n.º 87/2011/DIPLAN/ICMBio, 22/02/2011, (anexo I – Termo de Compromisso de Aplicação dos Recursos da Compensação Ambiental n.º 02/09 e anexo II – Termo de Quitação Parcial da Obrigação de Compensação Ambiental); Nota Técnica n.º 02/10/ESEC/TAIM; Esclarecimentos sobre o Processo de Compensação Ambiental (Usina Termelétrica Candiota III fase C, com destinação para ESEC TAIM) ; e Projeto de Manejo dos Reflorestamentos de Exóticos no Entorno Imediato da Estação Ecológica do TAIM.			
Síntese dos resultados obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	-	-	Ofício n.º 11234/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Solicitação de informação referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 08/2011. Que tem o objetivo de "contratação de empresa especializada em transporte de helicópteros por horas de voo sob demanda e/ou exclusividade conforme a necessidade para apoio a combate a incêndios florestais". Havendo a necessidade de aprofundamento de algumas questões: a) cópia dos estudos ou do plano de trabalho utilizado para identificação dos aspectos técnicos necessários à definição das especificações das aeronaves, as quais constam dos itens 12 e 13 do termo de referência anexo ao edital; b) fundamentação jurídica para a escolha da modalidade de licitação Pregão Eletrônico; e c) fundamentação jurídico-administrativo para a disponibilização de Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame, tendo em vista a especificidade do serviço.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN			92654
Síntese da providência adotada:			
Por meio do Ofício n.º 71/2011-DIPLAN/ICMBio, de 09/05/2011, enviado à Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura/CGU-PR, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN, apresentou esclarecimentos com vistas a dar atendimento à diligência promovida pela CGU no Ofício n.º 11234/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 29/04/2011, em pauta.			
Síntese dos resultados obtidos			

Atendida a diligência em causa.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	-	-	Ofício n.º 5614/2011/CORIN-MMA/CGU-PR, de 01/03/2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Solicita cópias de documentos referente a esclarecimentos apresentados pelos pelo Chefe da Floresta Nacional de Ipanema/SP, acerca de supostas denúncias de irregularidades praticadas naquela unidade.			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Auditoria Interna – AUDIT, (ex – Ouvidoria)			116430
Síntese da providência adotada:			
Encaminhamento de cópias dos processos, conforme solicitação do Ofício n.º 5614/2011/CORIN-MMA/CGU-PR.			
Síntese dos resultados obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão n.º 201112031	Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Ofício n.º 35102/2011/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 23/11/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Realizar imediatamente novo procedimento licitatório com vistas a substituir o termo aditivo ao contrato n.º 23/2010.			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação - CGATI			116424
Síntese da providência adotada:			
Houve a anulação do Pregão Eletrônico n.º 10/2011 e que o edital para um novo certame encontra-se em fase final de estudos técnicos, e assim que concluídos, o procedimento licitatório será realizado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendida a diligência em causa.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Fiscalização n.º 36/2003/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	-	Memorando n.º 325/2011/DIPLAN/ICMBio, de 31/08/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Conforme reunião com técnicos da CGU/DF foram requisitadas atualizações de informações, de forma a subsidiar análise de pendências relativas ao Relatório de Fiscalização n.º 36/2003 da CGU/RJ. Solicitando dessa forma, atenção no sentido de			

proceder levantamento de informações junto aos macroprocessos. (Regularização Fundiária e Fiscalização na Unidade de Conservação).	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e Unidades de Conservação – DISAT, (ex-DIUSP)	92697
Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação – DIMAN, (ex-DIREP)	92707
Síntese da providência adotada:	
Em resposta foi encaminhado a Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura/CGU/DF, Ofício n.º 041/2011/AUDIT/ICMBio, de 09/12/2011, em anexo, os devidos esclarecimentos relativos à gestão, manejo e fiscalização de Unidades de Conservação Nacional e Fomento a Projetos de Monitoramento e Controle dos Impactos Ambientais. Cópia Relatório de Fiscalização n.º 036/CGU (Município Teresópolis) Cópia Relatório de Fiscalização n.º 036/CGU (Município Itatiaia) Cópia do Memorando n.º 325/2011/DIPLAN/ICMBio Despacho CGPRO 04/11/2011 Despacho CGPRO 24/11/2011 Plano de Proteção do Parna Serra dos Órgãos-2011 Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Parna Serra dos Órgãos-2011 Atualização de informações - Parna Itatiaia/RJ Plano de Proteção do Parna Itatiaia-2010	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendida a diligência em causa.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório Preliminar de Auditoria n.º 201100889	1.1.10.2; 1.1.10.3 e 1.1.10.4	Ofício n.º 19191/2011-DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, 12/07/2011.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Conclusão do Relatório de Auditoria da CGU “são mantidos controles internos adequados para a implantação das atividades do PROBIO II, em seus aspectos substanciais, exceto no que se refere aos pontos pertinentes referenciados neste relatório”. 1.1.10.2 – Recomenda-se ao Instituto que apresente as documentações ausentes nos processos de SV relacionados no relatório ou conforme o caso apresente os comprovantes de devolução das diárias e passagens aéreas não utilizadas; 1.1.10.3 – a) tão logo haja a devolução das diárias não utilizadas, apresente os comprovantes de recolhimento dos valores, no total de R\$ 8.021,25; b) em relação às passagens aéreas, que estão relacionadas aos processos de diárias canceladas e que não se trata de retorno antecipado do beneficiário, comprove a emissão do crédito e, por conseguinte a respectiva utilização posterior, ou, conforme o caso comprove a devolução dos recursos; c) em relação aos valores devolvidos que não constam nos demonstrativos de gastos, no valor de R\$ 5.082,54, solicitar à CAIXA que se manifeste sobre o ocorrido e, consequentemente, que retifique as demonstrações contábeis do GEF; d) promova melhorias nos seus controles internos administrativos que permitam identificar servidores e/ou colaboradores eventuais em falta quanto à devolução de diárias não utilizadas, para que sejam diligenciados a devolver, tempestivamente, os recursos dentro do prazo estabelecido pela Lei 8.112/1990; e 1.1.10.4 – Recomenda-se ao Instituto que, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento deste relatório preliminar, providencie a conciliação entre os processos de diárias cancelados e os bilhetes de passagens aéreas emitidos em 2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO			92727
Síntese da providência adotada:			
As recomendações foram acatadas e respondidas à CGU por meio dos Ofícios/DIBIO/ICMBio n.º 91 e 92/2011, de 13/05/2011; do Ofício 159/2011-DIBIO/ICMBIO, de 26 de julho de 2011; e do Ofício 203/2011-DIBIO/ICMBIO, de 03 de outubro de 2011.			

Síntese dos resultados obtidos
Atendidas as recomendações
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	02/2008	-	Ofício n.º 21232/2011/CORIN-MMA/CGU-PR, de 29/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio			91842
Descrição da Recomendação:			
Refere-se ao processo n.º 00190.026863/2008-82, relativo ao Relatório de Inspeção Correicional Trimestral acima citado, que foi decorrente de inspeção correicional realizada na Superintendência do Ibama/RJ entre os dias 22/09/2008 à 26/09/2008. Referindo-se também ao Ofício n.º 11511/2011/CORIN-MMA/CGU-PR, de 03/05/2011, encaminhado ao Instituto informando as pendências constantes do referido Relatório, dentre as quais, destaca-se a de instaurar Sindicância Investigativa referente ao processo n.º 02022.001334/2007-52, que trata de supostas irregularidades na aquisição de veículos inclusive rebocador com carreta para transporte de visitantes na área do Parque Nacional Serra dos Órgãos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidade Avançada de Administração e Finanças - Teresópolis - UAAF/Teresópolis			96034
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análises e providências estão sendo adotadas para a adequada realização de procedimento apuratório.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Não se aplica

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Anexo III fl. 197

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Demonstrações contábeis anexo III fls. 198 a 202

Notas Explicativas anexo III fl. 203

**PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –
CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE
JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

BRA/00/009 - CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS - PROECOS

**QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS				BRA/00/009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000382					
Objetivo da consultoria: Levantamento da avifauna para as Reservas Biológicas Augusto Ruschi (RBAR), Córrego Grande (RBCG) e Córrego do Veado (RBCV) e proposição de ações de manejo para as UC e o entorno, com vistas à elaboração dos Encartes 1, 2 e 3, a fim de subsidiar a revisão dos PM para estas três UC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	29/02/2012	20.700	20.700	0,0	0,0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC);			14/10/2011	1.035	
Produto 2 - Relatório Temático de Avifauna - Primeira Versão (um volume para cada UC);			11/11/2011	7.245	
Produto 3 - Relatório Temático de Avifauna - Versão Final (um volume para cada UC).			16/12/2011	12.420	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cleide Rose dos Anjos Oliveira				CPF: 843.924.601-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato com prazo aditivado até 29/02/2012					

**QUADRO C.16.2 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS					BRA/00/009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”						
Código do Contrato: 2011/000383						
Objetivo da consultoria: Levantamento de mamíferos de médio e grande portes para as Reservas Biológicas Augusto Ruschi (RBAR), Córrego Grande (RBCG) e Córrego do Veado (RBCV) e proposição de ações de manejo para as UC e entorno, com vistas à elaboração dos Encartes 1, 2 e 3, a fim de subsidiar a revisão dos PM para estas três UC.						
Período de Vigência		Remuneração				
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
26/09/2011	30/03/2012	20.700	20.700			
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC);				14/10/2011	1.035	
Produto 2 - Relatório Temático da Mastofauna - Primeira Versão (um volume para cada UC);				11/11/2011	7.245	
Produto 3 - Relatório Temático de Mastofauna - Versão Final (um volume para cada UC).				16/12/2011	12.420	
Consultor contratado						
Nome do consultor: Edmar Guimarães Manduca				CPF: 051.747.666.58		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/03/2012						

**QUADRO C.16.3 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS					BRA/00/009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000377					
Objetivo da consultoria: Levantamento de socioeconomia e áreas correlatas para as Reservas Biológicas Augusto Ruschi (RBAR), Córrego Grande (RBCG) e Córrego do Veado (RBCV), com vistas à elaboração dos Encartes 1, 2 e 3, os quais subsidiarão a revisão dos PM para estas três UC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	29/02/2012	30.300	30.300	1.515	1.515
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC);			07/10/2011	1.515	

Produto 2 - Relatório Temático de Socioeconomia e Áreas Correlatas - Primeira Versão (um volume para cada UC);	11/11/2011	10.605
Produto 3 - Relatório Temático de Socioeconomia e Áreas Correlatas - Versão Final (um volume para cada UC).	16/12/2011	18.180
Consultor contratado		
Nome do consultor: Jandaira Moscal		CPF: 032.174.079-38
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 29/02/2012		

**QUADRO C.16.4 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS				BRA/00/009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000373					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos Encartes 1, 2 e 3, a fim de subsidiar a revisão dos PM para as Reservas Biológicas Augusto Ruschi (RBAR), Córrego Grande (RBCG), Córrego do Veado (RBCV) e Sooretama (RBS).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	30/03/2012	26.000	26.000	1.300	1.300
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC);			07/10/2011		1.300
Produto 2 - Encarte 1 (um volume para cada UC);			21/10/2011		5.200
Produto 3 - Encarte 2 (um volume para cada UC);			04/11/2011		7.800
Produto 4 - Encarte 3 (um volume para cada UC);			18/11/2011		10.400
Produto 5 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC).			16/12/2011		1.300
Consultor contratado					
Nome do consultor: Márcia Regina Lopes				CPF: 151.934.381-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/03/2012					

**QUADRO C.16.5 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS	BRA/00/009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2011/000381	

Objetivo da consultoria: Moderação e organização de consultas externas diversas para elaboração da etapa de planejamento de PM de quatro UC federais no Estado do Espírito Santo, bem como avaliar, diagnosticar e consolidar o relatório final das consultas realizadas, além de aplicar técnicas de motivação do grupo durante os eventos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	30/03/2012	104.800	104.800	36.000	36.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 - 01 Relatório - 01 OPP/RBS (setembro/2011);			07/10/2011		10.700
Produto 2 - 10 Relatórios - 10 reuniões abertas/RBS (setembro/2011);			21/10/2011		20.000
Produto 3 - 01 Relatório - 01 seminário com pesquisadores/RBAR (outubro/2011);			04/11/2011		8.700
Produto 4 - 08 Relatórios - 08 reuniões abertas/RBAR (outubro/2011);			18/11/2011		16.000
Produto 5 - 01 Relatório - 01 seminário com pesquisadores/RBCG (novembro/2011);			30/11/2011		8.700
Produto 6 - 08 Relatórios - 08 reuniões abertas/RBCG (novembro/2011);			07/12/2011		16.000
Produto 7 - 01 Relatório - 01 seminário com pesquisadores//RBCG (dezembro/2011);			18/12/2011		8.700
Produto 8 - 08 Relatórios - 08 reuniões abertas/RBCV (dezembro/2011).			30/12/2011		16.000
Consultor contratado					
Nome do consultor: Margarene Maria Lima Beserra				CPF: 152.504.401-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/03/2012					

**QUADRO C.16.6 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS					BRA/00/009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000379					
Objetivo da consultoria: Levantamento de vegetação e flora para as Reservas Biológicas Augusto Ruschi (RBAR), Córrego Grande (RBCG) e Córrego do Veado (RBCV) e proposição de ações de manejo para as UC e o entorno, com vistas à elaboração dos Encartes 1, 2 e 3, a fim de subsidiar a revisão dos PM para estas três UC					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	29/02/2012	23.700	23.700	1.185	1.185
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Levantamento Bibliográfico (um volume para cada UC);	07/10/2011	1.185
Produto 2 - Relatório Temático de Vegetação e Flora - Primeira Versão (um volume para cada UC);	11/11/2011	8.295
Produto 3 - Relatório Temático de Vegetação e Flora - Versão Final (um volume para cada UC).	16/12/2011	14.220
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ricardo Bertoncello		CPF: 298.390.968-93
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 29/02/2012		

BRA/07/G32 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL EFETIVOS DE ECOSISTEMAS MANGUEZAIS NO BRASIL

QUADRO C.16.7 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil					BRA/07/G32
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000017					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada para fornecer suporte técnico e implementação e monitoramento do projeto área piloto do Salgado Paraense, Pará com relação ao resultado 2 do Projeto BRA/07/G32.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/01/11	27/01/12	72.000	57.000	29.000	29.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de implementação detalhado da Área piloto com estabelecimento dos parceiros e suas responsabilidades bem como cronograma de implementação elaborado a partir do Plano Operativo Anual – POA 2010/2011.				04/03/2011	8.000
Produto 2 – Diagnostico e Análise das atividades 5 a 14, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros seis meses do POA 2010/2011 em formato de Relatório elaborado conforme item 8.1.				15/04/2011	9.000
Produto 3 -Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 14, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros nove meses do POA				05/07/2011	12.000

2010/2011. Relatório elaborado conforme item 8.1.		
Produto 4 – Proposta sistematizada das contribuições da área piloto para o Plano Operativo Anual – POA 2011/2012 do Projeto, em formato a ser definido pela coordenação nacional do Projeto.	22/08/2011	10.000
Produto 5 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 14, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros doze meses do POA 2010/2011. Relatório elaborado conforme item 8.1.	14/10/2011	18.000
Produto 6 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 14, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros três meses do POA 2011/2012. Relatório elaborado conforme item 8.1.	13/01/2012	15.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Denis Domingues		CPF: 050.304.689-27
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato com prazo aditivado até 31/05/2012		

**QUADRO C.16.8 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil				BRA/07/G32	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000016					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada para fornecer suporte técnico à implementação e monitoramento do projeto área piloto da APA Delta do Parnaíba, Piauí e Maranhão com relação ao resultado 2 do Projeto BRA/07/G32.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/01/11	27/01/12	63.000	53.000	11.000	11.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Plano de implementação detalhado da Área piloto com estabelecimento dos parceiros e suas responsabilidades bem como cronograma de implementação elaborado a partir do Plano Operativo Anual – POA 2010/2011.			04/03/2011		5.000
Produto 2 – Diagnostico socioeconômico das comunidades residentes no Delta do Parnaíba, indicando as áreas de cata de caranguejo por cada comunidade e a aptidão sicioeconomica.			08/04/2011		10.000
Produto 3 -Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros seis meses do POA 2010/2011. em formato de Relatório elaborado conforme item 8.2.			27/07/2011		6.000
Produto 4 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros nove meses do POA 2010/2011. Relatório elaborado conforme item 8.2.			15/07/2011		8.000

Produto 5 – Proposta sistematizada das contribuições da área piloto para o Plano Operativo Anual – POA 2011/2012 do Projeto, em formato a ser definido pela coordenação nacional do Projeto.	12/08/2011	9.000
Produto 6 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros doze meses do POA 2011/2011. Relatório elaborado conforme item 8.2.	30/09/2011	15.000
Produto 7 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiro três meses do POA 2011/2012. Relatório elaborado conforme item 8.2.	13/01/2012	10.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Flávio Luiz Simões Crespo		CPF: 037.216.977-58
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato com prazo aditivado até 31/03/2012		

**QUADRO C.16.9 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil				BRA/07/G32	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000111					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada para fornecer suporte técnico à implementação e monitoramento do projeto área piloto da APA e Barra do Rio Mamanguape/PB, Paraíba com relação ao resultado 3 do Projeto BRA 07/G32.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/03/11	03/10/11	67.000	53.000	33.700	33.700
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Plano de implementação detalhado da Área piloto com estabelecimento dos parceiros e suas responsabilidades bem como cronograma de implementação elaborado a partir do Plano Operativo Anual – POA 2010/2011.			04/03/2011		5.000
Produto 2 – Diagnostico socioeconômico das comunidades residentes no Delta do Parnaíba, indicando as áreas de cata de caranguejo por cada comunidade e a aptidão socioeconômica.			08/04/2011		10.000
Produto 3 -Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros seis meses do POA 2010/2011. em formato de Relatório elaborado conforme item 8.2.			27/07/2011		6.000
Produto 4 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros nove meses do POA 2010/2011. Relatório elaborado conforme item 8.2.			15/07/2011		8.000

Produto 5 – Proposta sistematizada das contribuições da área piloto para o Plano Operativo Anual – POA 2011/2012 do Projeto, em formato a ser definido pela coordenação nacional do Projeto.	12/08/2011	9.000
Produto 6 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiros doze meses do POA 2011/2011. Relatório elaborado conforme item 8.2.	13/01/2012	15.000
Produto 7 – Diagnóstico e Análise das atividades 5 a 15, descritas no item 8 acima, referente aos primeiro três meses do POA 2011/2012. Relatório elaborado conforme item 8.2.	30/09/2011	10.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Analuce Rojas Freitas		CPF: 183.787.301-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido, a pedido da contratada, em 03/10/2011.		

**QUADRO C.16.10 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil				BRA/07/G32	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000525					
Objetivo da consultoria: Georeferenciamento de imagens de satélite referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, que cobrem as áreas de manguezais de modo a contribuir com o Governo Federal no aperfeiçoamento dos processos de controle e redução do desmatamento para todo o território.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/12/2011	31/01/2012	5.000	0	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Georeferenciamento de imagens de satélite para toda área de manguezais para o ano de 2011				16/01/2012	5.000
Consultor contratado					
Nome do consultor: Elisa Toniolo Lorensi				CPF: 210.790.210-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 29/02/2012					

BRA/08/002 – PROJETO PARA GESTÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS FEDERAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

QUADRO C.16.11 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira					BRA/08/002
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000506-00					
Objetivo da consultoria:Contratação de Consultoria pessoa física especializada em cartografia para produção de documentos técnicos normativos referentes à elaboração de memorias descritivos, representação e análise de limites , demarcação e sinalização de Unidades de Conservação, bem como capacitação de servidores para aplicação desses instrumentos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/11/11	26/09/12	80.000	0,00	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Relatorio Técnico do Diagnóstico Geral sobre conflitos de sobreposição nas Resex vinculadas ao Projeto.			19/01/12	16.000	
Produto 2 –Relatorio Técnico da Análise e estudo sócio-historográfico da Resex Alto Juruá			28/02/12	16.000	
Produto 3 – Relatório Técnico da Análise e Estudo Sócio-historográfico da Resex Tapajós.Arapians.			27/04/12	12.000	
Produto 4 - Relatório com sistematização e análise do evento sobre conflitos de sobreposição entre Terras Indígenas e Reservas Extrativistas.			29/06/12	12.000	
Produto 5- Relatorio final			10/09/12	24.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Roberto Sanches Rezende				CPF: 322.440.048-05	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

QUADRO C.16.12 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira	BRA/08/002
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2011/000415-00					
Objetivo da consultoria:Contratação de Consultoria pessoa física especializada em cartografia para produção de documentos técnicos normativos referentes à elaboração de memorias descritivos, representação e análise de limites , demarcação e sinalização de Unidades de Conservação, bem como capacitação de servidores para aplicação desses instrumentos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/10/11	16/07/12	55.000	11.000	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Ementa do curso, metodologia e material didático (item 8.1.4),			16/11/11		11.000
Produto 2 – Manual sobre normas e padrões institucionais para elaboração de memorial descritivo,representação vetorial e análise de limites de Unidades de Conservação (Item 8.1.5) e Minuta de IN sobre normas e padrões institucionais para elaboração de memorial descritivo,representação vetorial e análise de limites de Unidades de Conservação (Item 8.1.6).			16/01/12		13.750
Produto 3 – Relatório do curso com avaliação de efetividade (Item 8.1.7)			15/02/12		8.250
Produto 4 - Relatório com as peças técnicas produzidas pelos analistas ambientais durante a capacitação (Item 8.1.8).			02/04/12		5.500
Produto 5- Manual sobre normas técnicas e padrões institucionais para a demarcação e sinalização das Unidades de Conservação Federais (Item 8.1.10)			02/07/12		19.500
Consultor contratado					
Nome do consultor: Renato Prado dos Santos				CPF: 116.553.848-21	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

**QUADRO C.16.13 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO
ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira					BRA/08/002
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000378-00					
Objetivo da consultoria: Contratação de Consultoria especializada para elaborar um diagnóstico do histórico e do funcionamento dos Conselhos da 22 Resex vinculadas ao Projeto; facilitar a organização das reuniões de conselho e sistematizar das informações para os anos de 2011 e 2012 (até julho); e construir uma proposta de Programa de Gestão de Conselhos Deliberativos de Resex e RDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

03/10/11	03/10/12	65.000	0	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 - Relatório do diagnóstico do histórico de formação e funcionamento dos Conselhos Deliberativos das 22 Resex.			03/01/12		13.000
Produto 2 – Relatório Técnico sobre a execução das reuniões dos conselhos das Resex vinculadas ao projeto,desde o início do projetos até dezembro de 2011.			25/04/12		13.000
Produto 3 – Relatório com sistematização e análise do evento sobre Conselhos Deliberativos de Resex e RDS.			30/07/12		9.750
Produto 4 - Relatório Técnico sobre a execução das reuniões dos conselhos das Resex vinculadas ao projeto de janeiro a junho de 2012.			10/09/12		9.750
Produto 5 -Programa de Gestão de Conelhos Deliberativos de Resex e RDS,incluindo formação,implementação e fortalecimento.			25/09/12		19.500
Consultor contratado					
Nome do consultor: Hélio de Castro Lima Rodrigues				CPF: 178.266.038-03	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

**QUADRO C.16.14 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO”
NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS
INTERNACIONAIS**

Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão das Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira					BRA/08/002
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000376-00					
Objetivo da consultoria: Contratação de Consultoria especializada para elaborar um diagnóstico das experiências e demandas de capacitação em Gestão Participativa nas 22 Resex do Projeto;facilitar o planejamento, a realização e sistematização de atividades de capacitação para o fortalecimento da Gestão Participativa no âmbito do Projeto e construir uma proposta de “ Programa de Capacitação para Gestão Participativa de Resex e RDS”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/10/11	03/10/12	58.000	0	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Produto 1 - Relatório do diagnóstico de experiências e demandas de capacitação em Gestão participativa para as Resex do Projeto.		03/01/12		8.700	
Produto 2 - Planejamento das capacitações em Gestão Participativa das Resex do Projeto e metodologia de acompanhamento.		05/03/12		5.800	
Produto 3 - Relatório técnico com análise crítica sobre a execução das capacitações nas Resex, desde o início do Projeto até dezembro de 2011		25/04/12		8.700	
Produto 4 - Relatório com sistematização e análise do evento sobre Capacitação em Gestão Participativa de Resex e RDS		06/08/12		8.700	

Produto 5 - Relatório técnico com análise crítica sobre a execução das capacitações nas Resex vinculadas ao projeto de janeiro a junho de 2012.	10/09/12	8.700
Produto 6 – Programa de Capacitação para Gestão Participativa em Resex e RDS.	25/09/12	17.400
Consultor contratado		
Nome do consultor: Andrea Zimmermann		CPF: 869.854.771-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

BRA/08/023 - PROJETO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL

QUADRO C.16.15 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000250					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação de espécies do Filo Cnidaria visando à avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/04/2010	31/05/2012	22.000	0	8.500	8.500
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas;			30/04/2010		2.000
Produto 2 - Ficha das espécies compiladas, elaborada;			21/05/2010		4.000
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada;			25/06/2010		2.500
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados;			23/07/2010		3.500
Produto 5 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado;			30/07/2010		3.500
Produto 6 - Fichas revisadas pós-oficina, elaboradas;			29/09/2012		2.500
Produto 7 - Fichas corrigidas para fins de publicação, elaboradas.			22/10/2012		4.000
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alline Figueira De Paula				CPF: 178.719.388-86	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado ATÉ 31/05/2012					

**QUADRO C.16.16 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000241					
Objetivo da consultoria: Consultoria para realizar levantamentos históricos (bibliográficos e iconográficos) como apoio ao estabelecimento de cenários passados e futuros associados ao Programa Nacional de Monitoramento em Recifes de Coral.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/08/2011	29/02/2012	25.000	17.000	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
PRODUTO 1- Relatório sobre os principais impactos históricos que sofreram os recifes de coral no Brasil com levantamento de fontes públicas e privadas de bibliografia e imagens relevantes identificadas, incluindo planejamento para obtenção das imagens e das informações, e dados obtidos por meio de questionário para os informantes chave com conhecimento dos ambientes recifais			22/08/2011	7.000	
PRODUTO 2 - Banco de dados e imagens contendo registros históricos de alterações a curto, médio e longo prazo, baseadas em indicadores de saúde recifal (incluindo corais, algas, invertebrados moveis e peixes) e de atividades humanas (pesca e turismo e mudanças climáticas) de acordo com as bases do programa nacional de monitoramento para a área de distribuição dos recifes de coral no Brasil			21/11/2011	10.000	
PRODUTO 3 - Relatório final ilustrado em formato digital (texto e apresentação) com qualidade para subsidiar um publicação contendo diagnostico da evolução com no mínimo dois estudos de caso para cada grupo de indicadores e de atividades			17/02/2012	8.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alice Grossman				CPF: 536.411.160-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

**QUADRO C.16.17 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000275					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar fichas sobre cada táxon da Ordem Primates que ocorre no Brasil, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/09/2011	31/05/2012	38.000	11.000	2.000	2.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Revisão da Ficha base para compilação de dados;			20/09/2011	2.000	
Produto 2 - Compilação de dados de todos os táxons (espécies e subespécies) de primatas finalizada, com todos os dados ordenados no sistema de gestão de informações, e fichas de todas as espécies elaboradas - incluindo mapas - e em formato adequado para consulta aos especialistas.			21/11/2011	9.000	
Produto 3 - Fichas consolidadas das espécies revisadas após consulta direta à rede de especialistas, elaboradas e apresentadas ao CPB/ICMBio;			20/01/2012	5.500	
Produto 4 - Ficha consolidada das espécies revisada após consulta ampla, elaborada e apresentada ao CPB/ICMBio;			19/03/2012	8.000	
Produto 5 - Roteiro da oficina de trabalho para avaliação do estado de conservação de primatas brasileiros elaborado, contendo detalhamento do cronograma, lista de especialistas participantes e logística organizados. Alinhar com o CPB o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborado;			21/05/2012	4.500	
Produto 6 - Relatório da Oficina de avaliação das espécies com: ficha de avaliação de cada espécie, lista de espécies avaliadas como ameaçadas e extintas com assinatura dos participantes, memória da reunião, dentre outros documentos de referência, elaborado;			23/06/2012	5.500	
Produto 7 - Fichas e mapas das espécies avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas.			13/06/2012	3.500	
Consultor contratado					
Nome do consultor: André Chein Alonso				CPF: 955.610.130-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado					

**QUADRO C.16.18 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000210					
Objetivo da consultoria: Elaborar proposta de Programa de Monitoramento da Biodiversidade em UCs federais do Bioma Caatinga.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/04/2010	31/03/2011	42.000	21.000	21.000	42.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;			26/04/2010	2.000	
Produto 2 - Documento técnico contendo a consolidação de todos os programas e iniciativas existentes de monitoramento da biodiversidade no bioma Caatinga de universidades, governos estaduais, ONGs, iniciativas internacionais em ambientes semi-áridos e outras experiências exitosas em países com monitoramento de longo prazo, elaborado;			13/05/2010	7.000	
Produto 3 - Documento técnico contendo diagnóstico das pesquisas nas UC federais da Caatinga (Exemplos: existência de inventários, estudos de ecologia, dinâmica de população, estrutura de comunidades, etc; bancos de dados) O documento técnico deverá incluir os grupos taxonômicos estudados em cada UC em questão; as principais lacunas de conhecimento na UC, ou seja, os grupos menos ou não estudados; e, quando possível, avaliar a distribuição espacial dessas pesquisas dentro da UC, elaborado.			17/06/2010	4.000	
Produto 4 - Minuta do Programa de Monitoramento da biodiversidade para UC federais do bioma Caatinga, contendo sugestões justificadas de táxons que devem ser priorizados; indicação de metodologias e protocolos padronizados de coleta de dados (considerando fitofisionomias do bioma e sazonalidade); incorporação dos dados para tomada de decisão pelos gestores das UCs e uma avaliação da possibilidade de execução pelas próprias UCs, Centros de Pesquisa do ICMBio ou por meio de parcerias com outras instituições de pesquisa, elaborada;			19/07/2010	8.000	
Produto 5 - Relatório consolidado do Seminário de discussão do Programa de Monitoramento da biodiversidade para UC federais do			30/08/2010	7.000	

bioma Caatinga, contendo grupos indicadores, protocolos de coleta, diagnóstico da capacidade atual de execução de atividades de monitoramento, elaborado.		
Produto 6 - Documento contendo as demandas de capacitação das unidades descentralizadas (Centros de Pesquisa e UC envolvidas no Projeto) e eventuais responsáveis pela execução das atividades de monitoramento nessas unidades e planejamento da capacitação, elaborado;	20/09/2010	5.000
Produto 7 - Proposta para o Programa de Monitoramento da biodiversidade para UC federais do bioma Caatinga, incluindo o arranjo de operacionalização (participação de Centros de Pesquisa e UC) e a forma como essas informações serão incorporadas na tomada de decisão para gestão das UCs, elaborada	15/10/2010	9.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: André de Almeida Cunha		CPF: 082.604.397-60
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 31/03/2011		

**QUADRO C.16.19 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000179					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos complementares e sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha no Banco dos Abrolhos, com o objetivo de identificação de áreas prioritárias para a conservação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2010	05/04/2011	45.000	0	25.000	45.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas (item A), elaborado.			31/05/2010	4.000	
Produto 2: Relatório com o registro e os resultados decorrentes da realização do I Workshop Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação no Banco dos Abrolhos , contendo, entre outras informações, a caracterização detalhada dos alvos e das metas de conservação, elaborado			30/06/2010	6.000	
Produto 3: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho e as pressões antrópicas,			23/07/2010	10.000	

descrevendo e avaliando os itens elencados nos tópicos C e D do item 8.1. Aqui também devem ser apresentados os produtos cartográficos em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1, elaborado		
Produto 4: Relatório técnico contendo os cenários produzidos pelos softwares de suporte à tomada de decisão, descrevendo as metodologias executadas, discutindo os diferentes cenários encontrados, apresentando as recomendações relativas aos limites e categorias de manejo das áreas indicadas como prioritárias à conservação e incluindo cópias dos mapas em formato digital, elaborado	24/09/2010	10.000
Produto 5: Relatório sintético e analítico final, contendo o registro e integrando os resultados obtidos nos demais produtos e apresentando os resultados do processo de validação dos cenários após o II Workshop Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação no Banco dos Abrolhos com as contribuições dos participantes, bem como as recomendações e o cenário final da etapa de pós-seleção, elaborado. OBS: Outros mapas que contribuam para a compreensão e interpretação das informações obtidas ao longo do trabalho também devem ser inseridos nos produtos acima descritos de acordo com o tema abordado.	22/10/2010	15.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Adriana Paese		CPF: 158.686.688-55
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 05/04/2011		

**QUADRO C.16.20 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000251					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação de espécies da Ordem Chelonia que ocorrem no Brasil, excetuando-se as espécies das Famílias Cheloniidae e Dermochelyidae (tartarugas marinhas) visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/04/2010	29/04/2011	19.800	0	1.500	19.800
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de trabalho contendo o detalhamento, cronograma das atividades a serem desenvolvidas e a metodologias a serem adotadas, elaborado			07/05/2010	1.500	
Produto 2 - Ficha consolidada das espécies, elaborada.			31/05/2010	3.000	

Produto 3 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados.	30/06/2010	6.000
Produto 4 - Ficha consolidada das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada e apresentada ao RAN/ICMBio (em 13/07/10), assim como, alinhar com o centro o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborado	23/07/2010	4.300
Produto 5 - Relatório da Oficina de avaliação das espécies, em Goiânia (13 a 16/09/10), com : ficha de avaliação de cada espécie, lista de espécies avaliadas como ameaçadas e extintas com assinatura dos participantes, memória da reunião, dentre outros documentos de referência, elaborado.	24/09/2010	3.500
Produto 6 - Fichas e mapas das espécies avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas	22/10/2010	1.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: Camila Kurzmann Fagundes		CPF: 007.220.870-80
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 29/04/2011		

**QUADRO C.16.21 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000399					
Objetivo da consultoria: Consultoria para desenvolver subsídios aos processos de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira e de elaboração de planos de ação para a recuperação de espécies ameaçadas de extinção.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2010	31/05/2012	39.000	15.000	15.000	15.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;			18/06/2010	2.000	
Produto 2 - Fase I: Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.			02/07/2010	6.500	
Produto 3 - Fase II - Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.			20/08/2010	6.500	
Produto 4 - Fase III: Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.			08/10/2010	4.500	

Produto 5 - Fase IV - Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.	10/12/2010	4.500
Produto 6 - Fase V - Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.	14/01/2011	4.500
Produto 7 - Fase VI - Banco de dados com informações sobre ocorrência para as primeiras 100 espécies e Mapas de distribuição, atualizados e confeccionados.	11/03/2011	4.500
Produto 8 - Documento de roteiro sobre confecção de mapas de distribuição de espécies, visando a capacitação de técnicos do ICMBio, elaborado	20/05/2011	6.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carlos Abs da Cruz Bianchi		CPF: 610.173.611-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 31/05/2012.		

**QUADRO C.16.22 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000399					
Objetivo da consultoria: Fazer o diagnóstico da área de uso, movimento animal e seleção de habitat e de dados ecológicos de animais carnívoros no PNSI, visando o estabelecimento de estratégias de manejo da espécie carnívora na unidade de conservação, com vista a estabelecer estratégias que garantam a preservação da espécie na região.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/09/2011	11/04/2012	36.000	14.000	6.000	6.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Relatório indicando a distribuição de onça parda na região do PNSI e entorno;			10/10/2011	6.000	
Produto 2. Banco de dados de onça parda e base de presas, estruturado;			14/11/2011	8.000	
Produto 3. Relatório indicando distribuição potencial de onça parda no PNSI e entorno;			09/01/2012	10.000	
Produto 4. Mapa de áreas prioritárias para a conservação da onça parda no PNSI e entorno, elaborado.			09/04/2012	12.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cintia Gizele Gruener				CPF: 776.862.179-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 11/04/2012					

**QUADRO C.16.23 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000448					
Objetivo da consultoria: Diagnóstico socioambiental mobilização, sensibilização, formação e implementação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Acaú-Goiana - PB/PE.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/11/2011	29/06/2012	70.000	0	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório final do diagnóstico, discutido e aprovado pelo ICMBIO, contendo atualização das seguintes informações: o uso dos recursos naturais; as atividades econômicas atualmente desenvolvidas; as potencialidades para o uso sustentável dos recursos naturais; a situação socioeconômica das comunidades; os produtos explorados; a situação de criação de animais; a existência de associação; e o grau de atuação e envolvimento das associações; o quadro temporal produtivo dos recursos utilizados (indicando o período de cada atividade); os mapas referentes às atividades produtivas por comunidade; mapeamento das áreas de conflito e sua caracterização; questões referentes a saúde, educação, lazer e religião;			17/02/2012	28.000	
Produto 2 - Cartilha ilustrada, em linguagem acessível aos moradores da unidade, resumindo os resultados do Diagnóstico, confeccionada e aprovada. Será realizada uma reunião com representantes de todas as comunidades para aprovação da cartilha ilustrada;			16/03/2012	21.000	
Produto 3 - Relatório sobre diagnóstico das instituições envolvidas com a Resex, constando as ações / atividades por elas desenvolvidas e o grau de importância de cada uma para participar do conselho deliberativo da unidade, elaborado e aprovado. Listas de presença das capacitações.			20/04/2012	14.000	
Produto 4 - Documentação da reunião de criação do Conselho Deliberativo contendo Ata, documentos de composição do Conselho; Minuta do Regimento Interno do Conselho e Plano de Ação do Conselho elaborados por seus conselheiros, elaborada e aprovada. Serão realizadas 3 reuniões para discussão e elaboração da minuta do regimento interno e plano de ação do conselho.			08/06/2012	7.000	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Daniela Alves Carvalho	CPF: 561.108.715-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

**QUADRO C.16.24 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000253					
Objetivo da consultoria: Elaborar os diagnósticos de meio físico, biótico e socioeconômico preliminares para subsídios ao planejamento da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/12/2010	31/01/2011	50.000	0	17.500	50.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório Temático (parcial e final) de Meios Físico e Biológico da APA da Serra da Mantiqueira, elaborado e aprovado			11/06/2010	16.250	
Produto 2 - Relatório Temático (parcial e final) da Avaliação Histórico-cultural e Socioeconômica da APA da Serra da Mantiqueira e Região, elaborado e aprovado			2/07/2010	16.250	
Produto 3 - Versão preliminar do Diagnóstico Preliminar da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, elaborada e aprovada			10/09/2010	5.000	
Produto 4 - Versão final do Diagnóstico Preliminar da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, elaborada e aprovada.			22/10/2010	12.500	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Erico Fernando Lopes Pereira da Silva				CPF: 255.604.608-26	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

**QUADRO C.16.25 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2010/000220	

Objetivo da consultoria: Elaborar o plano de ação dos mamíferos do sudeste (parte I e II) e coordenar a oficina de trabalho para construção da parte II do plano de ação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/04/2010	15/04/2011	46.000	8.000	21.000	46.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas			03/05/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha de 09 espécies compiladas, elaborada.			01/06/2010	5.000	
Produto 3 - Ficha de 09 espécies compiladas, elaborada.			02/08/2010	5.000	
Produto 4 - Ficha de 05 espécies compiladas, elaborada.			01/09/2010	5.000	
Produto 5 - Parte I do Plano de Ação, elaborada.			30/09/2010	4.000	
Produto 6 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, modelo de tabelas a serem utilizadas na oficina e esboço de ações do plano de ação, dentre outros, elaborado;			29/10/2010	8.000	
Produto 7 - Relatório compilado da oficina, elaborado			19/11/2010	3.000	
Produto 8 - Parte II do Plano de Ação, elaborada			13/12/2010	6.000	
Produto 9 - Versão final do Plano de Ação, preparada e revisada para publicação.			13/04/2011	8.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Fabricio Escarlante Tavares				CPF: 081.593.107-73	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: ADITIVADO ATÉ 15/07/2011					

**QUADRO C.16.26 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000402					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação das espécies da Classe Actinopterygii visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2011	31/05/2012	25.000	8.000	8.500	25.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;	18/06/2010	2.000
Produto 2 - Ficha com informação de cada espécie compilada da bibliografia, elaborada;	09/07/2010	4.500
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada;	10/09/2010	3.000
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados;	15/10/2010	4.000
Produto 5 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado;	12/11/2010	3.500
Produto 6 - Fichas e mapas revisados pós-oficina, elaboradas;	14/01/2011	3.000
Produto 7 - Fichas corrigidas e publicadas, elaboradas.	13/05/2011	5.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Graziella Castanhari		CPF: 219.914.318-05
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 31/05/2012		

**QUADRO C.16.27 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000352					
Objetivo da consultoria: Elaborar ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela) e armazenar de forma ordenada os pontos de registros das espécies em planilhas eletrônicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/09/2011	29/06/2012	25.000	12.500	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Fichas de consulta ampla e direcionada de 50% das espécies que serão avaliadas na II Oficina (ênfase para as espécies DDs), preenchidas;			07/10/2011	4.000	
Produto 2- Documento com os pontos de registros de ocorrência de 100% das espécies que serão avaliadas na II Oficina (ênfase para as espécies DDs), revisados e sistematizados;			11/11/2011	2.000	
Produto 3- Fichas consolidadas de 50% das espécies que serão avaliadas na II Oficina (ênfase para as espécies DDs);			21/11/2011	3.000	
Produto 4- Fichas consolidadas e planilha de pontos de registros das			20/12/2011	3.500	

espécies avaliadas revisados pós-oficina (50% das espécies avaliadas durante a II Oficina). Produtos referentes à III Oficina;		
Produto 5- Fichas de consulta ampla e direcionadas, de 50% das espécies que serão avaliadas na III Oficina (ênfase para as espécies LCs), preenchidas;	16/02/2012	2.500
Produto 6- Documento com os pontos de registros de ocorrência revisados e georreferenciados, de 100% das espécies que serão avaliadas na III Oficina;	27/02/2012	2.000
Produto 7- Fichas consolidadas de 50% das espécies que serão avaliadas na III Oficina (ênfase para as espécies DDs);	12/03/2012	3.000
Produto 8- Fichas consolidadas e planilha de pontos de registros das espécies avaliadas revisados pós-oficina (50% das espécies avaliadas durante a III Oficina);	27/04/2012	3.500
Produto 9- Consolidação dos resultados e documentos relativos à 50% das espécies de anfíbios avaliados nas oficinas I, II e III	25/06/2012	1.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: Iberê Farina Machado		CPF: 278.666.918-94
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.28 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
"PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000873					
Objetivo da consultoria: Elaborar ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela) e armazenar de forma ordenada os pontos de registros das espécies em planilhas eletrônicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/12/2011	29/02/2012	54.500	54.500	11.500	23.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório com a caracterização da situação fundiária existente, documentação impressa e eletrônica da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, elaborado.			01/12/2010	11.500	
Produto 2 - Relatório circunstanciado das atividades de aprofundamento dos estudos de regularização fundiária da área para criação da Resex Enseada da Mata, "in loco" nos cartórios da região e nos órgãos competentes, elaborado.			03/01/2011	7.500	
Produto 3 - Pasta contendo cópia de documentos de prioridade (certidões de inteiro teor) e posse identificados, referentes a área para criação da Resex Enseada da Mata, confeccionada.			04/03/2011	4.000	

Produto 4 - Documento final de caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da futura unidade, elaborado.	04/03/2011	12.000
Produto 5 - mapa 1 - Dados georeferência dos das ocupações das comunidades residentes na área proposta para a criação da Resex Enseada da Mata, confeccionado.	04/03/2011	8.000
Produto 6 - mapa 2 - Caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, confeccionado	04/03/2011	1.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: Joaquim Shiraishi		CPF: 085.492.488-43
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 29/02/2012		

**QUADRO C.16.29 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000343					
Objetivo da consultoria: Elaborar ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2011	19/03/2012	27.000	16.500	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Fichas de consulta ampla e direcionada de 50% das espécies que serão avaliadas na II Oficina (ênfase para as espécies DDs), preenchidas;			03/10/2011	4.000	
Produto 2- Fichas consolidadas de 50% das espécies que serão avaliadas na II Oficina (ênfase para as espécies DDs);			19/10/2011	4.000	
Produto 3- Fichas consolidadas e planilha de pontos de registros das espécies avaliadas revisados pós-oficina (50% das espécies avaliadas durante a II Oficina). Produtos referentes à III Oficina;			07/10/2011	4.000	
Produto 4- Fichas de consulta ampla e direcionadas, de 50% das espécies que serão avaliadas na III Oficina (ênfase para as espécies LCs), preenchidas;			14/09/2011	4.500	
Produto 5- Fichas consolidadas de 50% das espécies que serão avaliadas na III Oficina(ênfase para as espécies DDs);			16/02/2012	5.000	
Produto 6- Fichas consolidadas e planilha de pontos de registros das espécies avaliadas revisados pós-oficina (50% das espécies avaliadas durante a III Oficina);			27/02/2012	4.000	

Produto 7 - Consolidação dos resultados e documentos relativos à 50% das espécies de anfíbios avaliados nas oficinas I, II e III	12/03/2012	1.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: João Gabriel Ribeiro Giovanelli	CPF: 306.399.588-69	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.30 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000873					
Objetivo da consultoria: Elaborar ficha de avaliação de 400 espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela) e armazenar de forma ordenada os pontos de registros das espécies em planilhas eletrônicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/12/2011	29/02/2012	54.500	54.500	11.500	23.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório com a caracterização da situação fundiária existente, documentação impressa e eletrônica da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, elaborado.			01/12/2010	11.500	
Produto 2 - Relatório circunstanciado das atividades de aprofundamento dos estudos de regularização fundiária da área para criação da Resex Enseada da Mata, "in loco" nos cartórios da região e nos órgãos competentes, elaborado			03/01/2011	7.500	
Produto 3 - Pasta contendo cópia de documentos de prioridade (certidões de inteiro teor) e posse identificados, referentes a área para criação da Resex Enseada da Mata, confeccionada.			04/03/2011	4.000	
Produto 4 - Documento final de caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da futura unidade, elaborado.			04/03/2011	12.000	
Produto 5 - mapa 1 - Dados georeferenciados das ocupações das comunidades residentes na área proposta para a criação da Resex Enseada da Mata, confeccionado.			04/03/2011	8.000	
Produto 6 - mapa 2 - Caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Enseada da Mata, confeccionado			04/03/2011	1.500	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Joaquim Shiraishi				CPF: 085.492.488-43	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 29/02/2012					

**QUADRO C.16.31 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000909					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar fichas de avaliação das espécies da Ordem Carnívora, visando à avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/07/2010	15/12/2011	24.000	9.600	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Ficha consolidada das espécies da Ordem Carnívora, elaborada.			17/12/2010	7.500	
Produto 2 - Mapas de distribuição das espécies da Ordem Carnívora, confeccionados.			21/01/2010	3.500	
Produto 3 - Ficha consolidada das espécies da Ordem Carnívora revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CENAP/ICMBio (01/08/10).			25/03/2012	3.400	
Produto 4 - Roteiro para a oficina de avaliação das espécies da Ordem Carnívora elaborado em conjunto com o CENAP/ICMBio.			27/05/2011	4.000	
Produto 5- Fichas e mapas das espécies da Ordem Carnívora avaliadas revisados pós-oficina e publicadas, elaboradas.			08/07/2011	5.600	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Joaquim de Araújo Silva				CPF: 855.985.506-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 15/12/2011 e rescisão feita em 08/12/2011, a pedido do consultor.					

**QUADRO C.16.32 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

**VALORES
EM R\$ 1,00**

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2011/000021	

Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico e sistematização de informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários, para subsidiar a criação de Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/10/2011	15/06/2012	47.000	47.000	14.000	14.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório do diagnóstico ambiental com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho, descrevendo e avaliando os itens elencados no item 8.1.2 do Edital, elaborado e aprovado;			11/04/2011	14.000	
Produto 2: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre a atividade pesqueira e aquícola, descrevendo e avaliando os aspectos elencados no item 8.1.3 do Edital, bem como apresentação dos produtos cartográficos referentes ao item 8.1.4.do Edital, elaborado e aprovado;			18/04/2011	18.000	
Produto 3: Relatório sintético e analítico final, integrando e correlacionando os resultados obtidos nos demais produtos, apresentando contribuições para o desenho da unidade de conservação na área estudada, apresentando os resultados dos itens 8.1.5 e 8.1.6 do Edital, elaborado e aprovado.			17/10/2011	15.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: José Luiz Jevaux Pereira				CPF: 409.812.580-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 15/06/2012					

**QUADRO C.16.33 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000235					
Objetivo da consultoria: Planejamento e execução de um curso de capacitação a distância e presencial em Educação Ambiental na gestão pública da Biodiversidade dirigido a servidores do ICMBio e a lideranças comunitárias de Resex e RDS, a fim de criar condições cognitivas e práticas para fortalecer os espaços democráticos e de gestão participativa, conforme apregoa o SNUC.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2011	15/06/2012	36.500	36.500	22.890	22.890
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 -Plano de Ensino-Aprendizagem do curso;	20/08/11	5.500
Produto 2 - Conteúdo didático do curso e relatório descritivo da execução do curso presencial, com registro fotográfico;	20/11/2011	15.500
Produto 3 - Relatório da oficina de avaliação do curso.	15/11/2011	15.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: José Silva Quintas		CPF: 003.180.515-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 15/06/2012		

**QUADRO C.16.34 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000029					
Objetivo da consultoria: Estruturação e consolidação do documento final (Encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida) do Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia, nos Estados do Pará e do Amazonas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/02/2011	03/02/2012	70.000	49.000	10.500	10.500
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Encarte 1 - Contextualização do Parque Nacional da Amazônia - Elaboração e entrega do Encarte 1, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante et alii, 2002;			04/03/2011	3.500	
Produto 2: Encarte 2 - Análise da Região do Parque Nacional da Amazônia - Elaboração e entrega do Encarte 2, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante et alii, 2002;			06/05/2011	7.000	
Produto 3: Encarte 3 - Análise do Parque Nacional da Amazônia - Elaboração e entrega do Encarte 3, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante et alii, 2002;			07/07/2011	7.000	
Produto 4: Encarte 1, 2 e 3 - Entrega da versão final dos Encartes, em acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante et alii, 2002 e com as solicitações feitas, na versão anterior;			05/08/2011	7.500	
Produto 5: Base Cartográfica - Entrega da base cartográfica do			02/09/2011	7.000	

Parque Nacional do Jaú		
Produto 6: Reunião de Estruturação do Planejamento - Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica;	21/10/2011	7.000
Produto 7: Encarte 4 - Planejamento e a Versão Resumida - Elaboração e entrega do Encarte 4 e do Resumo Executivo, em versão preliminar, de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante et alii, 2002;	09/12/2011	10.000
Produto 8: Versão Final do Plano de Manejo - Entrega da versão corrigida do documento final com orçamento físico elaborado em conjunto com a equipe técnica da UC e supervisão da CPLAM, incluso as revisões ortográficas, semânticas e gramaticais do texto, editoração final e com o documento digital em formatos word e pdf além das cópias encadernadas.	03/02/2012	21.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Katia Cury Roselli		CPF: 123.659.008-28
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 31/05/2012		

**QUADRO C.16.35 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000309					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar fichas sobre cada táxon da Ordem Xenarthra que ocorre no Brasil, visando subsidiar as diferentes etapas do processo de avaliação do estado de conservação desses táxons, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/09/2011	29/06/2012	30.000	8.500	1.000	1.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1- Revisão da Ficha base para compilação de dados			29/09/2011	1.000	
Produto 2- Compilação de dados de todas as espécies de primatas finalizada, com fichas de todas as espécies elaboradas (com todos os dados no sistema);			26/12/2011	7.500	
Produto 3- Fichas consolidadas das espécies revisada após consulta direta à rede de especialistas, elaboradas e apresentadas ao CPB/ICMBio			08/01/2012	4.500	

Produto 4 - Ficha consolidada das espécies revisada após consulta ampla, elaborada e apresentada ao CPB/ICMBio, assim como, alinhar com o centro o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborado	06/02/2012	6.500
Produto 5 - Roteiro da oficina de trabalho para avaliação do estado de conservação de primatas brasileiros elaborado, contendo detalhamento do cronograma, lista de especialistas constatados e logística organizada. Alinhar com o centro o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborado	19/03/2012	3.500
Produto 6- Relatório da Oficina de avaliação das espécies com: ficha de avaliação de cada espécie, lista de espécies avaliadas como ameaçadas e extintas com assinatura dos participantes, memória da reunião, dentre outros documentos de referência, elaborado.	04/06/2012	4.500
Produto 7- Fichas e mapas das espécies avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas.	25/06/2012	2.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: Kena Ferrari Moreira da Silva		CPF: 831.872.271-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.36 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000960					
Objetivo da consultoria: Realizar diagnóstico da vegetação na Estação Ecológica do Castanhão, no estado do Ceará, com vistas a subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/12/2010	15/04/2011	35.000	35.000	35.000	35.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório do levantamento bibliográfico relativo a flora da ESEC e da região;			14/01/2011	7.000	
Produto 2 - Relatório preliminar da vegetação da ESEC e da região, elaborado;			18/02/2011	6.000	
Produto 3 - Relatório com o diagnóstico da vegetação da região e Estação Ecológica, com mapa ou croqui das principais formações vegetais, em duas cópias impressas e duas cópias digitais em arquivo *.pdf gravado em CD, elaborado;			18/03/2011	10.000	
Produto 4 - Elaboração do item de vegetação constante nos Encarte 2 e 3 do plano de manejo, em parceria com equipe da ESEC e do			15/04/2011	12.000	

planejamento de UC, da DIREP/ICMBio, elaborado.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Kilma Manso Raimundo da Rocha	CPF: 665.802.934-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.37 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000906					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar fichas de avaliação das espécies de Mamíferos Aquáticos com ocorrência para o Brasil, visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/11/2010	18/03/2011	13.000	11.000	13.000	13.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Ficha consolidada das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, elaborada.			01/12/2010	1.000	
Produto 2- Mapas de distribuição das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, confeccionados.			20/12/2010	1.000	
Produto 3- Ficha consolidada das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CMA/ICMBio (01/08/10).			07/01/2011	3.000	
Produto 4 - Roteiro para a oficina de avaliação das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil elaborado em conjunto com o CMA/ICMBio.			14/01/2011	2.000	
Produto 5- Fichas e mapas das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil avaliadas revisados pós-oficina e publicadas, elaboradas.			11/03/2011	6.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Jesuina Maria da Rocha				CPF: 081.670.523-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

**QUADRO C.16.38 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000230					
Objetivo da consultoria: Consultoria para desenvolver subsídios para os processos de planejamento da conservação de espécies ameaçadas e de criação de unidades de conservação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/09/2011	31/10/2011	21.000	0	10.000	15.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas			30/04/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha das espécies compiladas, elaborada.			21/05/2010	3.5000	
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada.			18/06/2010	2.000	
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, elaborados.			16/07/2010	3.000	
Produto 5 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado			01/09/2010	3.500	
Produto 6 - Fichas revisadas pós-oficina, elaboradas.			27/09/2010	2.500	
Produto 7 - Fichas corrigidas, para fins de publicação, elaboradas.			22/10/2010	4.500	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lilian Figueiredo Rodrigues				CPF: 599.339.252-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 31/10/2011. Diante a falta de manifestação, por parte da equipe técnica, solicitando extensão do contrato o mesmo foi encerrado.					

**QUADRO C.16.39 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2010/000834					
Objetivo da consultoria: Planejar, conduzir e relatar oficinas preparatórias e final a fim de elaborar minuta do Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/10/2010	05/08/2011	60.000	60.000	60.000	60.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
PRODUTO 1 - Documento base, analisado e revisado contextualização da situação na área de estudo , elaborado			07/01/2011	3.000	
PRODUTO 2 - Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a pesquisa e prospecção de cavernas na região do São Francisco no DF e GO , elaborado			01/03/2011	8.000	
PRODUTO 3 - Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a mineração e infraestrutura nos estados de MG e BA , elaborado.			01/04/2011	8.000	
PRODUTO 4 - Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a pesquisa e turismo em cavernas nos estados de MG e BA , elaborado			20/05/2011	8.000	
PRODUTO 5 - Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre pesquisa afeta ao patrimônio espeleológico nos estados de SE, AL e PE, elaborado			24/06/2011	8.000	
PRODUTO 6 - Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da oficina de planejamento estratégico contendo a síntese dos procedimentos anteriores, ações propostas para o plano de conservação do patrimônio espeleológico , elaborado.			22/08/2011	18.000	
PRODUTO 7 - Documento final: Minuta de Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Carsticas da Bacia do rio São Francisco, elaborado e aprovado			30/09/2011	7.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Luís Tadeu Assad				CPF: 440.546.883-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/11/2011					

**QUADRO C.16.40 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000249					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação de espécies da Classe Amphibia (Ordens Gymnophiona, Anura e Urodela), visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/04/2010	10/12/2010	24.000	0	22.000	24.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado			03/05/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha consolidada das espécies, elaborada.			31/05/2010	4.500	
Produto 3 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados.			23/07/2010	7.500	
Produto 4 - Ficha consolidada das espécies revisada e grupadas após resultado da consulta (direta e ampla), fichas agrupadas e apresentada ao RAN/ICMBio (09/08/10), assim como, alinhar com o centro o planejamento da condução da oficina de avaliação das espécies, roteiro elaborada			20/08/2010	3.400	
Produto 5 - Relatório da Oficina de avaliação das espécies, em Goiânia (25 a 29/09/10), com: ficha de avaliação de cada espécie, lista de espécies avaliadas como ameaçadas e extintas com assinatura dos participantes, memória da reunião, dentre outros documentos de referência, elaborado.			22/10/2010	4.000	
Produto 6 - Fichas e mapas das espécies avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas.			10/12/2010	2.600	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Magno Vicente Segalla				CPF: 536.235.339-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivo 31/10/2111					

**QUADRO C.16.41 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2010/000222	
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação de espécies da Ordem Lepidoptera, Sub-	

ordem Rhopalocera visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/04/2010	10/12/2010	25.000	0	15.500	25.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas			30/05/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha das espécies compiladas, elaborada.			28/05/2010	4.500	
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada.			02/07/2010	3.000	
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, elaborados.			30/07/2010	4.000	
Produto - 5 Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado.			20/08/2010	3.500	
Produto - 6 Fichas revisadas pós-oficina, elaborado.			08/10/2010	3.000	
Produto - 7 Fichas corrigidas e publicadas, elaborada.			10/12/2010	5.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Márcio Uehara Prado				CPF: 179.888.078-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 31/10/2011					

**QUADRO C.16.42 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000238					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria na área administrativa e financeira para apoiar a AUREMAT no estabelecimento de procedimentos para gestão administrativa e operacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/08/2011	16/05/2012	50.000	20.000	15.000	15.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Elaborar documento sobre da legislação institucional, trabalhista, fiscal e tributária aplicada às associações, com linguagem compatível aos associados a AUREMAT;			22/08/2011	5.000	
Produto 2 - Avaliar e propor alterações ao estatuto da AUREMAT de acordo com as leis vigentes e as necessidades da entidade; e			21/09/2011	5.000	

Propor adequar o livro de matrícula e dar treinamento no registro desse;		
Produto 3 - Propor mecanismo e dar treinamento em controle de aplicações financeiras e conciliação bancária; e Propor mecanismo e dar treinamento no sistema contábil da AUREMAT;	08/11/2011	5.000
Produto 4 - Avaliar as questões fiscais, de impostos e trabalhistas da AUREMAT; Analisar os contratos de prestadoras de serviços com base na legislação fiscal; e Treinar e capacitar na elaboração de cálculos trabalhistas: CLT e autônomo;	19/12/2011	5.000
Produto 5 - Propor mecanismo e dar treinamento em gestão de documentos e arquivo; e Propor e dar treinamento em procedimentos e controles administrativos, financeiros e gerenciais necessários para a boa gestão da AUREMAT;	27/01/2012	5.000
Produto 6 - Apoiar a Diretoria da AUREMAT na avaliação e preparo de relatórios mensais e anual de prestação de contas e propor o aprimoramento desse processo; e Dar treinamento em avaliação e preparo de relatório de prestação de contas e procedimentos para o atendimento da demandas de agentes financiadores de projetos Assessorar a AUREMAT no desenvolvimento de suas atividades administrativas e gerenciais;	07/03/2012	5.000
Produto 7 -Treinar e capacitar dirigentes, líderes comunitários e jovens associados da AUREMAT na administração e gerenciamento associativo; e Preparar relatório final de atividades desenvolvidas, fazendo análise para o bom andamento da AUREMAT;	16/04/2012	5.000
Produto 8 - Preparar relatório final de atividades desenvolvidas, fazendo análise para o bom andamento da AUREMAT.	07/05/2012	15.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Antônia Santos do Nascimento Nascimento		CPF: 254.835.872-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.43 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:. 2010/000996					
Objetivo da consultoria: Realização de diagnóstico, caracterização e sistematização de informações sobre a atividade pesqueira para subsidiar a criação do Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul - RN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2010	02/05/2011	47.000	47.000	47.000	47.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com a caracterização e diagnóstico da atividade pesqueira e aquícola, descrevendo os aspectos elencados no item 8.1.2. do Edital, elaborado e aprovado.			02/03/2011	14.500	

Produto 2: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre a atividade pesqueira e aquícola, apresentando-os conforme os elementos cartográficos descritos no item 8.1.3 do Edital, elaborado e aprovado.	02/04/2011	14.500
Produto 3: Relatório sintético e analítico final, integrando e correlacionando os resultados obtidos nos demais produtos, apresentando contribuições para o desenho da unidades de conservação na área estudada, apresentando os resultados dos itens 8.1.4 do Edital e 8.1.5 do Edital, elaborado e aprovado.	02/05/2011	18.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Mauro Sergio Pinheiro Lima		CPF: 030.599.134-55
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/09/2011		

**QUADRO C.16.44 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000580					
Objetivo da consultoria: Consultoria para desenvolver subsídios para os processos de planejamento da conservação de espécies ameaçadas e de criação de unidades de conservação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2011	31/05/2012	20.000	0	7.000	7.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;			09/08/2010	2.000	
Produto 2 - Documento sobre análises de lacunas de representatividade de espécies ameaçadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), elaborado;			01/10/2010	5.000	
Produto 3 - Documento da construção de cenários para a conservação da diversidade biológica considerando as diferentes tipologias de impactos previstos sobre espécies e ecossistemas, elaborado;			08/11/2010	8.000	
Produto 4 - Documento da compilação para publicação de volume contendo resultado final do trabalho realizado, incluindo detalhadamente, métodos utilizados e dados utilizados, elaborado.			30/11/2010	5.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Natalia Mundim Torres				CPF: 711.197.521-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 31/05/2012					

**QUADRO C.16.45 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental				BRA/08/023	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:. 2010/000289					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação das espécies da Ordem Chondrichthyes visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/12/2010	31/12/2011	30.000	0	11.000	11.000
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;			14/05/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha com informação de cada espécie compilada da bibliografia, elaborada.			11/06/2010	5.000	
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada.			16/07/2010	4.000	
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados.			31/08/2010	5.000	
Produto 5 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado.			30/09/2010	4.000	
Produto 6 - Fichas e mapas revisados pós-oficina, elaboradas.			29/10/2010	4.000	
Produto 7 - Fichas corrigidas e publicadas, elaboradas.			31/12/2010	6.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Patricia Charvet de Almeida				CPF: 836.612.209-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/12/2011					

**QUADRO C.16.46 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2010/000821					
Objetivo da consultoria: Mapear os tipos fitofisionômicos originais e remanescentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco e dos biomas Cerrado e Caatinga e avaliar a representatividade das fitofisionomias remanescentes na bacia e nos biomas citados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/10/2010	10/12/2010	4.000	0	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Mapas (itens 8.1.1 a 8.1.3) de cobertura vegetal original do bioma Cerrado, bioma Caatinga e da bacia do São Francisco coberta pelos dois referidos biomas, em formato shapefile; mapas de cobertura vegetal remanescente (ano-base: 2008; itens 8.1.4 a 8.1.7) do bioma Cerrado, bioma Caatinga e da bacia do São Francisco coberta pelos dois referidos biomas, em formato shapefile; relatório técnico impresso e digital, confeccionados.			01/12/2010	4.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rafael Luís Fonseca				CPF: 268.516.258-57	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 08/07/2011 e não prorrogado.					

**QUADRO C.16.47 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:. 2010/000862					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudos complementares para levantamento e caracterização da situação fundiária da área de interesse para criação da Resex Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penálva, estado do Maranhão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/11/2010	04/03/2011	54.500,00	43.000,00	43.000,00	54.500,00
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório com a caracterização da situação fundiária existente, documentação impressa e eletrônica da área de estudo para criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, elaborado			06/12/2010	11.500	
Produto 2 - Relatório circunstanciado das atividades de			03/01/2011	7.500	

aprofundamento dos estudos de regularização fundiária da área para criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, in loco nos cartórios da região e nos órgãos competentes, elaborado		
Produto 3 - Pasta contendo cópia de documentos de prioridade (certidões de inteiro teor) e p+osse identificados, referentes a área para criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionada	11/03/2011	4.000
Produto 4 - Documento final de caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, plano com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da futura unidade, elaborado.	11/03/2011	12.000
Produto 5 - mapa 1 - Dados georeferenciados das ocupações das comunidades residentes na área proposta para a criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionado.	11/03/2011	8.000
Produto 6 - mapa 2 - Caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da Resex Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionado	11/03/2011	11.500
Consultor contratado		
Nome do consultor: Roberto Bruno Fabiano		CPF: 153.083.568-23
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 29/07/2011		

**QUADRO C.16.48 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000321					
Objetivo da consultoria: Elaborar uma proposta de Programa de Monitoramento da Biodiversidade em UCs federais do bioma Cerrado.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2011	30/03/2012	43.000	20.000	7.000	7.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Documento técnico contendo a consolidação de todos os programas e iniciativas existentes de monitoramento da biodiversidade no bioma Cerrado de universidades, governos estaduais, ONGs e iniciativas internacionais em ecossistemas savânicos e outras experiências exitosas em países com monitoramento de longo prazo;			31/10/2011	7.000	
Produto 2. Documento técnico contendo diagnóstico sobre situação da biodiversidade nas UCs federais do Cerrado;			01/11/2011	5.000	
Produto 3. Minuta do Programa de Monitoramento da biodiversidade para UC federais do bioma Cerrado;			21/12/2011	8.000	
Produto 4. Relatoria do Seminário de discussão do Programa de			10/02/2012	6.000	

Monitoramento da biodiversidade para UC federais do bioma Cerrado;		
Produto 5- Diagnóstico da atual capacidade instalada (infraestrutura e profissional) de demandas de capacitação das UCs e Centros de Pesquisa responsáveis pela execução do monitoramento da Biodiversidade;	01/03/2012	5.000
Produto 6- Proposta final para o Programa de Monitoramento da biodiversidade para UC federais do bioma Cerrado	21/03/2012	12.000
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rodrigo de Almeida Nobre		CPF: 713.603.871-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

**QUADRO C.16.49 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000341					
Objetivo da consultoria: Estruturação do processo de avaliação do estado de conservação da biodiversidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/05/2010	20/05/2011	46.000	15.000	30.000	40.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas			04/06/2010	2.000	
Produto 2 - Roteiro para Avaliação do Estado de Conservação das Espécies, elaborado.			01/07/2010	8.000	
Produto 3 - Roteiro do Sistema de Validação, elaborado.			05/08/2010	8.000	
Produto 4 - Diagnóstico do estado do processo de avaliação do estado de conservação das espécies, elaborado			17/10/2010	5.000	
Produto 5 - Documento do Planejamento do processo até 2014, elaborado.			05/12/2010	8.000	
Produto 6 - Documento compilado da Página do ICMBio na internet para o processo, atualizada.			15/01/2011	4.000	
Produto 7 - Relatório de progresso do processo, elaborado.			01/03/2011	5.000	
Produto 8 - Documento detalhando o processo de avaliação do estado de conservação das espécies, para fins de publicação, elaborado.			20/05/2011	6.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rosana Junqueira Subirá				CPF: 871.440.266-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/12/2011 e rescindido em 06/12/2011					

**QUADRO C.16.50 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental					BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:. 2010/000989					
Objetivo da consultoria: Consultoria para elaborar ficha de avaliação das espécies da Classe Actinopterygii visando a avaliação do estado de conservação, seguindo os critérios da IUCN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/06/2010	03/06/2011	25.000	8.000	2.000	2.000
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de Trabalho descrevendo as atividades e procedimentos a serem adotados para cumprir o objeto da consultoria com cronograma de atividades a serem realizadas, elaborado;			18/06/2010	2.000	
Produto 2 - Ficha com informação de cada espécie compilada da bibliografia, elaborada;			09/07/2010	45.000	
Produto 3 - Ficha das espécies revisada após consulta (direta e ampla), elaborada;			09/09/2010	3.000	
Produto 4 - Mapas de distribuição das espécies, confeccionados;			15/10/2010	4.000	
Produto 5 - Documento de Roteiro da Oficina: organizar e preparar Oficina, com lista de participantes, logística e documentos de referência, dentre outros, elaborado;			12/11/2010	3.500	
Produto 6 - Fichas e mapas revisados pós-oficina, elaboradas;			14/01/2011	3.000	
Produto 7 - Fichas corrigidas e publicadas, elaboradas.			13/05/2011	5.000	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Sérgio Magalhães Rezende				CPF: 480.279.956-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado 3012/2011 e não prorrogado, a pedido da área técnica.					

**QUADRO C.16.51 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental	BRA/08/023
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

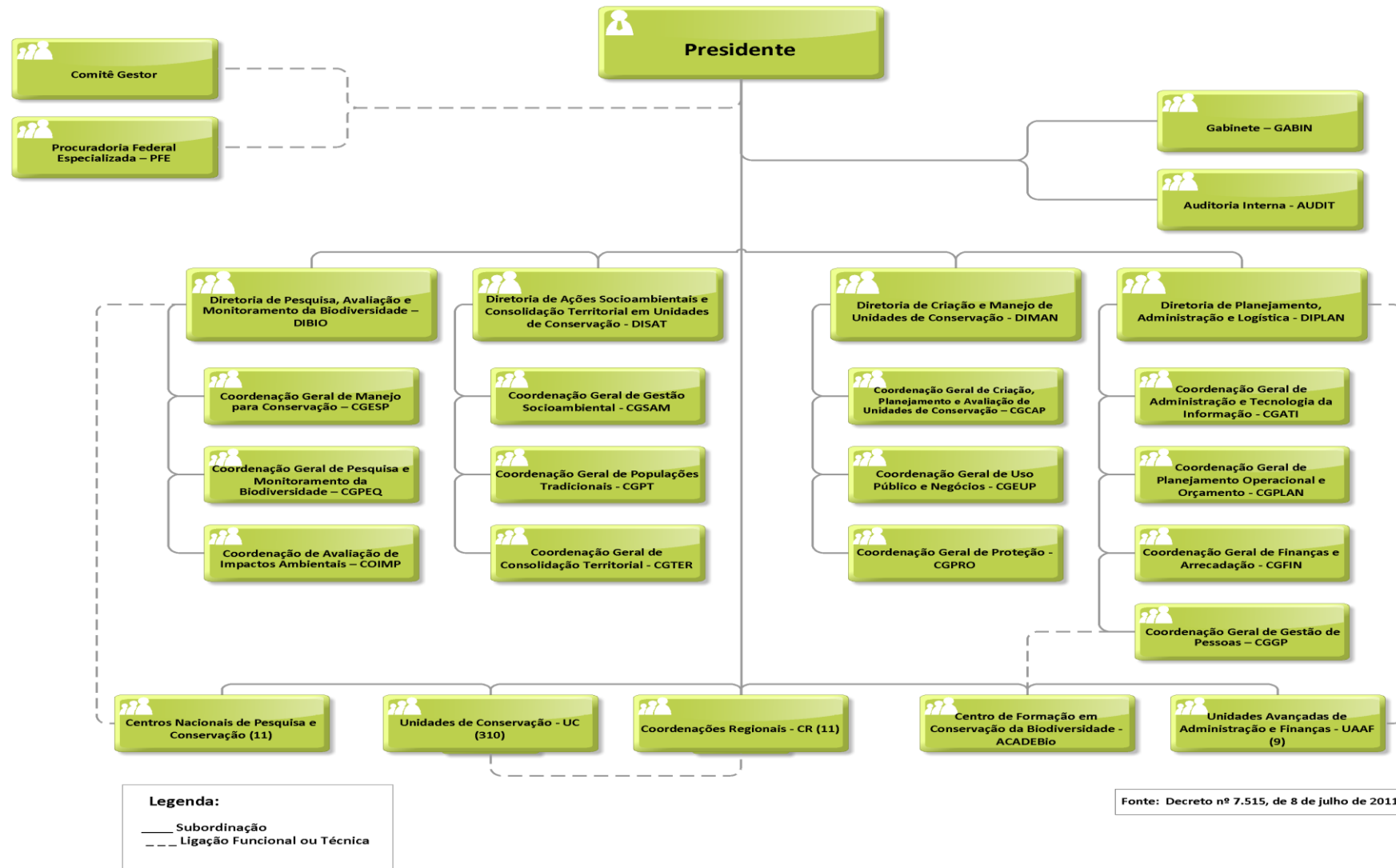
Código do Contrato: 2010/000989					
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos técnicos de sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha e a atividade pesqueira, com o objetivo de consolidar a proposta de criação do Parque Nacional Marinho do Albardão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/12/2010	26/07/2011	30.000	30.000	5.400	5.400
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório do diagnóstico ambiental com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho, descrevendo e avaliando os itens elencados no tópico B do item 8.1 publicado no Edital. Aqui também devem ser apresentados os produtos cartográficos em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1 publicado no Edital, elaborado e aprovado;			27/02/2011	5.400	
Produto 2: Relatório do diagnóstico pesqueiro e dos potenciais econômicos vinculados aos ambientes costeiros com a sistematização dos dados e informações, descrevendo e avaliando os itens elencados nos tópicos C e D do item 8.1 publicado no Edital. Aqui também devem ser apresentados os produtos cartográficos em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1 publicado no Edital, elaborado e aprovado;			27/04/2011	11.400	
Produto 3: Relatório sintético e analítico final integrando as informações sistematizadas nos produtos anteriores, na forma definitiva e devidamente consolidada, revisada e complementada, se for o caso. Aqui também deve ser apresentado o produto cartográfico final em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1 publicado no Edital, elaborado e aprovado.			27/06/2011	13.200	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Washington Luiz dos Santos Ferreira				CPF: 310.968.750-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato aditivado até 30/03/2012					

ANEXO I

**Organograma
Quadros**

ORGANOGRAMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Observação
18	128	0052	8286	A	4	Unidade	20	51	40	
18	542	0503	6074	A	4	Hectare	2.500.000	11.752.988	45	Produto alterado em 2012 de área controlada para UC protegida
18	125	0503	6307	A	4	Unidade	100	170	50	Ação dividida em 2012 em 2 para o ano de 2012, ficando 50 - Fiscalização florestal realizada e 50 - Operação de fiscalização realizada
18	541	0508	2934	A	4	Unidade	100	65	25	
18	541	0508	2B07	A	4	Unidade	8	25	4	
18	128	0511	4572	A	4	Unidade	2.000	3.944	2.500	
18	541	0511	7P81	P	4	% de Execução	2	0	-	
18	301	0750	2004	A	4	Unidade	1.486	1.297	2.684	
18	365	0750	2010	A	4	Unidade	397	568	421	
18	331	0750	2011	A	4	Unidade	226	414	260	
18	306	0750	2012	A	4	Unidade	2.213	2.578	2.336	
18	301	0750	20CW	A	4	Unidade	1.294	585	1.294	
18	541	1145	200I	A	4	Unidade	40	26	1.000	Produto em 2012 alterado de Organização Apoiada para Família Atendida
18	541	1332	13MY	P	4	Unidade	25	0	33	
18	541	1332	6381	A	4	Unidade	10	10	10	
18	541	1332	8492	A	4	Unidade	27	47	48	
18	542	1346	6925	A	3 Ação Prioritária	Unidade	60	279	300	Produto em 2012 alterado de Licença Concedida para Manifestação Emitida

Fonte: SIGPlan

ANEXO II

DECLARAÇÕES SIASG E SICONV

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Paulo Roberto de Araújo**, CPF nº **186.011.701-53**, **Coordenador Geral**, exercido na **Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 16 de Março de 2012.



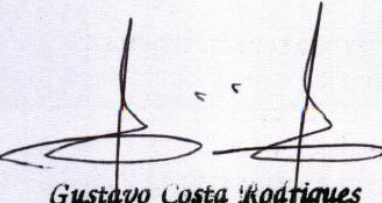
PAULO ROBERTO DE ARAÚJO

186.011.701-53

Coordenador Geral de Administração e Tecnologia da Informação

DECLARAÇÃO SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE			443032
Atesto que em 2011 não foram firmados convênios com esta UJ. Importa informar, no entanto, que o Convênio registrado no SICONV sob o nº 726885/2009, pactuado com a Prefeitura de Miracema/RJ em 31/12/2009, com vigência prorrogada até 22/04/2011, foi cancelado, haja vista a Conveniente não ter solucionado pendências no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para estados e municípios - CAUC.			
Local	Brasília / DF	Data	20/03/2012
Responsável	GUSTAVO COSTA RODRIGUES	Cargo	Coordenador Geral de Planejamento Operacional e Orçamento


Gustavo Costa Rodrigues
 Coordenador Geral de Planejamento
 Operacional e Orçamento - DIPLAN
 Instituto Chico Mendes
 Portaria nº 417

ANEXO III

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Declaração do Contador

Balanço Orçamentário

Balanço Financeiro

Balanço Patrimonial

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Notas Explicativas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE			443032
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, considerando o consignado nas Notas Explicativas. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília / DF	Data	20/03/2012
Contador Responsável	MARCUS ANTONIO OLIVEIRA SANTIN	CRC nº	5399



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
30/01/2012	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	103.771.133,00	103.771.133,00	50.871.443,72	52.899.689,28	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	444.187.059,00	513.658.861,22	473.935.289,81	39.723.571,41
RECEITAS TRIBUTARIAS	49.984.775,00	49.984.775,00	0,00	49.984.775,00	DESPESAS CORRENTES	414.004.764,00	478.830.491,05	462.258.785,04	16.571.706,01
RECEITAS PATRIMONIAIS	11.410.304,00	11.410.304,00	11.904.122,18	-493.818,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	208.470.078,00	243.910.078,00	241.950.826,41	1.959.251,59
RECEITAS AGROPECUARIAS	66.688,00	66.688,00	54.437,90	12.250,10	OUTRAS DESPESAS CORREN	205.534.686,00	234.920.413,05	220.307.958,63	14.612.454,42
RECEITAS DE SERVICOS	31.711.219,00	31.711.219,00	37.828.547,04	-6.117.328,04	DESPESAS DE CAPITAL	30.182.295,00	34.828.370,17	11.676.504,77	23.151.865,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	10.598.147,00	10.598.147,00	1.084.336,60	9.513.810,40	INVESTIMENTOS	26.441.654,00	29.456.329,17	9.699.358,62	19.756.970,55
					INVERSOES FINANCEIRAS	3.740.641,00	5.372.041,00	1.977.146,15	3.394.894,85
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	100.000.000,00	48.997.397,23	51.002.602,77
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	100.000.000,00	48.997.397,23	51.002.602,77
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	100.000.000,00	48.997.397,23	51.002.602,77
SUBTOTAL I	103.771.133,00	103.771.133,00	50.871.443,72	52.899.689,28	SUBTOTAL I	444.187.059,00	613.658.861,22	522.932.687,04	90.726.174,18
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	10.594.000,00	0,00	10.594.000,00					
TOTAL	103.771.133,00	114.365.133,00	50.871.443,72	63.493.689,28	TOTAL	444.187.059,00	613.658.861,22	522.932.687,04	90.726.174,18
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	472.061.243,32	-472.061.243,32	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	103.771.133,00	114.365.133,00	522.932.687,04	-408.567.554,04	TOTAL GERAL	444.187.059,00	613.658.861,22	522.932.687,04	90.726.174,18

Marcus Antônio Oliveira Santos
Diretoria de Planejamento, Administração
e Logística do Instituto Chico Mendes
Coordenador Geral de Finanças e Arrecadação
Portaria nº 327



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
30/01/2012	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	104.846.361,73	121.892.840,60	PASSIVO FINANCEIRO	94.081.867,57	121.086.663,39
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	104.845.535,38	121.891.784,91	DEPÓSITOS	0,00	3.532.043,79
CRÉDITOS A RECEBER	2.050.372,74	0,00	CONSIGNAÇÕES	0,00	1.179,71
LÍMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	25.537.030,89	29.013.236,08	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.530.864,08
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	0,00	185.320,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	88.078.785,33	116.984.103,45
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	77.258.131,75	92.693.228,83	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	12.127,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	826,35	1.055,69	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	0,00	3.565,06
VALORES DIFERIDOS	826,35	1.055,69	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	31,86
ATIVO NÃO FINANCEIRO	112.866.659,36	37.616.575,12	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	0,00	8.530,37
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-74.263.013,94	-85.141.585,43	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	48.233.000,72	65.412.399,97
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-76.841.302,81	-87.998.385,96	A LIQUIDAR	48.233.000,72	65.412.399,97
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-77.258.131,75	-92.693.228,83	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	0,00	223,58
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	416.828,94	4.694.842,87	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	39.845.784,61	51.559.352,61
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.578.288,87	2.856.800,53	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.003.082,24	570.516,15
ESTOQUES	2.578.288,87	2.856.800,53	VALORES DIFERIDOS	6.003.082,24	570.516,15
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.087,09	4.087,09	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-88.078.785,33	-116.971.752,58
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	4.087,09	4.087,09	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-88.078.785,33	-116.971.752,58
CRÉDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	0,00	0,02	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-39.845.784,61	-51.559.352,61
CRÉDITOS A RECEBER	4.087,07	4.087,07	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-39.845.784,61	-51.559.352,61
DÍVIDA ATIVA (LP)	0,02	0,00	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-48.233.000,72	-65.412.399,97
PERMANENTE	187.125.586,21	122.754.073,46	PASSIVO REAL	6.003.082,24	4.114.910,81
IMOBILIZADO	187.120.084,37	122.748.571,62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	211.709.938,85	155.394.504,91
BENS MOVEIS E IMOVEIS	190.103.685,75	122.748.571,62	PATRIMÔNIO/CAPITAL	155.394.504,91	96.453.832,99
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.983.601,38	0,00	PATRIMÔNIO	155.394.504,91	96.453.832,99
INTANGÍVEL	5.501,84	5.501,84	RESULTADO DO PERÍODO	56.315.433,94	58.940.671,92
ATIVO REAL	217.713.021,09	159.509.415,72	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	217.713.021,09	159.509.415,72
ATIVO COMPENSADO	353.385.808,09	105.145.088,61	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-161.397.587,15	-100.568.743,80
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	353.385.808,09	105.145.088,61	PASSIVO COMPENSADO	353.385.808,09	105.145.088,61
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	37.052,14	156.328,84	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	353.385.808,09	105.145.088,61
GARANTIAS DE VALORES	8.192.009,52	1.199.146,55	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	37.052,14	156.328,84
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	0,00	200.000,00	VALORES EM GARANTIA	8.192.009,52	1.199.146,55
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	190.421.971,88	103.589.613,22	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	0,00	200.000,00
OUTRAS COMPENSAÇÕES	154.734.774,55	0,00	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	190.421.971,88	103.589.613,22
ATIVO	571.098.829,18	264.654.504,33	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	154.734.774,55	0,00
			PASSIVO	571.098.829,18	264.654.504,33

Marcus Antonio Oliveira Santin
Diretoria de Planejamento, Administração
e Logística do Instituto Chico Mendes
Coordenador Geral de Finanças e Arrecadação
Portaria nº 327



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
30/01/2012	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	51.331.715,39	36.901.476,40	DESPESAS CORRENTES	462.258.785,04	417.752.681,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	5.385,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	200.876.575,15	187.952.669,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.904.342,18	10.366.831,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219.534.962,48	191.049.473,47
RECEITA AGROPECUÁRIA	54.527,90	75.599,39	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.060.000,00	10.929.940,00
RECEITA DE SERVIÇOS	38.124.123,72	25.637.819,72	OUTRAS DESPESAS	218.474.962,48	180.119.533,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.247.511,37	811.672,95	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	41.847.247,41	38.750.538,62
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	1.210,22	4.167,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.074.251,26	38.090.294,36
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,22	4.167,20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	772.996,15	660.244,26
DEDUÇÕES DA RECEITA	-460.271,67	-93.023,84	DESPESAS DE CAPITAL	60.673.902,00	74.334.314,92
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	991.037.910,16	912.824.535,77	INVESTIMENTOS	9.699.358,62	19.428.279,57
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	937.020.719,64	850.517.847,79	INVERSOES FINANCEIRAS	50.974.543,38	54.906.035,35
REPASSE RECEBIDO	446.726.369,43	414.388.443,24	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	552.728.621,36	500.390.902,09
SUB-REPASSE RECEBIDO	489.776.013,67	435.588.371,37	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	497.202.683,15	437.483.921,88
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	489.776.013,67	435.588.371,37	REPASSE CONCEDIDO	1.423.587,24	1.321.330,23
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	517.510,19	539.977,49	SUB-REPASSE CONCEDIDO	489.776.013,67	435.588.371,37
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	826,35	1.055,69	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	489.776.013,67	435.588.371,37
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	54.017.190,52	62.306.687,98	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	3.704,13
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	14.567.337,28	3.128.444,26	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.003.082,24	570.516,15
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	13.353.717,47	2.498.142,91	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	55.525.938,21	62.906.980,21
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.213.619,81	630.301,35	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	14.994.819,69	3.128.444,26
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	39.449.853,24	59.178.243,72	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	12.227.546,47	2.498.142,91
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	355.819.092,53	307.233.570,01	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.767.273,22	630.301,35
VALORES EM CIRCULAÇÃO	121.891.784,91	76.445.187,76	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	40.531.118,52	59.778.535,95
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	121.891.784,91	76.445.187,76	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	322.067.138,01	264.388.660,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.004.137,93	601.170,87	VALORES EM CIRCULAÇÃO	104.845.535,38	121.891.784,91
VALORES DIFERIDOS	6.004.137,93	601.170,87	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	104.845.535,38	121.891.784,91
DEPÓSITOS	0,00	3.532.043,79	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	571.342,50	567.983,77
CONSIGNAÇÕES	0,00	1.179,71	VALORES DIFERIDOS	571.342,50	567.983,77
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	3.530.864,08	DEPÓSITOS	3.532.043,79	17.715,88
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	104.424.511,64	121.175.725,10	CONSIGNAÇÕES	1.179,71	4.261,75
FORNECEDORES	0,00	3.596,92	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.530.864,08	13.454,13
DO EXERCÍCIO	0,00	3.565,06	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	116.984.103,45	70.560.279,76
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	31,86	FORNECEDORES	3.596,92	271.674,66
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	0,00	8.530,37	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.596,92	271.674,66
RESTOS A PAGAR	64.578.727,03	69.604.021,62	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	8.530,37	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	48.233.000,72	65.412.399,97	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	65.412.399,97	37.964.598,97
CANCELADO	16.345.726,31	4.191.621,65	VALORES EM TRANSITO	223,58	6.439,68
VALORES EM TRANSITO	0,00	223,58	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	51.559.352,61	32.316.525,88
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	39.845.784,61	51.559.352,61	OUTROS DÉBITOS	0,00	1.040,57
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	123.498.658,05	105.479.442,49	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	96.134.112,89	71.350.895,92
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	96.300.978,40	92.878.548,83	BAIXA DE DIREITOS	56.205.577,67	19.791.543,31
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	96.300.978,40	92.878.548,83	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	56.205.577,67	19.791.543,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 30/01/2012	PÁGINA 2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	27.106.877,85	12.594.406,61	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	39.926.423,84	51.559.352,61
EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.772,12	14.769,11	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	39.845.784,61	51.559.352,61
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	27.100.105,73	12.579.637,50	OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	80.639,23	0,00
AJUSTES DE CRÉDITOS	90.801,80	6.487,05	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	2.111,38	0,00
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	90.801,80	6.487,05	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	2.111,38	0,00
INGRESSOS	1.397.728.446,41	1.256.866.558,34	DISPÊNDIOS	1.397.728.446,41	1.256.866.558,34

Marcus Antônio Oliveira Sautin
Diretor de Planejamento, Administração
e Logística do Instituto Chico Mendes
Coordenador Geral de Finanças e Arrecadação
Portaria nº 327



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44207 - INST. CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PÁGINA
30/01/2012	1

VARIÁÇÕES ATIVAS			VARIÁÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ORÇAMENTÁRIAS	1.103.717.158,90	1.025.722.597,56	ORÇAMENTÁRIAS	1.025.263.383,36	930.839.730,28
RECEITAS CORRENTES	51.331.715,39	36.901.476,40	DESPESAS CORRENTES	462.258.785,04	417.752.681,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	5.385,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	200.876.575,15	187.952.669,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.904.342,18	10.366.831,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219.534.962,48	191.049.473,47
RECEITA AGROPECUÁRIA	54.527,90	75.599,39	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	41.847.247,41	38.750.538,62
RECEITA DE SERVIÇOS	38.124.123,72	25.637.819,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.074.251,26	38.090.294,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.247.511,37	811.672,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	772.996,15	660.244,26
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	1.210,22	4.167,20	DESPESAS DE CAPITAL	60.673.902,00	74.334.314,92
RECEITA DE SERVIÇOS	1.210,22	4.167,20	INVESTIMENTOS	9.699.358,62	19.428.279,57
DEDUÇÕES DA RECEITA	-460.271,67	-93.023,84	INVERSOES FINANCEIRAS	50.974.543,38	54.906.035,35
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	937.020.719,64	850.517.847,79	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	497.202.683,15	437.483.921,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	937.020.719,64	850.517.847,79	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	497.202.683,15	437.483.921,88
REPASSE RECEBIDO	446.726.369,43	414.388.443,24	REPASSE CONCEDIDO	1.423.587,24	1.321.330,23
SUB-REPASSE RECEBIDO	489.776.013,67	435.588.371,37	SUB-REPASSE CONCEDIDO	489.776.013,67	435.588.371,37
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	517.510,19	539.977,49	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	3.704,13
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	826,35	1.055,69	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.003.082,24	570.516,15
MUTACÕES ATIVAS	115.824.995,54	138.396.297,21	MUTACÕES PASSIVAS	5.128.013,17	1.268.812,39
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	74.245.925,78	80.936.125,63	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	5.128.013,17	1.268.812,39
AQUISICÕES DE BENS	54.438.820,50	60.882.800,77	LÍQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	5.128.013,17	1.268.812,39
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	19.807.105,28	20.053.324,86	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	368.813.646,16	1.344.655.815,04
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	41.579.069,76	57.460.171,58	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	55.568.748,68	62.928.620,52
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	346.675.304,56	1.308.713.619,68	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	42.810,47	21.640,31
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	54.060.000,99	62.328.328,29	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	15.243.974,00	3.128.444,26
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	42.810,47	21.640,31	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	40.281.964,21	59.778.535,95
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.816.491,59	3.128.444,26	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	313.244.897,48	1.281.727.194,52
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	39.200.698,93	59.178.243,72	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	140.877.954,44	1.167.445.282,88
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	292.615.303,57	1.246.385.291,39	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.722.971,49	1.009.978.706,51
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	209.226.113,00	1.229.592.776,08	BAIXA DE BENS MOVEIS	4.367.024,44	2.914.457,79
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	7.205.292,14	1.011.293.157,63	BAIXA DE DIREITOS	133.787.958,51	154.552.118,58
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	12.546.148,43	14.584.451,00	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	2.983.601,38	0,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	189.474.672,43	203.715.167,45	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.983.601,38	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	83.298.388,77	16.786.028,26	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	169.357.567,61	114.281.911,64
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	90.801,80	6.487,05	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	23.662,67	0,00
AJUSTES FINANCEIROS	90.801,80	6.487,05	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.111,38	0,00
DÉFICIT			AJUSTES FINANCEIROS	2.111,38	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	56.315.433,94	58.940.671,92
			SUPERÁVIT	56.315.433,94	58.940.671,92
VARIÁÇÕES ATIVAS	1.450.392.463,46	2.334.436.217,24	VARIÁÇÕES PASSIVAS	1.450.392.463,46	2.334.436.217,24

Marcus Antonio Oliveira Sastre
Diretor de Planejamento, Administração
e Logística do Instituto Chico Mendes
Coordenador Geral de Finanças e Arrecadação
Portaria nº 327

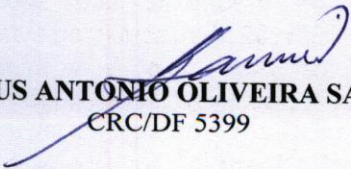


**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Os saldos das contas patrimoniais espelham os bens móveis e imóveis do Instituto refletindo a situação do exercício onde estão representados os bens já adquiridos pelo ICMBio, os bens objeto de doação, os bens objeto de dação em pagamento oriundos das aquisições via Compensação Ambiental, e os bens inventariados pelo grupo de trabalho conjunto IBAMA e ICMBio que estão sendo incorporados por etapa concluída.
2. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, encontra-se em fase de definição quanto à participação do IBAMA e ICMBio nos recursos arrecadados.
3. Cabe informar que os registros da Depreciação dos Bens Moveis foram efetuados no exercício de 2011 em relação às compras, doações e dação em pagamentos oriundas das aquisições via Compensação Ambiental, correspondentes aos exercícios de 2010 e 2011.
4. Os valores referentes ao disposto no art. 36 da Lei nº 9985/2000 - Compensação Ambiental e cuja opção dos empreendedores no exercício de 2011 foi a utilização do Contrato 071/2008 firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF ao invés da execução direta, foram registrados, no final do exercício de 2011, na conta 19999.00.00 - Diversas Compensações, conforme fora informado nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis constantes do Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Tal registro gerou uma inconsistência contábil no Auditor do SIAFI >CONINCONS e posteriormente restrição no Balanço Geral da União – BGU do Exercício de 2011. Importa esclarecer que desde o exercício de 2010 vem se envidando esforços para solucionar a questão do registro da Compensação Ambiental (Mensagens enviadas 2010/1642724; 2012/0042724 e 2012/0150755). Considerando, entretanto, a inconsistência contábil mencionada, já estão sendo adotadas providências junto ao MMA e à STN para que seja definida conta específica para a regularização do registro efetuado no Sistema SIAFI.

Brasília-DF, 20 de março de 2012.


MARCUS ANTONIO OLIVEIRA SANTIN
CRC/DF 5399
